



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 076/CONSUP/IFAM, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2025/2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 532/GR/IFAM, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial da União – DOU Nº 63, de 1º/04/2022, Seção 2, pág. 32, e, conforme o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 e no inciso XI do art. 42 da Resolução nº 02-CONSUP/IFAM/2011, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso X do artigo 42, do Regimento Geral do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, combinado com o inciso V do art. 17 da Resolução nº 019-CONSUP/IFAM, de 11/03/2024;

CONSIDERANDO o Despacho nº 1530/2025 – DPDI/REITORIA, de 19/08/2025, que encaminhou o Processo nº 23443.007566/2023-53 ao Conselho Superior, referente a Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2025/2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;

CONSIDERANDO a designação do conselheiro David Washington Freitas Lima como relator do processo acima identificado, na 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/08/2025;

CONSIDERANDO o Parecer e Voto do Conselheiro relator, pela aprovação da matéria, sem ressalvas e a decisão do Colegiado por unanimidade, **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2025/2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, conforme consta no Processo nº 23443.007566/2023-53.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, editada nos termos do nº Decreto nº 12.002, de 22/04/2024.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**Maria
Francisca
Morais de Lima**

Reitora substituta do IFAM

Assinado digitalmente por Maria
Francisca Moraes de Lima
ND: CN=Maria Francisca Moraes de
Lima, E=gabinete@ifam.edu.br
Razão: Eu estou aprovando este
documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional



Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2025-2029



IFAM, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

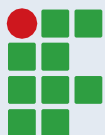
Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2025-2029/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. – Manaus, 2025.

Total de páginas: 422

Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 2025

1.Planejamento Estratégico. 2. Projeto Político Pedagógico Institucional. 3. Organização Didático-Pedagógica. 4. Estrutura Organizacional e Acadêmica

Código da biblioteca: _____



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

JAIME CAVALCANTE ALVES

REITOR

FÁBIO TEIXEIRA DE LIMA

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

ROSANGELA SANTOS DA SILVA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

LEANDRO AMORIM DAMASCENO

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Coordenação Geral de Comunicação Social e Eventos

Anne Karoline da S. Cabral e Rodrigo Fernandes Fonseca
Diagramadores

SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Carlos Tiago Garantizado
Diretor DPDI

Ana Cláudia Ferreira Olímpio
Luciano da Silva Maia
Coordenação Geral de Planejamento Institucional - CPLANI

**DIREÇÃO GERAL
DOS CAMPI**

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* AVANÇADO BOCA DO ACRE
GUILHERME ALVES

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* COARI
ELCIVAN SILVA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* EIRUNEPÉ
DIRCEU DA SILVA DÁCIO

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* HUMAITÁ
ADAMIR DA ROCHA NINA JUNIOR

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* IRANDUBA
JORGE NUNES PEREIRA

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* ITACOATIARA
FRANCINETE SOARES MARTINS

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* LÁBREA
ADELINO MAIA GALVÃO

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* MANAUS CENTRO
EDSON VALENTE CHAVES

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL
NIVALDO RODRIGUES E SILVA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* MANACAPURU
JAIDSON BRANDÃO DA COSTA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* MANAUS ZONA LESTE
DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* MAUÉS
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* PARINTINS
CHRISTIANE PEREIRA RODRIGUES

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* PRESIDENTE FIGUEIREDO
JACKSON PANTOJA LIMA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
RENATO VALADARES DE SOUSA MOREIRA

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* TABATINGA
NÍCOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* TEFÉ
MARTINHO CORREIRA BARROS

COMISSÃO CENTRAL

- » ANA CLÁUDIA FERREIRA OLIMPIO - DPDI- Presidente
- » CARLOS TIAGO GARANTIZADO - DPDI- Membro
- » LUCIANO DA SILVA MAIA - DPDI - Membro
- » RAQUEL DINIZ BANDEIRA - DPDI - Membro
- » ROSANGELA SANTOS DA SILVA - PROEN - Membro Titular
- » EVELLYZE MARTINS REINALDO PINHO - PROEN - Membro Suplente
- » ALINE ZORZI SCHULTHEIS DE FREITAS - PROEX - Membro Titular
- » ALINE SIMÕES AGUIAR - PROEX - Membro Suplente
- » PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE - PPGI - Membro Titular
- » LAÍS ALVES GAMA - PPGI - Membro Suplente
- » EDUARDO ALEXANDRE DE MELO BARRETO - PROGESP - Membro Titular
- » GESIANE SILVA ALENCAR - PROGESP - Membro Suplente
- » JOSE JOSIMAR SOARES - DINOVA - Membro Titular
- » JOSÉ FÁBIO DE LIMA NASCIMENTO - DINOVA - Membro Suplente
- » JOÃO LUIZ CAVALCANTE FERREIRA - DGTI - Membro Titular
- » ADRIANO REIS PRAIA - DGTI - Membro Suplente
- » ARNILSON JORGE DA SILVA DAMASCENO - PROAD - Membro Titular
- » LUIZ HENRIQUE CASTELO DE SOUZA - PROAD - Membro Suplente
- » ADEMAR DE ARAÚJO FILHO - APOSENTADO - Membro Titular
- » JOSÉ MAURÍCIO DO REGO FEITOZA - APOSENTADO - Membro Suplente
- » JOSÉ EURICO RAMOS DE SOUZA - SINASEFE - Membro Titular
- » ELISEANE LIMA DA SILVA - SINASEFE - Membro Suplente
- » EDSON VALENTE CHAVES - FORDI - Membro Titular
- » FRANCINETE SOARES MARTINS - FORDI - Membro Titular
- » JACKSON PANTOJA LIMA - FORDI - Membro Suplente
- » FÁBIO TEIXEIRA LIMA - FORDI - Membro Suplente

PORTARIA ATUALIZADA Nº 1.003/GR/IFAM, de 08 de julho de 2025

APRESENTAÇÃO

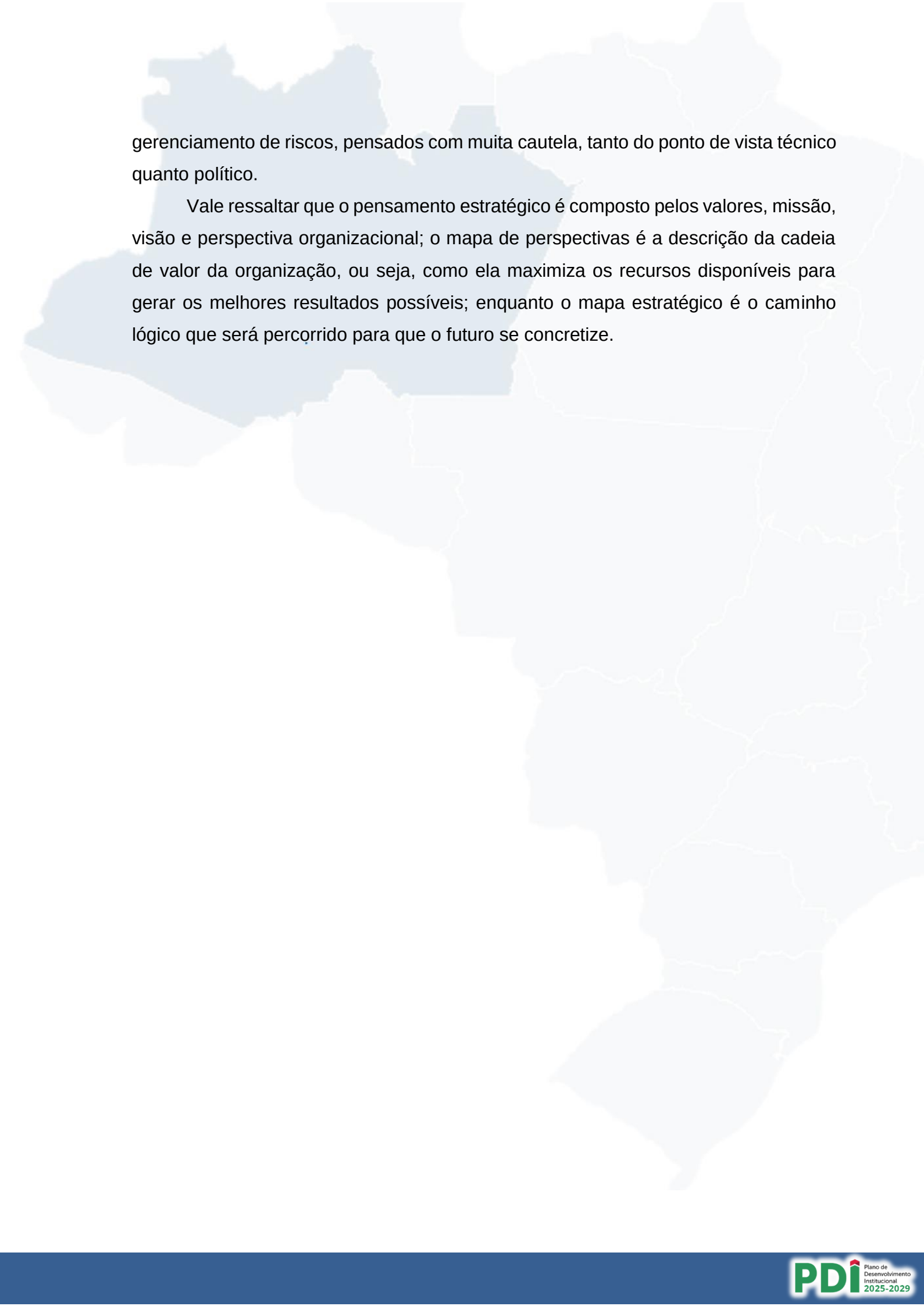
O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAM é o documento que apresenta os compromissos da instituição com a sociedade para um período de cinco anos. É um planejamento estratégico que define a identidade da instituição, expressa na missão, visão e valores; além de definir as estratégias e as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pela instituição, visando o alcance dos seus objetivos. É um guia para o planejamento e gestão interna, orientando as decisões e ações da instituição nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e políticas afirmativas.

Planejar é construir, desenhar o futuro. Quando uma organização planeja, está desenhando o seu futuro. Tecnicamente, um plano é composto de objetivos e estratégias. Um objetivo é toda situação futura desejada; a estratégia é o caminho a ser percorrido que levará à concretização do objetivo e, conseqüentemente, o cumprimento da sua missão e visão de futuro.

O PDI 2025-2029 foi construído de forma democrática e participativa, com a realização de audiências públicas e/ou reuniões internas nos campi e reitoria do IFAM, conduzidas por uma comissão central e pelas comissões locais dos campi. Este processo de construção do futuro do IFAM foi concebido considerando os três níveis de planejamento, em conformidade com o grau de responsabilidade de seus gestores: estratégico, tático e operacional.

O planejamento estratégico (Art. 21, Inciso I, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017) se preocupa com toda a instituição e com um horizonte de tempo de pelo menos cinco anos; o planejamento tático desdobrará o planejamento estratégico nos setores, definindo como ele será colocado em prática. É focado em apenas uma unidade ou área da gestão do IFAM e seu horizonte é mediano, entre um e cinco anos; e o planejamento operacional é focado em projetos e em áreas muito específicas (a coordenação de um curso, por exemplo) e seu horizonte de tempo é menor, geralmente um ano.

Sendo assim, o planejamento estratégico, no âmbito do IFAM, é um conjunto de atividades técnicas que tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela organização e o caminho a ser percorrido. É estratégico porque envolve toda a organização, desde os investimentos necessários quanto às responsabilidades pelo



gerenciamento de riscos, pensados com muita cautela, tanto do ponto de vista técnico quanto político.

Vale ressaltar que o pensamento estratégico é composto pelos valores, missão, visão e perspectiva organizacional; o mapa de perspectivas é a descrição da cadeia de valor da organização, ou seja, como ela maximiza os recursos disponíveis para gerar os melhores resultados possíveis; enquanto o mapa estratégico é o caminho lógico que será percorrido para que o futuro se concretize.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação histórica das transformações das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	22
Figura 2 - Localização das unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos estados brasileiros, até o ano de 2023	24
Figura 3 Distribuição dos <i>Campi</i> do IFAM pelo estado do Amazonas	26
Figura 4 - Solenidade de inauguração do Liceu Industrial de Manaus em 1941, no Teatro Amazonas	29
Figura 5 - Vista aérea da construção da Escola Técnica de Manaus, em 1941.....	30
Figura 6 - Fachada atual do Campus Manaus Centro - CMC.....	31
Figura 7 - Vista panorâmica aérea do Campus Manaus Centro	32
Figura 8 - Imagens da instalação (A) e de alunos (B) da Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas.....	37
Figura 9 - Imagens da Construção do Colégio Agrícola do Amazonas, no atual endereço - 1970	37
Figura 10 – Portaria principal de Entrada do campus Manaus Zona Leste.....	38
Figura 11 - Vista da entrada/fachada do Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI.....	42
Figura 12 - Vista panorâmica do CMDI e CTHM, da esquerda para direita	43
Figura 13 - Vista da entrada do campus São Gabriel da Cachoeira	46
Figura 14 - Vista da entrada do campus Coari.....	51
Figura 15 - Vista Aérea do campus Coari	51
Figura 16 - Vista da entrada do campus Lábrea.....	55
Figura 17 - Imagem aérea do IFAM Campus Lábrea	55
Figura 18 - Vista da entrada do campus Maués	59
Figura 19 - Vista aérea do campus Maués	59
Figura 20 - Vista da frente do Campus Parintins	62
Figura 21 - Vista frontal do campus Presidente Figueiredo	65
Figura 22 - Vista aérea do campus Presidente Figueiredo	66
Figura 23 - Vista frontal do campus Tabatinga	71
Figura 24 - Vista aérea do campus Tabatinga	71
Figura 25 - Vista de frente do prédio provisório do campus Tefé.....	74
Figura 26 - Vista da frente e lateral do prédio definitivo do campus Eirunepé	77

	9
Figura 27 - Vista da entrada do campus Itacoatiara	79
Figura 28 - Vista de cima do campus Itacoatiara	80
Figura 29 - Vista de cima do campus Humaitá	84
Figura 30 - Vista da entrada do campus Manacapuru	86
Figura 31 - Vista da frente do campus Iranduba	89
Figura 32 - Vista de frente do Campus Avançado Boca do Acre	91
Figura 33 - Mapa Estratégico do PDI 2025-2029	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do tempo da administração/diretores do CMC	33
Quadro 2 - Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Manaus Centro	34
Quadro 3 - Cursos a nível de graduação ofertados pelo Campus Manaus Centro	34
Quadro 4 - Cursos a nível de Pós-Graduação ofertados pelo Campus Manaus Centro	35
Quadro 5 - Descrição da estrutura física por quantidade, do campus CMC	35
Quadro 6- Linha do tempo dos diretores da Unidade	38
Quadro 7 - Cursos Técnicos de nível médio ofertados pelo CMZL.....	39
Quadro 8 - Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL	39
Quadro 9 - Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL.....	40
Quadro 10 - Estrutura Física do CMZL com o indicativo das quantidades	40
Quadro 11 - Linha do tempo dos diretores que administraram o campus CMDI.....	43
Quadro 12 - Cursos técnicos ofertados pelo campus CMDI	44
Quadro 13 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus CMDI.....	44
Quadro 14 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus CMDI	44
Quadro 15 - Estrutura física do campus CMDI	45
Quadro 16 - Linha do tempo dos diretores do campus CSGC.....	47
Quadro 17 - Cursos ofertados pelo campus CSGC	48
Quadro 18 - Estrutura física do campus CSGC	48
Quadro 19 - Linha do tempo dos diretores do campus Coari	52
Quadro 20 - Cursos de nível médio ofertados no campus Coari	52
Quadro 21 - Cursos de graduação ofertados no campus Coari.....	53
Quadro 22 - Estrutura física do campus Coari.....	53
Quadro 23 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Lábrea.....	56
Quadro 24 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Lábrea.....	56
Quadro 25 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Lábrea	57
Quadro 26 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Lábrea	57
Quadro 27 - Estrutura física do campus Lábrea	58
Quadro 28 - Cursos de nível técnico ofertados pelo campus Maués.....	60
Quadro 29 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Maués	60

	11
Quadro 30 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Maués.....	60
Quadro 31 - Diretores Gerais que administraram o campus Maués.....	61
Quadro 32 - Demonstrativo da estrutura física do campus Maués	61
Quadro 33 - Linha do tempo de diretores gerais do campus Parintins	63
Quadro 34 - Cursos Técnicos de nível médio ofertados pelo campus Parintins	63
Quadro 35 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Parintins.....	64
Quadro 36 - Demonstrativo da estrutura física do campus Parintins	64
Quadro 37 - Servidores que já ocuparam o cargo de Diretor Geral no campus CPRF	67
Quadro 38 – Quantitativo de servidores do campus CPRF	68
Quadro 39 - Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Presidente Figueiredo	69
Quadro 40 - Cursos de Graduação ofertados pelo Campus Presidente Figueiredo	69
Quadro 41 - Estrutura física do campus CPRF.....	69
Quadro 42 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Tabatinga.....	72
Quadro 43 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Tabatinga	72
Quadro 44 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Tabatinga.....	73
Quadro 45 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Tabatinga.....	73
Quadro 46 - Descrição do quantitativo de ambientes do campus Tabatinga	73
Quadro 47- Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Tefé	75
Quadro 48 - Cursos ofertados pelo campus Tefé	75
Quadro 49 - Estrutura física do campus Tefé	76
Quadro 50 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Eirunepé.....	77
Quadro 51 - Cursos técnicos ofertados pelo campus Eirunepé	78
Quadro 52 - Ambientes da estrutura física do campus Eirunepé.....	78
Quadro 53 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Itacoatiara	81
Quadro 54 - Cursos técnicos oferecido pelo campus Itacoatiara.....	81
Quadro 55 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Itacoatiara	82
Quadro 56 - Cursos de especialização e aperfeiçoamento ofertados pelo campus Itacoatiara.....	82
Quadro 57 - Demonstrativo da estrutura física do campus Itacoatiara	82

Quadro 58 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Humaitá	84
Quadro 59 - Cursos ofertados pelo campus Humaitá	85
Quadro 60 - Estrutura física do campus Humaitá	85
Quadro 61 - Linha do tempo dos diretores gerais que administraram o campus Manacapuru.....	87
Quadro 62 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Manacapuru ...	88
Quadro 63 - Demonstrativo da estrutura física do campus Manacapuru	88
Quadro 64 - Cursos técnicos ofertados pelo campus Iranduba	90
Quadro 65 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Avançado Boca do Acre	92
Quadro 66 - Cursos ofertados pelo campus Avançado Boca do Acre	92
Quadro 67 - Estrutura física do campus Avançado Boca do Acre	93
Quadro 68 - Matriz Swot da consulta pública do PDI 2025-2029 realizada de forma on-line, por meio de questionários com a comunidade acadêmica.....	101
Quadro 69 - Apresentação e definição dos Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT	106
Quadro 70 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha.....	107
Quadro 71 - Descrição das Métricas constantes no Acórdão 2.267/2005 TCU e divulgados Relatório Anual de análises dos indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica elaborado pela SETEC/MEC.....	108
Quadro 72 - Faixa e critérios da Renda Familiar per capita.....	111
Quadro 73 - Núcleos de organização curricular.....	138
Quadro 74 - Ofertas de Cursos – PARFOR.....	234
Quadro 75 - Formas de oferta dos cursos da EPTNM.....	238
Quadro 76 - Principais Formas de oferta dos Cursos da Educação Superior	242
Quadro 77 - Cursos de Graduação ofertados pelo IFAM.....	243
Quadro 78 - Descrição do Perfil do Egresso.....	244
Quadro 79 - Diretrizes para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação	255
Quadro 80 - Quantitativo de docentes por campus do IFAM	260
Quadro 81 - Total de servidores Técnicos-Administrativos por escolaridade	264
Quadro 82 – Estrutura e funcionamento da CPA do IFAM	275

Quadro 83 - Descrição dos Eixo e Dimensões do SINAES utilizados na autoavaliação do IFAM	275
Quadro 84 - Acervo físico das bibliotecas do IFAM	286
Quadro 85 - Histórico do sistema de bibliotecas do IFAM	288
Quadro 86 - Características Gerais da infraestrutura acadêmica do IFAM	294
Quadro 87 - Quantitativo de instalações e equipamentos por campus	295
Quadro 88 - Art. 3º Decreto nº 12.456/2025	313
Quadro 89 – Polos de apoio presencial	327
Quadro 90 - Mapeamento dos riscos para execução do PDI 2025 - 2029	335

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projeção das Despesas Discricionárias por Ação (2025–2029) – Valores em R\$.....	302
Tabela 2 - Dotação Atual de Emendas Parlamentares – Exercício 2025.....	303
Tabela 3 - Evolução Dotação da Folha do IFAM	304
Tabela 4 - Projeção Revisada do Primário Obrigatório e Financeiro (2025–2029) .	305
Tabela 5 - Evolução Formalização de TED	306
Tabela 6 - Evolução Recursos PNAE	308



SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL: HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO	22
1.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL: A REDE FEDERAL	22
1.2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM: BREVE HISTÓRICO	25
1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAMPI DO IFAM – BREVE INTRODUÇÃO	27
1.4 OS CAMPI ORIGINÁRIOS DO IFAM.....	27
1.4.1 Campus Manaus Centro: marco da Educação Profissional no Amazonas	28
1.4.2 Campus Manaus Zona Leste	36
1.4.3 Campus Manaus Distrito Industrial	41
1.4.4 O campus São Gabriel da Cachoeira	45
1.5 O PROCESSO DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFAM.....	48
1.5.1 A Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	49
1.5.1.1 Campus Coari.....	49
1.5.2 A Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um novo desafio	54
1.5.2.1 Campus Lábrea	54
1.5.2.2 Campus Maués.....	58
1.5.2.3 Campus Parintins	62
1.5.2.4 Campus Presidente Figueiredo.....	65
1.5.2.5 Campus Tabatinga.....	70
1.5.3 A Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um novo desafio	74
1.5.3.1 Campus Tefé	74
1.5.3.2 <i>Campus</i> Eirunepé	76
1.5.3.3 Campus Itacoatiara.....	79
1.5.3.4 <i>Campus</i> Humaitá	83
1.5.4 A Fase IV da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: desafios atuais	86
1.5.4.1 Campus Iranduba	89
1.5.4.2 Campus Avançado de Boca do Acre	90
1.5.4.3 Futuras Expansões.....	93
1.6 FINALIDADES DO IFAM	93
1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	94
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MISSÃO, OBJETIVOS E METAS.....	96

	16
2.1 A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAM	97
2.1.1 Elaboração da abordagem estratégica	98
2.1.1.1 A identidade institucional: missão, visão e valores	99
2.1.2 Organização e elaboração do planejamento estratégico	101
2.2 MAPA ESTRATÉGICO DE 2025 A 2029.....	103
2.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS INSTITUCIONAIS E DA GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA.....	104
2.3.1 Plano de metas e horizonte temporal	104
2.4 MÉTRICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO E GESTÃO.....	105
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI: CONCEPÇÕES E POLÍTICAS DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	113
3.1 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	113
3.1.1 Concepção de Ser Humano.....	113
3.1.2 Concepção de Sociedade e Culturas.....	114
3.1.3 Concepção de Trabalho.....	116
3.1.4 Concepção de Educação.....	118
3.1.5 Concepção de Ciência, Tecnologia e Inovação	120
3.1.6 Concepção de Currículo	121
3.2 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	122
3.2.1 Na Pesquisa como Princípio Pedagógico	122
3.2.2 No Trabalho como Princípio Educativo	124
3.2.3 No Respeito à Diversidade	125
3.2.4 Na Prática Interdisciplinar	125
3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	126
3.3.1 Políticas de Ensino	126
3.3.1.1 Concepções para o ensino	127
3.3.1.2 Diretrizes para o Ensino.....	129
3.3.1.3 Princípios para o Ensino	130
3.3.2 Políticas da Educação Profissional Técnica De Nível Médio	132
3.3.2.1 Políticas e Princípios da Educação Profissional e Tecnológica	133
3.3.2.2 Currículo (s) e a Integração entre a Formação Geral e Profissional	141
3.3.2.3 Os Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA	143
3.3.2.4 Itinerários Formativos e as Especializações Técnicas de Nível Médio	145
3.3.3 Políticas da Educação Superior.....	147
3.3.3.1 Concepção, Princípios e Diretrizes de Graduação.....	147
3.3.3.2 Cursos de Licenciatura	148
3.3.3.3 Cursos Superiores de Tecnologia.....	151
3.3.3.4 Cursos de Bacharelado	155
3.3.3.5 Regulamentações Norteadoras para os Cursos Superiores	159

	17
3.3.4 Políticas de Formação dos Profissionais do Ensino	161
3.3.4.1 Objetivos.....	162
3.3.4.2 Princípios	162
3.3.4.3 Diretrizes.....	163
3.3.5 Política de Formação Continuada dos Profissionais do Ensino	163
3.3.5.1 Concepção de Formação Continuada na Educação Profissional e Técnica 164	
3.3.5.2 Objetivos da Política de Formação Continuada.....	165
3.3.5.3 Princípios Orientadores e Indicadores Metodológicos da Formação Continuada	166
3.3.6 Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	167
3.3.6.1 Concepção.....	167
3.3.6.2 Princípios	168
3.3.6.3 Diretrizes	169
3.3.6.4 Polo de Inovação Manaus (INOVA).....	172
3.3.7 Políticas de Extensão	181
3.3.7.1 Diretrizes.....	183
3.3.7.2 Objetivos da Extensão	185
3.3.7.3 Classificação das ações de extensão	186
3.3.8 Políticas de Assistência Estudantil.....	191
3.3.8.1 Princípios Norteadores	195
3.3.8.2 Ações PAES Grupo 1	196
3.3.8.3 Ações PAES Grupo 02	196
3.3.8.4 Ações PAES Grupo 03	197
3.3.8.5 Políticas de Atendimento ao Educando	197
3.3.9 Políticas de Acesso, Permanência e Êxito.....	202
3.3.9.1 Fundamentação.....	202
3.3.9.2 Bases conceituais	206
3.3.9.3 Diretrizes.....	209
3.3.9.4 Princípios	210
3.3.10 Políticas Afirmativas para Inclusão e Diversidade	210
3.3.10.1 Concepção.....	210
3.3.10.2 Princípios	211
3.3.10.3 Diretrizes.....	212
3.3.10.4 Ações Estruturantes para Inclusão e Diversidade com base nas Políticas Afirmativas.....	213
3.3.11 Políticas do Sistema Integrado de Bibliotecas	228
3.3.11.1 Sistema Integrado de Bibliotecas.....	228
3.3.11.2 Acervo Físico e Virtual	230
3.3.11.3 Estrutura e serviços oferecidos.....	230
4 ESTRUTURA E OFERTA DE CURSOS	233
4.1 PLANEJAMENTO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS	233
4.2 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	233
4.2.1 Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica	233
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	236
5.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO.....	236
5.2 CURSOS OFERTADOS	237

	18
5.2.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM.....	238
5.2.2 Cursos de Formação Inicial e Continuada	238
5.2.3 Educação de Jovens e Adultos.....	239
5.2.4 Educação Indígena.....	240
5.2.5 Educação do campo, das águas e das Florestas	240
5.2.6 Educação Escolar Quilombola.....	241
5.2.7 Educação a Distância	241
5.2.8 Educação Superior: Graduação e Pós-Graduação.....	242
5.2.8.1 Cursos de Graduação.....	242
5.2.8.2 Pós-graduação	243
5.3 PERFIL DO EGRESSO	244
6 A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	247
6.1 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	247
6.2 DIRETRIZES PARA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	249
6.2.1 Pesquisa.....	249
6.2.2 Inovação Tecnológica	250
6.2.3 Pós-graduação	251
6.3 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU	253
6.3.1 Pós-Graduação Lato Sensu.....	253
6.3.2 Pós-Graduação Stricto Sensu	253
6.3.3 Educação à Distância	254
7 GESTÃO DE PESSOAS	257
7.1 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	257
7.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	257
7.3 GARANTIA DA AMPLA CONCORRÊNCIA E A DESTINAÇÃO DE VAGAS	259
7.3.1 Candidato com deficiência.....	259
7.3.2 Candidato autodeclarado Negros, Pardos, Indígenas e Quilombolas.....	259
7.4 PERFIL DO CORPO DOCENTE DO IFAM	260
7.4.1 Composição do Corpo Docente.....	260
7.4.2 Especificidades da Carreira Docente no IFAM.....	262
7.5 CORPO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.....	264
8.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	267
8.2 POLÍTICAS DE GESTÃO	268
8.2.1 Órgãos Colegiados	268

8.2.2 Reitoria	19
8.2.2 Reitoria	270
8.2.3 Campi	273
8.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	273
9 ACERVO ACADÊMICO	278
9.1 ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL.....	278
10 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	283
10.1 COM RELAÇÃO À BIBLIOTECA.....	283
10.1.1 Sistema Integrado de Bibliotecas.....	283
10.1.2 Acervo Físico e Virtual	285
10.1.3 Estrutura e serviços oferecidos	287
Fonte: Organizado pela comissão do PDI, a partir de informações fornecidas pela PROEN.....	293
10.2 COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS.....	294
11.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	300
11.2 ESTRUTURA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	300
11.3 EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECENTE	301
11.4 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	302
11.5 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DOS RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES (PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA)	303
11.6 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DOS RECURSOS DO PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO E FINANCEIRO (FOLHA DE PAGAMENTO).....	304
11.6.1 Evolução Histórica (2020–2024)	304
11.6.2 LOA 2025 e Projeção 2026–2029	304
11.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS VIA TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TEDS)	305
11.7.1 Evolução da Captação de Recursos por TED (2020–2025)	305
11.7.2 Órgãos Concedentes	306
11.7.3 Impacto Institucional	306
11.7.4 Perspectivas Futuras	307
11.8 RECURSOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	307
11.8.1 Evolução dos Recursos do PNAE (2020–2025).....	307
11.8.2 Análise e Evolução para o PDI	308
11.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CAPACIDADE ORÇAMENTÁRIA	

FINANCEIRA PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PDI 2025–2029	308
12 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	311
12.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	311
12.1.1 Sobre o conceito de Educação a Distância.....	311
12.1.2 Concepções.....	316
12.1.3 Princípios	318
12.2 OFERTA E ATENDIMENTO DO PÚBLICO-ALVO	318
12.2.1 Diretrizes.....	318
12.3 CORPO DOCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD: DIRETRIZES E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS	321
12.4 DOS MATERIAIS DIDÁTICOS, DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	324
12.5 DA INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL E DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL NA EAD	326
12.6 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFAM – ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA	328
12.7 PROJEÇÃO DE OFERTA.....	331
13 GESTÃO DE RISCOS DO PDI.....	333
13.1 JUSTIFICATIVA.....	333
13.2 RISCOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDI.....	333
13.3 PLANO DE INTEGRIDADE	336
REFERÊNCIAS	338



Capítulo 1

PERFIL INSTITUCIONAL: HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO

1 PERFIL INSTITUCIONAL: HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO

1.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL: A REDE FEDERAL

Os Institutos Federais (IFs) integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Nesse contexto, discorrer sobre a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) requer, mesmo de forma resumida, abordar a história da Rede Federal, evidenciando aspectos históricos relacionados às suas características e ao processo de criação.

Segundo Olímpio (2025), a trajetória das instituições integrantes da Rede Federal de Educação Tecnológica remonta há mais de um século, iniciando-se em 1909 com a fundação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, conforme dispõem o Decreto nº 7.566, datado de 23 de setembro daquele ano (BRASIL, 2024a), durante o mandato do presidente Nilo Peçanha.

De acordo com a autora, essas organizações educacionais sofreram alterações ao longo das décadas, evoluindo para novas formas institucionais como os Liceus Industriais, Escolas Industriais e Técnicas, além das Escolas Técnicas Federais. Na década de 1990, essa evolução resultou na criação dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFETs), que posteriormente deram origem aos atuais Institutos Federais e à própria Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Representação histórica das transformações das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: OLIMPIO, ACF (2025)

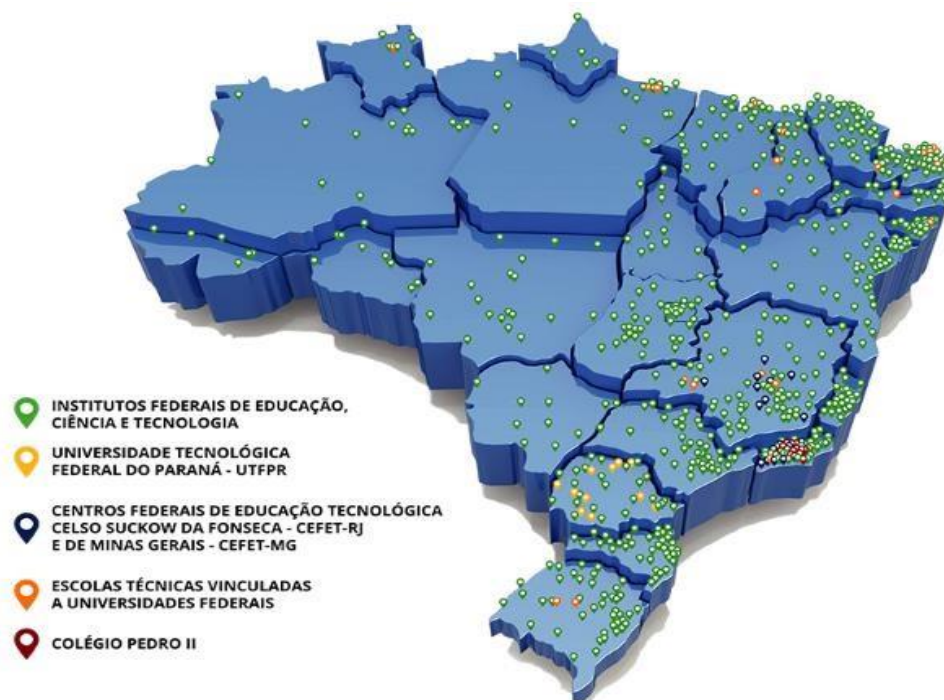
A estrutura da Rede Federal, inserida no âmbito do Sistema Federal de Educação (SFE), passou a incluir, conforme disposto no artigo 1º da Lei nº 11.892/2008, as seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia — também conhecidos como Institutos Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; além do Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Cada uma das instituições mencionadas atua como unidade de ensino autônoma e descentralizada, garantindo a presença da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todas as regiões do país. Assim, elas facilitam a oferta de educação profissional e tecnológica, bem como promovem o avanço de inovações tecnológicas alinhadas às necessidades e arranjos profissionais de cada localidade (BRASIL, 2024).

Com a expansão ocorrida na Rede Federal, o número de unidades vinculadas à RFEPCT aumentou progressivamente ao longo dos anos. Em 2019, esse número já ultrapassava 661 unidades associadas às instituições da rede. Em 2023, essa quantidade apresentou crescimento adicional. Segundo Otranto e Paiva (2016), a região Sul foi responsável pelo maior aumento no número de unidades, evidenciado por um incremento de 100% no total de campi, seguida pelas regiões Norte (70%), Centro-Oeste (50%), Sudeste (48,64%) e Nordeste (48,24%).

Como destaca Olímpio (2025), durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, ocorreu o período de maior expansão histórica da Rede Federal. Entre 2005 e 2016 foram estabelecidos 422 campi, período no qual também foram incorporadas à rede outras 92 unidades. De acordo com dados do portal do Ministério da Educação (MEC), em 2023 o número total de unidades distribuídas pelo território brasileiro atingiu a marca de 682. Na figura 2, observa-se a localização dessas unidades nos diferentes estados do Brasil.

Figura 2 - Localização das unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos estados brasileiros, até o ano de 2023



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em out. 2024

Em 2024, a Rede Federal celebrou 115 anos de história, marcada por constantes avanços e por uma nova expansão, com a implantação de 100 novas unidades e aproximadamente 2 milhões de estudantes matriculados em um total de 12.779 cursos.

Inicialmente concebidas como instrumentos de política direcionados às camadas sociais menos favorecidas, essas instituições educacionais passaram por múltiplas transformações ao longo do tempo, refletindo as mudanças históricas, políticas e culturais tanto no país quanto globalmente. Abrangendo todo o território nacional, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica desempenha um papel fundamental para a nação ao cumprir sua missão de formar profissionais aptos a atuar nos diversos setores da economia brasileira, promover pesquisas e desenvolver novos processos, produtos e serviços em parceria com o setor produtivo. Atualmente, a Rede Federal configura-se como uma estrutura de grande relevância para o acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), uma das principais características que definem a formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) reside na implementação de uma abordagem

inovadora acerca do papel e das funções do Sistema de Ensino Federal (SEF) na oferta pública de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2024).

Essa inovação se materializa por meio da criação de um novo modelo institucional, denominado Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs), os quais foram organizados com base em diversas referências existentes, além das experiências acumuladas e competências já consolidadas, sobretudo nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), nas escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, assim como nas instituições técnicas vinculadas às Universidades Federais (OLÍMPIO, 2025).

Da mesma forma que a Rede Federal, o IFAM possui uma trajetória de transformação que teve início muito antes de sua consolidação como um instituto dedicado à educação, ciência e tecnologia.

1.2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM: BREVE HISTÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, foi criado, juntamente com outros Institutos Federais, no ato da promulgação da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integrado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O IFAM nasceu da junção de algumas instituições federais existentes no estado do Amazonas, promotoras do ensino profissional a nível federal, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), localizado na capital do estado; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e duas Unidades de Ensino Descentralizada – UNED, uma localizada na cidade de Manaus e outra na cidade de Coari. Essas cinco instituições passaram a constituir o IFAM, juntamente com uma recém-criada reitoria (OLÍMPIO, 2025).

Dessa maneira, é possível afirmar que no ano de 2009, o IFAM iniciou sua trajetória histórica, contando com a Reitoria e com mais cinco campi, originários das instituições supramencionadas. Os campi passaram a ser designados de: campus Manaus Centro/CMC (antigo CEFET-AM), campus Manaus Distrito Industrial/CMDI (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), campus Coari/CCO

(antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), campus Manaus Zona Leste/CMZL (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e campus São Gabriel da Cachoeira/CSGC (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira) (MELLO, 2009).

Com o programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAM foi expandindo sua estrutura organizacional ao longo de todo o estado do Amazonas, com a criação de novos campi, implantados em várias cidades do interior do estado, até chegar a sua estrutura organizacional atual, formada por uma Reitoria, 16 Campi, 01 Campus Avançado e 02 *Campi* em processo de implantação, totalizando 19 *Campi* (OLÍMPIO, 2025).

Em Manaus, capital do estado do Amazonas, encontram-se dois dos Campi existentes desde sua criação: Campus Manaus Centro (CMC) e Campus Manaus Zona Leste, e uma das antigas Unidades de Ensino Descentralizada, atualmente denominada Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI). Os demais Campi estão instalados nos municípios de: Boca do Acre, Coari, Eirunepé, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, como mostrado na figura 3.

Figura 3 Distribuição dos Campi do IFAM pelo estado do Amazonas



Fonte: <https://www2.ifam.edu.br/diretorias-sistemicas/institucional/menu-dpdi/construcao-do-pdi-2025-2029/inicio>

Em 2024, com o projeto de criação de mais 100 institutos federais, o Governo Federal, na gestão do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, determinou a instituição de mais dois novos campi para o IFAM, a serem instalados nas cidades

de Santo Antônio do Içá - no Alto Rio Solimões – e na cidade de Manicoré, no Rio Madeira.

Por meio dessas unidades, o IFAM consegue suprir as necessidades de um mercado o qual se mostra cada vez mais exigente em relação ao domínio dos avanços tecnológicos e científicos; no entanto, cada vez mais perverso na valorização desses trabalhadores e trabalhadoras, embora lhes atenda também nas necessidades básicas de formação, dentro de uma perspectiva humana e integral.

1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAMPI DO IFAM – BREVE INTRODUÇÃO

O Processo de expansão da Rede Federal de Educação, possibilitou ao IFAM fazer-se presente em todas as mesorregiões do Estado do Amazonas (Figura 3), totalizando hoje, dezessete campi assim nominados: campus Manaus Centro, campus Manaus Zona Leste, campus Manaus Distrito Industrial, campus Coari, campus Eirunepé, campus Humaitá, campus Itacoatiara, campus Lábrea, campus Maués, campus Parintins, campus Presidente Figueiredo, campus São Gabriel da Cachoeira, campus Tabatinga, campus Tefé, campus Manacapuru, Campus Iranduba e campus Avançado de Boca do Acre, além de mais dois campi em processo de implantação, nas cidades de Manicoré e Santo Antônio do Içá.

Todos esses campi juntos constituem o IFAM, cada um com suas peculiaridades e histórias próprias. Contudo, têm em conformidade o compromisso de proporcionar à sociedade amazonense e brasileira Educação Profissional e Tecnológica de excelência.

Em uma divisão geográfica regional, poderíamos dividir os campi do IFAM entre campus originários e campus das expansões da rede; os que se localizam na capital e os que se localizam no interior, contextualizados assim, cada um deles com suas respectivas características, conforme é descritos nas próximas subseções.

1.4 OS CAMPI ORIGINÁRIOS DO IFAM

Manaus é a capital do estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. Situa-se na confluência dos

rios Negro e Solimões, sendo uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente pelo seu potencial turístico e pelo ecoturismo, o que faz do município o décimo maior destino de turistas no Brasil. Pertencente à mesorregião do Centro Amazonense e à microrregião homônima, Manaus localiza-se no extremo norte do país, a 3.490 quilômetros da capital nacional, Brasília.

Com uma população estimada em 2.279.686 habitantes¹, Manaus é a sétima cidade mais populosa do Brasil e a 131ª mais populosa do mundo. A cidade aumentou gradativamente a sua participação na composição do PIB brasileiro nos últimos anos, passando a responder por 1,15% da economia do país e é um dos maiores centros industriais do Brasil. As mais importantes indústrias da cidade atuam na área de transportes e comunicações. Também, possui um grande fluxo de comércio que é visível pelo intenso movimento durante todo o dia e a madrugada na área do porto da Manaus Moderna, que converge boa parte da produção dos arredores de Manaus.

Nessa capital, com acentuado crescimento, buscando atender às necessidades de profissionais qualificados que contribuam no desenvolvimento - não somente da capital, como também do estado e do país - estão localizados 3, dos 17 Campi do IFAM: Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Zona Leste (CMZL) e o Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI).

1.4.1 Campus Manaus Centro: marco da Educação Profissional no Amazonas

Herdeiro da tradição histórica que marca o início da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado, o campus Manaus Centro (CMC) é o mais antigo dos campi do IFAM. É nele que ecoa a história da Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas, inaugurada em 1º de outubro de 1910, cujo público alvo era composto pelos "desfavorecidos da fortuna".

O campus Manaus Centro começa sua história em 23 de setembro de 1909, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha sancionou o Decreto de Lei nº 7.566, criando a Escola de Aprendizes e Artífices para cada uma das 19 capitais dos Estados da Federação. Desde então, o campus passou por várias fases, mudanças de nome e até de endereço.

¹ Dado extraído da página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html> . Acesso em 24/04/2025.

Somente em 10 de novembro de 1941, na época recebendo a denominação de Liceu Industrial de Manaus, o campus ganha sua sede fixa, onde está localizado atualmente, situada na Avenida Sete de Setembro, nº 1975, CEP: 69020-120, Zona Centro Sul de Manaus – Amazonas. A inauguração do Liceu Industrial de Manaus, em sua sede própria, que aconteceu no Teatro Amazonas, contou com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, destacados na Figura 4.

Figura 4 - Solenidade de inauguração do Liceu Industrial de Manaus em 1941, no Teatro Amazonas



Fonte: SOUZA, 2002.

No período de 1942 a 1965, o campus recebeu o nome de Escola Técnica de Manaus, a qual foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, sendo um instituto oficial de ensino profissional, subordinado à Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde.

Figura 5 - Vista aérea da construção da Escola Técnica de Manaus, em 1941



Fonte: SOUZA, 2002

Entre os anos 1965 a 2001 o campus recebeu nova denominação, passando a chamar-se Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), por meio da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Com a expansão do Polo Industrial de Manaus (PIM), surgiu a demanda de mão de obra qualificada para o preenchimento das vagas nas indústrias instaladas no Amazonas. Nesse ínterim tornou-se autarquia e passou a ganhar autonomia didática e de gestão, sendo sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o estado do Amazonas. Nessa condição, ofertou cursos voltados para a formação de trabalhadores (as) para o atendimento às necessidades demandadas pela Zona Franca de Manaus, como técnicos em: eletrônica, mecânica, química e edificações, dentre outros.

A partir de 2001 até o ano 2008, novas mudanças aconteceram e o campus passou a ser chamado de Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), por força do Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 27 de março de 2001, em decorrência da transformação Institucional da Escola Técnica Federal do Amazonas, prevista na Lei nº 8.948, de 08

de dezembro de 1994. Visava o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além da integração com os diversos setores da sociedade e do saber produtivo.

A partir de então, o grande desafio vivenciado pela Instituição foi ofertar um leque de cursos que possibilitasse a Formação Profissional Básica, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Ocorreram, assim, as primeiras ofertas de cursos de nível superior em tecnologia: Desenvolvimento de Software e Produção Publicitária. Posteriormente, também os cursos de formação de professores (as) para a Educação Básica na Área de Ciências da Natureza e Matemática: a Licenciatura em Ciências Biológicas e a Licenciatura em Química.

Com a publicação da Lei Nº 11.892, no dia de 29 de dezembro de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas tornou-se campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **campus Manaus Centro** (Figura 6 e 7).

Figura 6 - Fachada atual do Campus Manaus Centro - CMC



FONTE: Acervo do Campus (2024)

Figura 7 - Vista panorâmica aérea do Campus Manaus Centro



FONTE: Acervo do Campus (2024)

O Campus Manaus Centro (CMC) recebe a tipificação IF Campus de 250/150 (Docentes/TAE) e dispõe atualmente de 418 servidores, sendo 242 docentes e 176 servidores administrativos. Tem como MISSÃO, proporcionar formação de profissionais técnicos e tecnológicos de excelência, através do Ensino, Pesquisa e Extensão. Sua VISÃO é ser referência em educação profissional no Amazonas, promovendo a formação básica e superior com o ensino de qualidade. Possui como OBJETIVOS, construir e desenvolver habilidades e competências que visa o fortalecimento do ensino profissional, estimulando constantemente a criatividade e a inovação.

Em cada uma das fases históricas pelas quais passou (primeiro como Escola de Aprendizes e Artífices, depois a mudança para a casa de Detenção, a nova instalação no Mercado Municipal da Cachoeirinha, a mudança para a instalação fixa, como Lyceu Industrial de Manaus, depois como Escola Técnica de Manaus, Escola Técnica Federal do Amazonas, Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, até tornar-se o IFAM campus Manaus Centro), o CMC foi administrado pelos seguintes diretores, descritos no quadro 1:

Quadro 1 - Linha do tempo da administração/diretores do CMC

Administração da Escola de Aprendiz e Artífices	
ANO	DIRETORES
1910-1913	SATURNINO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA
1913-1917	GENERINO GONZAGA MACIEL
Mudança para a casa de detenção, administrado por:	
ANO	DIRETORES
1917-1932	ESMERALDO AMÉRICO COELHO
Nova instalação do Mercado Municipal da Cachoeirinha, administrado por:	
ANO	DIRETORES
1932-1935	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS MELLO BARRETO
1941-1942	LUIZ PAULO SARMENTO
Lyceu Industrial de Manaus (1937-1942).:	
ANO	DIRETORES
1942-1947	LUIZ PAULO SARMENTO (continuação)
Escola Técnica de Manaus (1942-1965).	
ANO	DIRETORES
1948-1951	HILDEMAR PAES BARBOSA
1951-1953	SYLVIO SERRA DE MENEZES
1953-1961	DÁRIO FARIAS LIMA
1961-1964	WALDIR GARCIA
1964-1964	GUILHERME PINTO NERY
1964-1965	HUGO MÁRIO TAVARES
1965-1965	OYAMA CÉSAR ITUASSU DA SILVA
Escola Técnica Federal do Amazonas (1965-2001).	
ANO	DIRETORES
1965-1966	DÁRIO HERNANI VIZEU
1966-1969	JOSÉ RIBAMAR COSTA
1969-1970	JOSÉ ROBERTO DE MELLO BARRETO
1969-1972	LUPERCINO DE SÁ NOGUEIRA FILHO
1972-1976	JOÃO DE PINHO PESSOA NETO
Escola Técnica Federal do Amazonas (1965-2002).	
ANO	DIRETORES
1976-1991	JORGE HUMBERTO BARRETO
1995-1995	MARIA JOSÉ ARAÚJO CALMONT
1991-1995	RAYMUNDO LUIZ DE SALLES TEIXEIRA
1995-1999	JOÃO MARTINS DIAS
1999-2002	RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ
Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas /CEFET-AM (2002-2008).	
ANO	DIRETORES
2002-2006	RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ
2006-2008	JOÃO MARTINS DIAS
Campus Manaus Centro do IFAM (2008-2024).	
ANO	DIRETORES
2007-2010	ARONE DO NASCIMENTO BENTES
2010-2015	JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS
2015-2019	MARIA STELA DE VASCONCELOS NUNES DE MELLO
2019-2024	EDSON VALENTE CHAVES

Fonte: Acervo do campus CMC (2024)

Em busca de cumprir sua missão e visão, o Campus oferta um leque de cursos que possibilitam a formação Profissional de Nível Médio, a formação em Cursos Tecnológicos, a formação em Cursos de Licenciatura, a formação em Cursos de Engenharia e, também, a formação em Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, em distintos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento, conforme demonstram os quadros a seguir.

Quadro 2 - Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Manaus Centro ²

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Controle e Processos Industriais	Química	Integrada e Subsequente
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	Integrada e Subsequente
Controle e Processos Industriais	Mecânica	Integrada, EJA e Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrado
Infraestrutura	Edificações	Integrada e Subsequente
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	Subsequente
Segurança	Segurança do Trabalho	Subsequente

Fonte: campus CMC (2024)

Quadro 3 - Cursos a nível de graduação ofertados pelo Campus Manaus Centro

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Ciências Exatas e da Natureza	Engenharia Civil	Presencial
Ciências Exatas e da Natureza	Engenharia Mecânica	Presencial
Ensino de Ciências e Matemática	Licenciatura em Química	Presencial
Ensino de Ciências e Matemática	Licenciatura em Matemática	Presencial
Ensino de Ciências e Matemática	Licenciatura em Ciências Biológicas	Presencial
Ensino de Ciências e Matemática	Licenciatura em Física	Presencial
Produção Alimentícia	Tecnologia de Alimentos	Presencial
Controles e Processos	Tecnologia de Processos Químicos	Presencial
Informação e Comunicação	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial
Informação e Comunicação	Tecnologia em Produção Publicitária	Presencial

Fonte: campus CMC (2024)

² **Forma de oferta:** Integrada (Ensino Médio + Educação Profissional); Subsequente (Educação Profissional); Integrada EJA – PROEJA (Ensino Médio de Jovens e Adultos + Educação Profissional).

Quadro 4 - Cursos a nível de Pós-Graduação ofertados pelo Campus Manaus Centro

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Especialização em Ensino de Ciências e Tecnologia	Especialização Lato Sensu	Presencial
Especialização em Gestão em Segurança do Trabalho	Especialização Lato Sensu	Presencial
Especialização em Investigações Educacionais	Especialização Lato Sensu	Presencial
Mestrado Profissional em Ensino de Física	Especialização Stricto Sensu	Presencial
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	Especialização Stricto Sensu	Presencial
Mestrado Profissional em Ensino de Tecnológico	Especialização Stricto Sensu	Presencial
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva	Especialização Stricto Sensu	Presencial
Mestrado Profissional em Química	Especialização Stricto Sensu	Presencial
Doutorado profissional em Ensino Tecnológico	Especialização Stricto Sensu	Presencial

Fonte: campus CMC (2024)

Para garantir atendimento e educação de qualidade, o campus CMC possui a seguinte estrutura física:

Quadro 5 - Descrição da estrutura física por quantidade, do campus CMC

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de aula	50	Laboratório Alimentos	1
Auditório	5	Laboratório de Química	3
Biblioteca	1	Laboratório de Física	3
Quadra poliesportiva	5	Laboratório de Desenho	2
Piscina	1	Laboratório de Processos Químicos	1
Veículos	6	IF MAKER	1
Ambientes Administrativos	25	Centro de Idioma	1
Almoxarifado	1	Laboratório de Áudio e Vídeo	1
Central Analítica	1	Laboratório de informática	9
Laboratório Nectan	1	Laboratório de Publicidade	1
Laboratório de Produtos Naturais	1	Laboratório de Sistema elétrico de potencia	1
Laboratório de Microscopia	1	Laboratório de Medidas Elétricas	1
Laboratório de Morfologia	1	Laboratório de Instalações	1
Laboratório de Matemática	1	Laboratório de Energia Solar	1

Laboratório de Comando Elétrico	1	Laboratório de Metrologia	1
Laboratório de Eletrotécnica Digital e Analógica	1	Laboratório de Soldagem	1
Laboratório de Máquinas Elétricas	1	Laboratório de Autocad	1
Laboratório de Usinagem	1	Laboratório de Análise de Água	1
Laboratório de Ensaaios	1	Laboratório de Microbiologia	1
Laboratório de Motores	1	Laboratório de Desenvolvimento de Produto Alimentícios	1
Laboratório de Refrigeração	1	Laboratório de Beneficiamento de Frutas	1
Laboratório de Microbiologia	1	Laboratório de Topografia	1
Laboratório de Materiais de Construção	1	Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1
Laboratório de Resistências de Materiais	1	Laboratório de Hidráulica	1
Laboratório de Patologia de Construções	1	Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Estudo de Dosagem	1	Laboratório de Didático de Simulação	1
Laboratório de Desenho Técnico e Arquitetônico	1	Laboratório de Didático de Cad	1

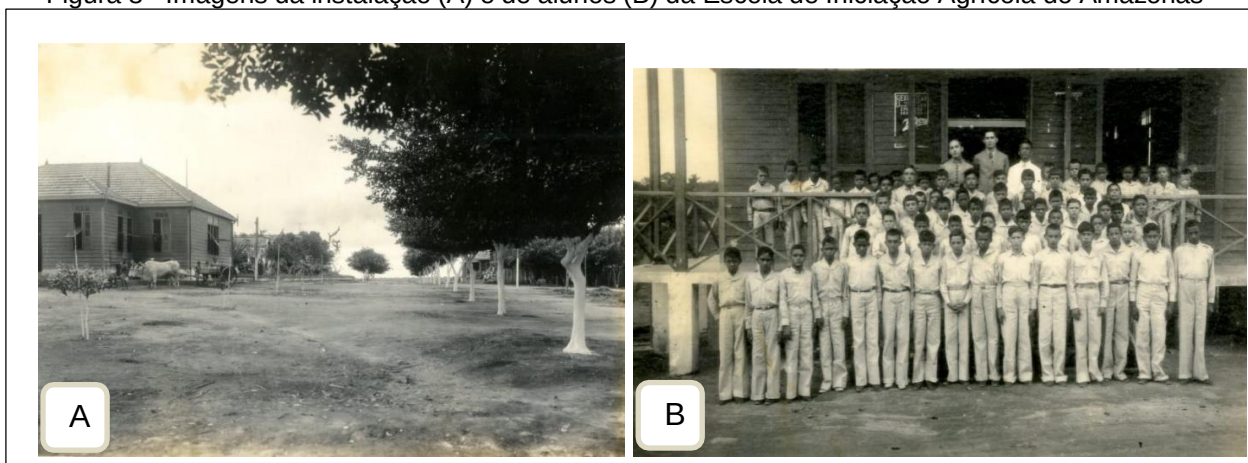
Fonte: campus CMC (2024)

1.4.2 Campus Manaus Zona Leste

O campus Manaus Zona Leste (CMZL) origina-se na Escola Agrotécnica Federal de Manaus - EAFM, cuja história orienta a oferta do ensino agrícola no Amazonas. Sua origem remonta ao Patronato Agrícola Rio Branco, criado pelo Decreto n.º 16.082, de 26 de junho de 1923, no então Território Federal do Acre. Posteriormente, é transformado em Aprendizado Agrícola e transferido para o Amazonas, por meio do Decreto-Lei n.º 2.255, de 30 de maio de 1940. Assim, em 19 de abril de 1941, o Aprendizado Agrícola é instalado no município de Manaus, no local denominado Paredão, atualmente propriedade da Marinha do Brasil.

Em 1946, conforme o Decreto-Lei n.º 9.758, de setembro de 1946, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Na década de 1960, a Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas (Figura 8) passa, segundo o Decreto-Lei n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a ser chamada de Ginásio Agrícola do Amazonas tendo em vista o que dispunha a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

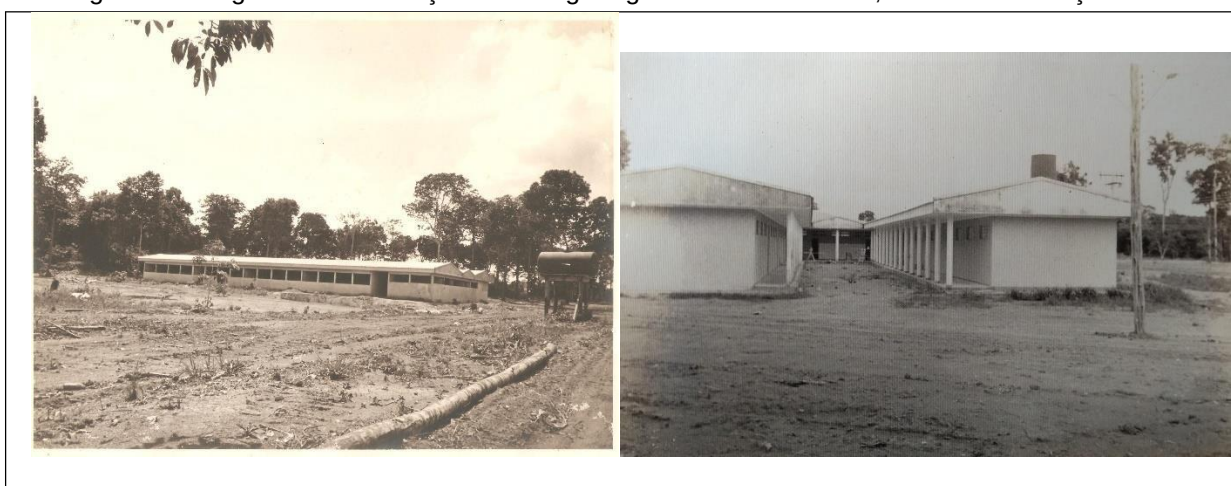
Figura 8 - Imagens da instalação (A) e de alunos (B) da Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas



Fonte: Acervo do campus CMZL (2024)

Em 1972, o Ginásio Agrícola do Amazonas, conforme Decreto n.º 70.513, de 12 de maio de 1972, passa a ser denominado de Colégio Agrícola do Amazonas. No mesmo ano, foi transferido do Paredão, onde funcionava desde 1941, para suas instalações na Zona Leste da cidade de Manaus (Figura 9), onde permanece até hoje.

Figura 9 - Imagens da Construção do Colégio Agrícola do Amazonas, no atual endereço - 1970



Fonte: Acervo do campus CMZL (2024)

Em decorrência do Decreto-Lei n.º 83.935, de 4 de setembro de 1979, o Colégio Agrícola do Amazonas, assim denominado desde 1972, passa a ser chamado Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM, (EAFM), transformando-se em autarquia educacional de regime especial, pela Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Com a criação dos Institutos Federais, através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM

e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **campus Manaus Zona Leste** (Figura 10), situado na Av. Cosme Ferreira, 8045, Gilberto Mestrinho, localizado na Zona Leste de Manaus/AM, a região mais populosa da cidade.

Figura 10 – Portaria principal de Entrada do campus Manaus Zona Leste



Fonte: Acervo do campus CMZL (2024)

Ao longo de sua história, o atual Campus Manaus Zona Leste foi administrado por vários diretores, como mostra a linha do tempo descrita no Quadro 6.

Quadro 6- Linha do tempo dos diretores da Unidade

ANO	DIRETORES
1965 a 1983	José Dantas Cavalcante
1983 a 1988	Eduardo Rodrigues de Melo
1988 a 1989	Otto Augusto Sarmiento Dias
1989 a 1990	Dílson Fernandes dos Reis
1992 a 1995	José Ofir Praia de Souza
1995 a 2003	José Lúcio do Nascimento Rabello
2003 a 2007	Jorge Nunes Pereira
2007 a 2011	José Maurício do Rego Feitoza
2011 a 2019	Aldenir de Carvalho Caetano
2019 a 2021	Jaime Cavalcante Alves
2022 -	David Washington Freitas Lima

Fonte: Informações concedidas pela equipe do CMZL (2024).

A criação dos novos campi espalhados por todas as mesorregiões do estado, contribui para o processo de descentralização dos cursos, anteriormente, ofertados unicamente na capital. Nesse sentido, o campus Manaus Zona Leste, que historicamente sempre recebeu educandos oriundos de todos os municípios do estado, redimensionou sua atuação, diversificando seus cursos para outras áreas de serviço, inclusive com a oferta de curso superior e foco direcionado, principalmente, para educandos de Manaus, encerrando o regime de internato.

Atualmente, o campus Manaus Zona Leste oferta Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, na Forma Subsequente, na Modalidade EJA-PROEJA, além de Cursos de Graduação e de Pós-graduação, conforme demonstrado nos quadros 7, 8 e 9, a seguir.

Quadro 7 - Cursos Técnicos de nível médio ofertados pelo CMZL

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração	Integrado e EJA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrado e Subsequente
Recursos Naturais	Agroecologia	Integrado e Subsequente
Recursos Naturais	Aquicultura	Subsequente
Recursos Naturais	Florestas	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Subsequente
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática	EJA
Produção Cultural e Design	Paisagismo	Integrado
Gestão e Negócios	Secretariado	Subsequente

Fonte: Informações concedidas pela equipe do CMZL (2024).

Quadro 8 - Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Ciências Exatas e da Terra	Bacharelado em Engenharia de Software	Presencial
Ciências Agrárias	Bacharelado em Medicina Veterinária	Presencial
Ciências Humanas	Licenciatura em Pedagogia	EaD
Ciências Agrárias	Tecnologia em Agroecologia	Presencial

Fonte: Informações concedidas pela equipe do CMZL (2024).

Quadro 9 - Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Especialização em Aprendizado de Máquina	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Presencial
Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Política Pública no Amazonas	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Presencial
Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Especialização <i>Lato Sensu</i>	EaD
Especialização em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica	Especialização <i>Lato Sensu</i>	EaD/UAB
Especialização em Informática na Educação	Especialização <i>Lato Sensu</i>	EaD/UAB
Especialização em Educação do Campo	Especialização <i>Lato Sensu</i>	EaD/UAB
Especialização em Educação à Distância para Educação Profissional e Tecnológica	Especialização <i>Lato Sensu</i>	EaD/UAB
Mestrado em Ciências Veterinárias	<i>Mestrado Stricto Sensu</i>	Presencial

Fonte: Informações concedidas pela equipe do CMZL (2024).

O campus Manaus Zona Leste possui atualmente mais de 70 prédios, distribuídos em diversos espaços, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 10 - Estrutura Física do CMZL com o indicativo das quantidades

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Academia	01	Laboratório de Aerolevanteamento Florestal e Ambiental	01
Auditório	04	Laboratório de Anatomia Veterinária	01
Campo de Futebol	02	Laboratório de Aprendizagem Autônoma	01
Centro de Documentação e Informação	01	Laboratório de Biologia	01
Clínica-Escola de Medicina Veterinária	01	Laboratório de Ciências Biológicas e da Saúde	01
Copa	05	Laboratório de Convergencia Digital	01
Herbário	01	Laboratório de Cozinha Experimental	01
Laboratório de Desenho Técnico	01	Laboratório de Microscopia	01
Laboratório de Ensaio Mecânicos, Automação e simulação	01	Laboratório de Morfofisiologia e Reprodução Animal	01
Laboratório de Fisiologia e Produção Vegetal	01	Laboratório de Patologia Clínica Veterinária de Ruminantes e Equídeos	01

Laboratório de Fisiopatologia Médica de Cães e Gatos	01	Laboratório de Pesquisa em Informática	01
Laboratório de Idiomas	01	Laboratório de Produção Animal - Caprinocultura e Ovinocultura	01
Laboratório de Informática	09	Laboratório de Produção Animal - Apicultura	01
Laboratório de Manutenção e Suporte em Informática	01	Laboratório de Produção Animal - Aquicultura	01
Laboratório de Produção Animal - Avicultura	01	Laboratório Maker	02
Laboratório de Produção Animal - Bovinocultura	01	Laboratório Multidisciplinar de metodologias ativas	08
Laboratório de Produção Vegetal - Estação Experimental	01	Laboratório Multidisciplinar de Tecnologia e Processamento de Alimentos	01
Laboratório de Produção Animal - Suinocultura	01	Laboratório Multidisciplinar de Veterinária	01
Laboratório de Química	01	Piscina semiolímpica	01
Laboratório de Redes FTTH	09	Pista de atletismo	01
Laboratório de Reprodução de Peixe	01	Portaria de Acesso	04
Prédio da CAPNE	01	Sala de Reunião	04
Prédio da Incubadora de Empresas do IFAM - AYT	01	Salas Administrativas	45
Prédio de Apoio Biopsicossocial e Saúde	01	Salas de Aula	35
Quadra poliesportiva	02	Setor de Agricultura Geral	02
Refeitório	01	Setor de Mecanização Agrícola	01
Sala de Educação a Distância	01	Setor de Produção Agroflorestal	02
Sala de Estudos	02	Setor de Produção Vegetal - Culturas Anuais	01
Sala de Professores	03	Vestiário	05

Fonte: Informações concedidas pela equipe do CMZL (2024)

1.4.3 Campus Manaus Distrito Industrial

O Campus Manaus Distrito Industrial pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 067, de 06.02.1987, com o nome de Unidade de Ensino Descentralizada

(UNED) de Manaus e autorizado a funcionar através da Portaria nº 1.241, de 27.08.1992, oferecendo inicialmente os cursos de Informática Industrial e Eletrônica.

De acordo com Mello (2009), desde sua implantação, a UNED de Manaus procurou atender às demandas de pessoal qualificado, pesquisa e desenvolvimento das indústrias; além de estabelecer parcerias que possibilitaram equipar laboratórios, estreitar visitas técnicas, estágios e projetos de pesquisa conjuntas.

Pela Portaria Ministerial Nº 04, de 06 de janeiro de 2009, que estabelece a relação dos campi que passaram a compor cada um dos Institutos Federais, criados em 2008; a UNED tornou-se campus do IFAM e passou a denominar-se campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), apresentado nas figuras 11 e 12, o qual está localizado na Avenida Governador Danilo Areosa, nº 1672 – Distrito Industrial, CEP: 69075-351, Zona sul de Manaus - Amazonas, com instalações próprias da instituição em um terreno obtido junto a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no ano de 1986.

Figura 11 - Vista da entrada/fachada do Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI



Fonte: Acervo do Campus CMDI (2024)

Figura 12 - Vista panorâmica do CMDI e CTHM, da esquerda para direita.



Fonte: Acervo do Campus CMDI (2024)

Em seu processo histórico o campus passou por diferentes administradores, como mostra a linha do tempo descrita no Quadro 11, abaixo:

Quadro 11 - Linha do tempo dos diretores que administraram o campus CMDI

ANO	DIRETORES
1992 - 1994	Jefferson Jurema Silva
1994 -2007	José Carlos Nunes de Mello
2007 - 2008	José Pinheiro de Queiroz Neto
2008 -2010	Gilberto Andrade da Silva
2011 - 2014	José Pinheiro de Queiroz Neto
2015 - 2019	José Carlos Nunes de Mello
2019 - 2023	Nivaldo Rodrigues e Silva
2023 - Atual	Nivaldo Rodrigues e Silva

Fonte: Informações fornecidas pela equipe gestora do Campus CMDI (2024)

Em virtude de sua localização e em função de seu potencial, o CMDI tem forte atuação junto ao (à) aluno (a) trabalhador (a) e grande potencial para parcerias com as indústrias, com viés para a pesquisa aplicada (PDI, 2019). Nesse sentido, atualmente, o campus Manaus Distrito Industrial oferta Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, na Forma Subsequente, na Modalidade EJA-Integrada, além de Cursos de Graduação e de Pós-graduação Lato Sensu, conforme demonstrado nos quadros 12, 13 e 14, a seguir.

Quadro 12 - Cursos técnicos ofertados pelo campus CMDI

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	Integrada
Controle e Processos Industriais	Mecatrônica	Integrada
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	Subsequente
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	Subsequente
Gestão e Negócios	Logística	Integrada (EJA)

Fonte: Informações fornecidas pela equipe gestora do Campus CMDI (2024)

Quadro 13 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus CMDI

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Controle e Processos Industriais	Curso Superior em Engenharia de Controle Automação	Presencial
Controle e Processos Industriais	Curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial	Presencial
Gestão e Negócios	Curso Superior de Tecnologia em Logística	Presencial
Controle e Processos Industriais	Curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial - TMI	Presencial
Informação e Comunicação	Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Presencial

Fonte: Informações fornecidas pela equipe gestora do Campus CMDI (2024)

Quadro 14 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus CMDI

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Internet das Coisas – IoT	Especialização Lato Sensu	PRESENCIAL - oferecida no âmbito do Aranouá
Meio Ambiente e suas Tecnologias	Especialização Lato Sensu	PRESENCIAL - vigente com previsão de nova turma no segundo semestre de 2024
Automação Industrial e Transformação Digital	Especialização Lato Sensu	PRESENCIAL - A iniciar, PPC do curso aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 032/CONSUP/IFAM/2024

Fonte: Informações fornecidas pela equipe gestora do Campus CMDI (2024)

O Campus CMDI possui, atualmente, uma ampla estrutura física, com vistas a oferecer educação de qualidade aos seus discentes, como mostra o quadro 15.

Quadro 15 - Estrutura física do campus CMDI

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de aula	23	Laboratório de Ciências Exatas/PGMAST	1
Auditório	1	Laboratório de Química	1
Biblioteca	1	Laboratório de Física	1
Quadra poliesportiva	1	Laboratório de Desenho	1
Piscina	1	Laboratório de Indústria	3
Veículos	6	Laboratório de Automação	1
Laboratório de Acionamentos/CLP	1	Laboratório de Áudio e Vídeo	1
Laboratório de Hidráulica e Pneumática	1	Laboratório de Comunicações Ópticas	1
Laboratório de Metrologia	1	Laboratório de Redes de Telecomunicações	1
Laboratório de Robótica/Controle	1	Laboratório de Sistemas de Telecomunicações	1
Laboratório de Eletrônica de Potência e Energia Solar	1	Laboratório de Desenvolvimento/cursos FIC	1
Laboratório de Programação I	4	Laboratório Maker	1
Laboratório FLL/OBR	1	Laboratório Prototipagem	1

Fonte: Informações fornecidas pela equipe gestora do Campus CMDI (2024)

1.4.4 O campus São Gabriel da Cachoeira

A cidade de São Gabriel da Cachoeira localizada ao noroeste do estado do Amazonas, foi fundada no ano de 1668, em posição estratégica no Rio Negro. A localização de São Gabriel da Cachoeira, a 852 km da capital do estado, Manaus, confere uma importância geográfica significativa ao município no contexto regional. Está há cerca de 120 km da fronteira com a Colômbia e a Venezuela, integrando-se aos municípios da mesorregião do Alto Rio Negro. A cidade é conhecida por sua diversidade cultural, abrigando uma grande população indígena com mais de 20 etnias, e é um ponto crucial para a preservação das culturas indígenas na Amazônia. Dentro dessa cidade encontra-se o Campus São Gabriel da Cachoeira (CSGC), situado na Rodovia BR-307, Km 03, Cachoeirinha, Estrada do Aeroporto.

Visando atingir a formação técnica e tecnológica, a Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério de Educação, sob a supervisão da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), expandiu-se para o interior do Brasil em diversos estados, chegando, assim, também ao interior do Amazonas, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira.

O campus São Gabriel da Cachoeira (CSGC) tem sua origem num processo de idealização que se inicia em 1985, no então governo do Presidente José Sarney, com o Projeto Calha Norte, cujo objetivo era impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, baseado na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Criada com o nome de Escola Agrotécnica Marly Sarney, através do Convênio Nº 041 celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e o Ministério da Educação, somente em 30 de junho de 1993, por meio da Lei Nº 8.670, passou a se chamar Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira - EASGC. Contudo, o campus São Gabriel da Cachoeira foi inaugurado somente no dia 17 de setembro de 1994 e suas atividades acadêmicas tiveram início no ano de 1995, com a primeira oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária.

Com o ato de criação do IFAM, através da Lei nº 11.892/2008, a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira se tornou o campus São Gabriel da Cachoeira – CSGC (Figura 13), sendo, juntamente com o CMC, o CMZL e o CMDI, os campi que constituíram, originalmente o IFAM.

Figura 13 - Vista da entrada do campus São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Acervo digital do IFAM (2024)

No espaço em que atua, o CSGC busca na identificação e no reconhecimento das potencialidades da região a criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais, visando produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das populações do noroeste do Amazonas, prioritariamente os povos indígenas.

Quanto ao quadro de funcionários, é composto por um quadro de corpo docente e Técnico-Administrativo. O corpo docente é constituído por 62 professores entre efetivos e substitutos (conforme Lei 8.745/1993). O corpo Técnico Administrativo é constituído por 51 profissionais. Dentre os quais: Administrador, Assistentes de aluno, Assistentes em Administração, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar em Administração Bibliotecário/Documentalista, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar em Agropecuária, Carpinteiro, Lavadeiras, Padeiros, Servente de Obras, Técnicos em Tecnologia da Informação, Técnicos em Agropecuária, Pedagogo, Técnicos em Contabilidade, Enfermeira, Vigilantes.

E como administradores, já ocuparam o cargo de Diretor Geral, os seguintes gestores:

Quadro 16 - Linha do tempo dos diretores do campus CSGC

ANO	DIRETORES
2008 - 2018	Elias Brasilino de Sousa
2019 - 2023	Leonam Correia Lima
2023 - 2027	Renato Valadares de Sousa Moreira

Fonte: Informações cedidas pela equipe do CSGC (2024)

Assim, comprometido em promover com excelência, educação, ciência e tecnologia aos povos do alto rio negro, respeitando a territorialidade dos povos indígenas, bem como, garantindo sua participação e consulta, num Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, com a finalidade de responder às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais das comunidades locais, como campus do IFAM, o Campus São Gabriel da Cachoeira oferece, atualmente, cursos com a oferta da Educação Profissional Técnica em diferentes, níveis, formas e modalidades, conforme demonstrado no quadro 17, a seguir:

Quadro 17 - Cursos ofertados pelo campus CSGC

Cursos Técnicos ofertados pelo Campus São Gabriel da Cachoeira		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
Informação e Comunicação	Informática	Integrada e Subsequente
Gestão e Negócios	Administração	Integrada, Subsequente e PROEJA
Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar	Subsequente
Ambiente e Saúde	Enfermagem	Subsequente

Fonte: Informações cedidas pelo CRA do CSGC (2024)

Para atender os discentes dos cursos ofertados, com qualidade, o Campus São Gabriel possui a seguinte estrutura física, apresentada no quadro 18.

Quadro 18 - Estrutura física do campus CSGC

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de Aula	16	Frota	19
Laboratórios de Informática	03	Parque computacional	130
Laboratórios de Química	01	Quadras	1
Laboratórios de Física	01	Unidades de Ensino Prático	11
Laboratórios de Enfermagem	01	Piscinas	0
Laboratórios de Biologia	01		

Fonte: Informações cedidas pela equipe do CSGC (2024)

1.5 O PROCESSO DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFAM

A política de expansão e de interiorização dos campi dos Institutos Federais de Educação teve início com a Fase I, compreendida entre os anos de 2005 a 2007. Nessa fase foram construídas 64 unidades em todo o país.

A segunda Fase, ocorrida no período de 2007 a 2010 teve como máxima o slogan: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, cujo objetivo era a implantação de 150 novas unidades de ensino, que se somariam às 64 unidades já existentes (BRASIL, 2009).

Na terceira fase, entre os anos de 2011 a 2014, com a transição do governo, a política de expansão da Rede Federal foi mantida e novos campi em todo país foram inaugurados.

No IFAM, a implantação de unidades no interior se deu a partir da criação de mais 10 campi entre os anos de 2005 e 2014 e alguns novos campi posteriormente. Essa ação possibilitou a oferta de Educação Profissional de excelência para municípios distantes da capital do estado. A presença do IFAM em todas as mesorregiões do estado do Amazonas, vem promovendo, dessa maneira, o desenvolvimento local/regional; além de possibilitar a verticalização do ensino em alguns municípios que já ofertam cursos de graduação ou pós-graduação, seja na modalidade presencial ou a distância.

A atuação do IFAM em áreas do primeiro setor, principalmente no interior do estado do Amazonas, sinaliza a preocupação dessa instituição com o desenvolvimento local/regional seja produzindo conhecimento por meio do ensino, por meio da pesquisa ou por meio das ações de extensão.

1.5.1 A Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

1.5.1.1 Campus Coari

Coari é um município brasileiro do interior do Estado do Amazonas, Região Norte do país. O município está localizado no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari. O nome Coari também está ligado às raízes indígenas e há duas versões: A primeira versão é de que, em 1759 a aldeia é elevada a lugar com o nome de Alvelos. E a segunda diz que, em 02 de dezembro de 1874 foi elevada a vila, em 2 de agosto de 1932 a Vila de Coari é elevada à categoria de município. A cidade fica aproximadamente a 363km de Manaus em linha reta. É nesse contexto regional tão peculiar que se instalou, no ano de 2005, o campus Coari, originário da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, localizado na Estrada Coari-Itapéua, km 02, S/N, Coari - AM, 69460-000.

Sendo resultado da primeira Fase da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, decorrente da Lei Nº. 11.195/2005, o projeto de criação e implantação da

então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM) e a Prefeitura Municipal de Coari.

No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi autorizado mediante a Portaria de nº 1.970 do Ministério da Educação. Começaram então as obras para a construção da unidade. Assim, no dia 22 de fevereiro de 2007, o campus iniciou seu primeiro ano letivo. Nessa época, a comunidade da UNED-COARI era composta por dezenove servidores docentes, dezesseis servidores na área administrativa e duzentos e quarenta discentes. As dificuldades foram inúmeras, não havia equipamentos nos laboratórios, nem nos setores administrativos. O processo ensino-aprendizagem contou apenas com as habilidades dos docentes e técnicos administrativos.

A referida Instituição funcionou inicialmente nas dependências do prédio do Serviço Social do Comércio - SESC LER – consolidando uma de suas parcerias, ministrando à comunidade coariense os seguintes Cursos Técnicos: Integrados e Subsequenciais em Edificações e em Informática.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Adequando-se a essa Lei, a UNED-Coari passou a denominar-se Campus Coari.

As novas instalações do Campus Coari (Figuras 14 e 15), localizada na Estrada Coari-Itapéua, km. 02, s/n - Bairro Itamaraty, tiveram suas atividades letivas iniciadas em 05 de maio de 2008 e sua inauguração oficial aconteceu em 10 de setembro do mesmo ano, com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 14 - Vista da entrada do campus Coari



Fonte: Arquivo virtual do campus Coari (2024)

Figura 15 - Vista Aérea do campus Coari



Fonte: Arquivo virtual do campus Coari (2024)

O Campus Coari, enquanto estrutura integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, tem por finalidade proporcionar o

ensino de qualidade através de qualificação e requalificação profissional, bem como Pesquisa e Extensão, a fim de atender a demanda da Micro- região de Coari.

Nesse percurso histórico, a instituição foi administrada pelos seguintes servidores, descritos no quadro 19, abaixo:

Quadro 19 - Linha do tempo dos diretores do campus Coari

ANO	DIRETORES
2006 a 2008	Roquelane Batista de Siqueira
2008 a 2011	Maria do Perpétuo Socorro Conceição da Silva
2011 a 2012	Allen Bitencourt de Lima
2012 a 2014 e 2015 a 2016	Jurandy Moreira Maciel Aires da Silva
2016	Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard (pro tempore)
2016	Fábio Teixeira Lima (pro tempore)
2017 a 2018	Andréa Baima do Lago Silva
2018 a 2019	Jorge Iracy Simões da Mota (pro tempore)
2019 a 2021	Juan Marcelo Dell'Oso
2021 a 2022	Elder Moriz Corrêa(pro tempore)
2022 a 2023	Elcivan dos Santos Silva (pro tempore)
2023 - atualmente	Elcivan dos Santos Silva

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do Campus Coari

O campus Coari oferece atualmente cursos com a oferta da Educação Profissional Técnica em diferentes, níveis, formas e modalidades, conforme demonstrado nos quadros 20 e 21, a seguir:

Quadro 20 - Cursos de nível médio ofertados no campus Coari

Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Coari		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática	Integrada e Subsequente
	Informática para Internet	Integrada e Subsequente
Gestão e Negócios	Administração	Integrada, Subsequente e PROEJA

Fonte: Campus Coari

Quadro 21 - Cursos de graduação ofertados no campus Coari

Cursos de Graduação ofertados pelo Campus Coari		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Gestão e Negócios	Bacharelado em Administração	Presencial

Fonte: Campus Coari (2024)

O campus Coari relativo à sua estrutura física, apresenta as seguintes dependências, destacadas no quadro 22.

Quadro 22 - Estrutura física do campus Coari

Dependências	Quantidade
Sala da Direção Geral	1
Sala do Gabinete da Direção Geral	1
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP	1
Sala de Reuniões do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão - DEPE	1
Sala do DEPE, Coordenação Geral Acadêmico e Coordenações de Curso	1
Sala do Departamento de Administração e Planejamento - DAP	1
Sala de professores	1
Sala do Setor de Apoio Pedagógico	1
Sala da Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI	1
Sala da Coordenação de Pesquisa / Extensão	1
Sala de Assistente de Alunos	1
Sala de leitura ou biblioteca	1
Sala de Videoconferência	1
Sala de Laboratórios de informática	3
Sala de Laboratório de Redes	1
Sala de Laboratório de Manutenção e Suporte em Informática	1
Sala de Laboratório de Biologia / Química	1
Sala de Laboratório de Alimentos	1
Sala de Laboratório de Solos e Topografia	1
Sala de Laboratório Maker	1
Auditório	1
Sala de aula	11
Almoxarifado	1
Depósito material limpeza	1
Despensa	1
Refeitório	1
Quadra Poliesportiva coberta	1
Cozinha/Copa	1

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Coari (2024)

1.5.2 A Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um novo desafio

A segunda fase da expansão da RFEPCT teve como slogan “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, com o objetivo de consolidar a formação técnica e tecnológica, da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério de Educação, sob a supervisão da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Assim sendo, as modalidades, níveis e formas de ensino técnico e tecnológico se expandiu-se para o interior do Brasil em diversos estados, chegando também ao interior do Amazonas.

1.5.2.1 Campus Lábrea

Nesse processo de consolidar a formação técnica e tecnológica nas diversas regiões do país, inclusive no Amazonas, a expansão chegou a Lábrea. A cidade de Lábrea, localizada ao sul do estado do Amazonas, foi fundada no ano de 1881, em posição estratégica na calha do Rio Purus. A localização de Lábrea, no km 0 da Rodovia BR 230, a Transamazônica, que liga a sede municipal à cidade de Humaitá (AM), ajuda a conferir importância geográfica ao município no contexto regional. Está a pouco mais de 400 km da capital do Estado de Rondônia e se integra aos municípios da mesorregião sul amazonense. Nesse contexto regional está situado o campus Lábrea, localizado na rua Vinte e Dois de Outubro, nº 3.893 - Vila Falcão, CEP 69830-000.

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, através da Lei nº 11.892 de 2008, vivenciando a segunda fase de expansão da RFEPCT, o campus Lábrea (Figura 16 e 17) foi inaugurado, no dia 1º de fevereiro de 2010.

Figura 16 - Vista da entrada do campus Lábrea



Fonte: Acervo digital do campus Lábrea (2024)

Figura 17 - Imagem aérea do IFAM Campus Lábrea



Fonte: Acervo do DEPE do campus Lábrea (2024)

As atividades acadêmicas tiveram início no dia 7 de março do mesmo ano, oferecendo a Educação Profissional Técnica em nível médio integrado (Informática, Administração e Agropecuária) e o Curso Subsequente na formação de alunos para o Secretariado, Administração, Manutenção e Suporte em Informática, Curso de Florestas e PROEJA no nível médio em Informática.

Em 2013 deu-se início ao curso Recursos Pesqueiros, PROEJA em nível médio Secretariado e foi implantado a modalidade de educação à distância com os cursos subsequentes em: agente comunitário de saúde, meio ambiente e rede de computadores, além da oferta de pós-graduação em nível de especialização em proeja campo. Passou a atender, também, Programas do Governo Federal como: Pronatec e Mulheres Mil.

O campus Lábrea tem a finalidade de gerar a missão - “Educação através do Ensino, Pesquisa e Extensão visando o desenvolvimento socioambiental local e regional do Médio Purus”; a Visão – “Ser referência como Instituição de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas”; e os Valores: “Cidadania, Ética, Humanização, Qualidade e Responsabilidade Socioambiental”.

Nessa perspectiva, atualmente, o campus Lábrea oferece cursos com a oferta da Educação Profissional Técnica em diferentes níveis, formas e modalidades, conforme demonstrado no quadro 23, 24 e 25, a seguir:

Quadro 23 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Lábrea

Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Lábrea		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
	Florestas	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrada
	Informática para Internet	Subsequente
Gestão e Negócios	Administração	Integrada e Subsequente
	Secretariado	Subsequente
	Vendas	Subsequente

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Lábrea (2024)

Quadro 24 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Lábrea

Cursos de Graduação ofertados pelo Campus Lábrea		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Ciências da Educação	Licenciatura em Pedagogia	Educação a Distância

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Lábrea (2024)

Quadro 25 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Lábrea

Cursos de Pós-graduação ofertados pelo Campus Lábrea		
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Especialização em Informática para Docência	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Educação a Distância
Especialização em Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Educação a Distância

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Lábrea (2024)

Em seu percurso histórico, a instituição foi administrada por diferentes servidores, como descritos no quadro 26, abaixo:

Quadro 26 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Lábrea

ANO	DIRETORES
2010	Jorge Nunes Pereira
2014	Josiane Faraco de Andrade Rocha
2015	Fábio Teixeira Lima
2016	Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro
2023	Atualmente Adelino Maia Galvão Filho

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Lábrea (2024)

No espaço em que atua, quanto ao quadro de funcionários, o campus é composto por um quadro de corpo docente e Técnico-Administrativo. O corpo docente é constituído por 42 professores entre efetivos e substitutos (conforme Lei 8.745/1993). O corpo Técnico Administrativo é constituído por 34 profissionais, dentre os quais: Administrador, Assistente de aluno, Assistente Social, Auxiliar de biblioteca, Bibliotecário/Documentalista, Técnico em audiovisual, Técnico em laboratório de informática, Analista em TI, Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnicos em Agropecuária, Médico Veterinário, Pedagogo, Contador, Psicóloga, Enfermeira e Técnico em Enfermagem (ROCHA; SANTOS, 2020).

Com relação à infraestrutura, o campus possui a seguinte estrutura física, composta no quadro 27.

Quadro 27 - Estrutura física do campus Lábrea

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de Aula	11	Frota	8
Laboratórios de Informática	4	Parque computacional	0
Laboratórios de Química	1	Quadras	2
Laboratórios de Solos	1	Unidades de Ensino Prático	3
Laboratórios de Biologia	1	Piscinas	1

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Lábrea (2024)

1.5.2.2 Campus Maués

O município de Maués pertence à mesorregião do centro amazonense. É conhecido como a “Terra do Guaraná” e foi um dos cinco municípios do Amazonas contemplados na Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação com um campus do IFAM. A construção do prédio do novo campus iniciou em janeiro de 2009 e foi concluída em junho de 2010. Está localizado na Estrada dos Moraes S/Nº, Bairro Senador José Esteves CEP 69.190-000 - Maués/AM.

As atividades letivas do Campus Maués iniciaram-se no dia 06 de abril de 2010, em três salas de aula cedidas pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, enquanto a construção do prédio do IFAM estava sendo concluída. A unidade teve sua autorização de funcionamento através da Portaria Ministerial nº 686, de 27 de maio de 2010 e está vinculada ao Ministério da Educação.

Hoje, em prédio próprio, o IFAM campus Maués (Figura 18 e 19) atende à comunidade, no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, inserindo também em suas ações, os diversos Programas do Governo Federal.

Figura 18 - Vista da entrada do campus Maués



Fonte: Acervo digital do campus Maués (2024)

Figura 19 - Vista aérea do campus Maués



Fonte: Acervo digital do campus Maués (2024)

O campus tem cumprido o objetivo delineado para a instituição no Estado do Amazonas tendo o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável de nossa região, com vistas à inclusão social, na busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias, sempre em sintonia com os chamados arranjos produtivos sociais e culturais locais. Nesse sentido, criou-se condições favoráveis à formação e

qualificação profissional nas diversas modalidades e níveis de ensino, incluindo o superior. Os cursos ofertados naquele campus, estão demonstrados nos quadros 28, 29 e 30, a seguir.

Quadro 28 - Cursos de nível técnico ofertados pelo campus Maués

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Informação e Comunicação	Informática	Integrado
Gestão e Negócios	Administração	Integrado
Gestão e Negócios	Administração EJA/PROEJA	Integrado
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrado
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Subsequente
Informação e Comunicação	Manutenção e suporte em informática (PPC em avaliação na PROEN)	Subsequente
Gestão e Negócios	Administração	Subsequente
Recursos Naturais	Aquicultura	Subsequente

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Maués (2024)

Quadro 29 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Maués

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Recursos Naturais	Tecnologia em Agroecologia	Presencial
Gestão e Negócios	Administração (PPC em avaliação na PROEN)	Presencial

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Maués (2024)

Quadro 30 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Maués

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Gestão Pública (Maués)	Lato Sensu (será ofertada no 2º semestre de 2024)	EAD
Docência da Educação	Lato Sensu (UAB/IFAM)	EAD
Informática na Educação	Lato Sensu (UAB/IFAM)	EAD

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Maués (2024)

Ao longo de sua história, o campus foi administrado por vários servidores, atuando como Diretor Geral, como mostra o quadro 31.

Quadro 31 - Diretores Gerais que administraram o campus Maués

ANO	DIRETORES
2010 - 2016	LEONOR FERREIRA NETA TORO
2016 - 2019	ELIAS DA SILVA SOUZA
2019 - 2023	ELIAS DA SILVA SOUZA
2023 - Atual	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Maués (2024)

Com relação à infraestrutura, o campus possui a seguinte estrutura física, composta no quadro 32.

Quadro 32 - Demonstrativo da estrutura física do campus Maués

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Sala de reunião	01	Wc Masculino / Feminino / PNE	08
Salas administrativas	18	Salas modular - 1 bloco com 2 salas de aula e 2 administrativas	01
Salas de aula	10	Unidades Educ. de Produção	02
Auditório com 200 lugares	01	Ginásio poliesportivo com vestiários e salas administrativas	01
Laboratórios	09	Piscina semiolímpica com vestiários e banheiros	01
Audiovisual	01	Guarita	01
Biblioteca	01	Casa de máquina (Grupo Gerador)	01
Enfermaria	01	Copa	01
Refeitório	01		

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Maués (2024)

1.5.2.3 Campus Parintins

O município de Parintins, também chamado de Ilha Tupinambarana, foi primitivamente, habitado por indígenas como quase todos os demais municípios brasileiros. Integrante da mesorregião central amazonense, o município se tornou conhecido no mundo, pelo grande festival Folclórico de Parintins, evento no qual disputam o Boi Caprichoso, de cor Azul e Branca e o Boi Garantido, de cor Vermelha e Branca, durante as três noites, do festival. O evento ocorre na sede do município, no Bumbódromo - um tipo de estádio com o formato de uma cabeça de boi estilizada, com capacidade para 35 mil espectadores. Essa atmosfera festiva que tem ocorrido ao longo de muitos anos, motivou a Assembleia Legislativa do Estado a atribuir ao município de Parintins em 2012, o título de “Capital da Cultura e do Folclore do Estado do Amazonas” fato que transformou o município, no ponto alto da cultura local.

A Fase da II Expansão da Rede Federal no Estado do Amazonas contemplou a cidade de Parintins com um campus do IFAM, denominado Campus Parintins (Figura 20), cuja autorização de funcionamento se deu pela Portaria Nº 687, de 27 de maio de 2010, alterada pela Portaria nº 505, de 7 de outubro de 2010.

Figura 20 - Vista da frente do Campus Parintins



Fonte: Acervo digital do campus Parintins (2024)

O Campus Parintins está localizado em seu prédio próprio, na Estrada Odovaldo Novo, S/Nº, na Comunidade Aninga – Parananema, cujo terreno possui uma área total de 68.880 m². Em sua linha do tempo, o IFAM campus Parintins foi administrado pelos servidores destacados no quadro 33, que atuaram como Diretores gerais.

Quadro 33 - Linha do tempo de diretores gerais do campus Parintins

ANO	DIRETORES
2010 - 2012	Darcília Dias Penha
2012 - 2013	Allen Bitencourt de Lima
2013 - 2019	Gutemberg Ferraro Rocha
2019 - 2023	Kleber de Britto Souza
2023 - atual	Christiane Pereira Rodrigues

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Parintins (2024)

Ao longo desses anos de atividades, o campus Parintins tem buscado estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no município, visando contribuir significativamente com o crescimento econômico local, por meio da oferta de seus cursos técnicos e tecnológicos, destacados nos quadros 34 e 35. Além disso, tem desenvolvido atividades de pesquisa e extensão que fortalecem os arranjos social, cultural e produtivo local, promovendo impactos positivos na sociedade e na economia da microrregião do Baixo Amazonas.

Quadro 34 - Cursos Técnicos de nível médio ofertados pelo campus Parintins

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
GESTÃO E NEGÓCIOS	ADMINISTRAÇÃO	INTEGRADA E PROEJA
RECURSOS NATURAIS	AGROPECUÁRIA	INTEGRADA E SUBSEQUENTE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	INTEGRADA E SUBSEQUENTE
AMBIENTE E SAÚDE	MEIO AMBIENTE	SUBSEQUENTE
RECURSOS NATURAIS	RECURSOS PESQUEIROS	SUBSEQUENTE

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Parintins (2024)

Quadro 35 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Parintins

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
GESTÃO E NEGÓCIOS	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL	PRESENCIAL
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	BACHARELADO EM ENGENHARIA DE SOFTWARE	PRESENCIAL

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Parintins (2024)

A área construída do campus conta com: prédio principal; prédio anexo ao prédio principal, composto por 10 salas; piscina semiolímpica; Ginásio poliesportivo; UEP – Aquicultura; Estacionamento, dentro dos quais pode-se encontrar a seguinte estrutura: salas de aula, laboratórios (de informática, de hardware, de robótica, de pesquisa, de ciências, de microbiologia, de recursos pesqueiros, de avicultura, de solos, de alimentos, de matemática e de físico-química), banheiros para alunos e servidores, refeitório, cozinha, lanchonete, sala de assistência aos alunos, sala de atendimento ao discente, biblioteca, auditório, serviço de enfermagem, sala da CAPNE (Coordenação de assistência a pessoas com necessidades educacionais especiais), academia, salas de professores, salas das coordenações, secretaria, protocolo, almoxarifado, sala de EAD e setores administrativos, com as quantidades descritas no quadro 36.

Quadro 36 - Demonstrativo da estrutura física do campus Parintins

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de aula	12	Ginásio Poliesportivo	1
Laboratórios	14	Piscina Semiolímpica	1
Biblioteca	1	UEP - Aquicultura	1
Auditório	1	Salas administrativas	19
Secretaria	1	Sala de professores	2
Refeitório	1	Academia	1

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Parintins (2024)

As instalações do campus Parintins são projetadas para a promoção da inclusão, por meio da acessibilidade, dispondo de estrutura adequada para receber discentes que possuam necessidades específicas e é destinada, prioritariamente, a apoiar o desenvolvimento educacional por meio do ensino, pesquisa e extensão.

1.5.2.4 Campus Presidente Figueiredo

O município de Presidente Figueiredo está localizado ao Norte do estado do Amazonas, a cerca de 107 quilômetros da capital do estado, Manaus. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município possui uma área de 25.459,099 km² e uma população estimada em 38.095 habitantes. Nesse contexto foi instituído o campus Presidente Figueiredo (Figura 21 e 22), localizado na Avenida Onça Pintada, 1308 – Galo da Serra, AM, 69735-000.

Figura 21 - Vista frontal do campus Presidente Figueiredo



Fonte: Acervo digital do campus Presidente Figueiredo (2024)

Figura 22 - Vista aérea do campus Presidente Figueiredo



Fonte: Acervo digital do campus Presidente Figueiredo (2024)

O IFAM campus Presidente Figueiredo (CPRF) foi instituído a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, previsto pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, cujo objetivo era de oferecer condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino ao país.

O compromisso público de interiorização da educação profissional se estabeleceu na região, de forma concretamente incisiva e os cursos oferecidos estabeleceram sintonia com os arranjos produtivos da localidade, a fim de contribuir para o efetivo desenvolvimento socioeconômico da região.

A inauguração do campus ocorreu no dia 17 de abril de 2010, e desde então, o IFAM Campus Presidente Figueiredo sempre disponibilizou a sociedade o ensino de qualidade. Ao ser inaugurado, o Campus ofereceu à comunidade local, os cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica, na modalidade integrada. No mesmo ano, mas no segundo semestre, inicia a modalidade subsequente para os seguintes cursos técnicos: Administração, Mecânica, Eletrotécnica e Recursos Pesqueiros (este último hoje, suspenso).

Em 2019, ofertou o primeiro curso de Engenharia de Aquicultura do Estado do Amazonas, disponibilizando 30 vagas anuais, com acesso pelo Sistema Unificado de

Seleção – SISU. Em 2020, devido à demanda local, houve a junção do curso de Mecânica e Eletrotécnica e a Instituição passou a ofertar o curso na modalidade integrada e pós-médio em Eletromecânica. No ano de 2024 iniciou no campus a primeira turma de PROEJA-EPT, disponível para 30 vagas.

O IFAM CPRF, assim como todos os campi do IFAM, é dirigido por um Diretor Geral. E ao longo de sua linha histórica foi administrado pelos servidores descritos no quadro 37.

Quadro 37 - Servidores que já ocuparam o cargo de Diretor Geral no campus CPRF

MANDATO	DIRETORES
2010 - 2011	STANISLAU DE OLIVEIRA ARRUDA
2011 - 2014	PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE
2014 a 2019	PAULO MARREIRO DOS SANTOS JUNIOR
2019 - 2023	JACKSON PANTOJA LIMA
2023 - 2027	JACKSON PANTOJA LIMA

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Presidente Figueiredo (2024)

No IFAM CPRF, o Diretor Geral é assessorado pelo Departamento de Administração e Planejamento (DAP) e o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).

Direção Geral - ao diretor compete executar, de forma descentralizada, as diretrizes educacionais, administrativas e econômico-financeiras definidas pelo sistema IFAM-AM. Agrega a Chefia de Gabinete, Departamento de Administração e Planejamento (DAP) e o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).

Departamento de Administração e Planejamento (DAP) - Coordena e acompanha as atividades de natureza administrativa relacionadas a materiais, equipamentos, instalações físicas, serviços de terceiros, processos de compras e protocolo de documentos.

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) - Tem a responsabilidade de planejar, implantar, acompanhar, avaliar e registrar o desenvolvimento do processo educativo, das atividades de extensão e de pesquisa do instituto. Agrega as Coordenações de Pesquisa, de Extensão, do Ensino médio, do Ensino Técnico, Graduação e a Organização Pedagógica de Ensino. Dentro da Coordenação de Ensino Técnico existe as Coordenações de Cursos, os quais são:

Coordenação do Curso Técnico em Administração, Mecânica, Eletrotécnica, Eletromecânica, Desenvolvimento de Sistema, Agropecuária, Coordenação da Engenharia de Aquicultura e PROEJA-EPT.

Fazem parte de cada um dos setores citados, o seguinte quantitativo de servidores (professores e técnicos-administrativos), descrito no quadro 38.

Quadro 38 – Quantitativo de servidores do campus CPRF

SERVIDORES DOCENTES E TAEs	
Docentes	54
Técnico em Assuntos Educacionais	2
Contadora	1
Pedagoga	2
Assistente de biblioteca	2
Técnico de laboratório	2
Chefe de gabinete	1
Assistente de alunos	3
Assistente Administrativo	4
Administrador	1
Técnico em Eletrotécnica	1
Técnico em Mecânica	1
Bibliotecária	1
Técnica de Enfermagem	1
Coordenação de Manutenção de Patrimônio	1
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Contabilidade	1
Psicólogo	0
Assistente Social	1
Analista de Tecnologia da Informação	1
TOTAL	28

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Presidente Figueiredo (2024)

O campus Presidente Figueiredo oferece, atualmente, cursos com a oferta da Educação Profissional Técnica em diferentes, níveis, formas e modalidades, conforme demonstrado nos quadros 39 e 40, a seguir:

Quadro 39 - Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Presidente Figueiredo

Cursos Técnicos ofertados pelo Campus PRESIDENTE FIGUEIREDO		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas	Integrada
Gestão e Negócios	Administração	Integrada e Subsequente
Controle e processos industriais	Eletromecânica	Integrada e Subsequente
Produção Alimentícia	Agroindústria	EJA integrada à EPT

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Presidente Figueiredo (2024)

Quadro 40 - Cursos de Graduação ofertados pelo Campus Presidente Figueiredo

Cursos de Graduação ofertados pelo Campus PRESIDENTE FIGUEIREDO		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Ciências Agrárias	Engenharia de Aquicultura	Presencial

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Presidente Figueiredo (2024)

O terreno do campus possui uma área total de 239.807,00 M², com área total construída de 7.592,50 M², formando a infraestrutura do campus, como demonstrado no quadro 41.

Quadro 41 - Estrutura física do campus CPRF

ESTRUTURA FÍSICA		ESTRUTURA FÍSICA	
ESTRUTURA	QUANTIDADE	ESTRUTURA	QUANTIDADE
Salas de aula	15	Administrativo	1
Laboratórios	9	Diretoria Geral	1
Cozinha	1	sala de Ensino Pesquisa e Extensão	1
WC. Masculino / Feminino / PNE	8	Recursos audiovisuais	1
Manutenção	1	Videoconferência	1
Almoxarifado	1	Biblioteca	1
Central de Processamento de Dados (CPD)	1	Administrativo	1
Central de Atendimento aos Estudantes	1	Diretoria Geral	1

Sala de Ensino Pesquisa e Extensão	1	Sala da Assistente Social	1
Recursos audiovisuais	1	Secretaria	1
Videoconferência	1	Diretoria	1
Biblioteca	1	Gerência de ensino	1
Sala de professores	2	Apoio pedagógico	1
Relações comunitárias	2	Coordenação do Curso	1
Secretaria escolar	1	Coordenação do Curso	1
Protocolo	1	Auditório	1
Chefia de gabinete	1	Salão	1
Laboratório Multidisciplinar	2	Laboratório de Fisiologia e nutrição de organismos aquáticos	1
Laboratório de Física	2	Laboratório de Informática	1
Laboratório de Microbiologia e qualidade de água	1	Laboratório de Eletrotécnica	1
Laboratório de Tecnologia do pescado	1	Laboratório de Mecânica	1
Subestação	1	Unidade econômica produtiva de piscicultura - UEP	1
Centro de Idiomas	1	Ginásio Esportivo	1
Área de convivência	1	Piscina	1

Fonte: Informações fornecidas pelo campus Presidente Figueiredo (2024)

1.5.2.5 Campus Tabatinga

O município de Tabatinga está localizado no sudoeste do estado do Amazonas, destacando-se por sua relevância geopolítica, em virtude de sua localização em área de tríplice fronteira, Brasil – Colômbia – Peru. Sendo um dos cinco municípios do Amazonas que fazem parte da Expansão II da Rede Federal de Educação da Rede Federal de Educação – Tecnológica, Tabatinga foi contemplada com a criação de um campus do IFAM, no ano 2010, autorizado pela Portaria Ministerial Nº 688, de 27 de maio de 2010, estando vinculado ao Ministério da Educação e supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O IFAM/Campus Tabatinga (Figuras 23 e 24), localizado na Rua Santos Dumont, s/nº, Bairro Vila Verde, CEP: 69640-000, foi criado com intuito de formar profissionais capazes de desenvolver um caráter crítico-reflexivo em face de questões

políticas, sociais e culturais, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais científica e tecnológica, por meio do Ensino, da Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, na região do Alto Rio Solimões.

Figura 23 - Vista frontal do campus Tabatinga



Fonte: Acervo digital do campus Tabatinga

24 - Vista aérea do campus Tabatinga



Fonte: Acervo digital do campus Tabatinga

É comprometido em promover uma formação mais científica e tecnológica, que ao longo de sua história, o IFAM campus Tabatinga trabalha tendo como parceiros indispensáveis: a Rede de Ensino Básico Municipal e Estadual; a Rede de Educação

Superior, como o Instituto de Natureza e Cultura (INC) de Benjamin Constant-AM, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); o Centro de Estudos Superiores (CSTB) de Tabatinga - AM, da Universidade Estadual do Amazonas (UEA); bem como busca firmar convênios com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL) - Sede Amazonia, de Letícia - Colômbia e Universidad Nacional do Peru (UNAP), de Iquitos - Peru.

Atualmente, com 15 anos de conquistas e avanços para a região do Alto Solimões, tríplice fronteira - Brasil, Colômbia e Peru, o campus Tabatinga já foi administrado por vários servidores do IFAM, como mostra a sua linha do tempo no quadro 42, a seguir:

Quadro 42 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Tabatinga

ANO	DIRETORES
2010-2012	Ivamilton de Souza Araújo
2012-2015	Jaime Cavalcante Alves
2015-2016	Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard
2016-2019	Dirceu da Silva Dácio
2019-2023	Nicolas Andretti de Souza Neves
2023-2027	Nicolas Andretti de Souza Neves

Fonte: Informações cedidas pela equipe do campus Tabatinga

Atualmente, o campus oferta cursos técnicos e tecnológicos, conforme demonstrado nos quadros 43, 44 e 45, a seguir:

Quadro 43 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Tabatinga

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração	Integrada
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
Informação e Comunicação	Informática	Integrada
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	Integrada
Gestão e Negócios	Administração	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Subsequente
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	Subsequente

Fonte: Informações cedidas pela equipe do campus Tabatinga

Quadro 44 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Tabatinga

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Recursos Naturais	Tecnologia em Agroecologia	Presencial

Fonte: Informações cedidas pela equipe do campus Tabatinga

Quadro 45 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus Tabatinga

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Gestão Pública (Tabatinga)	Lato Sensu (será ofertada no 2º semestre de 2024)	EAD
Gestão Pública (Centro de Referência Santo Antônio do Içá)	Lato Sensu (será ofertada no 2º semestre de 2024)	EAD

Fonte: Informações cedidas pela equipe do campus Tabatinga

A estrutura física do campus é composta de vários espaços, conforme demonstrado no quadro 46.

Quadro 46 - Descrição do quantitativo de ambientes do campus Tabatinga

Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade
Salas de aula	11
Laboratórios	09
Biblioteca	01
Salas Administrativas	20
Auditório (150 lugares)	01
Mini auditório (60 lugares)	01
Piscina semiolímpica com vestiário	01
Ginásio poliesportivo com vestiários e salas administrativas	01
Unidade Educacional de Produção	01

Fonte: Informações cedidas pela equipe do campus Tabatinga

1.5.3 A Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um novo desafio

1.5.3.1 Campus Tefé

Tefé é um município do estado do Amazonas, distante 523 km da capital Manaus. Possui uma área territorial de 23.808 km², estando incluída na mesorregião do centro amazonense, local propício para o atendimento aos objetivos da expansão da RFEPECT, no interior do país. A região se apresenta como espaço adequado para a instauração de uma política de combate às desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, focando-se, na promoção da justiça social (SOUZA, 2018).

A cidade de Tefé recebeu um campus do IFAM durante a Expansão III, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal. O campus está localizado na Rua João Stéfano, nº 625, Bairro Juruá, CEP: 69.552-250, em instalação provisória cedida pela prefeitura de Tefé, no Anexo da Escola Municipal Luzivaldo de Queiroz.

O IFAM Campus Tefé (Figura 25) teve suas atividades iniciadas no dia 01 de abril de 2014, com a missão de promover, com excelência, educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento da Região do Solimões, visando ser referência em educação, ciência e tecnologia na Região do Solimões.

Figura 25 - Vista de frente do prédio provisório do campus Tefé



Fonte: Arquivo digital do campus Tefé

Ao longo de sua história, o campus Tefé foi administrado por servidores, atuando como Diretores Gerais, conforme demonstra a linha do tempo no quadro 48.

Quadro 47- Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Tefé

ANO	DIRETORES
2023 até hoje	MARTINHO CORREIA BARROS
2021 a 2023	ELSOM ALVES MOURA
2020 a 2021	LEANDRO AMORIM DAMASCENO
2018 a 2020	ADANILTON RABELO DE ANDRADE
2014 a 2018	AILDO DA SILVA GAMA

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Tefé

O campus Tefé oferece, atualmente, cursos Técnicos na forma integrada e subsequente, conforme demonstrado no quadro 48, a seguir:

Quadro 48 - Cursos ofertados pelo campus Tefé

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
GESTÃO E NEGÓCIOS	ADMINISTRAÇÃO	INTEGRADA
RECURSOS NATURAIS	AGROPECUÁRIA	INTEGRADA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	INTEGRADA
RECURSOS NATURAIS	AGROECOLOGIA	SUBSEQUENTE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	SUBSEQUENTE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE
GESTÃO E NEGÓCIOS	VENDAS	SUBSEQUENTE

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Tefé

Em sua instalação provisória, o campus Tefé possui uma estrutura composta por 14 salas, conforme demonstrado no quadro 49.

Quadro 49 - Estrutura física do campus Tefé

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de aula	7	Sala dos professores	1
Laboratórios	2	Banheiros	5
Biblioteca	1	Cozinha	1
Salas Administrativas	2		

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Tefé

1.5.3.2 Campus Eirunepé

Pertencente à mesorregião do sudoeste amazonense, o município Eirunepé está localizado a sudoeste da capital do estado numa distância de 1.160 km. O desenvolvimento do município ocorreu durante um grande período dado pelo Ciclo da Borracha, que envolvia tanto o Amazonas quanto o Acre.

Sendo um dos campi criados na chamada Fase III da Expansão III da RFEPECT, o Campus Eirunepé iniciou suas atividades acadêmicas/administrativas no ano de 2014, com as primeiras turmas de alunos do integrado e subsequente. Porém, embora estando em atividade desde o ano de 2014, foi somente em 09 de maio de 2016, por meio da Portaria N. 378, do Ministério da Educação, que o Campus Eirunepé recebeu autorização de funcionamento.

No ano de 2025, a comunidade acadêmica e sociedade da região, viu um sonho se realizar, com a inauguração do prédio definitivo do Campus Eirunepé (Figura 26), localizado à Rua Monsenhor Coutinho s/n, N. Sra. Aparecida. CEP: 69880-000 – Eirunepé/AM, sendo um importante avanço para melhoria da atuação acadêmica na região.

Figura 26 - Vista da frente e lateral do prédio definitivo do campus Eirunepé



Fonte: Arquivo digital do campus Eirunepé

Com 09 anos de atuação na região, ofertando um ensino público, gratuito e de qualidade, tendo como principal objetivo a formação profissional e cidadã dos nossos alunos, o Campus obteve muitas conquistas e atua fortemente para o avanço no desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

Em seu processo histórico, o campus Eirunepé foi administrado por quatro Diretores Gerais, como apresentado no quadro 50.

Quadro 50 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Eirunepé

ANO	DIRETORES
2014 - 2015	Roquelane Batista de Siqueira
2015 - 2018	Adanilton Rabelo de Andrade
2018 – 2020	Leandro Amorim Damasceno
2020 – 2022	Dirceu da Silva Dácio
2022 – 2023 (1ª eleição do Campus)	
2023 - 2027	

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Eirunepé (2024)

Para promover a formação acadêmica e atuação de excelência, o Campus possui parceiros indispensáveis: a Rede de Ensino Básico Municipal (SEMEC) e Estadual (SEDUC), a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), articulações com a Sociedade Civil, Forças Armadas, Órgãos do Poder Judiciário, Prefeitura Municipal

e Câmara de Vereadores de Eirunepé, Secretaria de Estado de Segurança (SSP-AM), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e outros.

Buscando contribuir para o desenvolvimento educacional e a formação técnica-profissional da sociedade local regional e nacional, o campus Eirunepé oferta cursos técnicos, conforme apresentado no quadro 51.

Quadro 51 - Cursos técnicos ofertados pelo campus Eirunepé

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração	Integrada EJA/PROEJA Subsequente
Gestão e Negócios	Vendas	Subsequente
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrada
Recursos Naturais	Agroecologia	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrada
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Eirunepé (2024)

Em sua nova e definitiva estrutura, o campus Eirunepé possui uma estrutura física composta de vários espaços, conforme demonstrado no quadro 52.

Quadro 52 - Ambientes da estrutura física do campus Eirunepé

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Salas de aula	12	Setor de Atendimento de Saúde	01
Laboratórios	07	Área de convivência de alunos	01
Biblioteca	01	Unidade Educacional de Produção Agrícola	01
Salas Administrativas	20	Cozinha	01
Auditório (180 lugares)	01		

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Eirunepé (2024)

1.5.3.3 Campus Itacoatiara

O município de Itacoatiara, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), é a terceira cidade mais populosa do estado do Amazonas. Distante cerca de 176 quilômetros de Manaus, o município é considerado o maior polo agropecuário da Região Norte, além de possuir um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, uma vez que recebe diariamente as cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

A economia é pautada na extração vegetal, nas usinas de produção de cerâmica, moinhos de café, fábrica de gelo, guaraná, prensagem de juta e principalmente no escoamento de soja que vem do Mato Grosso para ser embarcado nos navios que saem de Itacoatiara com destino a Europa. Há também as serralherias e padarias, além do segmento de comércio e de serviços.

O município sedia um dos campi criado na Fase III da Expansão da RFEPECT, o IFAM Campus Itacoatiara (Figuras 27 e 28), o qual iniciou suas atividades em 01 de abril de 2014 e teve sua inauguração oficial em 07 de julho de 2018, já em sua sede própria, localizada na Rodovia AM 010, Km 08, Itacoatiara/AM, CEP: 69109-899.

Figura 27 - Vista da entrada do campus Itacoatiara



Fonte: Acervo digital do campus Itacoatiara

Figura 28 - Vista de cima do campus Itacoatiara



Fonte: Acervo digital do campus Itacoatiara (2024)

A linha do tempo do campus apresenta o seguinte processo histórico:

2012 - É realizada a Audiência Pública, na Câmara Municipal de Itacoatiara, para a dar início ao processo de instalação do Campus Itacoatiara;

2013 - Inicia o trabalho de terraplanagem do terreno doado, pela Prefeitura, para a construção do prédio do Campus;

2014 - Início das primeiras turmas dos cursos técnicos, ofertados na forma subsequente (Administração, Contabilidade, Informática e Meio Ambiente), ainda na sede provisória do campus, instalada na Escola Municipal Jamel Amed;

2015 - A sede provisória do Campus Itacoatiara passa a funcionar na Escola de Fluviais, de propriedade da Empresa Hermasa e Fundação André e Lúcia Maggi. Além dos cursos subsequentes, inicia a oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, na forma integrada. O campus também passa a ocupar salas de aula na Escola Estadual Senador João Bosco.

2016 - Com o aumento das matrículas, o campus inicia uma nova parceria, para ocupar salas de aula, no turno noturno, na Escola Estadual Deputado João Valério de Oliveira;

2017 - Inicia a oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* em parceria com a Universidade Aberta do Brasil;

2018 - Inicia a oferta de mais dois cursos na forma integrada, o curso técnico em Administração e o curso técnico em Agropecuária. Com essa oferta, é firmada a

parceria com Unopar, que disponibilizou as salas de aula para a oferta dos novos cursos.

2018 - Em maio é realizada a mudança da sede provisória para o campus Itacoatiara. E em julho é realizada a cerimônia de Inauguração do IFAM Campus Itacoatiara;

2019 - O Campus Itacoatiara recebe a doação de mais três (3) hectares de terra, anexas a área da sede;

2020 - Inicia a oferta de mais um novo curso, o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática;

2021 - O campus Itacoatiara oferta o seu primeiro curso de graduação, Licenciatura em Ciências Agrárias;

2024 - o campus atende 540 alunos matriculados nos cursos integrado, subsequente e graduação, 34 docentes (efetivos e substitutos), 25 TAEs e 32 colaboradores terceirizados.

Nesse processo histórico, o campus foi administrado pelos diretores destacados no quadro 53.

Quadro 53 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Itacoatiara

ANO	DIRETORES
2014 a 2016	Allen Bitencourt de Lima
2016 a 2021	Leonor Ferreira Neta Toro
2022	Francinete Soares Martins
2023 - Atual	Francinete Soares Martins

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus Itacoatiara (2024)

O campus IFAM Itacoatiara oferece, atualmente, cursos nas formas integrada e subsequente e graduação em licenciatura, conforme demonstrado nos quadros 54, 55 e 56, a seguir:

Quadro 54 - Cursos técnicos oferecido pelo campus Itacoatiara

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração - Integrado	Anual
	Administração - Subsequente	Anual
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática - Integrado	Anual
Recursos Naturais	Agropecuária - Integrado	Anual

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus Itacoatiara (2024)

Quadro 55 - Cursos de Graduação ofertados pelo campus Itacoatiara

Cursos de Graduação ofertados pelo campus		
ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO CURSO	MODALIDADE DE OFERTA
Ciências Agrárias	Licenciatura em Ciências Agrárias	Bianual (dois em dois anos)

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus Itacoatiara (2024)

Quadro 56 - Cursos de especialização e aperfeiçoamento ofertados pelo campus Itacoatiara

Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo campus		
NOME DO CURSO	ESPECIFICAÇÃO	MODALIDADE DE OFERTA
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica(DOCENTEPT)	Especialização	EAD
Educação do campo, das águas e das Florestas - Escola da Terra	Aperfeiçoamento	Presencial

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus Itacoatiara (2024)

O campus Itacoatiara possui atualmente uma área de 3.112,50 m2, conforme demonstrado no quadro 57, a seguir:

Quadro 57 - Demonstrativo da estrutura física do campus Itacoatiara

Estrutura Física		Estrutura Física	
Estrutura	Quantidade	Estrutura	Quantidade
Sala Diretoria	(01) 27,74 m²	Sala Professores	(01) 49,00 m²
Sala Gabinete	(01) 11,62 m²	Laboratório Multidisciplinar I	(01) 49,00 m²
Sala DEPE	(01) 49,m ²	Laboratório Multidisciplinar II	(01) 49,00 m²
SALA DAP	(01) 49 m²	Laboratório de Agroindústria	(01) 49,00 m²
SALA CAE	(01) 49 m²	Laboratório de informática I	(01) 49,00 m²
SALA CGTI	(01) 19,61 m²	Laboratório de informática II	(01) 49,00 m²
Laboratório de informática III	(01) 49,00 m²	Almoxarifado /Câmara Fria	(01) 211 m²
Sala de reunião	(01) 44,38 m²	Espaço Maker/Laboratório 4.0	(01) 49 m²
Protocolo	(01)49,04 m²	Banheiro Masculino	(05) 59,15 m²

Sala Técnica	(01) 5,01 m ²	Banheiro Feminino	(05) 59 m ²
Biblioteca	(01) 100 m ²	Banheiro Masculino PNE	(02) 32,32 m ²
Guarita	(01) 22 m ²	Banheiro Feminino PNE	(02) 32,32 m ²
Auditório	(01) 208,39 m ²	Cantina	(01) 49,06 m ²
Salas de aula	(11) 49,06 m ²	Caixa d'água	(01) 17,84 m ²
Sala de Atendimento de Saúde	(01) 10,21 m ²	Laboratório de gestão	(01) 15 m ²
Área de Convivência	(01) 329,61 m ²	Laboratório de Piscicultura	(01) 240 m ²
Área de circulação	890,32 m ²	Unidade de Produção de Piscicultura	(01) 270 m ²
Picape	02	Aviário	(01) 36 m ²
Ônibus	03	Unidade de Produção Vegetal	(01) 380 m ²
Trator e equipamentos agrícolas	01	Elevador	01

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus Itacoatiara (2024)

1.5.3.4 Campus Humaitá

O município de Humaitá cuja cidade é também chamada de “A Princesinha do Madeira”, pertence à mesorregião do sul amazonense, constitui-se num dos maiores municípios do Amazonas em área territorial. Na sede do município está localizado o IFAM campus Humaitá, um dos quatro campi do Amazonas criados na Fase III da Expansão da RFEPECT, criado através da PORTARIA Nº 993, de 7 de outubro de 2013, com início de suas atividades acadêmicas no ano de 2014.

O campus Humaitá (Figura 29) iniciou suas atividades nas instalações da antiga Escola Agrícola José Cesário de Barros, doada juntamente com as terras que, atualmente, pertencem ao campus, localizado na BR 230, KM 7, Zona rural de Humaitá. A extensão de 121,33ha foi doada do patrimônio municipal para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio da Lei Nº584/2012 de 05 de janeiro de 2012.

Figura 29 - Vista de cima do campus Humaitá



Fonte: Acervo digital do campus Humaitá (2024)

A missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM, na representatividade do campus Humaitá é formar cidadãos aptos a aplicar, gerar e difundir conhecimento, capazes de interagirem no setor produtivo agropecuário, agroindustrial e de serviços, atuando como agentes de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Para tanto, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão o campus conta com apoio e participação de outras ICTs, como UFAM, UEA, INPA, UFV e Embrapa; parcerias com empresas privadas; articulações com órgãos públicos (Prefeitura municipal, Ministério público, Serviço florestal brasileiro) e empresas privadas.

Em seu processo histórico, o campus passou por três diferentes administradores, como mostra o quadro 58, da linha do tempo dos Diretores Gerais.

Quadro 58 - Linha do tempo dos Diretores Gerais que administraram o campus Humaitá

ANO	DIRETORES
2014-2019	Jorge Nunes Pereira
2019-2023	Alline Penha Pinto
2023-	Adamir da Rocha Nina Junior

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Humaitá (2024)

O início das atividades, no campus, foi “tímido”, ofertando apenas os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente e, no ano seguinte, deu-se início aos cursos técnicos de nível médio na forma integrada.

Atualmente o campus possui 09 turmas na modalidade integrada, nos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária, Administração, Informática e Curso Técnico na Modalidade EJA-PROEJA em Administração. Entre os cursos Técnicos de Nível Médio na forma Subsequente o campus possui 06 turmas nos cursos de Administração; Florestas; Informática para Internet; Manutenção e Suporte em Informática e Recursos Pesqueiros, como mostra o quadro 59.

Quadro 59 - Cursos ofertados pelo campus Humaitá

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Agropecuária	Integrado
	Recursos Pesqueiros	Subsequente
	Florestas	
Gestão e Negócios	Administração	Integrado, Proeja e Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrado
	Informática para Internet	Subsequente
	Manutenção e Suporte em Informática	

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Humaitá (2024)

Em relação à estrutura física, o campus Humaitá possui diversos ambientes, destacados no quadro 60.

Quadro 60 - Estrutura física do campus Humaitá

Estrutura Física	
ESTRUTURA	QUANTIDADE
Biblioteca	01
Auditório (120 lugares)	01
Refeitório/cozinha	01
Almoxarifado	01
Salas de aula	10
Laboratórios	06
UEP	01
Salas administrativas	13
Sala de enfermagem	01

Fonte: Informações fornecidas pela equipe do campus Humaitá (2024)

1.5.4 A Fase IV da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: desafios atuais

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros da capital, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano. Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras. É conhecida nacionalmente como a Princesinha do Solimões. Manacapuru em tupi-guarani significa Flor Matizada.

Unidade criada na Fase IV da Expansão da RFEPCTO, o Campus Manacapuru (Figura 30), localizado na Estrada Manoel Urbano s/n, km 77, Cep 69401-830, Novo Manacá, Manacapuru/AM, próximo ao Rio Miriti, em sede própria, teve autorização de funcionamento por meio da Portaria Nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014 e integra a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. Em 2024 teve sua tipologia alterada de 20/13 para 40/26 por meio da Portaria Nº 411, de 7 de maio de 2024 emitida pelo MEC, com isso, o que era antes classificado como Campus Avançado, passou a ser um Campus pleno.

Figura 30 - Vista da entrada do campus Manacapuru



Fonte: Arquivo digital do campus Manacapuru

O campus Manacapuru teve sua sede inaugurada no dia 8 de junho de 2018, mas suas atividades acadêmicas tiveram início em dezembro de 2014, porém com funcionamento em locais cedidos pela prefeitura de Manacapuru, UEA e UAB.

No espaço em que atua, quanto ao quadro de funcionários, é composto por um corpo docente e Técnico-Administrativo. O corpo docente é constituído por 33 professores entre efetivos e substitutos (conforme Lei 8.745/1993). O corpo Técnico Administrativo é constituído por 15 profissionais, dentre os quais: Administrador, Assistentes em Administração, Assistente de aluno, Bibliotecário, Técnico em laboratório de informática, Técnico em Agropecuária, Pedagoga, Psicólogo, Nutricionista, Técnica em Enfermagem, Técnico em Assuntos Educacionais e Servente de Obras.

O campus Manacapuru nasce com a finalidade de concretizar a missão - Educação através do Ensino, Pesquisa e Extensão visando o desenvolvimento socioambiental local e regional do Médio Solimões; a Visão - Ser referência como Instituição de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas; e os Valores Cidadania – Ética – Humanização – Qualidade e Responsabilidade Socioambiental.

Nessa perspectiva destaca-se, no quadro 61, a linha do tempo dos diretores gerais que administraram o campus, desde sua criação.

Quadro 61 - Linha do tempo dos diretores gerais que administraram o campus Manacapuru

ANO	DIRETORES
2014 -2017	Francisco das Chagas Mendes
2017-2019	Ana Maria Alves Pereira
2019-2024	Fábio Teixeira Lima
2024	Atualmente Jaidson Brandão da Costa

Fonte: Informações concedidas pelo campus Manacapuru (2024)

As atividades acadêmicas tiveram início em dezembro de 2014, oferecendo a Educação Profissional Técnica em nível médio em Informática e também em Administração ambos na forma Subsequente.

Em 2017 deu-se início aos cursos na forma Integrada de Recursos Pesqueiros e Informática e depois em Administração. A partir dos anos posteriores ofertou-se

PROEJA de nível médio em Vendas, cursos subsequentes em Informática para Internet, Secretariado, Vendas, Aquicultura e Recursos Pesqueiros.

Em 2020 ofertou-se de forma pioneira no Estado do Amazonas o curso de Programação de Jogos Digitais na forma integrada e subsequente. No mesmo ano foi ofertado a Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública no campus Manacapuru junto a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Atualmente, o campus Manacapuru oferta cursos de Educação Profissional Técnica em diferentes níveis, formas e modalidades, conforme demonstrado no quadro 62.

Quadro 62 - Cursos técnicos de nível médio ofertados pelo campus Manacapuru

Cursos Técnicos ofertados pelo Campus Manacapuru		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Recursos Naturais	Recursos Pesqueiros	Integrada e subsequente
	Aquicultura	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrada e subsequente
	Informática para Internet	Subsequente
	Programação de Jogos Digitais	Integrada
Gestão e Negócios	Administração	Integrada e Subsequente
	Vendas	Subsequente

Fonte: Informações concedidas pelo campus Manacapuru (2024)

Em relação à estrutura física, o campus Manacapuru possui uma área construída de 1.372,87 m², com os ambientes demonstrados no quadro 63, a seguir:

Quadro 63 - Demonstrativo da estrutura física do campus Manacapuru

Ambiente do Campus Manacapuru		Ambiente do Campus Manacapuru	
TIPO	QUANTIDADE	TIPO	QUANTIDADE
Salas de Aula	4 (quatro)	Sala da Direção Geral	1(uma)
Laboratório de Informática	2 (dois)	Copa	1(uma)
Banheiro para discente	2 (dois)	Biblioteca	1(uma)
Banheiro para Servidor	2 (dois)	Sala de Enfermagem	1(uma)
Sala de Professores	1 (uma)	Sala da Pesquisa	1(uma)
Sala de Atendimento Multidisciplinar	1(uma)	Laboratório de Robótica	1(um)
Sala Multidisciplinar	1(uma)	Laboratório de Recursos Naturais	1(Um)
Sala das Coordenações	1(uma)	Laboratório de Peixes Ornamentais	1(Um)
Sala do Departamento de Ensino	1(uma)	Sala de Prática de Recursos Naturais	1(Um)
Sala do CRA	1(uma)	Auditório	1(Um)
Sala da CGTI	1(uma)	Refeitório	1(Um)
		Container de Armazenamento	1(Um)
		Guarita	1(Uma)

Fonte: Informações concedidas pelo campus Manacapuru (2024)

1.5.4.1 Campus Iranduba

O campus Iranduba fica localizado na cidade de Iranduba, a qual está localizada na região metropolitana de Manaus, à margem esquerda do Rio Solimões e conecta-se à capital amazonense por meio da Ponte Jornalista Phelippe Daou. A população do município foi estimada em 67.114 pessoas, em 2024, segundo o IBGE. Iranduba é considerado o maior produtor de hortifrutigranjeiros e produz 75% dos tijolos e telhas consumidos no Estado.

Autorizado pela Portaria nº 1.423/18 do MEC, o campus Iranduba (Figura 31) iniciou seu funcionamento no 2º semestre de 2019, com oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Subsequente, no prédio do Centro Educacional de Tempo Integral – CETI da SEDUC/AM, mediante Termo de Cessão de Uso nº 01/2019, firmado entre o IFAM e a SEDUC/AM.

Figura 31 - Vista da frente do campus Iranduba



Fonte: Acervo digital do campus Iranduba (2024)

Em 2022, o Campus começou a ofertar os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada, além de cursos FIC, ocorrendo a mudança para a sede provisória, no endereço atual, Rodovia Carlos Braga Km 1, s/n - Zona Rural de Iranduba, mediante Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 11/2021, firmado entre o IFAM e a Prefeitura do Município de Iranduba.

A documentação da doação do terreno para a construção da sede definitiva do campus só foi concluída no 1º semestre de 2024, mediante a sanção da Lei Municipal

nº 587, de 21 de maio de 2024 e a Escritura Pública de Doação do terreno, com registro em cartório.

Em 2025, o campus Iranduba teve sua tipologia alterada de 20/13 para 40/26 por meio da Portaria Nº 34, de 17 de janeiro de 2025, emitida pelo MEC. Com isso, o que era antes classificado como Campus Avançado, passou a ser um Campus pleno.

Estão em análise para adaptação e atualização do orçamento no setor de Engenharia do IFAM, dois possíveis projetos a serem implantados no terreno doado pela Prefeitura do Município, um deles se trata de um projeto de edificações modulares já licitado e o segundo se trata do modelo executivo de 13 salas do FNDE, ambos os projetos analisados tem capacidade para atender acima de 800 alunos nos dois turnos.

Desde sua implantação, em 2019, o campus foi administrado por um Diretor Geral, o servidor docente, Jorge Nunes Pereira.

O Campus Iranduba oferece, atualmente, cursos Técnicos de Nível Médio, nas formas Integrado e Subsequente, nas áreas de Administração, informática e Secretariado, conforme demonstrado no quadro 64:

Quadro 64 - Cursos técnicos ofertados pelo campus Iranduba

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração	Integrado e Subsequente
Gestão e Negócios	Secretariado	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Integrado e Subsequente

Fonte: Informações concedidas pelo campus Iranduba (2024)

1.5.4.2 Campus Avançado de Boca do Acre

Em Boca do Acre, o IFAM está estruturando a instalação do Campus, por meio de Cursos que compreendem os Eixos Tecnológicos: Desenvolvimento Educacional e Social; Produção Alimentícia; Turismo e Hospitalidade e Lazer, com autorização do funcionamento sendo regulado pela Portaria Nº1.431, de 28 de dezembro de 2018.

O IFAM Campus Avançado de Boca do Acre (Figura 32) teve suas ações iniciadas a partir da assinatura do Termo de Implementação firmado no dia 06.06.2018 entre a Prefeitura Municipal, Reitoria do IFAM e Ministério da Educação, com a missão de: promover a ampliação de cursos em consonância com os arranjos Produtivos Locais; incentivar o desenvolvimento de projetos e programas voltados às reais necessidades do município; fortalecer e ampliar parceria com empresas, prefeitura, estado e demais órgãos públicos instalados no município, na busca de oportunidades aos discentes.

Figura 32 - Vista de frente do Campus Avançado Boca do Acre



Fonte: Acervo digital do Campus Avançado Boca do Acre (2024)

A implantação do Campus Avançado de Boca do Acre justificou-se por várias razões, dentre as quais se destacam:

- A impossibilidade anterior do IFAM de estender suas ações ao município de Boca do Acre e às comunidades de seu entorno, apesar da demanda existente;
- A inexistência de qualquer instituição pública ou ação de formação profissional e tecnológica no âmbito do município e seu entorno;

Os baixos índices socioeconômicos e os altos índices de desigualdades sociais na região, demandando a presença do poder público com ações afirmativas que possibilitem ao cidadão a superação de suas limitações, a inserção produtiva no mercado de trabalho e a inclusão social;

A localização do município em região mais afastada dos grandes centros urbanos, como a cidade de Manaus.

Assim, conforme as características do município e de seu entorno, o Campus Avançado Boca do Acre mantém suas atividades com ações voltadas para a realidade dos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais para a melhoria qualitativa dos serviços públicos, para o setor de serviços, comércio e agropecuário, bem como, para as comunidades indígenas.

O campus Avançado Boca do Acre, em sua linha do tempo, teve os seguintes Diretores Gerais, destacados no quadro 65.

Quadro 65 - Linha do tempo dos Diretores Gerais do campus Avançado Boca do Acre

ANO	DIRETORES
2019-2021	Rosemberg Mendes Zogahib
2021-	Guilherme Alves de Sousa

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus avançado Boca do Acre (2024)

O Campus Avançado Boca do Acre opera em parceria com a Prefeitura de Boca do Acre, utilizando provisoriamente salas de aula da escola municipal Passo Futuro, bem como utiliza o prédio ao lado para atividades administrativas. Oferece, atualmente, cursos técnicos de nível médio, conforme demonstrado no quadro 66.

Quadro 66 - Cursos ofertados pelo campus Avançado Boca do Acre

Cursos Técnicos ofertados pelo campus		
EIXO TECNOLÓGICO	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM	FORMA DE OFERTA
Gestão e Negócios	Administração	Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Subsequente

Fonte: Informações concedidas pela equipe do campus avançado Boca do Acre (2024)

O campus conta com quatro veículos oficiais, sendo dois micro-ônibus, uma caminhonete 4X4 e uma minivan compacta. Além disso, o campus conta com computadores de qualidade, com bons processadores, monitores em alta definição e armazenamento SSD, tanto para atividades administrativas como para os laboratórios de informática. Possui estrutura física provisória, composta de vários espaços, conforme demonstrado no quadro 67, a seguir:

Quadro 67 - Estrutura física do campus Avançado Boca do Acre

Estrutura Física	
ESTRUTURA	QUANTIDADE
Salas de aula	4
Laboratórios de informática	2
Salas Administrativas	6
Sala de convivência comum	1
Estacionamento para veículos do campus	01

Fonte: Informações concedidas pelo campus avançado Boca do Acre (2024)

1.5.4.3 Futuras Expansões

O IFAM foi contemplado com a implantação de duas novas unidades nos municípios de Manicoré e Santo Antônio do Içá. Esta iniciativa, parte de um investimento do Novo PAC para a Educação e visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica , promovendo o desenvolvimento local e regional. O detalhamento do planejamento dos cursos a serem ofertados nessas novas unidades, consta no Anexo II deste Plano de Desenvolvimento Institucional..

1.6 FINALIDADES DO IFAM

Em conformidade com o Art. 6º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFAM possui como finalidades e características (BRASIL, 2008):

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificando com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e das ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VII. Realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; além de promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, ministrando cursos técnicos de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequente e Educação de Jovens e Adultos; e em nível de educação superior, os cursos de tecnologia, de licenciatura, de bacharelados, além dos cursos de pós-graduação Lato e Strictu Sensu.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade oferta, também, cursos de formação inicial e continuada (FIC) de trabalhadores, que incluem a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade.

Capítulo 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:
MISSÃO, OBJETIVOS E METAS DA
INSTITUIÇÃO

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MISSÃO, OBJETIVOS E METAS

O planejamento estratégico constitui um componente fundamental do PDI, atendendo às disposições do Decreto nº 9.235, no que tange à definição da missão, dos objetivos e das metas institucionais.

A implementação de um planejamento estratégico formalizado viabiliza o aprimoramento do alinhamento de conhecimentos entre os integrantes da organização, promovendo o aprendizado e a compreensão acerca da finalidade da instituição, além de facilitar tomadas de decisão mais embasadas e confiáveis (ENAP, 2017)³.

O planejamento estratégico refere-se a um processo sistemático e organizado, que define a direção e os objetivos de uma organização, buscando um futuro desejado e a melhor utilização dos recursos disponíveis. É uma ferramenta crucial para que a instituição defina seu rumo, alcance resultados e se adapte a um ambiente em constante mudança.

Os elementos-chave do planejamento estratégico são:

Definição de objetivos: o planejamento estratégico começa com a identificação clara dos objetivos de longo prazo da organização, ou seja, o que se pretende alcançar no futuro. Nesse sentido, os objetivos do IFAM são baseados em sua missão e sua visão de futuro, além dos valores em que acredita.

Análise do ambiente: é fundamental analisar o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da organização, para identificar os pontos fortes e os desafios a serem enfrentados. Para tanto, na construção deste PDI, a comissão realizou pesquisas junto à comunidade interna e externa, para conhecer melhor o seu ambiente interno e externo e, assim, identificar as suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Definição de estratégias: com base na análise do ambiente e nos objetivos definidos, são formuladas estratégias para alcançar os objetivos de forma eficiente. Nessa perspectiva, as comissões de construção do PDI, realizaram audiências públicas em todos os campi e reitoria do IFAM, definindo as ações e estratégias para o alcance dos seus objetivos.

³ ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Curso Planejamento Estratégico para Organizações Públicas – Módulo 1 Planejamento Estratégico. Brasília, 2017.

Planejamento de ações: as estratégias são traduzidas em planos de ação detalhados, que especificam as tarefas, os responsáveis, os prazos e os recursos necessários para cada etapa. Todas as ações propostas nas audiências públicas foram analisadas pelas comissões dos eixos temáticos de construção deste PDI, verificando a viabilidade, e transformadas em ações e metas a serem alcançadas no período de validade deste documento.

Monitoramento e avaliação: o planejamento estratégico não é um processo estático, mas sim um ciclo contínuo de monitoramento, avaliação e ajuste das estratégias e ações para garantir que a organização esteja no caminho certo para alcançar seus objetivos. No IFAM, o monitoramento e avaliação do PDI é feito anualmente, junto às unidades executoras da instituição, por meio da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI), a qual apresenta os resultados dessa avaliação anual por meio de um painel de monitoramento, no site institucional.

A Comissão Central, em conjunto com as comissões dos Eixos Temáticos e o apoio da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, por meio da Coordenação Geral de Planejamento Institucional, assumiu a responsabilidade pela proposição do desenvolvimento do planejamento estratégico do PDI 2025-2029 do IFAM, adotando uma metodologia de elaboração democrática que levou em conta as manifestações da comunidade de maneira integral.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAM

O planejamento estratégico do IFAM fundamenta-se na aplicação do método Balanced Scorecard (BSC), considerando que a terminologia empregada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2019-2025 já se assemelhava aos conceitos desse método. Este tem sido amplamente adotado por entidades públicas, incluindo instituições federais de ensino, dispondo de uma versão adaptada à realidade das organizações públicas, desenvolvida pelos seus próprios criadores, o que possibilita a integração com diversas ferramentas de planejamento estratégico (CARDOZO, 2018)⁴.

⁴ CARDOZO, F. O. O planejamento do Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma análise sob a ótica do Balanced Scorecard. 2018. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, 2018.

O BSC foi desenvolvido em parceria entre Robert S. Kaplan, professor na Harvard Business School, e David P. Norton, pesquisador da empresa KPMG, tendo como objetivo mensurar o desempenho organizacional. Sua proposta foi ampliar a perspectiva além da avaliação financeira tradicional, oferecendo uma visão holística da instituição e fornecendo os instrumentos necessários para processos de monitoramento e avaliação. Essa metodologia traduz com fidelidade a missão, visão, valores e estratégias em objetivos específicos, indicadores de desempenho e metas estabelecidas (ENAP, 2017).

A elaboração do planejamento estratégico do IFAM concentrou-se nas etapas seguintes:

1ª etapa – Elaboração da abordagem estratégica

2ª etapa – Organização e elaboração do planejamento estratégico

2.1.1 Elaboração da abordagem estratégica

A primeira etapa envolveu a determinação dos fatores orientadores estratégicos (missão, visão e valores), bem como a avaliação/análise dos contextos interno e externo à organização.

Uma vez que esses orientadores estratégicos já estavam consolidados no PDI 2019-2025, a comissão central decidiu por verificar, junto à comunidade acadêmica, se os mesmos deveriam permanecer sem alteração ou deveriam ser alterados. Da mesma forma, a comissão constatou a relevância de conduzir uma avaliação do contexto institucional, considerando aspectos internos e externos, a fim de elaborar um diagnóstico preciso acerca da condição do IFAM.

Contudo, para tal, seria imprescindível reunir esses dados por meio das percepções de toda a comunidade envolvida. Assim, foi realizada uma consulta pública junto a todos os segmentos da comunidade, por meio de um formulário eletrônico on-line, disponível na página do PDI e no site da instituição, com o objetivo de reunir informações relevantes junto à comunidade acadêmica e fomentar debates acerca do futuro da instituição, bem como avaliar o seu ambiente de atuação e identificar a maneira pela qual a missão, visão, valores e os ambientes interno e externo da instituição estavam sendo percebidos.

A grande maioria de respondentes entendeu que a missão, a visão e os valores do IFAM estavam construídos adequadamente. Com relação à missão, 88,5% de servidores e 95% dos discentes decidiram por mantê-la, sem alterações. Sobre a Visão de Futuro da instituição, 80,6% de servidores e 90,3% de discentes optaram por continuar com a mesma, sem alterações. E, quanto aos valores institucionais, 93,2% de servidores e 95,2% dos discentes, também, optaram por continuar trabalhando com os mesmos valores desenvolvidos no PDI 2019-2025.

Nesse sentido, manteve-se a atual identidade do IFAM (Missão, Visão e Valores), já consolidada no PDI 2019-2025.

2.1.1.1 A identidade institucional: missão, visão e valores

A identidade institucional é a expressão que imprime caráter e traduz o que se considera ideal para a instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão a situação desejável para o futuro; e os valores constituem a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Esse trinômio reponde às questões:

I - O que a instituição faz e valoriza?

II - O que a instituição deseja ser?

III – Em que a instituição acredita?

A identidade institucional necessita de um olhar atento, de conhecer a história existencial da instituição que se inscreve em todas as suas ações.

A definição da missão, da visão e dos valores de uma instituição corresponde aos fatores/aspectos determinantes na construção de sua identidade. Soma-se a isso, o histórico institucional. Sobre esse aspecto, é importante falar que a identidade, como afirma Ciampa (1987), não é algo estático. Apesar de não ter seus estudos direcionados à questão de identidade institucional, utilizamos essa compreensão também para esse fim.

A identidade institucional pressupõe um caráter dinâmico e, ao longo de sua história, sofre influências e interferências de ordem social, econômica, política, cultural, entre outras. Dessa maneira, e partindo dessa perspectiva afirma-se que a identidade institucional do IFAM, hoje pode ser traduzida por meio de sua visão, de

sua missão e de seus valores e que, esses aspectos são necessários à construção dos ideais pedagógicos que irão se materializar por meio das práticas educativas que, fundamentadas nas concepções educacionais, alicerçam essa identidade institucional.

A identidade do IFAM é ancorada nos aspectos elencados a seguir:

MISSÃO

O IFAM tem como Missão: “Promover a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

VISÃO INSTITUCIONAL

A Visão declarada do IFAM é: “Consolidar o IFAM como referência nacional em Educação, Ciência e Tecnologia”.

VALORES

O IFAM estrutura seus Valores a partir da: acessibilidade e inclusão; respeito e valorização das pessoas; ética e integridade; cidadania e solidariedade, excelência educacional; gestão participativa e transparente; inovação e empreendedorismo; respeito à diversidade; desenvolvimento e sustentabilidade.

Para completar a fase de elaboração da estratégia, a comissão central fez uma análise do ambiente institucional, nos mesmos questionários utilizados para consulta da visão, missão e valores do IFAM. A técnica empregada na obtenção de dados para a avaliação dos ambientes interno e externo foi a análise SWOT, uma ferramenta bastante reconhecida na elaboração de planos estratégicos que possibilita a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à organização.

O quadro 68 indica os apontamentos feitos pela comunidade (servidores e discentes), com relação às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas, em ordem decrescente das frequências apresentadas. Foram destacadas no quadro as que obtiveram maior número de frequências nos dois questionários realizados junto à comunidade.

Quadro 68 - Matriz Swot da consulta pública do PDI 2025-2029 realizada de forma on-line, por meio de questionários com a comunidade acadêmica

FORÇAS	FRAQUEZAS
INFRAESTRUTURA	ACESSO A INTERNET
SEGURANÇA	INFRAESTRUTURA MODERNA
CORPO DOCENTE	LABORATÓRIO
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
ACESSO A INTERNET	COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA	ALIMENTAÇÃO
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PARCERIAS COM EMPRESAS	CORTES ORÇAMENTÁRIOS
INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCÂMBIO	CONTIGENCIAMENTO DE RECURSOS
PROGRAMAS DE BOLSAS DE PESQUISA	CUSTO AMAZÔNICO
DISPONIBILIDADES DE NOVAS TECNOLOGIAS	BAIXA PROCURA POR ALGUNS CURSOS OFERTADOS
ACESSO A FINANCIAMENTO EXTERNO	MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Fonte: Organizado pela comissão do PDI, com base nos resultados da consulta pública on-line feita por meio de questionários.

Todas as questões identificadas na matriz SWOT, destacada no quadro 68, foram consideradas na elaboração dos Objetivos Estratégicos do PDI 2025-2029. Contudo, é importante destacar que, algumas delas já estão contempladas nas Perspectivas e objetivos estratégicos já estabelecidos no PDI 2019-2025. Portanto, considera-se que estão atendidas neste PDI 2025-2029.

2.1.2 Organização e elaboração do planejamento estratégico

A etapa de organização e elaboração do planejamento estratégico tem por objetivo delinear o mapa estratégico da organização, fundamentando-se nos direcionadores estratégicos e apresentando os objetivos, juntamente com suas relações de causa e efeito sob diferentes perspectivas, visando a concretização da visão de futuro do IFAM.

Com base nas análises das informações coletadas na fase anterior, a comissão do PDI estabeleceu conexões entre os impactos dos fatores internos — forças e fraquezas — e os fatores externos — oportunidades e ameaças, comparando-os com o atual mapa estratégico da instituição, definido no PDI 2019-2025. A partir de tal análise, percebeu-se a necessidade de algumas mudanças nas perspectivas e

objetivos estratégicos para o próximo PDI, definidas juntamente com a comunidade acadêmica, passando a se trabalhar com as perspectivas descritas na sequência.

O planejamento Estratégico do instituto, proposto para os próximos 5 anos, visa construir uma cultura empreendedora, capaz de influenciar o público interno (servidores) e contribuir para o desenvolvimento de competências empreendedoras em nossos alunos, estimulando constantemente a criatividade e a inovação.

O planejamento estratégico do IFAM, 2025 – 2029, passa a ter, como foco, as seguintes perspectivas, com seus respectivos objetivos estratégicos:

Sustentabilidade Orçamentária: otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade financeira da instituição.

Pessoas: promover o desenvolvimento contínuo, a valorização e a qualidade de vida da comunidade acadêmica, visando a excelência profissional.

Infraestrutura: assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.

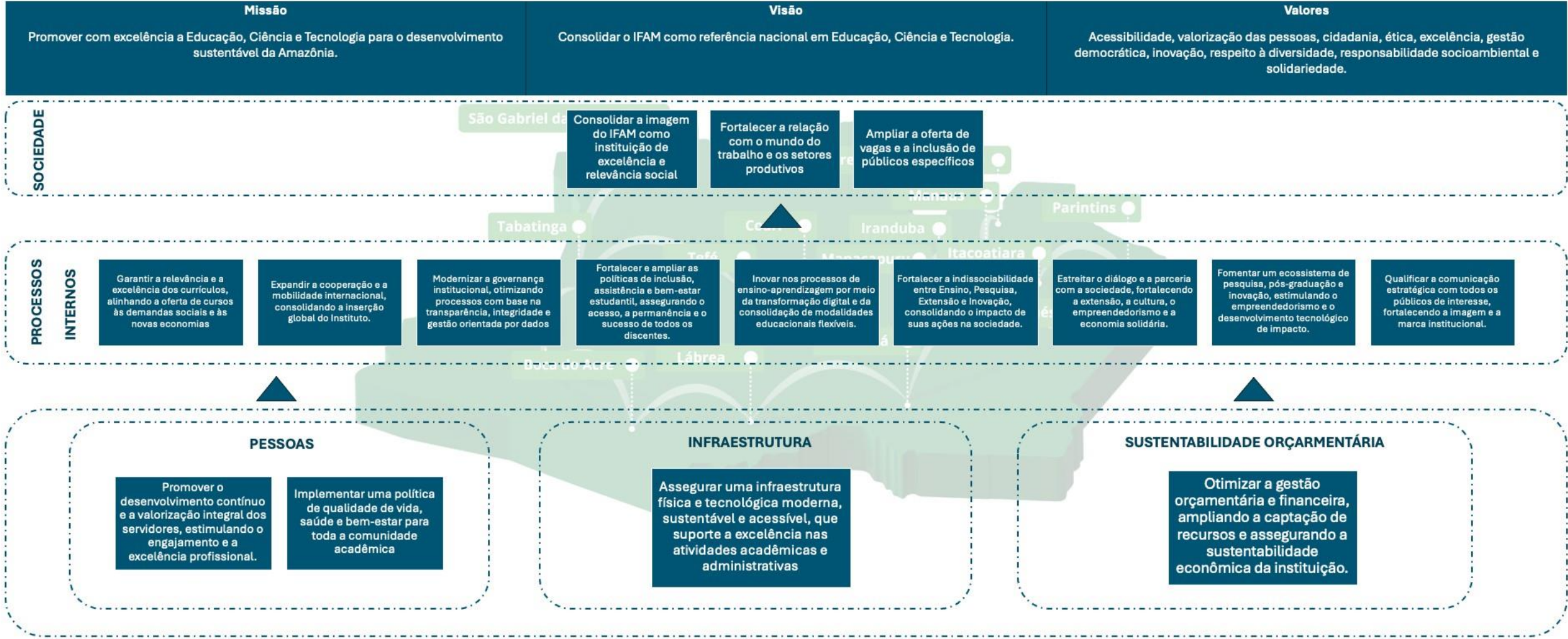
Processo internos: garantir a relevância e excelência dos currículos, alinhando a ofertas de cursos às demandas sociais e econômicas; expandir a cooperação e a mobilidade internacional; modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência e integridade; fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil; inovar nos processos de ensino-aprendizagem, por meio da transformação digital; fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação; estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade; fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico; qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.

Sociedade: consolidar a imagem do IFAM como instituição de excelência e relevância social; fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos; e, ampliar a oferta de vagas e inclusão de um público específico.

O mapa estratégico do PDI 2025-2029 é detalhado a seguir:

2.2 MAPA ESTRATÉGICO DE 2025 A 2029

Figura 33 - Mapa Estratégico do PDI 2025-2029



Fonte: Elaborado pela comissão do PDI 2025-2029

2.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS INSTITUCIONAIS E DA GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

A busca por um Instituto Federal de excelência exigirá o desenvolvimento de ações inovadoras no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essas ações envolvem objetivos estratégicos, indicadores e metas definidas com uma análise específica para cada uma dessas dimensões.

A perspectiva sustentabilidade orçamentária visa aperfeiçoar a gestão e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros bem como consolidar a utilização de indicadores para melhoria da gestão.

A perspectiva pessoas tem como finalidade aprimorar a gestão de pessoas de forma a valorizar o servidor, proporcionando qualidade de vida e desenvolvimento de sua carreira na instituição.

A perspectiva infraestrutura visa a expansão e modernização da infraestrutura necessárias para o atingimento do melhor desempenho de atividades administrativas e finalísticas da instituição.

A perspectiva processos internos busca a melhoria da eficiência gerencial em todos os setores da instituição, bem como atualização de instrumentos normativos e regulatórios com foco na simplificação, desburocratização, padronização, eficácia, transparência e integridade dos processos institucionais.

A perspectiva sociedade traz no seu bojo os principais desafios a serem superados pela Instituição para a consecução da missão institucional e visão de futuro diante da sociedade amazônica.

2.3.1 Plano de metas e horizonte temporal

O horizonte de tempo é o período de abrangência de um plano estratégico e representa o tempo mais longe que uma organização consegue observar. No âmbito do IFAM, o plano de desenvolvimento tem um horizonte temporal de 5 anos para que seja possível o melhor direcionamento de esforços e recursos visando o atingimento dos objetivos institucionais.

Um horizonte de tempo superior a cinco anos implica em riscos institucionais elevados em razão da própria dinâmica do contexto onde a instituição está situada,

em razão também de possíveis mudanças de cenários políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais. Assim, um período de tempo de cinco anos permite uma leitura mais fidedigna da realidade e uma maior capacidade de adaptação institucional frente às mudanças de cenário.

Neste sentido, a finalidade do mapa estratégico (Figura 33) é mostrar o melhor caminho possível a ser seguido pela instituição a caminho do seu futuro desejado, e assim, cada uma das Pró-Reitorias e os campi que compõe o IFAM contribuirão para o atingimento dos objetivos e resultados institucionais. O Anexo I do Plano de Desenvolvimento Institucional traz o plano de metas vinculando os objetivos estratégicos, metas, indicadores, setores responsáveis por ações e projetos previstos para o período de 2025 a 2029.

2.4 MÉTRICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO E GESTÃO

As métricas são os instrumentos que verificam o desempenho de uma gestão quanto à execução dos objetivos e metas estratégicas de uma organização alinhada com a sua Missão e Visão de Futuro, buscando atendimento as exigências legais vigentes (PDI 2019-2025). Entre exigências legais, encontra-se o Acórdão N.º 2.267/2005 – TCU / Plenário que estabelece: “9.3. Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que (PDI 2019-2025):

(...) 9.3.2. inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem 9.1.1 deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelos Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico (Acórdão N.º 2.267/2005 – TCU / Plenário).

Os Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são determinados: TCU; Ministério da Educação; PNUD; dentre outros (PDI 2019-2025).

Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005 TCU e divulgados Relatório Anual de análises dos indicadores de Gestão das

Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica elaborado pela SETEC/MEC.

Ademais, destaca-se a Portaria SETEC nº 01, de 03 de janeiro de 2018, que “Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE, a qual foi desenvolvida pela SETEC-MEC para ser o ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal e Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) e reúne dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros de suas unidades, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela SETEC.

Ainda que a PNP tenha inaugurado uma nova fase no processo de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal, os indicadores de gestão nela exibidos não se apresentam em perfeita simetria com aqueles determinados pelo Acórdão TCU 2.267/05, uma vez que sua constituição foi pautada pela revisão técnica dos indicadores atualmente regulamentados. Ainda assim, objetivando o atendimento das determinações já normatizadas e a manutenção das séries históricas, esse Caderno mantém o rol de indicadores usualmente utilizados para a análise de desempenho da Rede Federal, bem como as suas modelagens matemáticas historicamente propostas.

Portanto, a Instituição adota as métricas estabelecidas por meio do Acórdão N.º 2.267/2005 – TCU/Plenário (Quadro 69 e 71) e também está adotando as métricas estabelecidas, conforme a Portaria SETEC nº 01, de 03 de janeiro de 2018, resultando na publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (Quadro 70).

Quadro 69 - Apresentação e definição dos Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT

Indicadores	Indicadores em espécie
Indicadores de Eficiência Acadêmica determinados no Acórdão 2.267/2005- TCU	1. Relação Candidato por Vaga
	2. Relação de Ingressos por Alunos
	3. Relação de Concluintes por Alunos
	4. Índice de Eficiência Acadêmica - concluintes
	5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar
	6. Relação Alunos por Docente em Tempo Integral
	7. Índice de Titulação do Corpo Docente

Indicadores de Eficiência Administrativa determinados no Acórdão 2.267/2005- TCU	8. Gastos Correntes por Aluno
	9. Percentual de Gastos com Pessoal
	10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)
	11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)
	12. Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar (vide acórdão 600/2006 e Relatório Anual de análises dos indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica elaborado pela SETEC/MEC publicado em junho de 2018 que analisa o ano de referência de 2017.)

Fonte: Acórdão 2.267/2005-TCU do Tribunal de Contas da União de 2005. In.: PDI 2019-2025 do IFAM

Quadro 70 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha

Indicadores	Metas previstas na Legislação
Matrícula equivalente	Não há metas previstas em instrumentos normativo.
Matrículas equivalentes em cursos técnicos	Meta estabelecida pelo art. 8º da Lei 11.892/2008.
Matrículas equivalentes em curso de formação de professores	Meta estabelecida pelo art. 8º da Lei 11.892/2008.
Matrículas equivalentes em Educação de Jovens e Adultos EJA	Meta definida a partir do estabelecido pelo Art. 2º do Decreto 5.840/2.006
Relação de Inscritos por vaga	Não há metas previstas em instrumentos normativo.
Taxa de Evasão	Não há metas previstas em instrumentos normativo.
Conclusão por ciclo	As metas estabelecidas pelas estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2.014, serão melhores acompanhadas pelo Índice de Eficiência Acadêmica.
Evasão por ciclo	Não há metas previstas em instrumentos normativos.
Retenção por ciclo	Não há metas previstas em instrumentos normativo.
Índice de eficiência acadêmica	Meta estabelecida considerando as estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2.014.
Índice de titulação do corpo Docente	Meta definida a partir do estabelecido pela meta 13 da Lei 13.005/2.014.
Relação de matrículas por professor	Meta estabelecida considerando as estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2.014.
Gasto corrente por matrícula	Não há metas previstas em instrumentos normativo.

Fonte: adaptado da Plataforma Nilo Peçanha (PDI 2019-2025)

Quadro 71 - Descrição das Métricas constantes no Acórdão 2.267/2005 TCU e divulgados Relatório Anual de análises dos indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica elaborado pela SETEC/MEC.

MÉTRICA	DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	MÉTODO DE CÁLCULO
Relação Candidato / Vaga (RCV)	Objetivo: Identificar a relação candidato/vaga. Quantidade de Inscrições: número de inscrições para vestibular e processos seletivos; Vagas ofertadas: número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.	$RCV_t = \frac{\text{Quantidade de Inscrições}_t}{\text{Vagas Ofertadas}_t}$
Relação de Ingressos/Alunos (RIA)	Objetivo: Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos. Número de Alunos: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Número de Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.	$RIA_t = \frac{\text{Número de Ingressos}_t}{\text{Nº de Alunos Matriculados}_t} \times 100_t$
Relação de Concluintes/Alunos	Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos. Número de Alunos: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Número de Concluinte: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.	$RCAT_t = \frac{\text{Número de Concluintes}_t}{\text{Nº de alunos Matriculados}_t} \times 100_t$
Índice de Eficiência Acadêmica - concluintes	Objetivo: Quantificar a eficiência das Instituições.	$IEA_t = \frac{\sum \text{Nº de Concluintes}_t}{\sum \text{Nº de Ingressantes}_{t-n}} \times 100$

	Número Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Número de Concluinte: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.	
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos. Número de Alunos Matriculados (NAM): O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Número de Alunos Retidos (NAR): Retenção Escolar refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento.	$IRFE_t = \frac{\sum N^o A. R(Reprovados + Trancamento)_t}{\sum N^o A. M} \times 100t$
Relação Alunos/Docente em Tempo Integral	Objetivo: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral. Número de Alunos Matriculados: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Número de Docentes: O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).	$IAD_t = \frac{N^o \text{ de Alunos Matriculados}_t}{N^o \text{ de Docentes}_t} \times 100$
Índice de Titulação do Corpo Docente	Objetivo: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente - Efetivo e Substitutos	
	A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor. Onde: • G=quantidade de docentes Graduados; • A= quantidade de docentes Aperfeiçoados; • E= quantidade de docentes Especialistas; • M= quantidade de docentes Mestres; • D= quantidade de docentes Doutores.	$IT_t = \frac{(Gx1) + (Ax2) + (Ex3) + (Mx4) + (Dx5)}{G + A + E + M + D}$

Gastos Correntes por Aluno (GCA)	Objetivo: Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País. Divisão do total de gastos acima definido pelo número de matrículas do mesmo ano. Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas. O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Onde: Total de Gastos: total de gastos - Investimentos - Precatórios - Inativos/Pensionistas.	$GCA = \frac{\text{Total de Gasto Corrente}}{\text{Alunos Matriculados}}$
Gastos com Pessoal	Objetivo: Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais. Gasto com pessoal: Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.	$GP_{\%} = \frac{\text{Gasto Total com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)	Objetivo: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais. Gastos com outros custeios: (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras). Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes - (Assistência pré- escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação) Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.	$GOC = \frac{\text{Total de Gastos com outros}}{\text{Gasto Total}} \times 100$

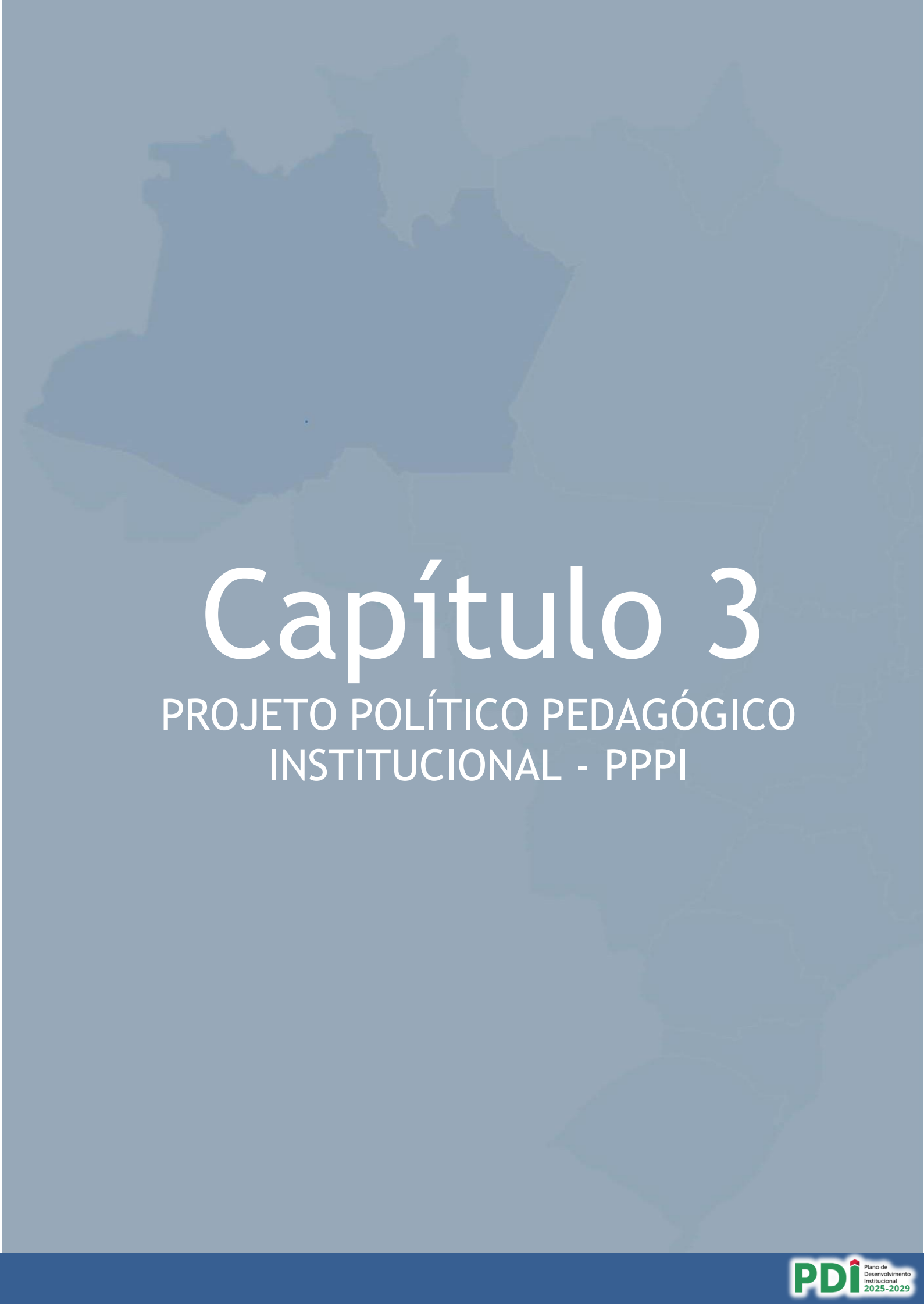
Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)	Objetivo: Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais. Investimentos: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Inversões financeiras: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.	$GI = \frac{\text{Investimentos} + \text{Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$
	Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.	
Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar	Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	$MRF\% = \frac{\text{Matriculas\_Faixa}}{\text{Matriculas}}$

Fonte: Acórdão 2.267/2005-TCU do Tribunal de Contas da União de 2005. In.: PDI 2019-2025 do IFAM

Quadro 72 - Faixa e critérios da Renda Familiar per capita

FAIXA	CRITÉRIO
FAIXA 1	0 < Renda Familiar per capita <= 0,5 Salário Mínimo
FAIXA 2	0,5 < Renda Familiar per capita <= 1 Salário Mínimo
FAIXA 3	1 < Renda Familiar per capita <= 1,5 Salário Mínimo
FAIXA 4	1,5 < Renda Familiar per capita <= 2,5 Salário Mínimo
FAIXA 5	2,5 < Renda Familiar per capita <= 3 Salário Mínimo
FAIXA 6	Renda Familiar per capita > 3 Salário Mínimo

Fonte: PDI 2019-2025 do IFAM



Capítulo 3

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL - PPPI

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI: CONCEPÇÕES E POLÍTICAS DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão (Art. 21, Inciso II do Decreto 9.235/2017).

3.1 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

Por meio do PPPI, o IFAM legitima a compreensão de que o fazer pedagógico é alicerçado em concepções educacionais e pedagógicas definidas, pelas quais é possível que os (as) professores (as) organizem suas ações para a formação do educando. Além disso, deixa claro quais suas concepções de Ser Humano, de Sociedade e Culturas, de Educação e Trabalho, de Ciência, Tecnologia e Inovação e, de Currículo, para que essas orientem o pensar e o fazer didático-pedagógico institucional.

3.1.1 Concepção de Ser Humano

A compreensão que se tem de ser humano, é que, sua condição de ser social, capaz de produzir cultura e diferenciar-se dos animais exclusivamente por sua racionalidade, movendo elementos materiais para atender a algum objetivo e definindo princípios em sua organização social é o que torna a conduta humana uma atitude consciente, mobilizadora e inovadora.

Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1987).

Nessa perspectiva é que se compreende o ser humano como produtor de cultura, ou seja, capaz de dar sentido à própria existência no mundo por meio de sua ação mobilizadora em atuação e contato com a natureza, e em plena interação com seu ambiente. É esta concepção que fortalece, ainda, a compreensão de ser social, capaz de, agrupado em universos simbólicos, mas impregnados de significados, os

quais se transformam em ideias, sentimentos e concepções de mundo, o que tem profunda relação com a formação das religiões, ciência e a linguagem, primeira expressão do sentir-se humano.

Compreende-se ainda, a partir da concepção histórico-crítica, que é o homem um ser histórico, por conseguinte cultural e inacabado, que se constitui nas relações que estabelece com outros seres e nas necessidades que tenta suprir de modo cognoscente, capaz de refletir sobre sua própria existência e atuar sobre sua realidade, transformando-a em seu benefício e de sua comunidade.

A ontogênese humana também se processa em um contexto cultural. Quando do seu nascimento, as pessoas não herdam apenas um conjunto de características anatomofisiológicas, mas, também, o meio típico de sua espécie, ao passo que o transformam continuamente (BJORKLUND; PELLEGRINI, 2000).

Na filogênese dos *Homo sapiens sapiens*, a transmissão de informações e tecnologias foi (e é) central para que as pessoas enfrentem os desafios do meio, o que requereu a emergência da cultura (YAMAMOTO; VALENTOVA, 2018)

Segundo Bussab e Ribeiro (1998), a cultura não somente modificou o curso da evolução da espécie por permitir a transmissão social das informações; mais que isso, ao emergir por meio da seleção natural e propiciar a sobrevivência, a cultura tornou os nossos antepassados dependentes dela.

Nós também dependemos, aliás. Embora ainda intrinsecamente dependente da cultura, o desenvolvimento psicológico na contemporaneidade se dá em um contexto distinto do Ambiente de Adaptação Evolutiva da espécie.

O IFAM, a partir desta concepção de ser humano, enquanto sujeito cognoscente, histórico, cultural, único e coletivo, capaz de intervir socialmente por meio de sua ação mobilizadora, direciona sua práxis de modo que desenvolva uma educação que se contraponha à desigualdade social, cujos conhecimentos e valores construídos o direcionem para uma compreensão crítica e transformadora da realidade.

3.1.2 Concepção de Sociedade e Culturas

Enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão não podemos pensar em pressupostos sociais sem entender o processo de dignidade e do direito que são

princípios fundamentais assegurados pela Constituição Federal Brasileira. Logo, o desenvolvimento de ações pedagógicas que gerem a cidadania como um direito de ter direitos, deve ser desenvolvido na percepção de ser humano integral.

Outro ponto relevante, diz respeito à percepção de cultura que embora conduza o comportamento humano em sua coletividade, não pode ser percebida de forma estagnada, rígida ou engessada, pois ao mesmo tempo em que influencia os homens, estes por sua vez influenciam-na, em um movimento dialético homem- sociedade.

Nesse contexto, parte-se do pressuposto que a cultura é uma construção social circunscrita em determinado contexto histórico. Como afirma Morgado,

a cultura é a própria condição de existência dos seres humanos, produto das ações por um processo contínuo, através do qual, os indivíduos dão sentido à suas ações. Ela ocorre na mediação das relações dos indivíduos entre si, na produção de sentidos e significados. Ao tratar do conceito de cultura sob o aspecto semiótico, [...] as questões estruturais da sociedade nas diversas épocas e realidades contextuais e, sobretudo, das diferenças e transformações que vêm ocorrendo na pós-modernidade. (MORGADO, 2014, p. 3).

As particularidades da Amazônia, principalmente geográficas, mais especificamente dos rios e seus afluentes, desenham e recortam diversas áreas territoriais, assim como características sociais, históricas e culturais dos moradores que aqui vivem. Adentrar esse território no que tange a seus aspectos pedagógicos, permite-nos compreender um cenário diferente do urbano ao qual estamos habituados a ler em textos atuais.

O contexto histórico atual tem trazido à tona a questão da heterogeneidade social. Nesse sentido, a sociedade brasileira, em particular a sociedade amazonense, apresenta especificidades e complexidades que necessitam ser valorizadas. Assim, a concepção de cultura que defendemos, enquanto IFAM, é toda manifestação típica de cada grupo social capaz de aproximar e identificar um coletivo unido pelos mesmos traços culturais, que deve ser valorizado e reconhecido. Para tanto, a postura do IFAM deve ser de negação a uma cultura homogênea, dominante e somente urbana. Ao contrário, o IFAM deve reconhecer a importância da diversidade cultural, valorizando-a. A partir dessa percepção, o IFAM abre portas para que a sociedade amazonense se reconheça culturalmente.

A produção de cultura em uma sociedade deve ser guiada pela pluralidade de saberes e conhecimentos, resultantes dos entrecosques culturais e das múltiplas

referências culturais e geográficas daí advindas. Neste sentido, o IFAM deve pautar-se por uma concepção de sociedade e cultura múltipla, evidenciada através de um currículo e práticas pedagógicas diversificadas, objetivando o reconhecimento das vozes culturais silenciadas ao longo dos últimos 500 anos no Brasil.

Neste sentido, conforme destaca Boas (2010), a concepção de “cultura” é deslocada do singular para o plural, “culturas”, com ênfase nas culturas africanas e indígenas que, muito embora estejam na base formadora da sociedade brasileira, normalmente são celebradas nos meios escolares como modos exóticos de ser e existir distanciados da realidade socialmente adequada.

Nota-se, portanto, que o predomínio de uma concepção engessada de cultura está aliado ao predomínio de uma concepção igualmente engessada de sociedade – aquela que deve se manter intocada, preservada, organizada, tal como “sempre foi e sempre será”, visando a celebração de um suposto equilíbrio social.

Dito isto, o IFAM objetiva constituir-se em um espaço de referência coletiva, no sentido de oportunizar um legado formativo acerca da construção da sociedade e de suas relações; manter vivos os legados culturais dos povos da Amazônia; valorizar a produção histórica das diferentes comunidades; desenvolver, junto aos educandos e à sociedade, pesquisas e análises no âmbito cultural, estendendo-se para além do espaço institucional; e, além disso, proporcionar aos educandos, saberes históricos constituídos no cerne da existência dos povos, a fim de alicerçar a construção democrática e participativa acerca da capacidade de criar e disseminar cultura e compreender o processo cultural da sociedade como forma de respeito e valorização da vida plural em sociedade.

E, por tudo que já foi dito ao longo desse documento, em suas concepções de educação, de mundo, de sujeito que se quer formar, dentre outros, sabe-se que cultura se faz presente na ordem social do IFAM: a cultura da inclusão, do respeito à diversidade e da construção coletiva e democrática do saber.

3.1.3 Concepção de Trabalho

A concepção de trabalho deve considerar as diversas modificações que esse conceito sofreu no desenvolvimento dos processos históricos aliado às relações

econômicas, políticas, sociais e culturais que compreendem as interações entre os sujeitos e seu meio.

Fazendo uso das próprias palavras de Marx (1987), Ribeiro (2019) afirma que o trabalho é “a condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza”. Compreendido como necessidade permanente, o trabalho estará sempre presente nas comunidades humanas nas suas mais diferentes formas e estruturas, sendo assim, um elemento para a construção de identidades.

A partir do momento em que o homem se forma e se constrói pelo trabalho, este passa a ter uma dimensão formativa. Ou seja, forma-se através do trabalho, pois este se constitui como princípio basilar da formação humana. Quando o trabalho é reconhecido como aspecto central para a formação humana, torna-se intrinsecamente educativo (FISCHER; GODINHO, 2014).

É pela compreensão do trabalho como formador e formativo que o IFAM, na organização de seus currículos, pretende o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem aos educandos atuarem frente à diminuição da desigualdade social, com vistas a uma capacidade emancipatória. Como apontado por Soares, Giovanetti e Gomes (2002),

[...] na medida em que o ensino médio é parte integrante da educação básica e que o trabalho é princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional de educação geral acadêmica, ou, melhor dito, academicista. (SOARES; GIOVANETTI; GOMES, 2002, p. 124-125).

Na mesma medida em que se compreende o trabalho como forma da existência subsistência humana, sendo totalmente constitutiva do homem, compreende-se também que ele é elemento gerador da riqueza material que assegura a manutenção e a reprodução do sistema capitalista, tornando-se, assim, alienador à medida que reduz o trabalho apenas à força de trabalho, sendo essa, muitas vezes, apenas o que o trabalhador possui frente aos cenários de precarização do trabalho e de ampliação do desemprego, principalmente no agravamento desse contexto no País. (FRIGOTTO, 2001)

Decursivo do quadro que se inscreve, a condição a ser superada se desenha a partir da perversa separação entre trabalho manual e intelectual, gerando a divisão do trabalho em intelectual e manual.

Tomar o trabalho no processo educacional como princípio educativo é uma condição sine qua non para a ruptura da divisão existente sobre trabalho manual e trabalho intelectual, em que este último se sobrepõe ao anterior. Abordando essa dimensão Schwartz (2003) afirma que,

[...] uma tal ambição de previsibilidade exaustiva concernente ao trabalho humano anula, logicamente, o desdobramento de toda produção de saber no próprio curso desta atividade: a atividade não encontra nada que a obriga a pensar e se pensar, não existe problema a tratar, posto que o trabalho é apenas uma sequência de soluções já pensadas por outros. Lembremos Taylor dizendo a seus operários: 'não lhes pedimos para pensar'. (SCHWARTZ, 2003, p. 22).

Dessa maneira, ciente da função social da escola e da Educação, o IFAM se alinha à organização de um currículo de Educação Profissional e Tecnológica que promova cotidianamente o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se assentem na perspectiva do desenvolvimento integral do sujeito por meio da associação e da integração da tônica do trabalho como princípio educativo. Essa concepção alia-se à formação intelectual, à formação física (entendida como o equilíbrio dos efeitos deletérios do trabalho à saúde) e à formação tecnológica, sugerindo a formação humana integral do educando e contribuindo para o desenvolvimento, nos sujeitos, da capacidade de criação intelectual e prática tendo o princípio educativo do trabalho como sua base. (MOURA, LIMA FILHO E SILVA, 2015).

3.1.4 Concepção de Educação

Em uma sociedade marcada pelo individualismo, consequência do neoliberalismo, releitura do liberalismo clássico, o IFAM, enquanto parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contrapõe-se a esse modelo econômico, comprometendo-se com o

[...] projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. (PACHECO, 2015, p. 16).

Concebe-se, então, a Educação em um processo de ampliação e de desenvolvimento humano devendo, essa, encaminhar para o exercício de uma identidade crítica e emancipatória, fundamentada nas ideias de liberdade e de autonomia, pautando-se em uma ação política e de transformação social.

Freire (2006) afirma que o processo educativo que corrobora com a transformação social vislumbra a concepção de homem e de mundo que supera a relação vertical, estabelecendo-se na relação dialógica. O diálogo supõe troca, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Relação horizontal, a qual é alicerçada pelo respeito mútuo entre educador e educando, originando um processo reflexivo, de problematização da realidade de forma coletiva, onde ambos são levados à construção de uma transformação social. Dessa forma, a educação é vista como uma expressão dialética que serve a um ideal de construção social alicerçado na transformação constante das formas de organização e de relação humana.

Sendo assim, o IFAM desenvolve um processo educativo que busca assegurar aos educandos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade.

O conceito de educação politécnica compõe o alicerce fundante deste caminho e se constitui na desfragmentação entre teoria e prática e na articulação entre formação intelectual e produção material. De acordo com Kuenzer,

A politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência. [...] nessa concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história. (KUENZER, 2002, p. 87).

Dessa maneira, o IFAM busca em seu cotidiano acadêmico, proporcionar cada vez mais espaço-tempo de para a formação que compreenda o ser humano em sua integralidade, principalmente por meio do conceito de politecnia.

3.1.5 Concepção de Ciência, Tecnologia e Inovação

As concepções de ser humano, cultura e sociedade explicitadas nesse documento delineiam estratégias de formação humana que apontam para uma reapropriação do domínio do trabalho, somente possível a partir das transformações tecnológicas, sendo essas um processo que se apresenta como resultado da ação humana produtiva, criadora e realizadora para a satisfação das suas necessidades.

No âmbito do IFAM, compreende-se Ciência, Tecnologia e Inovação como processos voltados ao desenvolvimento educacional e socioeconômico da região amazônica, decorrentes de uma educação que, promotora da articulação entre teoria e prática, objetiva a formação profissional e humana do indivíduo, a valorização dos saberes locais e seus arranjos produtivos, atrela-se às inovações, que buscam, sobretudo, a solução dos problemas de sua época, promovendo, assim, a indissociabilidade indivíduo/comunidade, em uma ação democrática, inclusiva e transformadora de seu meio.

Tomando-se esse direcionamento, é possível aliar inovação tecnológica e produção científica de ponta à correção dos desequilíbrios históricos da sociedade brasileira, e encontrar o grande desafio que se impõe à educação emancipadora no Brasil contemporâneo. Ao IFAM, que se localiza na Unidade Federativa com a maior concentração de florestas nativas do Brasil, resolver tal equação, impõe o alinhamento urgente dessa tríade por meio de um currículo que favoreça, estimule e incremente a pesquisa científica em diversas áreas de conhecimento, criando o interesse em seus educandos pela ciência, pela tecnologia e pela inovação como forma de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, juntamente com o maior conhecimento sobre o imenso repertório natural e social da região.

Assim, infere-se que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações e os processos de trabalho e, com isso, impulsiona modificações significativas também na Educação, que exigem rupturas. Rupturas de concepções cristalizadas que não percebem o trabalho, o homem, a educação, a cultura para além de sua dimensão material; esquecendo-se de que como produtor de sua realidade, o ser humano se apropria dela e a transforma, sendo, pois, sujeito de sua história e de sua realidade.

3.1.6 Concepção de Currículo

Objetivando maior sintonia entre o IFAM e o ambiente socioeconômico em que está inserido, os currículos dos cursos desenvolvidos e estruturados por esta instituição, obedecem aos seguintes princípios e finalidades: a integração de diferentes formas de educação para o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, devendo conduzir ao permanente desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para a vida produtiva e social (BRASIL, 2007).

A organização desses currículos se dá por Eixos Tecnológicos e Áreas de Conhecimento, de acordo com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, considerando o perfil profissional e os conhecimentos necessários ao exercício da profissão, sempre em consonância com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Nesse caminho, compreende-se currículo associado ao conceito de formação integral fundamentado numa discussão sobre concepção de mundo, de sociedade e cultura, de ser humano, de educação e de trabalho, pautado em princípios éticos, políticos, cognitivos; ou seja, na formação de um sujeito crítico e conhecedor de seus direitos e deveres na construção de uma sociedade menos desigual.

Nessa perspectiva, é necessário um currículo que privilegie a integração entre a educação básica e a formação profissional, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerando, da mesma forma, a sustentabilidade, tendo em vista o contexto social e econômico da região amazônica em que se insere o IFAM.

Em linhas gerais, a concepção de currículo que embasa a atuação docente no IFAM ancora-se na concepção de currículo integrado, o que pressupõe a prática pedagógica contextualizada, em que se considerem as diversas dimensões da vida dos educandos e das práticas sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, é necessário compreendê-los como sujeitos do seu próprio processo de formação, contribuindo para a sua transformação em sujeito crítico e emancipado. Pressupõe a construção de um trabalho interdisciplinar, uma vez que, construir currículos integrados, significa convocar a interdisciplinaridade, sendo necessário buscar as mediações que possibilitem planejar e desenvolver planos comuns de trabalho, que permitam o diálogo entre as distintas experiências e pontos de vista.

3.2 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica, espaço-tempo em que se constituem os processos de ensino e aprendizagem – que podem e devem extrapolar os limites da sala de aula, devem constituir-se em experiências que possibilitem a construção de conhecimento, não somente dos educandos, mas também dos professores (as) envolvidos nesse processo.

Nenhuma prática pedagógica é isenta de concepções. Assim, nenhuma prática pedagógica é neutra. Ghedin e Franco (2008) apontam em uma de suas obras que “[...] a prática educativa, vista como uma síntese provisória da intencionalidade educacional de uma época, num contexto específico, vai tomando sucessivamente diferentes contornos”. (GHEDIN; FRANCO, 2008, p. 55). Esse excerto ratifica a não neutralidade das práticas pedagógicas, dos fazeres docentes.

Dessa forma, a orientação para que essas práticas sejam pensadas e desenvolvidas com vistas à formação do ser humano integral agregam pressupostos que devem ser considerados pelos professores (as) do IFAM, visando à construção de uma ação docente dialógica e crítica.

Nesse aspecto, a prática pedagógica na perspectiva da formação integral do educando deve estar pautada nos seguintes princípios: **pesquisa como princípio pedagógico, trabalho como princípio educativo, respeito à diversidade e prática interdisciplinar.**

3.2.1 Na Pesquisa como Princípio Pedagógico

Pensando que a prática pedagógica em uma perspectiva crítica e na formação integral do educando, afirma-se que essa não pode acontecer somente via “transmissão” de conhecimento. Entende-se que, para o alcance da formação desejada no IFAM, as práticas educativas devem estar pautadas na construção do conhecimento efetivado por meio da pesquisa, que possibilite a construção do olhar dos educandos à investigação, ao questionamento e à busca pela solução de problemáticas do cotidiano.

Cruz, Battestin e Ghiggi (2013), ao abordarem a pesquisa como princípio pedagógico, em uma abordagem freireana, afirmam que

[...] Freire não concebe o docente como um “burocrata da mente”, mas como aquele que constrói e reconstrói o conhecimento junto com os educandos. Nessa perspectiva, o ato de ensinar se torna uma experiência inédita, e a troca de saberes permite que aquele que ensina e aquele que aprende vão libertando-se das concepções preconcebidas e das verdades absolutas. (CRUZ; BATTESTIN; GHIGGI; 2013, p. 989).

O ensinar pela pesquisa possibilita a dinamicidade do conhecimento, visto que é tida como atividade de constante busca de respostas por meio do contínuo questionamento e pautada em método específico e determinado. Sob esse mesmo prisma, Demo (2004) nomeia de questionamento reconstrutivo o educar pela pesquisa, sendo essa uma marca diferencial na integração entre teoria e prática.

Outrossim, Freire (1996) enfatiza a importância da curiosidade crítica como elemento fundamental no processo educativo. Para ele, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Nesse contexto, a pesquisa transforma a sala de aula em um laboratório de reflexão e ação, estimulando os educandos a compreenderem e intervirem no mundo em que vivem.

Silva e Fiori (2021) ao destacarem a pesquisa como princípio pedagógico salientam que:

a pesquisa como princípio pedagógico favorece a autonomia intelectual e o trabalho colaborativo, ao tempo que orienta o sujeito da aprendizagem a formular as próprias questões investigativas, a selecionar informações em fontes confiáveis, organizar e interpretar dados e socializar o conhecimento produzido.

Por esta perspectiva a pesquisa é um elemento essencial para transformar o processo de ensino-aprendizagem em uma experiência que vai além da simples transmissão de informações. Essa abordagem incentiva a autonomia intelectual, uma vez que os estudantes assumem um papel ativo no aprendizado, formulando suas próprias perguntas investigativas. Isso não apenas estimula a curiosidade e o pensamento crítico, mas também desenvolve a capacidade de identificar problemas e buscar soluções.

3.2.2 No Trabalho como Princípio Educativo

Sendo o trabalho humano intencional, consciente e inerente à vida humana, visto que o homem se constrói e reconstrói por meio do trabalho que realiza, a materialização do currículo nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica devem integrar a educação básica com a formação para o trabalho, em uma perspectiva emancipatória. É bom lembrar que nenhuma das duas dimensões aqui elencadas devem ter uma supervalorização sobre a outra, visto que é em sua integração que se pretende a formação integral do ser humano.

Dessa maneira, Gabrowsk (2006), nos ajuda a compreender a necessidade dessa integração para a efetivação do trabalho como princípio educativo quando essa

[...] implica um compromisso de construir uma articulação e uma integração orgânica entre trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recreação pela humanidade de sua natureza e cultura, como síntese de toda produção e relação dos seres humanos com seu meio. Portanto, ensino integrado implica um conjunto de categorias e práticas educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador. (GABROWSK, 2006, p. 9).

É por meio de um currículo integrado, é por meio da dimensão do trabalho como princípio educativo, que as práticas pedagógicas devem ser pensadas e efetivadas.

Deste modo, a integração do ensino médio à educação profissional exige práticas educativas problematizadoras, que permitam aos educandos perceberem-se enquanto sujeitos sociais, capazes de compreender as relações de trabalho nas quais estão ou estarão inseridos, promovendo um diálogo entre os conhecimentos de cunho prático-profissional e os conhecimentos culturais e científicos. (NETA, ASSIS, LIMA, 2016, p. 110-111).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental no contexto educacional, especialmente ao se posicionar como um espaço de formação que vai além da mera preparação técnica para o mercado de trabalho.

Neste contexto, conforme Frigotto, Ciavata, Ramos (2005):

Um projeto de educação integral de trabalhadores que tenha o trabalho como princípio educativo articula-se ao processo dinâmico e vivo das relações sociais, pressupondo-se a participação ativa dos sujeitos, como meio de

alimentar de sentido a ação educativa mediada, dialogada, repensada, renovada e transformada continuamente, dialeticamente. Enfatiza a construção coletiva do conhecimento a partir da socialização dos diversos saberes e da realização de um trabalho integrado entre educadores, incorporando os acúmulos advindos das diversas experiências formativas trazidas, individualmente, pelos diferentes sujeitos educadores (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005, p. 71).

Por este ângulo, a aprendizagem é compreendida como um processo mediado e dialogado, que se transforma continuamente. Essa abordagem permite que os sujeitos se envolvam de forma reflexiva e crítica, promovendo transformações no conhecimento, nas práticas e nas relações sociais. Implica que o conhecimento é construído coletivamente, por meio da socialização dos saberes. Isso significa que todos os envolvidos, educandos e educadores, contribuem com suas experiências, perspectivas e aprendizagens prévias, enriquecendo o processo educativo.

3.2.3 No Respeito à Diversidade

A função de compreender a heterogeneidade social, cultural, étnica e todas as formas de diversidade, e de contribuir com a promoção da equidade social e da valorização dessas diversidades na educação, bem como na comunidade em que se insere, deve ser considerada no processo de pensar e materializar as práticas educativas no IFAM.

O respeito à diversidade em suas mais diferentes expressões, deve assegurar o processo de acesso, permanência e êxito de todos os educandos desta Instituição, por meio das práticas pedagógicas, na elaboração de projetos integradores e em todas as atividades que possibilitem a participação dos educandos.

3.2.4 Na Prática Interdisciplinar

A prática docente interdisciplinar compreende um diálogo entre as diferentes disciplinas propostas no currículo de cada Curso/Eixo Tecnológico.

As práticas interdisciplinares devem romper com a fragmentação do ensino em sintonia com a formação integral do ser, principalmente quando, a partir da concepção de um currículo integrado, princípio da Educação Profissional e Tecnológica nos dias atuais, possibilite a formação do educando.

Sobre a experiência de prática interdisciplinar, Bedin e Del Pino (2016) descrevem que as

[...] áreas do conhecimento passaram a dialogar com o mundo do trabalho, interagindo com as novas tecnologias, superando a imobilidade, a seletividade e a exclusão de uma gradação curricular, priorizando o protagonismo do jovem. (BEDIN; DEL PINO; 2016, p. 22).

Essas práticas colaboram na desconstrução de atividades docentes pautadas na fragmentação do conhecimento, no isolamento disciplinar com vistas ao diálogo entre as disciplinas e as áreas de conhecimento.

Alves e Garcia (2000) são enfáticos ao refletir sobre interdisciplinaridade como um esforço para superar o processo histórico de fragmentação do conhecimento, que resultou na completa desconexão entre os saberes, algo que tanto os estudantes quanto nós, professores, frequentemente vivenciamos de forma desmotivadora.

Ao propor a integração dos saberes, a interdisciplinaridade busca resgatar a conexão entre os diferentes campos do conhecimento, promovendo um ensino mais colaborativo e contextualizado. Esse movimento propõe não apenas enriquecer a experiência educacional, mas também preparar estudantes e professores para enfrentar os desafios complexos do mundo atual, que exigem uma visão global, crítica e interligada.

3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.3.1 Políticas de Ensino

A política de ensino do IFAM se constitui na busca pela excelência acadêmica, materializada na efetivação de processos de ensino e de aprendizagem que sejam realmente significativos e possibilitadores da construção de conhecimento dos educandos e das alunas desta instituição.

A política de ensino do IFAM é fundamentada na busca incessante pela excelência acadêmica, que se reflete na implementação de processos de ensino e aprendizagem que sejam realmente significativos e possibilitadores da construção de conhecimento para os(as) discentes. Essa busca pela qualidade educacional é materializada por meio de práticas pedagógicas que promovem um ambiente de

aprendizado que estimula a curiosidade, a reflexão crítica e a autonomia dos(das) discentes.

Esses processos são cuidadosamente planejados para serem inclusivos e acessíveis, levando em consideração a diversidade de perfis e necessidades dos(das) discentes. A proposta é que cada discente tenha a oportunidade de construir seu conhecimento de forma ativa, participativa e contextualizada, conectando teoria e prática de maneira que faça sentido em suas vidas e em suas futuras atuações profissionais.

Além disso, a política de ensino do IFAM busca fomentar um ambiente colaborativo, onde a troca de experiências e saberes entre discentes, professores e a comunidade se torna uma parte essencial do processo educativo. Dessa forma, a construção do conhecimento não é vista como uma atividade isolada, mas como um esforço coletivo que enriquece a formação de todos os envolvidos.

Em suma, a política de ensino do IFAM compromete-se a criar condições que favoreçam a formação integral dos(das) discentes, preparando-os(as) não apenas para o mundo do trabalho, mas também para o exercício consciente da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3.1.1 Concepções para o ensino

A Política de Ensino no IFAM está diretamente vinculada ao princípio constitucional em que a educação é compreendida enquanto direito subjetivo; e nesse sentido, direito de todos e dever do Estado e da família devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Vincula-se ainda com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentos essenciais para o desenvolvimento educacional, o qual exige gestão colegiada e ações acadêmicas que possibilitem ao educando formação acadêmico-científica significativa, posicionamento crítico e atuação política com compromisso ético para uma atuação cidadã.

A Política de Ensino no IFAM está profundamente enraizada no princípio constitucional que reconhece a educação como um direito subjetivo, o que implica que

todos têm o direito de acessar uma educação de qualidade. Este direito é, portanto, uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade como um todo. O Estado deve garantir que as condições necessárias para a educação sejam criadas e mantidas, enquanto a família e a sociedade devem colaborar ativamente para promover e incentivar o aprendizado. Essa abordagem visa não apenas o desenvolvimento integral do indivíduo, mas também sua preparação para o exercício pleno da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho, conforme estabelecido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Além disso, a Política de Ensino do IFAM está intimamente ligada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade é fundamental para o desenvolvimento educacional, pois reconhece que a formação acadêmica não pode ser vista de forma isolada. O ensino deve ser enriquecido pela pesquisa, que traz novas descobertas e inovações, e pela extensão, que conecta a academia à comunidade, promovendo a troca de saberes e experiências. Essa interconexão exige uma gestão colegiada, onde todos os atores envolvidos — professores, discentes, gestores e a comunidade — trabalham em conjunto para criar um ambiente educacional dinâmico e colaborativo.

Para que essa política seja efetiva, é necessário implementar ações acadêmicas que proporcionem aos discentes uma formação acadêmico-científica significativa. Isso envolve não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas. Os educandos devem ser incentivados a questionar, analisar e interpretar a realidade ao seu redor, formando um posicionamento crítico que os capacite a atuar de maneira consciente e responsável na sociedade.

Ademais, a atuação política com compromisso ético é um aspecto central da formação cidadã promovida pelo IFAM. Os educandos são encorajados a se envolver em questões sociais, políticas e ambientais, compreendendo seu papel como agentes de mudança. Essa formação ética e cidadã é essencial para que os alunos não apenas se tornem profissionais competentes, mas também cidadãos conscientes e engajados(as), prontos para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, a Política de Ensino do IFAM não apenas busca a excelência acadêmica, mas também se compromete com a formação integral dos indivíduos,

preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo e para a construção de um futuro melhor para todos.

3.3.1.2 Diretrizes para o Ensino

As diretrizes pedagógicas perpassam por duas vertentes. A primeira vertente constitui o conteúdo da política pedagógica da instituição, que traça as linhas mais gerais, os fundamentos que embasam as atividades pedagógicas do IFAM, a saber: fundamentos estéticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos; nossos objetivos institucionais e metas priorizadas para legitimar nossa política pedagógica. Na segunda vertente, está constituída nossa proposta curricular, bem como o modelo da estrutura pedagógica a ser adotado pelo instituto.

Convém destacar ainda que, por acreditarmos que uma política dessa relevância deva ser desencadeada dialogicamente para se configurar de natureza madura, as ideias contempladas não se esgotam nesse documento, igualmente, são passíveis de modificações ao longo de todo um processo de implementação, desde que se façam necessárias.

Desde a sua implantação, o IFAM vem cumprindo com as finalidades e objetivos para os quais foi criado. Neste sentido, em atendimento às orientações legais contidas na Lei Nº 5.692/71, alterada pela Lei Nº 7.044/82 e nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem oferecido Cursos Técnicos de Nível Médio, Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduações, expressando, assim, a sua identidade institucional.

O IFAM procura estruturar suas matrizes curriculares de forma a organizá-las por áreas de conhecimentos, procurando construir as habilidades profissionais exigidas em cada curso, sem deixar de lado a formação humana que subjaz a todos os processos de ensino desta Instituição. Todos os cursos do IFAM são organizados tendo como base o Catálogo dos Cursos Técnicos e Tecnológicos.

Nesse sentido, o processo educativo exige o desencadeamento de ações capazes de redimensionar a prática educativa como a instrumentalização teórica do indivíduo (o aprender a conhecer), centrada na apropriação de conceitos e fundamentos que desenvolvam a capacidade de compreensão do mundo; e,

consequentemente, sua inserção no mundo do trabalho, enquanto sujeito produtivo, historicamente situado, com uma postura crítica, criativa e autônoma.

Todo o exposto, no entanto, será possível com o subsídio de uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios colocados pelo avanço tecnológico que ocorre no mundo do trabalho, que requer dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade. E que, também será reforçado pelo estímulo à interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo sendo conduzido para a meta principal: o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, a fim de que possa aprender a aprender.

3.3.1.3 Princípios para o Ensino

O IFAM, que prima pela formação de cidadãos capazes de construir suas histórias de vida, considerando o desencadeamento de ações aqui já mencionadas, assume a importância da Educação Profissional como locus de produção e disseminação de conhecimentos e cultura, a partir de um grande desafio: o pleno exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, numa conjunção que articule base científica e tecnológica, que possa ser desencadeada através do efetivo desempenho de suas atividades cotidianas.

Objetivando a formação de profissionais que sejam protagonistas de suas histórias e que aliem formação tecnológica e formação humana, conforme PDI do IFAM (2014-2018), este Instituto toma por base para as ações pedagógicas desenvolvidas por seus servidores, os seguintes valores:

I. Sensibilidade: para perceber a si e ao outro enquanto humanos que possuem sentimentos, respeito e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os educandos, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturar uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de

valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito às diferenças e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias;

II. Autenticidade: para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos educandos e dos professores (as), sempre visando ao novo. É importante que toda e qualquer ação de nossos educandos seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social;

III. Autonomia: construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizando-se por elas;

IV. Criatividade: como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os educandos devem manter uma relação de interação com o mundo, assim como com o objeto, enquanto sujeitos. O que é imprescindível para que se desenvolva, tornando-se sujeito de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, senão homens completos, situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-ambiental-cultural e político, enfim, num contexto histórico;

V. Solidariedade: princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFAM, por ser postulado da sociedade democrática. Convém ressaltar ainda que o IFAM tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição de conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio- interacionista.

No âmbito do IFAM, o ensino e suas concepções estão diretamente sob a responsabilidade da Pró - Reitoria de Ensino a qual é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades no âmbito das estratégias, diretrizes e políticas do Ensino; considerando suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio, ao desenvolvimento do ensino e ao estudante do IFAM.

3.3.2 Políticas da Educação Profissional Técnica De Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), no IFAM é compreendida como a qualificação ou habilitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades profissionais, podendo ser de forma complementar ou articulada à educação geral, comprometida com a formação humana e integral para o exercício profissional e cidadão. Além de propiciar ao educando conhecimentos com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, necessários ao exercício profissional e cidadão. As Políticas da Educação Profissional no Brasil oportunizam importantes questionamentos, sobretudo em relação ao resgate do ensino profissional técnico de nível médio (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Estes questionamentos versam sobre a necessidade de conferir uma sólida identidade a este nível/modalidade de formação, superar a dualidade entre a formação acadêmica para favorecidos socialmente e a formação instrumental para adolescentes, jovens e adultos, geralmente em situação de desvantagem social, entre outros.

Neste sentido, a EPTNM ocupa um lugar fundante, sobretudo por conduzir itinerários formativos que dialoguem com a realidade social dos educandos, preparando-os para atuar de forma competente, ética, técnica e política nas múltiplas e multifacetadas arquitetura do mundo do trabalho. Desse modo, a formação profissional técnica de nível médio ocorre, prioritariamente, na forma integrada, zelando pelo cumprimento dos 50% (cinquenta por cento) das vagas, exigidas na Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008), e reforçando o compromisso político e social de oferecer uma educação ampla e politécnica visando o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos. Para tanto, diversas políticas, programas e projetos desenvolvidos na instituição cumprem o compromisso político e social de formação integral dos seus educandos. Tais como, Políticas de Educação de Jovens e Adultos, Qualidade de Ensino, Diversidade e Inclusão, Assistência Estudantil, Programas de Nivelamento, Monitoria e Tutoria Acadêmica

Ressaltamos o compromisso do IFAM com o desenvolvimento local e regional, por meio dos APLs dos municípios onde estão inseridos os campi do IFAM, qual faz parte dos objetivos dessa Instituição. Na outra ponta desse desenvolvimento local, o

IFAM promove a otimização da melhoria na qualidade de vida das comunidades de forma sustentável para o uso das novas tecnologias.

Ao exposto, este PPPI apresenta as Políticas de EPTNM a serem desenvolvidas no âmbito do IFAM.

3.3.2.1 Políticas e Princípios da Educação Profissional e Tecnológica

As diretrizes para EPTNM no IFAM articulam as bases teóricas que sustentam as concepções de educação e de Educação Profissional e Tecnológica e da prática pedagógica. Desse modo, com base nas concepções, na legislação vigente e nos princípios fundamentais, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

- garantir o alinhamento entre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) e às concepções e princípios orientadores, contidos neste PPPI, à legislação educacional brasileira e às normativas institucionais pertinentes;
- realizar de forma contínua a avaliação pedagógica e institucional dos cursos ofertados e o acompanhamento de egressos, objetivando o aprimoramento da qualidade do ensino;
- fomentar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas aulas de cursos presenciais, inclusive viabilizando a flexibilização da oferta de componentes curriculares online;
- elaborar e implementar uma política de promoção da educação para a sustentabilidade;
- fortalecer as ações de integração curricular nos cursos ofertados, visando a formação omnilateral dos educandos;
- viabilizar as condições de permanência e êxito, por meio da valorização e do respeito às necessidades específicas, condições geracionais, de gênero, de sexualidade, de relações étnico-raciais e demais identidades sociais;
- promover práticas pedagógicas de estímulo e valorização do protagonismo estudantil, cooperativismo, empreendedorismo e inovação;
- estimular a contextualização e a interdisciplinaridade por meio do fortalecimento do projeto integrador, envolvendo as diversas áreas do conhecimento, a pesquisa e a interação com a comunidade;

- desenvolver ações de cooperação entre o ensino, a pesquisa e a extensão que viabilizem a integração e a interação de saberes para o fortalecimento da EPT;
- viabilizar a infraestrutura física e tecnológica, bem como os materiais necessários ao desenvolvimento das políticas de ensino;
- implementar ações de melhoria do desempenho acadêmico e combate à evasão em todos os campi, por meio da Política de Qualidade de Ensino;
- fomentar ações voltadas à inserção profissional dos educandos da EPTNM no mundo do trabalho;
- criar Projeto Institucional de divulgação permanente dos cursos para educandos do ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual de ensino;
- ampliar progressivamente cursos e vagas que garantam o direito de jovens e adultos a profissionalização na educação básica.

Desta forma a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM no IFAM está consubstanciada na LDB nº 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio descritas na Resolução nº 01/2021, no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Lei nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica que orienta as ações dos Institutos Federais fundamentam-se nas premissas de integração e da articulação entre os eixos articuladores da ciência, tecnologia e cultura e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, traduzidas nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

O IFAM orienta-se pelos princípios da EPTNM delineados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPTNM, conforme versa na Resolução nº 01/2021, artigo 3º:

- I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências

profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

V - estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

VI - a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII - observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

XV - autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

XVI - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

XVIII - fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

XIX - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ancorada da LDB nº 9394/96, no Decreto nº 5154/2004 e nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a EPTNM, Resolução CNE/CEB nº 01/2021, é desenvolvida na forma articulada e subsequente ao Ensino Médio.

De acordo com o Decreto nº 5154/2004 essa articulação dar-se-á de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFAM, conforme disposto no Art. 8º da Lei nº 11.892/08, de 29/12/2008 e ainda o item 04 do Acordo de Metas firmado entre o MEC e os Institutos Federais, em junho de 2010, busca garantir a oferta prioritária dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, articulando a EPTNM à Educação Básica, embora, por meio de programas de fomentos como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e MedioTec, ofereça um percentual reduzido de Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma concomitante, formalizando parcerias com as instituições estaduais e demais sistemas de educação.

Atendendo às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, os cursos da EPTNM do IFAM são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo os interesses dos sujeitos e buscando atender aos arranjos produtivos locais, culturais e sociais em consonância com o mundo do trabalho.

As bases para o planejamento de cursos e programas de Educação Profissional no IFAM, considerando os itinerários formativos, ancoram-se nos Catálogos Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do MEC (CNCT), na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Consubstanciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPTNM, artigo 8º, os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos educandos:

- I - atendimento às demandas socioeconômico ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho;
- II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica;
- III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;
- IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento das competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, em condições de responder, com originalidade e criatividade, aos constantes e novos desafios da vida cidadã e profissional;
- V - incentivo ao uso de recursos tecnológicos e recursos educacionais digitais abertos no planejamento dos cursos como mediação do processo de ensino e de aprendizagem centrados no educando;
- VI - aproximação entre empresas e instituições de Educação Profissional e Tecnológica, com vista a viabilizar estratégias de aprendizagem que insiram os educandos na realidade do mundo do trabalho; e
- VII - observação da integralidade de ocupações reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o acervo de cursos apresentados nos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia.

Quanto à estruturação de cursos da EPTNM, de acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT no artigo 20 orienta-se pela concepção de eixo tecnológico, em que:

- I - a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão;
- II - os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;
- III - a necessidade de atualização permanente da organização curricular dos cursos, estruturada com fundamento em estudos prospectivos, pesquisas, dados, articulação com os setores produtivos e outras fontes de informações associadas;

IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

V - o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação;

VI - os elementos essenciais para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

VII - os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;

VIII - o domínio intelectual das tecnologias pertinentes aos eixos tecnológicos e às áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e de aprendizagem, promovendo a capacidade permanente de mobilização, articulação e integração de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, indispensáveis para a constituição de novas competências profissionais com autonomia intelectual e espírito crítico;

IX - a instrumentalização de cada habilitação profissional e respectivos itinerários formativos, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho; e

X - os fundamentos aplicados ao curso específico, relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente, segurança do trabalho, inovação e iniciação científica.

No IFAM, para atender a estruturação dos cursos da EPTNM prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT e com base nos eixos articuladores e integradores do currículo: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização curricular estrutura-se por três núcleos, quais sejam: Básico, Tecnológico e Politécnico.

Quadro 73 - Núcleos de organização curricular

NÚCLEOS E COMPREENSÕES	
NÚCLEO BÁSICO	
CURSOS – FORMA INTEGRADA ● Conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza; ● Objetivo: desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos.	CURSOS – FORMAS SUBSEQUENTE OU CONCOMITANTE ● Conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica; ● Complementação e atualização de estudos; ● Conforme o respectivo eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

NÚCLEO TECNOLÓGICO

- Conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica;
- Componentes curriculares específicos da formação técnica.
- **Aptidões para instrumentalizar tecnicamente:**
 - Domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso;
 - Fundamentos instrumentais de cada habilitação; e
 - Fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

NÚCLEO POLITÉCNICO

- Integração do currículo;
- Elementos que compreendam fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, alicerces das tecnologias;
- Contextualização do eixo tecnológico no sistema de produção social;
- Conexão comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico;
- Espaço para um currículo flexível;
- Comprometimento com os princípios da interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática.

Fonte: Resolução CNE/CEB - Nº01/2021.

A oferta de Cursos da EPTNM no âmbito do IFAM, atendendo, ainda, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT e ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), em relação à sua organização curricular considera como dimensões integradoras do currículo: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, e, para efeitos de organização de cada um dos núcleos constituintes do currículo, indica:

- I - Atenção ao perfil profissional do egresso de cada curso para reconhecimento dos conhecimentos e habilidades necessários à sua formação;
- II - Ordenação dos conhecimentos e habilidade em disciplinas;
- III - Ordenação dos conteúdos em disciplinas conforme CNCT, assegurando o destaque tecnológico, as áreas de integração e os conceitos promotores necessários à formação;
- IV - Demarcação das práticas pedagógicas de integração a serem desenvolvidas durante o curso assegurando a efetivação do currículo integrado;
- V - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegurando a formação integral e a efetivação do currículo integrado.

A Organização Curricular dos cursos da EPTNM do IFAM busca assegurar a interação e a integração entre os núcleos componentes do currículo, entre as unidades didáticas integradoras na efetivação da integração de saberes e conhecimentos, desconstruindo a ideia e a prática de um currículo fragmentado.

Considerando as especificidades da EPTNM na região, o IFAM sinaliza que os Cursos da EPTNM ofertados aos povos indígenas e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas deverão ter como critério *sine qua non*, na elaboração de seus planos de curso, o respeito às peculiaridades dessas populações, considerando que:

A Educação do Campo perpassa em caráter transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, com a finalidade de oportunizar a formação inicial e continuada aos povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas. Seu norteamento se dá em conformidade com a responsabilidade dos campi, situados nas mesorregiões do Estado do Amazonas na ordenação territorial, na vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, por meio do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Inovação Tecnológica. Os princípios da EPT do Campo do IFAM estão ancorados inicialmente no respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia; bem como na flexibilidade da organização escolar/acadêmica, incluindo adequação do calendário escolar pertinente às especificidades referentes ao tempo e ao espaço frente às fases do ciclo produtivo. Incluem-se também as condições climáticas e sazonais dos ambientes amazônicos e suas manifestações simbólicas e socioculturais; compõe-se finalmente, na oferta de cursos de Educação do Campo, para os povos e comunidades tradicionais, que seja recomendada a adoção da Pedagogia da Alternância, enquanto proposta orientadora da organização e da práxis do processo educacional, tendo como princípio “aprender a aprender”. Entende-se por Pedagogia da Alternância a organização do processo educacional por meio de princípios e instrumentos pedagógicos que se alternam e se articulam integrando escola/unidade acadêmica, família e comunidade, contemplando a necessidade de interação entre conhecimento científico e o saber camponês.

A Educação Escolar Indígena deverá atender às necessidades dos povos indígenas, de acordo com seus projetos, que têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio mais adequado aos seus modos de vida e organização societária;

inclusive o local onde o curso deve ser realizado, nos termos da resolução CNE/CEB nº 5/2012; o IFAM ainda deverá seguir como protocolo, a promoção de ações colaborativas, como a realização de diagnóstico das demandas e realidade sociocultural indígena, consulta livre, plenárias vinculadas às organizações e/ou movimentos indígenas, prévia e informada sobre o curso mais adequado à comunidade; suas metodologias de ensino serão específicas, objetivando a elaboração e a produção do material didático de forma diferenciada, intercultural, bilíngue e/ou multilíngue, voltado a essa modalidade.

O IFAM, compreendendo a educação como um compromisso de transformação social, busca ocupar-se, de forma substantiva, de um trabalho educativo que promova e consolide o desenvolvimento local e regional, ofertando cursos que atendam às potencialidades locais em relação aos APLs tanto culturais quanto social.

3.3.2.2 Currículo (s) e a Integração entre a Formação Geral e Profissional

Um dos objetivos centrais da política de Educação Profissional e Tecnológica EPT desenvolvida nos Institutos Federais se traduz no fortalecimento da articulação entre a EPTNM e a Educação Básica; uma vez que define em sua Lei de criação – Lei nº 11.892/2008, que 50% das vagas ofertadas por esses Institutos devem ser destinadas, prioritariamente, à oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, garantindo a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) ao Ensino Médio e/ou à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essa prerrogativa legal representa para os jovens e adultos trabalhadores, uma possibilidade real de inserção no mundo do trabalho, e sobretudo no contexto da ciência, da tecnologia, do trabalho e da cultura: eixos articuladores do currículo e que representam dimensões indissociáveis da formação humana.

Configura-se numa das principais frentes de atuação dos IFs, a oferta do Ensino Médio Integrado, compreendido como fio condutor da formação humana integral, representando um papel social diferenciado e oportunidades concretas para que jovens e adultos trabalhadores possam se transformar em sujeitos competentes tecnicamente, críticos, autônomos e emancipados. A oferta do Ensino Médio Integrado no IFAM, alinha-se à proposta filosófica, pedagógica e política que

preconiza a formação humana integral de jovens e adultos trabalhadores. Nesse caminho, compreende o Ensino Médio Integrado como:

[...] uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2007).

O Ensino Médio Integrado tem como eixo central a construção de currículos organizados de modo a fomentar a integração das disciplinas técnicas às áreas do conhecimento do Ensino Médio. Sua dinâmica construtiva consegue promover a efetiva articulação, integração e o diálogo com os eixos articuladores do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Assim sendo, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada se materializa na Matriz Curricular por meio dos Núcleos Básico, Tecnológico e Politécnico.

O Ensino Médio Integrado tem como enfoque a formação humana integral de jovens e adultos trabalhadores e na oferta de uma educação politécnica que supere a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual; bem como entre cultura geral e cultura técnica, compreendendo a politecnia como:

[...] domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, de sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna (SAVIANI, 2003, p.140).

O IFAM se preocupa com uma educação politécnica que oportunize aos jovens e adultos trabalhadores, a cidadania efetiva, a partir da inserção qualificada no mundo do trabalho e sobretudo, cidadania política, econômica e cultural, buscando romper

com a lógica dual e com o mero treinamento operacional e estreito ajustamento ao mercado de trabalho.

Dessa forma o IFAM busca construir um currículo que faz o elo entre a formação geral, técnica e política, revestida de conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional, tendo o trabalho como princípio educativo. Como nos apontam Frigotto, Ramos e Ciavatta sobre o currículo integrado:

[...] nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção. Nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 79).

3.3.2.3 Os Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, define que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio em suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. No IFAM, a Educação de Jovens e Adultos se articula com a Educação Profissional e Tecnológica, propiciando, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

A oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada e ofertados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no IFAM, será orientada para a formação integral do educando, que também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional, disposto, inclusive, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM); as quais defendem que essa integralidade se estenda aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico; favorecendo dessa maneira, a integração entre a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura, que deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

A prática pedagógica desenvolvida nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada e ofertados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), devem ter, mais do que nunca, a dimensão do trabalho como princípio educativo e

deve cumprir com o objetivo de colocá-lo em posição de destaque, apresentando-o com maior distinção a partir das vivências de trabalho trazidas pelos educandos trabalhadores. Assim, a Educação Profissional passa a ser palco de destaque para que se aprenda por meio dessas práticas.

Compreender o trabalho como princípio educativo é construir a compreensão de que a:

[...] educação profissional nas atuais políticas educacionais [...] é lócus privilegiado para que o trabalho adquira um lugar de dignidade, porque é aí que as vivências de trabalho circulam/podem circular com todo o seu vigor, com a sua força de princípio educativo [...]. Mas, para tal, não deve nunca perder de vista a formação integral do ser humano, que articula ciência, trabalho e cultura. (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 41).

Estas autoras apontam que mesmo os estudos que direcionam para a integração entre formação geral e profissional, ainda se apresentam como um desafio aos educadores que pensam e trabalham para a educação voltada aos/as trabalhadores/as. As autoras continuam essa discussão afirmando acerca da dualidade existente entre a educação básica e a educação profissional “no interior da própria educação profissional” (2009, p. 41) que, por fim, atribui ao trabalho:

[...] um lugar limitado à experiência histórica hegemônica atual: o trabalho na sua dimensão abstrata e, conseqüentemente, o trabalhador enquanto força de trabalho. Esse lugar do trabalho no interior da educação profissional dá-se especialmente na versão mais corriqueira: a de preparação para o mercado de trabalho. São reforçadas as compreensões estritas sobre o manejo da técnica sem problematizar, sem que a mesma seja compreendida como construção humana. Separa-se então técnica de todo o pensamento e formação humana, que a ela estão intrinsecamente associados; separa-se fazer e pensar, inseparáveis em qualquer atividade humana. (FISCHER e FRANZOI, 2009, p. 41).

Essa postura tende a uma compreensão um tanto quanto limitada do valor e do lugar do trabalho, ou seja, o contexto do trabalho deixa de ser compreendido como espaço de experiência humana, como relação social e é atravessada por conflitos de todas as ordens, empobrecendo, assim, a sua compreensão. Sobre isso, Fischer e Franzoi (2009) afirmam que o preconceito atribuído ao trabalho pela falta de sua compreensão mais ampla e profunda, acaba por

[...] desprezar o povo e sua cultura, desprezando o que ele faz, que é trabalhar e produzir. Ou seja, essa visão muito negativa do trabalho leva a

uma visão pedagógica muito negativa da qualificação. (FISCHER e FRANZOI, 2009, p. 41).

Dessa maneira, trazer as experiências e vivências dos/as educandos/as trabalhadores/as para o cotidiano escolar e utilizá-las como princípio educativo é uma maneira de “realizar um trabalho pedagógico em que a experiência está no centro [...]” (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 42).

3.3.2.4 Itinerários Formativos e as Especializações Técnicas de Nível Médio

Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, considerando os interesses dos sujeitos e as possibilidades das instituições educacionais.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT e Resolução CNE/CEB nº 3/2024, compreende-se itinerário formativo como um conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pelas instituições que atuam com a Educação Profissional e Tecnológica.

A Implementação do Itinerário da Formação Técnica e Profissional nos currículos do IFAM apresentam, uma visão macro da organização da Educação Profissional de Nível Médio, com suas possibilidades de organização de oferta, também o que é o itinerário da Formação Técnica e Profissional e como pode ser organizado numa proposta de currículo integrado com cursos técnicos, currículo concomitante e intercomplementar com cursos técnicos e ainda considerando saídas intermediários com Qualificações Profissionais Técnicas.

Nessa dinâmica, as instituições atuam no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas.

Os itinerários formativos contemplam a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma trajetória educacional consistente.

Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio

A qualificação profissional técnica de nível médio: forma de oferta da educação profissional e técnica de nível médio que permite aos educandos certificações intermediárias, condicionadas ao desenvolvimento de parte dos saberes e competências profissionais de uma habilitação técnica definida na CBO, em planos curriculares que alcancem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária do curso técnico correspondente. Neste contexto os cursos do IFAM estão sendo adaptados para integrar em sua organização curricular uma Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, compondo o respectivo itinerário formativo aprovado no PPC.

Também chamados de unidades ou módulos, correspondem a saídas intermediárias do plano curricular com carga horária mínima de 20% do previsto para a respectiva habilitação. São destinados a propiciar o desenvolvimento de competências básicas ao exercício de uma ou mais ocupações reconhecidas no mercado de trabalho.

Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio

A habilitação profissional técnica de nível médio é uma forma de oferta da educação profissional e técnica de nível médio que permite aos educandos à habilitação e a certificação para o exercício de profissões reconhecidas pelo mercado de trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, a partir do desenvolvimento de saberes e competências profissionais fundamentados em conhecimentos científicos e tecnológicos em observância ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

Especialização Técnica de Nível Médio

São cursos voltados aos concluintes dos cursos técnicos, com carga horária mínima de 25% da respectiva habilitação profissional que compõem o correspondente itinerário formativo da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio.

Devem propiciar o domínio de novas competências àqueles que já são habilitados e que desejam especializar-se em um determinado segmento profissional.

De acordo com a Resolução nº 47 – CONSUP de 14/10/2016 que define as normas e procedimentos para oferta das Especializações Técnicas de Nível Médio, tomando como base de planejamento dos cursos o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Para a oferta da Especialização Técnica de Nível Médio, os campi ofertantes devem ter em sua oferta regular, curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondente, ou no respectivo eixo tecnológico relacionado estreitamente com o perfil profissional de conclusão da especialização de forma a garantir a infraestrutura física requerida e corpo docente vinculado ao eixo tecnológico do curso ofertado.

3.3.3 Políticas da Educação Superior

3.3.3.1 Concepção, Princípios e Diretrizes de Graduação

O IFAM compreende os cursos de graduação como sendo o cumprimento de um compromisso social de qualidade de vida, firmado com a sociedade amazonense, para promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação social, econômica, cultural e epistemológica, na perspectiva da formação ontológica a qual envolve o educando tanto na formação para o trabalho como na transformação do ser humano na sua plenitude, depreendendo que o conhecimento se constrói na interface entre a realidade e a intervenção inovadora desta.

A graduação do IFAM, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, a Lei n.11.892/2008, o Plano de Desenvolvimento da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais são concebidas para atender a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à cidadania social, bem como à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias.

Nesse aspecto, essas graduações devem atender a uma visão sistêmica de educação com o desenvolvimento territorial, a interdisciplinaridade, a interculturalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, há também a articulação entre teoria e prática e a flexibilização curricular. Para tanto, a formação acadêmica de Graduação tem como princípio considerar a sala de

aula como todo espaço em que ocorra o processo de ensino e aprendizagem, articulando-se com as diferentes dimensões do real.

Partindo das sociedades amazônicas e suas múltiplas especificidades culturais, sociais, produtivas e econômicas, a graduação do IFAM visa superar o modelo educacional vigente, de visão iluminista, e promover uma integração social baseada na condição humana, consubstanciada na riqueza material e imaterial dos povos amazônicos.

Esses princípios deverão refletir no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o qual é o instrumento básico da gestão do ensino e o propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional que se pretende construir. Nessa perspectiva os PPCs deverão estar em sintonia com as diretrizes preconizadas pela Lei n.11.892/2008.

Para atingir essas diretrizes, os cursos de graduação do IFAM incentivam o pluralismo pedagógico, o uso de tecnologias digitais de ensino e aprendizagem, a otimização de equipamentos, instalações e recursos financeiros; e cultivam uma flexibilização curricular, a qual pode ser realizada por meio da organização em eixos que permitam certificações durante o processo de formação.

Nesse sentido, os princípios e as diretrizes teórico-metodológicas buscam fundar-se na valorização da autonomia e do protagonismo do educando, tornando-o capaz de aprender continuamente, analisar criticamente e compreender os limites e impactos do conhecimento e suas tecnologias.

3.3.3.2 Cursos de Licenciatura

Na contemporaneidade, a educação se pauta na superação de uma abordagem normativa e experimental que confinava a educação a resultado de laboratórios, para propor uma educação enquanto processo intencional e metódico, alinhada a uma arquitetura educacional que atenda à uma formação teórica consistente; bem como ao trabalho coletivo e interdisciplinar, ao compromisso social, à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, à construção de valores éticos, políticos e estéticos e à orientação para o trabalho.

Esses desafios exigem novas abordagens no que tange à formação do professor e ao compromisso com a sociedade, em prover resultados efetivos de enfrentamentos de demandas sociais e econômicas, abrangendo as realidades

socioculturais contextualizadas no espaço e no tempo, tornando necessário refletir sobre a base comum nacional para a formação inicial e continuada de professores (as), sobre a docência como ação educativa e processo pedagógico intencional, sobre a formação científica e cultural do ensinar e aprender, sobre a interface da construção do conhecimento e a inovação, e sobre o manejo de conteúdos e metodologias incorporadas às diversas linguagens, tecnologias e inovações.

Discutir as licenciaturas partindo dessas considerações requer uma contextualização nas legislações vigentes, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e de cursos de segunda licenciatura), e as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O IFAM reconhece que os cursos de formação de professor devem partir dos contextos cotidianos que atribuem valor à cultura que neles se desenvolve. Os usos, as tradições, as técnicas e as perspectivas compõem o quadro da prática escolar e se relacionam com os conteúdos, as formas de ensinar, os ritos e as memórias, as quais se manifestam no currículo. Assim, o princípio dos cursos de Licenciatura fundamenta-se na capacidade de articular os sujeitos com os processos socioculturais construídos historicamente.

Trabalhar com a formação de professor é refletir sobre as dimensões do ensino, ou seja, a formação profissional, a experiência pessoal, a experiência da escola e da sociedade. Tratar sobre o saber docente é formá-lo para realizar leituras das realidades sociais nas quais o professor está inserido, uma vez que o saber do professor da educação básica depende de si e da sociedade. Portanto, a formação do professor como uma atividade individual não se sustenta, uma vez que sua prática profissional é uma ação de compartilhamento entre os agentes que possuem uma formação em comum e trabalham em uma mesma instituição, com a mesma estrutura, princípio e finalidade.

Essa perspectiva vai ao encontro da noção de que o saber docente não é um conhecimento unicamente epistemológico e que se revela na observação do seu objeto a priori, uma vez que o trabalho do professor é ação com o ser humano, o qual é detentor de uma cultura e apresenta uma leitura de mundo.

Assim, temos à percepção de que a formação do professor deva ocorrer na diacronia, na mudança, no tempo histórico, nas relações de poder que ocorre no interior da escola, no entorno da escola, no município em que a escola está inserida, nas hierarquias sociais que determinam a educação formal e na sua contra hegemonia.

Tardif (2014), ao analisar o saber do professor chama a atenção também para o processo em que o saber é construído. Lembra que o professor ao longo de sua trajetória profissional ressignifica seu trabalho ao inserir-se paulatinamente em seu ambiente, ao dialogar com as normas e regras e ao formar na prática cotidiana uma consciência profissional.

Contudo, não se deve reduzir a formação do professor a uma construção das forças sociais que anula a presença do professor enquanto agente. O professor não se constrói pelas forças ideológicas, pela cultura dominante, subsumindo-o da análise no processo de sua formação. A formação do professor deve atentar para as relações entre o agente na sua prática cotidiana e as forças institucionais que exercem a hegemonia do Estado, uma vez que o professor deve ser depreendido a partir de uma diversidade de saberes que traz em si e os utiliza para desenvolver seu saber/fazer na prática escolar.

Partindo dessas premissas e com base na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, a formação do professor da educação escolar básica deverá estar em sintonia com das diretrizes preconizadas nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e de cursos de segunda licenciatura), quais sejam:

- I - a garantia da oferta de formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso público de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas, sociais e técnicas sólidas e em consonância com as diretrizes dos documentos nacionais e marcos normativos de orientação curricular específicos de cada etapa e de cada modalidade;
- II - a colaboração constante entre os entes federativos, suas escolas e seus sistemas de ensino e destes com as IES que formam professores na consecução dos objetivos da política nacional de educação, sob articulação e coordenação do Ministério da Educação - MEC;
- III - a garantia de parâmetros de qualidade dos programas e cursos destinados à formação dos profissionais do magistério, orientados para assegurar o adequado desenvolvimento das capacidades profissionais

definidas no perfil do egresso e a socialização inicial na profissão, à luz dos fundamentos e princípios definidos nesta Resolução;

IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente;

V - o reconhecimento das instituições de Educação Básica como instituições formadoras indispensáveis à formação do licenciando e de seus profissionais como agentes fundamentais no processo de socialização profissional;

VI - o reconhecimento, por parte dos licenciandos, dos múltiplos contextos e formas de exercício do magistério na Educação Básica;

VII - a existência de um projeto formativo nas IES estruturado a partir de bases teórico-epistemológicas, estéticas, ético-políticas, metodológicas e técnico-pedagógicas com caráter transformador, emancipador e humanizador e que reflita a especificidade e a multidimensionalidade da formação dos profissionais do magistério da educação escolar básica, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso e na permanência dos licenciandos nos programas e cursos de formação inicial de profissionais do magistério, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e de qualquer outra natureza;

IX - a compreensão de que profissionais do magistério da educação escolar básica são agentes motivadores e impulsionadores de formação e transformação das identidades, sociabilidades e dos repertórios culturais dos seus educandos e o reconhecimento desta relevância nos PPC das licenciaturas, prevendo estratégias de ampliação, e diversificação do acesso dos licenciandos às informações, vivências e experiências culturais diversificadas;

X - o compromisso de que a formação dos profissionais do magistério busque contribuir para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, laica, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

XI - educação para a construção de um mundo sustentável, abordando questões que ameaçam o futuro, tais como, a pobreza, o consumo predatório, a deterioração urbana, o conflito e a violação dos direitos humanos, sempre respeitando a pluralidade e a diversidade cultural; e

XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

3.3.3.3 Cursos Superiores de Tecnologia

Os Cursos Superiores de Tecnologia são cursos de Graduação, com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão. Devem obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia e as orientações legais para a formação de tecnólogo e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), homologados pelo Ministério da Educação. O acesso aos

referidos cursos dar-se-á conforme o regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM e de seus respectivos PPCs.

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia - CST, o Ministério da Educação encarrega-se, periodicamente, de atualizar o CNCST.

Os cursos Superiores de Tecnologia têm como um dos objetivos a formação de profissionais para os diferentes setores da economia. Portanto, é imprescindível assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade.

A quarta edição do Catálogo está organizado em treze eixos tecnológicos, subdivididos em áreas tecnológicas, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024, compreendendo as seguintes informações por curso: a carga horária mínima, o perfil profissional de conclusão, os pré-requisitos para ingresso no curso, a infraestrutura mínima requerida, o código da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine), os campos de atuação, as ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as normas associadas ao exercício profissional, se existentes, e as possibilidades de verticalização para cursos de pós-graduação.

Os cursos superiores de tecnologia devem contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional, e devem ter formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços.

Estes cursos têm enfrentado um crescimento que os coloca como um grande avanço na Educação Superior no Brasil, a sua evolução foi a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96. O crescimento desses cursos tem proporcionado aos educandos o caminho para o desenvolvimento do conhecimento verticalizado, com uma grande interação com as empresas, de forma que o tecnólogo estará sendo inserido no mundo do trabalho em condições de desenvolvimento de pesquisa tecnológica, com seus currículos especializados, operacionalizados dentro da prática, numa duração inferior às graduações tradicionais. Esses cursos tornaram-se uma grande atração para as pessoas que desejam uma profissionalização mais rápida sem deixar de levar em consideração uma preparação sólida.

Frente aos desafios das mudanças tecnológicas, é indiscutível a necessidade de uma relação de diálogo entre o mundo acadêmico e os arranjos produtivos, por meio da realização de pesquisa colaborativa, da oferta de estágios ou da colaboração entre os papéis docentes e profissionais do mundo produtivo, essencial para o desenvolvimento tecnológico.

Em conformidade com os Princípios Norteadores das Engenharias dos Institutos Federais (2009, S/N):

Os Cursos Superiores de Tecnologia apresentam uma expressiva e crescente procura por parte de jovens e adultos em todo o país. Com uma formação mais especializada do que os bacharelados, tradicionalmente ofertados pelas universidades. Esses cursos atendem àqueles que requerem tal formação para o ingresso no mundo do trabalho.

Dessa forma, abriu-se uma perspectiva destinada aos egressos do ensino médio e técnico do IFAM para que deem continuidade aos estudos no campo da educação tecnológica.

A organização curricular dos cursos de Graduação Tecnológica do IFAM obedece aos documentos referenciais legais que norteiam as instituições formadoras e que definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do tecnólogo.

A matriz curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia é composta pelos componentes curriculares definidos de forma autônoma pela Instituição de Ensino Superior (IES), de acordo com o eixo tecnológico e a carga horária mínima, contidos no Catálogo Nacional. A legislação a respeito da Graduação é clara no tocante à autonomia das Instituições de Ensino Superior e à flexibilização dos currículos escolares quanto à sua constituição, desde que promova a inovação, criatividade, responsabilidade social, preparação para o trabalho e formação integral do educando.

Dessa forma, a organização curricular dos Cursos Superiores de Tecnologias oferecidos pelo IFAM abrange uma sequência de componentes curriculares, cuja integralização dará direito ao diploma de tecnólogo. Esses componentes são estabelecidos, levando em consideração as particularidades da Região Amazônica e as necessidades de formação geral, humanística e profissional observada na legislação vigente.

Deve ser ressaltado que apesar da autonomia do IFAM, a matriz curricular deve ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso presente nas regulamentações de âmbito nacional.

Os Cursos Superiores de Tecnologias do IFAM estão articulados com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa, com a extensão e com o desenvolvimento institucional e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia, que visa à qualidade acadêmica. Nesse sentido, suas ações estão sempre norteadas pela garantia ao acesso, à permanência e ao êxito dos educandos. O Estágio Curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos Superiores de Tecnologias são facultativos, caso o curso e/ou a IES determine a sua obrigatoriedade, a carga horária deverá ser especificada na matriz curricular.

A carga horária total do curso, o plano de realização de estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso deverão ser especificados nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

A inclusão das atividades complementares nos currículos desses cursos é motivada pela necessidade de estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho.

As atividades complementares e/ou práticas dos Cursos Superiores de Tecnologias deverão atender a carga horária definida nas normativas internas do IFAM, salvo os casos de determinações legais.

Vale ressaltar que apesar da oferta das atividades complementares serem facultativas, a grande maioria dos Cursos Superiores de Tecnologias do Instituto do Amazonas, em seu Projeto Pedagógico, estabelece a oferta dessas atividades, visando contribuir para o fortalecimento interdisciplinar das matrizes curriculares.

Os Cursos Superiores de Tecnologias do IFAM deverão promover a interdisciplinaridade, pois esse instrumento estabelece na prática escolar, interconexões e passagens entre os conhecimentos por meio de relações de complementaridade, convergência ou divergência. Ademais, ela abre as portas para a contextualização ao pensar um problema sobre vários pontos de vista. Com essa proposta, criam-se condições para que haja aprendizagem significativa.

A PROEN, representada pela Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica e Superior orienta que as matrizes curriculares dos cursos Superiores de

Tecnologias do IFAM sejam revisadas e as disciplinas curriculares atualizadas, para que exista uma progressiva e intrínseca aproximação e integração curricular.

No que se refere à criação de novos cursos no âmbito do IFAM, deve-se considerar a política de expansão a ser adotada pelo Instituto e será analisada em sintonia com este documento ao qual deverá especificar os horizontes sociais e políticos que se pretende alcançar com a formação oferecida; a filosofia curricular e sua respectiva proposta, organicamente integrada, na qual se perceba com nitidez a materialização do princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.3.3.4 Cursos de Bacharelado

Os Cursos de Bacharelado, um dos três graus historicamente consolidados na Educação Superior, são aqueles que têm por objetivo a formação científica e humanística, conferindo ao egresso, competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural. A oferta de cursos de bacharelado em municípios do Amazonas desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional e na democratização do ensino superior, pois apesar dessas cidades apresentarem um crescimento acelerado, ainda enfrentam desafios em relação ao acesso à educação de qualidade. A presença de instituições de ensino superior nessas localidades não apenas evita a necessidade de deslocamento para a capital, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico e social.

Os cursos de bacharelado formam profissionais qualificados para diversas áreas do conhecimento, fortalecendo o mercado de trabalho local e reduzindo a evasão de talentos para grandes centros urbanos. Além disso, os municípios próximos à capital permitem parcerias estratégicas com empresas, órgãos públicos e centros de pesquisa, criando oportunidades para estágios, projetos de inovação e inserção profissional.

Outro fator importante é a valorização da identidade local. A formação acadêmica na própria região estimula a criação de soluções para desafios específicos do município, promovendo iniciativas sustentáveis e contribuindo para o crescimento equilibrado da cidade. Além disso, o acesso ao ensino superior gera impacto positivo

na qualidade de vida da população, promovendo inclusão social e incentivando a permanência dos jovens em sua comunidade.

Portanto, investir na oferta de cursos de bacharelado em municípios próximos à capital não é apenas uma estratégia educacional, mas também uma ferramenta essencial para o fortalecimento da economia e do desenvolvimento regional. É uma oportunidade de garantir que mais pessoas tenham acesso a uma formação de excelência sem precisar deixar suas raízes, colaborando para um futuro mais promissor para toda a sociedade.

Uma de suas principais características que diferem o grau de Bacharelado de Tecnologia é sua formação abrangente. Enquanto os Cursos Superiores de Tecnologia são mais específicos e voltados para a prática; os de Bacharelado são mais generalistas, concedendo base teórica e científica com vistas à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento conforme a Lei 11.892, a qual institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Segundo a Lei supracitada, ministrar cursos de Bacharelado é um dos objetivos dos Institutos Federais, consequentemente do IFAM, o qual valoriza e valida a verticalização do ensino.

A estrutura curricular dos cursos, sejam na modalidade presencial, sejam a distância, observa as Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais. São esses referenciais legais que norteiam o IFAM e definem os requisitos básicos para a formação do bacharel, o perfil do egresso, os conteúdos curriculares e os procedimentos de organização e de funcionamento dos cursos.

Dentre os Cursos de Bacharelado mais ofertados pelos Institutos Federais estão aqueles da área de Engenharia, os quais, conforme os Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais (2009, S/N), devem apresentar as seguintes características:

- I - Sintonia com a sociedade e o mundo produtivo, por meio da leitura crítica das demandas da sociedade;
- II - Diálogo com os arranjos produtivos culturais, locais e regionais, vinculado ao global, na perspectiva da intervenção na realidade;
- III - Preocupação com o desenvolvimento humano sustentável, não apenas na preparação para o mundo do trabalho;
- IV - Possibilidade de estabelecer metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes, uma vez que o campo de

ação de qualquer profissional, principalmente o de engenharia, se realiza na concretude social;

V - Realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais, pois abrem a possibilidade para um trabalho educativo na perspectiva da superação da dicotomia entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática, o conhecimento científico e o tecnológico, além de estabelecer a possibilidade de um processo educativo mais dinâmico e autônomo;

VI - Interação de saberes teórico-práticos ao longo do curso; a percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento, visto que a relação estreita entre ensino, pesquisa e extensão como base na ação educativa, além de consolidar a postura investigativa e de permanente produção de conhecimento, possibilita a construção da autonomia dos educandos na aprendizagem, orientação e, conseqüentemente, nas atividades profissionais;

VII - Construção da autonomia dos educandos na aprendizagem, devendo eles serem parte ativa do processo de ensino, pesquisa e extensão;

VIII - Mobilidade, não apenas entre os campi dos Institutos, mas também entre instituições nacionais e internacionais, considerando que a imersão em culturas diversificadas possibilita acesso a diferentes formas de abordagem do conhecimento e aos diferentes recursos tecnológicos e culturais, aprimorando o fluxo de saberes de forma a realimentar as instituições, mais especificamente o IFAM;

IX - Comparabilidade, a busca de uma unidade que possibilite a aproximação de referenciais curriculares, o que favorece a mobilidade (intercâmbio e integração) de educandos e de servidores, estimula procedimentos que agregam elementos à busca contínua da melhoria da qualidade da educação ofertada;

X - Integração da comunidade educando de diferentes níveis e modalidades de ensino, contribuindo para a concretização do princípio da verticalização.

Os cursos de Engenharia são regidos por diferentes Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), quais sejam: as DCN dos Cursos de Engenharia, as do curso de Engenharia Agrícola, as do curso de Engenharia de Pesca, as do curso de Engenharia Florestal e aquelas para os cursos de graduação na área da Computação, como o de Engenharia de Software e Engenharia de Computação.

A todos esses cursos, as DCN requerem a implementação da interdisciplinaridade, a integração entre teoria e prática, incentivo à investigação e à extensão, de forma articulada com o ensino e a pesquisa, além de reforçarem que as atividades complementares são enriquecedoras e implementadoras do perfil do egresso, uma vez que possibilita o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes dos educandos.

Diversas são as semelhanças entre as DCN desses cursos. No entanto, há especificidades que precisam ser observadas e atendidas, como a obrigatoriedade ou não do Estágio Curricular Supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso, como

a carga horária mínima de núcleos de conteúdos e/ou componentes curriculares, assim como o perfil e as competências de seu egresso.

Os cursos de Engenharia, independentemente de sua modalidade, devem possuir em seu currículo um núcleo de conteúdos básicos, um de conteúdos profissionais e um de conteúdo específicos que caracterizem a modalidade. Neles, tanto o Trabalho de Conclusão de Curso quanto o Estágio Curricular Supervisionado são obrigatórios.

Conforme suas DCN, o perfil do formando egresso/profissional do Curso de Graduação em Engenharia é o engenheiro com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva; capaz de absorver e desenvolver novas tecnologias, de forma que estimule a sua atuação crítica e criativa tanto na identificação quanto na resolução de problemas, levando em consideração seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Os cursos de Engenharia de Software e de Engenharia de Computação são regidos pelas DCN da área de Computação. O Currículo desses cursos deve conter conteúdos básicos e tecnológicos comuns da área da Computação e conteúdos básicos e tecnológicos específicos dos cursos em questão. Tais conteúdos não consistem em disciplinas obrigatórias, mas sim no conjunto substantivo de conhecimentos que podem ser selecionados pelo IFAM para compor a formação dos egressos em cada curso em questão. Por não serem disciplinas, podem ser ministrados em diversas formas de organização e podem ser dispostos em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipes. No que tange ao Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso, o IFAM deve estabelecer a obrigatoriedade ou não para esses cursos.

Ao contrário dos cursos de Engenharia da área da Computação, os de Engenharia de Pesca, Engenharia Agrícola e Engenharia Florestal determinam, por meio de suas DCNs, a obrigatoriedade tanto do Estágio Supervisionado quanto do Trabalho de Conclusão de Curso. As Diretrizes desses três cursos possuem inúmeros outros pontos em comum, como o dever de seus projetos pedagógicos de assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos,

socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

Por mais que a Lei 11.892 dê ênfase às Engenharias, os Institutos têm o dever, o direito e a autonomia de ofertar outros cursos de Bacharelado. Tais ofertas devem ser incentivadas pelo IFAM, desde que sejam consideradas as carências a serem supridas na formação profissional e as contribuições dos cursos para o desenvolvimento regional sob o ponto de vista econômico, social e ambiental.

Nesse sentido, recentemente, passou a ser ofertado o Curso de Bacharelado em Administração, considerando que, em toda e qualquer área de atuação profissional, nos âmbitos público e privado, envolve conhecimentos do campo da gestão. Além de reforçar o compromisso social de qualidade de vida, firmado com a sociedade amazonense, para promover o desenvolvimento humano sustentável, a emancipação social, econômica e cultural, a formação em Administração pelo IFAM possibilita uma ampla e complexa abordagem de variedades de conhecimentos, a fim de qualificar a gestão, que é um importante elemento de impulso ao desenvolvimento das capacidades dinâmicas das organizações no gerenciamento de seus processos operacionais e na percepção e gestão estratégicas.

Conforme demonstrado, o IFAM orienta que as matrizes curriculares sejam revisadas e atualizadas, porém ele preza e incentiva que a organização curricular seja flexível de tal maneira que não se desatualize a cada transformação ou avanço da sociedade: mas que seja capaz de acompanhar a contingência e as vicissitudes não só da sociedade, mas também dos sujeitos presentes no instituto, sejam eles profissionais da educação ou educandos. Os Cursos de Bacharelado devem também seguir essa política de flexibilização do IFAM, a qual facilita a atualização dos conteúdos e assegura aos nossos educandos maiores possibilidades de permanência e de êxito.

3.3.3.5 Regulamentações Norteadoras para os Cursos Superiores

Os Cursos Superiores de Licenciaturas, Tecnologias e Bacharelados do IFAM, possuem regulamentações em nível nacional e em nível institucional. Estas estão dispostas nesta seção a fim de orientar as ações nestes referidos cursos.

As Regulamentações no âmbito nacional são:

I. Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

II. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Políticas de educação ambiental.

III. Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes.

IV. Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena.

V. Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

VI. Regulamentações provenientes da Política Nacional para o Ensino Superior.

VII. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso ou da área.

VIII. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

IX. Parecer que trata da Formação de Tecnólogos.

X. Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.

XI. Resolução que institui as DCN gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologias.

XII. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

XIII. Orientações dos órgãos orientadores da profissão caso se aplique.

No âmbito do IFAM, as regulamentações são as seguintes:

I. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

II. Resolução que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

III. Resolução que disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

IV. Resolução que institui as Normas que regulamentam a Composição e o Funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

V. Resolução que aprova o aporte Documental e Norteador para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

VI. Resolução que aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Superiores de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

VII. Resolução que aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Superiores de Tecnologias e Bacharelado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

VIII. Resolução que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

IX. Resolução que aprova as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

3.3.4 Políticas de Formação dos Profissionais do Ensino

A educação superior do IFAM, nível de graduação, está fundamentada na legislação nacional, sendo regida pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para os cursos de Licenciatura temos a Resolução nº 2/2015 do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em nível superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica que apresenta os princípios e fundamentos que norteiam a política e a gestão nos programas e cursos de formação.

Os Institutos Federais, criados a partir da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a finalidade de ofertar cursos com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Objetivando atender essa característica e também contribuir para o desenvolvimento de uma educação básica de qualidade, destina 20% do total de vagas ofertadas para cursos de licenciatura nas modalidades previstas em lei.

Norteados por essas Leis e Diretrizes, o IFAM define sua Política Institucional para Formação de Professores da Educação Básica apresentando os objetivos, princípios e diretrizes visando orientar a organização e o funcionamento dos cursos de licenciatura nas diversas modalidades.

3.3.4.1 Objetivos

A Política Institucional do IFAM para a Formação de Professores da Educação Básica, inspirada nos princípios legais e institucionais, tem como objetivos:

- I. Formar professores para atuarem na Educação Básica na rede de ensino público e privado, no âmbito dos cursos de licenciatura do IFAM ofertados nas diversas modalidades, por meio da articulação dos domínios curriculares e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. Promover a articulação das atividades de formação dos cursos de licenciatura do IFAM com a Rede Estadual de Ensino e outros espaços educativos formais e não-formais contribuindo para a consolidação da educação de qualidade;
- III. Fortalecer as relações entre os cursos de licenciatura do IFAM e outros cursos ofertados no IFAM como os de nível médio e os programas de pós-graduação;
- IV. Fomentar cursos de pós-graduação voltados para a formação continuada de professores;
- V. Orientar a construção, reformulação e gestão pedagógica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de licenciatura a partir do estudo das Leis e Diretrizes Nacionais e o diálogo com as escolas e os sistemas de ensino.

3.3.4.2 Princípios

A Política Institucional do IFAM para a Formação de Professores da Educação Básica, inspirada nos princípios legais e institucionais, tem como princípios orientadores:

- I. O currículo como resultado de um processo democrático de discussão e construção;
- II. A docência como atividade profissional baseada na formação de um (a) egresso

III. que atue dentro das características de um professor pesquisador;

IV. A atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica;

V. A articulação com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares, promovendo ações que visem à melhoria da qualidade do ensino aliado ao contexto social.

3.3.4.3 Diretrizes

A Política Institucional de Formação de Professores da Educação Básica, do IFAM, tem o seu processo de organização pedagógica e de gestão acadêmica dos cursos orientado a partir de um conjunto de diretrizes, normas e proposições, que orientam o currículo, estabelecidos por meio de:

I. Orientações legais;

II. Princípios e normas institucionais;

III. Propostas dos Colegiados de Curso;

IV. Propostas dos Núcleos Docentes Estruturantes.

3.3.5 Política de Formação Continuada dos Profissionais do Ensino

Diante do fato de que há um consenso entre educadores acerca da educação como uma prática social que se concretiza num contexto político, econômico e cultural, estando fundamentada num conjunto de códigos, signos e valores balizados pelos interesses dos grupos sociais, faz-se necessário estabelecer uma relação com as transformações ocorridas na sociedade, especialmente, a partir da “conjuntura educacional nas últimas décadas do século XX, a saber: reestruturação produtiva do capital, revolução técnico-científica, profundas mudanças nos meios de comunicação e nas formas de relação e convivência das instituições” (DOURADO, 2001). Por sua vez, essas transformações ecoam nas mudanças no mundo do trabalho e alimentam o contexto no qual a educação se coloca como responsável pela socialização dos conhecimentos técnicos e científicos historicamente acumulados e pelo aprimoramento de habilidades, competências e atitudes requeridas pela vida social e produtiva.

Do ponto de vista legal, a formação continuada é definida como uma formação a ser efetivada no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de formação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação conforme o disposto no Art. 62-A da Lei nº 9.394/1996. Além disso, a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 a 2024, propõe elevar o nível de formação de 50% do corpo docente nacional em cursos de pós-graduação até 2024, sendo que o planejamento estratégico e a dimensão das demandas deverá ser elaborada em regime de colaboração, sendo fomentada nas instituições de ensino superior públicas de forma articulada entre os entes federados.

O Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 2 de 2015, no seu artigo 16, traz a compreensão de formação continuada docente, conforme segue: A formação contínua compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015, p. 53).

3.3.5.1 Concepção de Formação Continuada na Educação Profissional e Técnica

A formação continuada de profissionais do ensino compreende um conjunto de ações concretas a serem implementadas no sentido de aperfeiçoar a qualidade do processo de aprendizagem. Na EPT, profissionais de diversas áreas de formação ingressam com pouca experiência sobre as ciências da educação e sobre a prática docente, o que representa um desafio a ser vencido pelas instituições de Educação Profissional e Técnica. (FIGUEIREDO; VIEIRA; CASTAMAN, 2021). Este desafio é entendido como um trabalho educacional que visa promover a formação humana integral e a autonomia dos educandos de forma casada com a formação profissional, constituindo um público de alunos bem peculiar (SANTOS; BRANCHER, 2017).

Este cenário constitui o substrato da necessidade de uma política institucional de formação continuada dos profissionais do ensino no âmbito do IFAM, tendo em

vista a superação de possíveis entraves didático-pedagógicos no cumprimento de sua missão social.

3.3.5.2 Objetivos da Política de Formação Continuada

Objetivo Geral: Proporcionar a formação continuada dos profissionais do ensino do IFAM sobre temas educacionais significativos para o aperfeiçoamento pessoal, profissional e institucional tendo em vista o desenvolvimento de projetos que confirmem a cooperação profissional para a construção da qualidade de uma educação relevante socialmente.

Objetivos Específicos:

- I. Levantar as demandas de formação continuada entre os profissionais de ensino que atuam no IFAM;
- II. Fomentar o debate referente aos desafios e necessidades de formação continuada;
- III. Promover seminários, oficinas, palestras e simpósios sobre significativos temas educacionais visando o aperfeiçoamento profissional com foco nas demandas dos campi;
- IV. Integrar a produção acadêmica, a extensão e a pesquisa no processo de formação continuada;
- V. Possibilitar encontros formativos para troca de experiências entre os profissionais dos campi e da Rede Federal;
- VI. Promover formação continuada aos docentes e coordenadores de cursos superiores, referente aos instrumentos de avaliações nacionais, visando uma organização contínua da gestão dos cursos;
- VII. Difundir e publicar experiências exitosas desenvolvidas no IFAM estimulando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VIII. Utilizar novas tecnologias Ead/Online nos processos de formação continuada;
- IX. Garantir momentos para elaboração de propostas de formação continuada nas reuniões de planejamento pedagógico nos campi do IFAM.

3.3.5.3 Princípios Orientadores e Indicadores Metodológicos da Formação Continuada

I. Prática Reflexiva – Contrapondo-se à racionalidade técnica do trabalho docente, é uma prática sempre revisitada pela crítica e autocrítica em um movimento contínuo e dinâmico de reflexão sobre o fazer pedagógico cotidiano, sendo dessa forma a base da formação continuada dos profissionais do ensino;

II. Pesquisa como eixo de ensino-aprendizagem – A pesquisa constitui ao mesmo tempo um princípio orientador e um indicador metodológico à medida que guia tanto o percurso da produção acadêmica quanto os procedimentos operacionais no levantamento de informações que devem ser transformados em conhecimento, sendo este o resultado do processo crítico-reflexivo do processo de ensino e aprendizagem e da formação continuada;

III. Projetos de Trabalho – Alinha finalidades, procedimentos e resultados de maneira organizada e sistemática no processo de aprendizagem, tanto do professor como do aluno;

IV. Adesão Voluntária – Além do incentivo à conscientização da importância da formação continuada, ações de adesão voluntária devem ser implementadas dando voz aos professores, estabelecendo diálogo e possibilitando interação dos diferentes sujeitos no processo formativo;

V. Espaços coletivos – Formação continuada garantida em espaços coletivos pela realização de reuniões pedagógicas semanais promovendo reflexão, planejamento e replanejamento, consideradas como carga horária de trabalho docente;

VI. Continuidade e dinamismo – A formação continuada é um processo que não se caracteriza apenas por cursos, instruções sobre metodologias e técnicas pedagógicas, mas por um continuum dinâmico do desenvolvimento de uma mentalidade, uma postura ampla e permanente sobre a necessidade de se (re)pensar a prática docente.

3.3.6 Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A política de pesquisa no IFAM é entendida como uma ação indissociável do ensino e da extensão, fundamentais na formação integral do indivíduo. Como instituição pertencente à Rede Federal de Educação, o IFAM atua em diversos níveis de ensino, promovendo a pesquisa tanto nos cursos técnicos de nível médio quanto nos cursos superiores e de pós-graduação.

Na pós-graduação, a pesquisa assume um papel estratégico, impulsionando a produção de conhecimento científico e tecnológico, a formação de mestres e doutores e a consolidação de grupos de pesquisa interdisciplinares. Essas ações fortalecem a inovação, contribuindo para o desenvolvimento de soluções aplicadas às demandas locais e regionais, sem perder de vista possíveis impactos regionais, nacionais e globais (MOROSINI, 2011).

A inovação, por sua vez, é incentivada por meio de parcerias com setores produtivos, incubadoras de empresas e projetos de transferência tecnológica, alinhando a pesquisa acadêmica às necessidades da sociedade e do mercado. Como destacam Santos e Silva (2021), essa articulação contribui para a transformação do conhecimento em tecnologia útil à população, especialmente em regiões com grandes desafios socioambientais, como a Amazônia.

3.3.6.1 Concepção

No IFAM, a pesquisa, a pós-graduação e a inovação integram um processo educativo contínuo, voltado à investigação científica, à produção de conhecimento e à difusão de tecnologias sociais e sustentáveis. Essas ações permeiam todos os níveis e modalidades de ensino, articulando-se com a extensão tecnológica e a sociedade, em consonância com a Lei nº 11.892/2008, que estabelece as diretrizes dos Institutos Federais.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI) tem como missão fomentar a pesquisa básica e aplicada, a divulgação científica e a transferência de tecnologias, com ênfase na preservação ambiental, na valorização dos saberes tradicionais e no aproveitamento sustentável da sociobiodiversidade amazônica. Além disso, promove parcerias estratégicas com setores produtivos,

governos e instituições nacionais e internacionais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas e do Brasil.

A pesquisa no IFAM consolida-se como base para a construção do conhecimento científico e tecnológico, incentivando uma postura crítica, questionadora e inovadora diante da realidade. Ghedin e Franco (2011) ressaltam que o processo investigativo está intrinsecamente ligado à prática educativa e que formar pesquisadores é também formar sujeitos reflexivos, comprometidos com a transformação social.

A formação no IFAM é permeada pela pesquisa em todas as etapas, assegurando sua indissociabilidade com o ensino e a extensão. Os projetos desenvolvidos priorizam o desenvolvimento local e regional, considerando os arranjos produtivos locais (APLs), as dinâmicas socioculturais e as potencialidades econômicas da Amazônia (DEMO, 2008).

Dessa forma, o IFAM consolida seu papel como instituição estratégica na geração de conhecimentos, na formação de recursos humanos qualificados e na promoção de inovações que impactam positivamente a sociedade.

3.3.6.2 Princípios

O IFAM fundamenta suas ações em pesquisa, pós-graduação e inovação em quatro princípios basilares que orientam toda a produção científica e tecnológica da instituição. O primeiro princípio é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que fortalece a formação acadêmica integral ao integrar teoria e prática. Este enfoque promove a pesquisa básica, aplicada e a extensão tecnológica como ferramentas de transformação social, garantindo que o conhecimento produzido transcenda os muros da academia e impacte positivamente os setores produtivos e as comunidades, como defende Demo (2008), ao afirmar que a pesquisa deve fazer parte do cotidiano escolar para formar cidadãos críticos e atuantes.

O compromisso com a inovação e o desenvolvimento sustentável constitui o segundo princípio norteador. Esta diretriz orienta as pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos para a solução de problemas regionais e globais, com especial atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O IFAM estabelece parcerias estratégicas com setores produtivos para transferência de tecnologias sustentáveis,

sempre valorizando a sociobiodiversidade amazônica e incorporando saberes tradicionais em seus processos inovadores. Segundo Morosini (2011), é essencial que os Institutos Federais assumam o protagonismo na produção de conhecimentos que respondam aos desafios contemporâneos, especialmente nas regiões periféricas.

A inclusão e diversidade representam o terceiro pilar fundamental. O IFAM assegura acesso equitativo e participação ativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica em suas atividades científicas. As pesquisas desenvolvidas consideram ativamente as diversidades socioculturais da região amazônica, promovendo a representatividade de grupos historicamente sub-representados na ciência e tecnologia (SANTOS; SILVA, 2021).

Por fim, a ética e responsabilidade social permeiam todas as atividades científicas do IFAM. Este quarto princípio se materializa através de rigorosos padrões de integridade acadêmica e do funcionamento ativo dos Comitês de Ética em Pesquisa. Todas as inovações tecnológicas desenvolvidas são avaliadas quanto aos seus potenciais impactos sociais e ambientais, com especial atenção para a promoção da ciência cidadã e a participação comunitária nos processos de pesquisa. Juntos, estes princípios garantem que a produção de conhecimento no IFAM ocorra com equidade, sustentabilidade e compromisso social.

3.3.6.3 Diretrizes

As diretrizes da pesquisa, pós-graduação e inovação no IFAM norteiam as ações que configuram essa política, tais como:

1. Fomento à Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Ampliar e consolidar a produção científica e tecnológica, garantindo recursos financeiros, infraestrutura e apoio técnico para o desenvolvimento de pesquisas de excelência. Serão priorizados projetos alinhados às demandas regionais e nacionais, com ênfase em áreas estratégicas como sustentabilidade, biodiversidade amazônica, tecnologias sociais e inovação. Além disso, será incentivada a participação dos educandos, técnicos e comunidades locais em projetos de pesquisa, promovendo a democratização do conhecimento e a formação de uma cultura científica na instituição.

2. Interiorização das Atividades de Pesquisa e Inovação

Assegurar a interiorização das atividades de pesquisa e inovação, garantindo que todos os campi tenham acesso a recursos, infraestrutura e oportunidades para o desenvolvimento científico e tecnológico. Incentivar projetos que atendam às especificidades regionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social nas áreas de expertise dos Campi, visando à redução das desigualdades regionais e ao fortalecimento da ciência em todo o Amazonas.

3. Expansão e Interiorização da Pós-Graduação

Apoiar a implementação, a consolidação e a interiorização de programas de pós-graduação lato e stricto sensu, focando em áreas que atendam às vocações regionais e às necessidades do mercado. Priorizar a interiorização desses programas para garantir o acesso à pós-graduação e reduzir as desigualdades regionais. Estabelecer a interdisciplinaridade e a integração entre ensino, pesquisa e extensão como pilares fundamentais adequadas à realidade do interior do Amazonas e desenvolver tecnologias educacionais que fortaleçam o ensino básico na região amazônica, assegurando inovação e qualificação docente alinhadas às especificidades locais.

4. Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação

Promover a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, por meio de parcerias com instituições estrangeiras, participação em redes de cooperação acadêmica e mobilidade de pesquisadores e educandos. Incentivar projetos colaborativos internacionais, publicações em periódicos de alto impacto e a participação em eventos científicos globais.

5. Iniciação Científica e iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação

Promover a iniciação científica e a iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação como pilares estratégicos para a formação de recursos humanos com perfil técnico-científico, postura ética, crítica, criativa e empreendedora. Capacitar educandos para atuarem na investigação científica, no desenvolvimento de tecnologias inovadoras e na aplicação de soluções que atendam às demandas

regionais e nacionais, com foco no aumento da produtividade de forma sustentável e na melhoria da qualidade de vida das comunidades amazônicas.

6. Fortalecimento de Grupos de Pesquisa

Apoiar a consolidação e expansão de grupos de pesquisa; viabilizar a implantação e modernização da infraestrutura e condições para o desenvolvimento de projetos colaborativos. Incentivar a formação de redes de pesquisa interdisciplinares e interinstitucionais, com foco em temas estratégicos para o Amazonas. A interiorização dos grupos de pesquisa será priorizada, promovendo a descentralização das atividades científicas e o fortalecimento da pesquisa em todos os campi. Além disso, será estimulada a participação desses grupos em editais competitivos e eventos científicos nacionais e internacionais.

7. Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência

Promover a difusão do conhecimento científico e a popularização da ciência, garantindo que os resultados das pesquisas e inovações desenvolvidas na instituição alcancem a sociedade de forma acessível e democrática.

8. Integração com Setores Produtivos e Sociedade

Fortalecer as parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e comunidades locais, visando ao desenvolvimento de pesquisas e inovações que atendam às demandas reais da sociedade, garantindo que os benefícios da pesquisa e da inovação alcancem todo o Estado.

9. Inclusão, Diversidade e Democratização do Conhecimento

Promover a inclusão e a diversidade, por meio da participação equitativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica na pesquisa, pós-graduação e inovação, contemplando questões de gênero, raça, etnia e acessibilidade, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais. A democratização do acesso ao conhecimento será fundamental para o fortalecimento do compromisso com a justiça social e a cidadania.

10. Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia

Fortalecer o ecossistema de inovação, promovendo a cultura de proteção de propriedade intelectual, transferência de tecnologia. Desenvolver soluções criativas para problemas contemporâneos, incluindo as tecnologias sociais e a repartição de benefícios. Incentivar projetos que integrem pesquisa aplicada, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo e parcerias com setores públicos e privados.

11. Sustentabilidade Financeira e Captação de Recursos

Prospectar fontes de financiamento diversificadas, incluindo recursos de agências de fomento, editais públicos e privados, e parcerias estratégicas para garantir a execução das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação. Incentivar a participação de pesquisadores e grupos de pesquisa em editais de fomento, ampliando a captação de recursos externos e garantindo a sustentabilidade das atividades científicas. Incentivar a exploração de ativos de propriedade intelectual e a prestação de serviços especializada por meio de extensão tecnológica.

3.3.6.4 Polo de Inovação Manaus (INOVA)

O Polo de Inovação Manaus, denominado INOVA, é uma unidade executiva do Instituto Federal do Amazonas criada após o credenciamento EMBRAPII, por meio da portaria MEC Nº 50, de 29 de janeiro de 2021, tendo como finalidades o atendimento das demandas dos setores produtivos por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a formação profissional para atividades produtivas de base tecnológica. É vinculado à Reitoria do Instituto Federal do Amazonas e não se constitui em unidade de ensino, conforme determina a Portaria SETEC n.º 167 de 22 de março de 2022, mas pode, porém, atuar em articulação com outras unidades do Instituto para oferta de cursos relacionados às suas competências. Historicamente, é o sucessor do Centro de Tecnologia Prof. Harlan Julu Guerra Marcelice - CTHM, expandindo-o em metas, objetivos, ações e participação no ecossistema de P&D da Amazônia Ocidental.

O Polo de Inovação atua nas seguintes áreas de competências: (i) Tecnologias para processos e produtos de manufatura, (ii) Biotecnologia e descarbonização e (iii)

Capacitação de recursos humanos em tecnologias emergentes. Dentro de sua área de competência, as sublinhas são:

- Tecnologias para produtos e sistemas para automação de processos: tecnologias para desenvolvimento de produtos e dispositivos (devices) aplicáveis a automação de processos produtivos para a indústria de manufatura, compreendendo robôs industriais, sistemas eletroeletrônicos, mecânicos, de controle de movimento, comunicação, firmware e drivers de dispositivo.
- Software para automação de processos: desenvolvimento de software e sistemas informatizados para controle, otimização, integração de processos produtivos e de gestão, aplicáveis à indústria, compreendendo sistemas de simulação, Inteligência Artificial, Aprendizagem de Máquina, Internet das Coisas (IoT), cibersegurança e computação em nuvem.
- Biotecnologia: tecnologias para desenvolvimento de produtos e processos aplicáveis à área de Biotecnologia.
- Descarbonização: tecnologias para desenvolvimento de produtos e processos aplicáveis a descarbonização de processos industriais, compreendendo o uso de energia renováveis e eletrificação de processos.

A equipe é formada primariamente por professores e técnicos administrativos em educação, servidores da instituição, com experiência comprovada nas áreas de automação, desenvolvimento de software e sistemas, processos industriais e da área de materiais. É também apoiada por profissionais externos, dentro do quantitativo permitido pela legislação atinente à matéria, captados sob demanda no ecossistema de P&D local, quando necessárias competências específicas e complementares ao quadro permanente de servidores vinculados ao INOVA.

O Polo de Inovação Manaus – INOVA/Reitoria é a unidade especializada do IFAM, sucessora do Centro de Tecnologia Prof. Harlan Marcelice – CTHM. Suas instalações são dedicadas exclusivamente às ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e extensão tecnológica, sem compartilhamento com o ensino regular. Está localizado na Av. Gov. Danilo de Matos Areosa, 1731-1975 - Distrito Industrial, Manaus - AM, 69075-351.

O edifício original do CTHM foi ampliado e melhorado ao longo dos últimos dois anos, contando agora com mais 900 m² de área útil. Possui ainda uma subunidade descentralizada, instalada em área não contígua ao edifício, acrescentando mais 607

m2 de área de laboratórios, totalizando mais de 1.500 m2 dedicados a promover a pesquisa aplicada, o desenvolvimento científico e tecnológico e a formação de recursos humanos na Amazônia.

O Polo de Inovação dispõe atualmente de quatro laboratórios equipados e funcionais:

I. Laboratório de Ensaio Mecânicos, Automação e Simulação (LEMAS), resultado do Convênio Mercosul – União Europeia DCI-ALA 2009/19707, em parceria com o INMETRO (Acordo de Cooperação de 12 de dezembro de 2013), cujo objetivo principal é o de prestar serviços tecnológicos à Indústria nas áreas de automação e mecânica. Permite desenvolvimento de dispositivos e equipamentos.

II. Laboratório de Síntese e Caracterização de Nanomateriais (LSCN), resultado de investimentos do IFAM por meio de seu orçamento anual. Este Laboratório multiusuário visa o desenvolvimento de novos materiais para aplicação em diversas áreas, como agricultura, biologia, química, materiais de construção, cerâmica, produtos farmacêuticos entre outros, sendo espaço chave para soluções em bionegócios. Este laboratório foi credenciado por meio do Acordo de Cooperação Técnica com o MCTIC celebrado no ano de 2020 como parte integrante do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO). Este sistema é formado por um conjunto de laboratórios direcionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I) em nanociências e nanotecnologias, tendo como característica essencial o caráter multiusuário e de acesso aberto a instituições públicas e privadas, mediante submissão de propostas de projetos de PD&I ou de requisição de serviços.

III. Laboratório de Convergência Digital (LABCONDIG), resultado de Projeto aprovado no Edital Promove FINEP/2008, e de investimentos de P&D, tem por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de sistemas embarcados para eletroeletrônicos, tais como telefones celulares e TV Digital, sistemas automáticos microcontrolados, entre outros. Também possui capacidades para o desenvolvimento de software e sistemas para as mais diversas plataformas (web, mobile, desktop), dando suporte às pesquisas em modelagem matemática, simulação, otimização, inteligência artificial, engenharia de software, controle regulatório e controle avançado de processos.

IV. Laboratório de Robótica Industrial (LRI), resultado de investimentos de P&D no ano de 2022, tem por objetivo pesquisar e desenvolver soluções robóticas

(hardware e software) aplicáveis aos processos produtivos industriais. Possuindo quatro robôs manipuladores industriais que correspondem a mais de 80% das plataformas instaladas nos parques fabris do mundo (Epson, Yaskawa, Staubli e Cobot Universal Robots), o espaço busca apresentar a realidade dos ambientes fabris de mercado, permitindo desenvolver soluções inovadoras para a maioria das situações de campo.

No que se refere à conectividade, o Polo de Inovação é interligado à REPAM/MetroMAO, que consiste em uma rede de fibras ópticas de mais de 40 Km de extensão e que engloba atualmente 96 Instituições de Ensino e Pesquisa na cidade de Manaus. É uma rede avançada para a comunicação entre as instituições que, entre outros benefícios, possibilita o desenvolvimento de projetos que necessitem de alta capacidade de banda de comunicação, como videoconferência, telemedicina, ensino à distância e telefonia sobre IP (protocolo de comunicação da internet), graças à infraestrutura central de suporte.

O INOVA foi grandemente beneficiado pela progressão do CTHM para Polo de Inovação, ampliando sua autonomia e poder discricionário em virtude dos cargos de direção e funções gratificadas recebidas do Ministério da Educação por meio da portaria MEC Nº 50, de 29 de janeiro de 2021. Hoje o Polo de Inovação conta com uma Diretoria Geral com nível hierárquico de “Cargo de Direção 02” (CD-02), o que a coloca como uma diretoria sistêmica com status de Pró-Reitoria, possuindo as mesmas prerrogativas destas, tornando-se neste viés parte da gestão institucional. Desta feita, encontra-se ligada diretamente ao Reitor, dotada de acesso a Procuradoria Federal e possui interlocução direta com as pró-reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e de Extensão, constituindo com estas a tríade que ampara o PD&I do Instituto. A unidade já dispunha de autonomia pretérita para negociação dos requisitos técnicos, direitos de marcas, de propriedade industrial, intelectual e material (com apoio do NIT), orçamento e cronograma de execução dos projetos de PD&I contratados. Também já é livre para avaliar riscos bem como a enquadrabilidade das propostas de projeto aos normativos EMBRAPII, SEBRAE, BNDES e SUFRAMA, e para definir a composição de equipes para desenvolvimento. Em sua nova posição hierárquica, todavia, passou a compor a estrutura formal da alta administração, com poderes para negociar e intermediar os termos dos instrumentos contratuais diretamente com os partícipes institucionais. Como é cediço, por força do

ordenamento legal da União, as minutas de convênio relativas aos projetos devem ser previamente examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica da Administração, representada pela Procuradoria Federal junto ao IFAM, pertencente à AGU, bem como seus termos escrutinados pela alta administração e os interesses institucionais avaliados pelo Reitor da instituição, que preserva o condão para assinar os instrumentos jurídicos em nome do IFAM. Em suma, institucionalmente, o Polo de Inovação juntamente com as pró-reitorias, Procuradoria Federal e Reitor são responsáveis pela fase de contratação dos convênios celebrados para projetos de PD&I.

Noutra senda, observando-se o Polo de Inovação como unidade executora, este permanece responsável pelas etapas de captação, execução e prestação de contas de seus projetos.

Na fase de captação, o seu núcleo de novos negócios responde pelas visitas institucionais às empresas para desenvolvimento de leads, por meio de seu prospector, e da participação de seu diretor geral e do coordenador geral de projetos da unidade. Com expertise em negócios, P&D e inovação, visando potencializar a cobertura do mercado alvo. Manifesto interesse por parte da empresa, responde ainda pela elaboração da(s) proposta(s) que envolve detalhamento da(s) demanda(s), especificação, precificação e elaboração de cronograma, etapas estas realizadas com apoio dos coordenadores de laboratório e pesquisadores sêniores, agregados ad-hoc conforme área(s) de competência requeridas. Havendo aprovação da(s) proposta(s), passa a o núcleo de novos negócios a apoiar a coordenação geral de projetos no detalhamento da(s) lead(s) na forma de um Plano de Trabalho; e a diretoria geral por meio de seu núcleo de contratos e convênios toma a frente quanto a negociação dos termos da minuta de convênio, assistido pela Fundação de Apoio e pela Procuradoria Federal quando necessário. Fazem parte da negociação o cronograma de aportes financeiros, direitos de marcas, de propriedade industrial, intelectual e material, sigilo e confidencialidade, penalidades e compliance. A etapa de captação possui prazo de execução flexível, guiado pela complexidade da demanda e engajamento dos stakeholders da empresa.

Na fase de contratação, aprovados os termos dos instrumentos jurídicos pelos partícipes, segue a diretoria geral com a incumbência de realizar a tramitação das minutas e demais documentos relativos ao(s) convênio(s) de PD&I, bem como de

acompanhar o fluxo processual pelas instâncias citadas supra, até a etapa derradeira, relativa à assinatura do Reitor da instituição.

Destaca-se que a Procuradoria Federal junto ao IFAM realiza o exame e aprovação das minutas (parágrafo único do Art. 38 da Lei no. 8.666/91). Em seu parecer jurídico, pode ser necessário algum ajuste adicional nas minutas, tarefa cumprida pelo Polo de Inovação. Cumpre ainda informar que o processo precisa passar também pelos Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e pelo Conselho Superior (CONSUP) para que estes se manifestem e realizem a aprovação ad referendum da matéria. Emitidas as resoluções ad referendum dos conselhos, as minutas por fim vão à assinatura do Reitor do Instituto, sendo ato contínuo assinadas pela Fundação de Apoio e pela empresa.

A etapa de execução e prestação de contas ocorre novamente no Polo de Inovação e sua gestão cabe à diretoria administrativa e financeira (institucional) e à coordenação geral de projetos (operacional). Nesta etapa atua-se solidariamente com a fundação de apoio do IFAM, que responde pela execução administrativa e financeira conforme critérios estabelecidos na Lei No 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Ao longo das diferentes fases de execução, a coordenação geral de projetos, com o apoio dos líderes de projeto, gerenciará as pessoas, despesas, recursos e as entregas, com seus devidos aceitos, em conformidade com os requisitos dos produtos de cada fase. Métodos de gestão ágil como Kanban são utilizados, apoiados por ferramentas de software para acompanhamento das atividades dos pesquisadores. Em um segundo momento é utilizado o método de gestão do caminho crítico (CPM), onde os coordenadores, mensalmente, participam de reuniões de follow up para reportar as atividades de seu time de desenvolvimento para a coordenação geral de projetos. Esse procedimento é repetido até que a última macroentrega seja finalizada e entregue. Realização de ensaios seguem os procedimentos descritos no Manual da Qualidade do Polo de Inovação, aderente ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025.

Na estrutura organizacional do Polo de Inovação existe o Núcleo de Novos Negócios que é responsável pelas atividades de prospecção de projetos. Esse núcleo é composto por representantes (agentes de desenvolvimento de novos negócios, prospecção de projetos e parcerias) dos Campi do IFAM, indicados pelo Diretor Geral

de cada Campus. Uma característica fundamental para esses agentes é o conhecimento da área de atuação do Polo e a desenvoltura para tratativas com dirigentes de empresa, assim como um certo grau de credibilidade em sua carreira profissional, a saber:

1. Fazer o levantamento das empresas da área de eletroeletrônicos, metalmecânica, biotecnologia e descarbonização, organizando os clientes com potencial em investimentos na área de competência e focos da unidade;
2. Mapear as competências técnicas e de pesquisa da instituição de forma a identificar e captar para a unidade servidores pesquisadores com ações aderentes à área de competência e focos da unidade;
3. Elaborar e executar estratégias de negócio para o desenvolvimento de leads direcionadas à área de competência e focos da unidade;
4. Estruturar e coordenar equipes de prospecção internas ou terceirizadas;
5. Levantar necessidade de força de trabalho adicional e indicar perfil de pessoal externo para contratação e posterior atuação na prospecção;
6. Definir juntamente com a diretoria geral as metas de prospecção;
7. Elaborar cronograma semestral de atividades de prospecção, visando o alcance das metas;
8. Executar e acompanhar as atividades de prospecção e o cumprimento do cronograma e da execução das metas de prospecção;
9. Atuar junto à Fundação de Apoio na elaboração e negociação das propostas comerciais, convênios e similares;
10. Atuar junto à direção geral da unidade e demais setores do IFAM quanto redução do fluxo e prazos de tramitação das propostas;
11. Promover o treinamento/capacitação contínua dos envolvidos com as ações de prospecção.

As atividades de prospecção, executadas diretamente pelo Polo de Inovação são desempenhadas por meio de equipes ad-hoc formadas por integrantes do núcleo de novos negócios, pesquisadores do IFAM com expertise na área de competência e/ou focos de interesse da lead sendo trabalhada, além de representantes da Fundação de Apoio.

No que se refere às demais estratégias para prospecção, o INOVA faz uso das seguintes ações:

1. Atualização constante do portfólio de produtos e serviços oferecidos ao mercado pelo Polo;
2. Levantamento e atualização de dados sobre as indústrias de eletroeletrônicos, metalmecânica, biotecnologia e descarbonização, com endereços, contatos, responsáveis, tipo de produtos e processos, entre outros;
3. Reconhecimento do uso das mídias sociais e da engenharia social como ferramentas indispensáveis ao alcance pretendido pelas ações de prospecção;
4. Inserção das ações do INOVA nos meios de divulgação de parceiros institucionais, visando aumentar a visibilidade da unidade no ecossistema de P&D nacional;
5. Agendamento e realização de reuniões, presenciais e online, para demonstrar o portfólio de produtos e serviços do INOVA e fazer a prospecção de oportunidades;
6. Participação em feiras e eventos visando estabelecer contatos e prospectar parcerias;
7. Participação em reuniões temáticas e palestras em feiras e eventos de setores afins;
8. Estabelecimento de parcerias com: (i) empresas de consultoria e similares (ii) outras instituições, tais como universidades e institutos federais de outros estados, visando aumentar a área de atuação do INOVA e (iii) associações internacionais para benchmarking e troca de informações.

No que se refere à estrutura para o núcleo de novos negócios, o Polo de Inovação dispõe:

1. Espaço físico próprio para atuação dos times de prospecção com sala de reuniões para 12 pessoas;
2. Computadores portáteis e projetor multimídia;
3. Internet de alta velocidade e sistema de web conferência;
4. Acesso a veículo oficial do IFAM, mediante programação prévia, para visitação e participação de reuniões;
5. Modelo próprio de convênio, contrato e termo de confidencialidade, pré-aprovado pela procuradoria federal;
6. Telefones móveis institucionais com acesso à internet via plano de dados;

7. Apoio da FAEPI para aquisição de diárias e passagens para deslocamento e participação em eventos.

O público-alvo do programa de formação do INOVA são os educandos do IFAM, com formação técnica alinhada com as habilidades e conhecimentos requeridos nos projetos contratados pelo Polo de Inovação em sua área de competência, tanto de nível técnico profissionalizante nas modalidades integrado, subsequente e EJA, quanto de nível tecnológico e superior.

O INOVA mantém como base a estratégia de seleção e credenciamento de alunos por meio Chamamento Público para formação de um Banco de Talentos contendo perfis a disposição dos projetos, via Edital de Fluxo Contínuo.

Esta seleção considera que o perfil do pesquisador almejado deve conter competências comportamentais e tecnológicas, associadas, para o desenvolvimento completo de suas ações no polo. Neste diapasão, identifica-se que os alunos pretendidos dos cursos possuem habilidades consolidadas, desenvolvidas ao longo da evolução de suas grades curriculares específicas, mas carecem de competência socioemocional (soft skills) para os desafios do mundo do trabalho. Reconhece-se uma deficiência comum referente aos princípios básicos da comunicação no ambiente corporativo, a convivência em grupo e a capacidade de autoavaliação como feedback positivo nas relações entre líder e liderado.

Para trabalhar este perfil almejado, na etapa de credenciamento, após aprovados na avaliação técnica, os selecionados são submetidos a avaliação psicopedagógica conduzida por profissional qualificado para diagnóstico das necessidades específicas do aluno em soft skills não técnicos demandados pelas atividades de PD&I dos projetos com a indústria. Este diagnóstico é individualizado, registrado em sistema de informação adequado, e comporá uma base de informações que orientará a elaboração da trilha de formação específica para atender à sua necessidade, conduzida durante a execução do projeto ao qual o aluno será vinculado quando convocado/selecionado pelo coordenador. Esta base de informações diagnósticas também subsidia a identificação de possíveis deficiências de formação que são comuns a grupos de alunos, permitindo a elaboração de trilhas formativas em temas transversais.

Este mesmo conjunto de estratégias foi estendido para os educandos participantes do Programa Embrapii Capacitação 4.0, ao qual o Polo de Inovação

aderiu em meados de 2022, por meio do Terceiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação No. 017/2020. O programa em execução no IFAM visa prover a capacitação em soft skills via PBL e DT (Project Based Learning e Design Thinking) aos educandos em formação nos níveis de ensino médio, graduação, mestrado ou doutorado, visando a atuação destes em pesquisa aplicada, voltada para a indústria e na área de competência do Polo de Inovação Manaus / IFAM.

3.3.7 Políticas de Extensão

O conceito de extensão, adotado no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), segue a definição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo entendido como “processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (CONIF, 2013). Assim, é um processo que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa viabilizando a ação transformadora entre Instituto e a Sociedade, potencializando a inter-relação entre teoria e prática.

A extensão no IFAM também é concebida como um trabalho social útil, articulado com o ensino e a pesquisa, conforme destaca Melo Neto (2017). Nesse contexto, ela assume um papel essencial na comunicação transformadora, em consonância com os princípios propostos por Paulo Freire (1976).

Enquanto prática educativa que promove a interação dialógica entre instituições e comunidades, a extensão universitária possibilita o diálogo e o reconhecimento entre diferentes saberes, contribuindo, não só para uma formação humana integral, como também permanente e omnilateral. Essa interação extrapola os espaços formais de ensino, integrando o compromisso social, a inserção em diversos territórios e uma formação que vai além do aprendizado técnico. Reconhecendo a importância da extensão para formação dos nossos educandos, o IFAM prevê nos currículos de graduação que, no mínimo 10% da carga horária total dos cursos, sejam desenvolvidas por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, conforme estabelecido pela Lei 13.005/2014.

A extensão universitária no IFAM é orientada pelo diálogo, pela escuta empática e pela construção coletiva, configurando-se assim como um elo entre a instituição de ensino e a comunidade externa, promovendo a participação social, conectando-se às lutas e resistências das comunidades. Dessa forma, a extensão contribui para a transformação social e reafirma seu papel enquanto prática emancipatória.

Com base nessa concepção, o IFAM promove uma extensão isenta de posturas assistencialistas ou meramente prestadoras de serviços, evitando relações verticais e práticas educativas tradicionais. Em vez disso, adota uma abordagem humanizadora e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, promovendo a autonomia dos participantes.

As ações de extensão no IFAM abrangem diversas áreas de atuação, com ênfase no desenvolvimento de iniciativas voltadas para comunidades em situação de vulnerabilidade social como quilombolas, indígenas, ribeirinhas, mulheres vítimas de violência, egressos do sistema penal, entre outras. Por meio de parcerias interinstitucionais, tanto nacionais quanto internacionais, busca-se proporcionar experiências enriquecedoras para os educandos, construindo novos conhecimentos por meio da interação com diferentes setores da sociedade.

Reconhecendo o trabalho como um aspecto central do devir humano, ou seja como ferramenta de transformação, a extensão no IFAM promove ações que incentivam o empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. Essas iniciativas têm como objetivo qualificar as comunidades para agregar valor aos seus produtos e fomentar empreendimentos solidários que contribuam para a geração de renda e uma vida digna.

Além disso, a extensão no IFAM possibilita o empoderamento de comunidades por meio de ações voltadas à qualificação profissional, sempre alinhadas às suas necessidades e demandas, por meio de uma construção compartilhada. Apoiando ainda atividades de ensino, como estágios, programas voltados para egressos e visitas técnicas, integrando esses esforços às suas ações extensionistas.

Vale ressaltar ainda que as ações de extensão são desenvolvidas, de forma colaborativa, no âmbito do IFAM por docentes, técnicos administrativos, educandos e comunidade externa. A coordenação das ações de extensão, conforme previsto em regulamentação interna, deve ser sempre de servidores do IFAM. A coordenação de

ações de extensão poderá ser assumida por TAE, quando estas forem alinhadas com suas atribuições da carreira.

3.3.7.1 Diretrizes

A extensão possui como base legal a Constituição Federal que em seu artigo 207 estabelece que as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda são base legais para a extensão universitária a Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9394/96, que determina no artigo 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Neste sentido, além das bases legais, as Diretrizes que orientam as ações de extensão no IFAM são inspiradas na Política Nacional de Extensão delineadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), sendo elas:

I. Interação Dialógica: a extensão é reconhecida como prática acadêmica dialógica que promove uma interação entre Instituição e Sociedade marcada pelo diálogo e pela interação de saberes. Nesse sentido, a extensão se torna produtora de conhecimentos, por meio da interação com diferentes saberes, novos saberes são construídos. Neste contexto, as ações de extensão no IFAM constituem-se em ações processuais que possibilitam um conhecimento profundo dos territórios, uma vez que promovem uma escuta autêntica, empática e ativa que resultam em um verdadeiro diálogo; fomentam ainda a participação social; oferecem apoio social, conectando-se com as resistências e lutas das classes populares.

II. Transdisciplinaridade e Interprofissionalidade: interação entre disciplinas, não somente se restringindo ao conteúdo disciplinar, uma vez que propõe um diálogo entre os vários campos do saber, buscando alcançar e alterar a percepção, cognição ou comportamento do sujeito. A diretriz da transdisciplinaridade adotada pelo IFAM, alinha-se à diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, na qual se busca superar visões generalistas e especializadas, caracterizada pelo parcelamento do todo. A interprofissionalidade pressupõe a integração e o diálogo entre diferentes

áreas do conhecimento possibilitando integrar diferentes saberes e competências na solução dos problemas e uma formação integral e cidadã;

III. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão: essa diretriz reafirma a extensão como princípio educativo que adquire maior efetividade se aliada ao ensino e à pesquisa. A diretriz ensino-pesquisa-extensão enfatiza que essas três dimensões não devem ser tratadas de forma isolada, mas como partes interdependentes de um único processo formativo. Enquanto o ensino transmite e problematiza conhecimentos, a pesquisa possibilita a construção de novas perspectivas e soluções inovadoras, e a extensão promove a interação dialógica com a sociedade, garantindo que o saber acadêmico responda às demandas reais dos territórios.

IV. Contribuição na formação do educando: As ações de extensão contribuem para formação do educando, visto que se constituem em uma experiência enriquecedora na vida acadêmica deste, permitindo que o acadêmico, como participante ativo e criativo do processo, aplique o conhecimento adquirido da sua jornada, de modo a realizar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, consolidando, assim, o compromisso solidário e ético do IFAM. A participação do educando nas ações de Extensão deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular conforme prevê a meta 12, estratégia 12.7 PNE 2014- 2024.

V. Transformação Social: Em seu espaço de diálogo com a sociedade, a extensão reafirma-se como mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação do IFAM com outros segmentos da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas, além de atender demandas para diminuição das desigualdades sociais e geração de renda.

VI. Promoção ao empreendedorismo: A AYTY incubadora de empresas do IFAM desempenha um papel estratégico para a promoção do empreendedorismo inovador de base tecnológica e social, realizando programas de pré-incubação, incubação e cursos variados de estímulo ao empreendedorismo. O IFAM estimula os seus campi à implantação de unidade da AYTY visando oportunizar aos educandos e à sociedade um espaço promotor do empreendedorismo que incentive o

fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e o cumprimento da missão do IFAM em contribuir com o desenvolvimento da Amazônia.

3.3.7.2 Objetivos da Extensão

A Extensão, no âmbito de sua atuação no IFAM e com base na Lei nº 11.892/2008 e na Resolução que regulamenta as Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, tem como objetivos:

- I. Promover o diálogo entre o IFAM e a sociedade;
- II. Desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, dando ênfase à produção, ao desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- III. Contribuir para a democratização de acesso ao conhecimento por meio de ações extensionistas;
- IV. Estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho, renda, fortalecimento dos arranjos produtivos locais (APL's) e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- V. Contribuir para preservação e valorização da cultura e do conhecimento, respeitando a diversidade cultural;
- VI. Reafirmar a extensão como princípio educativo definido e efetivado em função das exigências e demandas sociais para formação, qualificação profissional e diálogo com a sociedade;
- VII. Realizar ações direcionadas preferencialmente para a população em situação de vulnerabilidade social e risco, por meio de ações voltadas à inclusão social, geração de oportunidades e melhorias das condições de vida;
- VIII. Propiciar ações de formação inicial, continuada e de aperfeiçoamento, visando à inserção do participante no mundo do trabalho;
- IX. Favorecer a interação do ensino e da pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- X. Incentivar ações voltadas para o empreendedorismo e inovação;

XI. Desenvolver ações de extensão com base nas demandas locais e regionais, em diálogo direto com a comunidade em geral, especialmente as indígenas, considerando e integrando os Programas de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) já existentes nessas áreas.

3.3.7.3 Classificação das ações de extensão

As ações de extensão são classificadas em:

I. programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter contínuo, regular e multidisciplinar, integrado a atividades de pesquisa e de ensino, envolvendo a participação de educandos, servidores e comunidade externa, podendo ser proposto por servidores do IFAM com previsão de parcerias externas, com a participação de colaboradores externos à instituição;

II. projeto: conjunto de atividades processuais contínuas de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa, envolvendo a participação dos educandos, servidores e comunidade externa;

III. curso: ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial, semipresencial ou à distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos e poderão ser classificados em:

a) Cursos Livres de Extensão – cursos que objetivam a qualificação, atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área específica do conhecimento, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e máxima de 40 (quarenta) horas;

b) Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – também denominados Cursos de Qualificação Profissional, articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, que objetiva a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho. Esses cursos podem se apresentar de duas formas:

1. formação inicial – voltado para educandos que ainda não possuem formação na área oferecida pelo curso e buscam qualificação inicial. Essa formação possui carga horária igual ou superior a 160 horas; e

2. formação continuada – voltado para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área e buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos, possuindo carga horária mínima de 40 horas.

c) Curso de Aperfeiçoamento – destinado a profissionais técnicos de nível médio e graduados na Educação Superior, objetiva ampliar e aprimorar conhecimentos sistematizados e técnicas em uma área específica do conhecimento, com a carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas e a 360 (trezentas e sessenta) horas, podendo ser oferecido a partir de disciplinas de cursos regulares de nível técnico ou superior, com certificação compatível.

IV. evento: ações que implicam a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, com o envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição, os eventos podem ser organizados em diferentes formatos.

V. prestação de serviços: a realização de trabalho oferecido de forma gratuita ou contratado por terceiros (comunidade, empresa ou instituições), incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional, entre outros, preferencialmente, envolvendo servidores e educandos, na forma de projeto elaborado de forma colaborativa com a comunidade.

VI. produção e publicação: são compreendidas como resultado advindo das ações de extensão produzidas no âmbito do Instituto, como por exemplo livros, capítulos de livros, cartilhas, páginas criadas na internet, vídeos, filmes, programas de computador e outras mídias, artigos em veículos de divulgação artística, científica, literária, tecnológica e cultural, devendo ser registrados no Setor de Extensão. Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) estimular a publicação de artigos e relatos de experiência das ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFAM em revistas internas e externas;

VII. acompanhamento de egressos: constitui-se como o conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o

processo de ensino, pesquisa e extensão definidas em norma específica, cabendo à PROEX a responsabilidade de implantar e acompanhar o Observatório do Mundo do Trabalho no âmbito do IFAM. A Política de Acompanhamento de Egressos tem como objetivo orientar ações voltadas ao processo de conhecimento, avaliação, monitoramento e acompanhamento institucional, com foco no egresso e em sua realidade social, profissional e acadêmica. Essa política busca subsidiar o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); e

VIII. inovação e empreendedorismo: por ser um dos valores institucionais da sua Missão, Visão e Valores, constitui-se na promoção do Empreendedorismo Inovador caracterizado pelo processo de criação de negócios com foco no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas (produto, processo, serviço) através de projetos de extensão e/ou pela incubação destas ideias com vistas à implementação e obtenção de resultados econômicos, desenvolvimento social e ambiental, pelo fortalecimento de:

a) incubadora de empresas: incubadora de empresas: são parte dos sistemas de inovação, caracterizando-se genericamente por serem espaços planejados para receberem empresas – startups ou não – e pelo uso compartilhado de área física, ou não, e infraestrutura técnica e administrativa, por um período de tempo determinado, com os seguintes objetivos: i) estimular a participação de servidores, educandos e comunidade externa na criação de empreendimentos baseados em conhecimento científico e tecnológico; e ii) estimular o estabelecimento de ambientes favoráveis à geração de novos negócios, por meio de ações de pré-incubação e incubação de empreendimentos, e de inovações de impacto regional e social e de espaços co-work e de criação;

b) empresas juniores: com a finalidade de estimular a criação de um ambiente favorável ao surgimento de novos empreendimentos nas diversas áreas do saber, objetivando uma formação acadêmica ampla, ética e social e ambientalmente responsável;

c) associações: com a finalidade da promoção de uma comunidade, fazendo com que ela saia do anonimato, auxiliando para que tenha uma maior expressão política, social, econômica e ambiental;

d) cooperativas: com a finalidade essencialmente econômica com foco principal na viabilização de um negócio produtivo dos associados no mercado com atividades comerciais de pequena, média ou grande escala.

No IFAM, algumas atividades gerenciais e de ensino são apoiadas pela extensão, considerando que, em certa medida, envolvem as relações interinstitucionais. Entre essas atividades, destacam-se:

I - Atividades de prática profissional e estágio:

a) A prática profissional consiste em um conjunto de atividades formativas que possibilitam experiências voltadas à aplicação de conhecimentos ou ao desenvolvimento de procedimentos específicos para o exercício profissional. Tal prática contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes próprios da área de formação do educando, promovendo a integração entre teoria e prática, por meio da construção e reconstrução do conhecimento. Fundamenta-se, essencialmente, nos princípios da interdisciplinaridade e da práxis, viabilizando ações que favorecem o aprimoramento técnico-científico-cultural e das relações interpessoais.

As práticas profissionais abrangem o Estágio Supervisionado, Programa de Aprendizagem, atividades relacionadas ao empreendedorismo (Ideia pré-incubada, empresa júnior, empresa incubada), projeto integrador, de pesquisa, de inovação, de extensão e ensino e programa de Residência Pedagógica (aplicável apenas às licenciaturas).

b) O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos e estagiários que estejam regularmente matriculados em um dos cursos do IFAM, seja na Educação Superior ou na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas suas diversas formas e modalidades.

O Estágio é denominado Estágio Profissional Supervisionado e configura-se como uma das possíveis práticas profissionais, as quais deverão integrar a Proposta Político-Pedagógico Institucional do IFAM e os Projetos Pedagógicos de Cursos como parte do itinerário formativo do aluno.

O Estágio tem como objetivos:

I - proporcionar a complementação do processo ensino-aprendizagem, por meio da realização de atividades de integração, aperfeiçoamento técnico, científico, cultural e de relacionamento humano;

II - compatibilizar e correlacionar as atividades de estágio às da habilitação profissional do aluno;

III - facilitar e adequar a inserção do educando no mundo do trabalho;

IV - promover a adaptação social e psicológica à atividade profissional;

V - desenvolver a concepção de indissociabilidade entre teoria e prática no processo de profissionalização; e

VI - aplicar e integrar os conhecimentos de ensino, extensão, pesquisa e inovação visando às ações de observação, análise e intervenção de acordo com a realidade local, regional e nacional.

II - Visitas Técnicas: Entende-se por visita técnica, a atividade de ensino apoiada pela extensão, que promove a interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, proporcionando uma formação mais ampla ao aproximar o universo acadêmico da realidade profissional.

III - Visitas Gerenciais: promovem permanente diálogo com o ambiente externo, relaciona-se à perspectiva de gestão institucional, na medida em que possibilitam a prospecção de parcerias, a troca de experiências e a realização de atividades conjuntas; e

IV - Parcerias Institucionais: as parcerias institucionais constituem uma estratégia essencial para fortalecer o papel da educação na sociedade e ampliar o impacto das ações promovidas por instituições de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da instituição as parcerias podem envolver colaborações com universidades, organizações governamentais, empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições de pesquisa e órgãos públicos. Por meio de acordos, contratos ou convênios firmados entre o Instituto Federal e outras entidades, sejam elas governamentais ou não, comprometem-se a adotar medidas que fomentem o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas específicas, por meio de ações conjuntas ou independentes. Essas parcerias são indispensáveis para ampliar o alcance de projetos acadêmicos e de extensão, viabilizar a troca de conhecimento e recursos, além de impulsionar o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas.

V - Mobilidade Acadêmica: Mobilidade Acadêmica é o processo pelo qual o educando desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico em nível nacional ou internacional. São consideradas como

atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do educando. A concessão da mobilidade acadêmica internacional será realizada por meio de programas de mobilidade acadêmica internacional com instituições parceiras ou por chamadas do governo federal, sendo selecionados por meio de edital e outras possibilidades.

3.3.8 Políticas de Assistência Estudantil

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surgiu em um contexto de ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente após a década de 1990, com a implementação de políticas de cotas e a expansão das universidades públicas. A partir da década de 2000, com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e o aumento da oferta de vagas por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ficou evidente a necessidade de se desenvolver uma política estruturada para apoiar a permanência dos educandos nas universidades.

Em 2004, a primeira versão da Política Nacional de Assistência Estudantil foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), buscando garantir que os educandos, especialmente os oriundos de famílias de baixa renda, não abandonassem seus cursos devido à falta de condições financeiras. A legislação foi se consolidando com o tempo e passou por diversas atualizações. O Decreto nº 7.234/2010 foi um marco, pois regulamentou de forma mais detalhada a assistência estudantil e definiu critérios e objetivos claros para a aplicação dos recursos destinados a esse fim.

A PNAES busca diminuir as taxas de evasão escolar, oferecendo suporte para que os educandos consigam concluir seus cursos, independentemente de sua condição financeira. Isso contribui para uma maior equidade no sistema educacional, oferecendo chances iguais para todos.

Nesses termos, a PNAES, estabelecida pelo Decreto nº. 7.234, passa a ser implementada no IFAM a partir de 2011, objetivando dar resolutividade ou minimizar os inúmeros problemas que atingem o cotidiano dos educandos. Foi assim que em 09 de junho de 2011 foi aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Amazonas a Resolução nº. 13 que institui a Política de Assistência Estudantil –

PAES/IFAM e em 07 de outubro de 2011, foi normatizada através da Portaria nº. 1.000 — Gabinete da Reitoria/IFAM.

Desta forma, os princípios e objetivos da PAES/IFAM foram constituídas de modo articulado com a normativa nacional, quanto ao auxílio aos educandos em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e no combate aos índices negativos de retenção e evasão causados pela deficiência de recursos financeiros.

Com a autonomia dada às IES, pelo Decreto nº. 7.234/2010 para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil, o IFAM elegeu dois Programas bases para a implementação de sua PAES/IFAM: o primeiro se refere aos benefícios socioassistenciais (alimentação, transporte, moradia, alojamento, creche, material didático-pedagógico) que podem ser implementados por meio de repasse financeiro direto aos educandos ou pelo fornecimento de serviços como: transporte escolar; concessão de alimentação no restaurante estudantil, contratação de serviços de reprografia e aquisição de material didático pedagógico.

A segunda linha de ação se refere aos Projetos Integrais que oportuniza a criação de projetos pelos servidores com a finalidade de auxiliar os educandos através de bolsas ou ajuda de custo, por meio do desenvolvimento de atividades inerentes aos projetos, além de promover aulas de monitoria e reforço escolar aos educandos com baixo rendimento.

Como toda política social focalizada, a PAES/IFAM não é diferente, tendo em vista que o orçamento público destinado para a assistência estudantil não atende em sua totalidade a demanda de alunos em vulnerabilidade social. Desta forma, o IFAM lança editais anuais e/ou semestrais para realizar a seleção de alunos que serão assistidos pela PAES/IFAM, tendo como critério principal o atendimento dos educandos em vulnerabilidade social.

A Resolução nº 001/CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024, estabelece a revisão da Política de Assistência Estudantil (PAES) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Essa política tem como principal objetivo garantir a igualdade de oportunidades aos educandos, proporcionando condições para o acesso, a permanência e o êxito acadêmico, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A PAES se baseia em legislações como o Decreto nº 7.234/2010 e a Constituição Federal, assegurando que a assistência

estudantil não substitua, mas complemente outras políticas sociais já existentes, como as de saúde e assistência social. Dessa forma, o IFAM reforça seu compromisso com uma educação inclusiva, ampliando o suporte aos educandos que mais necessitam.

Para alcançar esses objetivos, a PAES/IFAM estrutura suas ações em três grandes grupos. O primeiro contempla benefícios diretos, como auxílio-moradia, transporte, alimentação, creche e apoio pedagógico, garantindo melhores condições de estudo. O segundo grupo envolve programas e projetos que incentivam a inclusão social, abrangendo iniciativas voltadas à acessibilidade, cultura, esporte, atenção à saúde mental e suporte pedagógico contínuo. Já o terceiro grupo destina-se a ações emergenciais, para atender educandos em situações imprevistas que possam comprometer sua permanência na instituição. Os benefícios são distribuídos por meio de processos seletivos organizados pelos campi, levando em consideração critérios socioeconômicos e disponibilidade orçamentária.

Além de proporcionar assistência direta, a PAES também incentiva a participação ativa da comunidade acadêmica na formulação e monitoramento das políticas estudantis, promovendo maior transparência e equidade no acesso aos recursos. O financiamento dessas ações vem diretamente da Ação 2994, do governo federal, sendo rateado entre os campi por meio de uma metodologia que considera o número de educandos matriculados e as faixas de renda per capita. A gestão da política é realizada de forma descentralizada, contando com equipes técnicas nos campi e um Comitê Permanente de Assistência Estudantil para avaliar e aprimorar continuamente as ações. Dessa maneira, o IFAM busca não apenas reduzir os índices de evasão escolar, mas também promover a inclusão social e o desenvolvimento integral de seus educandos, fortalecendo sua missão de oferecer uma educação pública de qualidade.

Após 14 anos de implementação do Decreto n.º 7.234/2010, a PNAES ganha uma nova e mais elaborada normativa, em 3 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.914, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Brasil. Esta legislação visa ampliar e garantir as condições de permanência dos educandos na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica públicas federais, assegurando a conclusão dos respectivos cursos.

A PNAES tem como objetivos principais:

- Democratizar e garantir as condições de permanência de educandos na educação pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência dos educandos e na conclusão dos cursos;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão na educação pública federal;
- Contribuir para a promoção da melhoria do desempenho acadêmico, da inclusão social pela educação e da diplomação dos educandos;
- Apoiar educandos estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;
- Estimular a participação e o alto desempenho de educandos em competições, olimpíadas, concursos ou exames de natureza esportiva e acadêmica;
- Estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.

Para alcançar esses objetivos, a PNAES abrange diversos programas e ações, incluindo:

- Programa de Assistência Estudantil (PAE);
- Programa de Bolsa Permanência (PBP);
- Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
- Programa Estudantil de Moradia (PEM);
- Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);
- Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
- Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);
- Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
- Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
- Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
- Benefício Permanência na Educação Superior;
- Oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;
- Outras ações definidas por ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização com as dotações orçamentárias existentes.

A implementação da PNAES será articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, visando atender aos

educandos regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio.

Com a sanção da Lei nº 14.914/2024, a assistência estudantil no Brasil passa a ter um marco legal robusto, reforçando o compromisso do Estado em promover a permanência e o sucesso dos educandos no ensino público federal.

3.3.8.1 Princípios Norteadores

A Política de Assistência Estudantil tem como princípios norteadores de base ético-política para atendimento das necessidades dos educandos em vulnerabilidade a:

- I. a democratização do acesso, permanência e êxito dos/as educandos/as, prioritariamente para aqueles que se encontram em vulnerabilidade social;
- II. a ênfase nas necessidades sociais e humanas dos/as educandos/as, as quais garantam condições de equidade para acesso, permanência e êxito;
- III. compromisso com a educação de qualidade, inclusão, acessibilidade, integração e diversidade;
- IV. primazia do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas que interfiram no processo de ensino e aprendizagem;
- V. transparência nos critérios de acesso à PAES/IFAM, e na utilização dos recursos públicos;
- VI. incentivo à participação dos/as educandos, docentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAES) por meio de instâncias próprias de cada campus na formulação, monitoramento e avaliação das ações desta Política;
- VII. garantia do direito de aprendizagem, por meio da integração entre o ensino, pesquisa e extensão;
- VIII. compromisso com a formação humana integral;
- IX. respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, a convivência escolar e comunitária;
- X. equidade no acesso ao atendimento pela PAES;
- XI. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como, dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso;

XII. ampliação das condições de continuidade e apoio à formação de educandos do IFAM;

XIII. participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios;

XIV. incentivo a projetos de extensão e pesquisa que visem contribuir para a permanência e êxito dos/as educandos.

3.3.8.2 Ações PAES Grupo 1

Abrange ações prioritárias voltadas à concessão de benefícios que asseguram melhores condições de estudo aos educandos em situação de vulnerabilidade social. Estão incluídos:

Auxílio Moradia, que fornece suporte financeiro para educandos que precisam passar a residir no município do campus, para realizar seus estudos;

Auxílio Alimentação, que pode ser ofertado na forma de refeições nos campi ou repasse financeiro conforme carga horária e dias letivos;

Auxílio Transporte, garantindo apoio financeiro para deslocamento quando não há oferta gratuita pelo poder público;

Auxílio Creche, que contribui com os custos de cuidado infantil para educandos com filhos de até cinco anos e 11 meses, cujos pais não tenham rede de apoio presente;

Apoio Material Didático-Pedagógico, que subsidia a compra de materiais didáticos essenciais.

O acesso a esses benefícios se dá obrigatoriamente por inscrição em edital próprio, publicado por cada campus, onde a oferta pode ocorrer por meio de repasse direto (pecúnia) ou indireto (serviço).

3.3.8.3 Ações PAES Grupo 02

O Grupo 2 contempla projetos de inclusão social, estruturados em diversas áreas temáticas que promovem a equidade e o sucesso acadêmico. Entre eles, há ações voltadas à:

Acessibilidade para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

Inclusão Digital, facilitando o acesso a novas tecnologias e ferramentas assistivas;

Esportes, promovendo participação em eventos e competições esportivas;

Cultura, participação em eventos e ações culturais;

Saúde, ações de prevenção, promoção e proteção da saúde;

Apoio Psicológico, visando mitigar situações geradoras de sofrimento psíquico, promovendo a saúde mental.

Apoio Pedagógico, ações de mediação e interligação entre os profissionais de educação e os educandos, na perspectiva da permanência e êxito;

Monitoria, consistindo em experiências educativas emancipatórias, voltadas para o aperfeiçoamento da formação acadêmica dos cursos no IFAM e fundamentada na defesa da igualdade de direitos ao acesso, permanência e êxito, por meio de execução de aulas de reforço aos educandos em processo de ensino e aprendizagem, diferenciados e individuais, necessários à apropriação de conceitos teórico/práticos de seu curso, permitindo a intervenção consciente na realidade.

O acesso também se dá por meio de processo seletivo regido por edital, o qual encontra-se em fase de reformulação, para aprimoramento dos critérios de seleção dos educandos.

3.3.8.4 Ações PAES Grupo 03

O Grupo 3 se destina a atender demandas emergenciais e extraordinárias, voltadas para educandos que enfrentam situações inesperadas e de risco social que possam comprometer sua permanência na instituição. Essas ações são analisadas caso a caso por uma equipe multiprofissional, evitando sobreposição com atendimentos regulares já oferecidos pelos campi ou por outros órgãos públicos. O objetivo é oferecer um suporte pontual e eficiente para educandos que, por circunstâncias excepcionais, necessitam de assistência para continuar seus estudos.

3.3.8.5 Políticas de Atendimento ao Educando

Considerando que além das ações de atendimento que fazem parte da Política de Assistência Estudantil norteadas pelo decreto nº7.234/2010, também é de suma

importância esclarecer que o IFAM possui outras políticas direcionadas ao corpo educando, as quais se somam ao objetivo de contribuir com a permanência e êxito escolar. Assim, podemos citar o seguro de vida dos educandos, acesso ao Programa Bolsa Permanência, o Programa de Alimentação Escolar entre outros.

- Seguro de Vida do Educando

O seguro de acidentes pessoais é fundamentado na Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que regulamenta o estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, cujos princípios norteadores são:

- I. promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II. valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III. promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV. reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V. promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI. respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII. promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII. valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Além da Lei supramencionada, o seguro é fundamentado também no Decreto Lei nº 2.080 de 26 de novembro de 1986, que dispõe sobre os estágios de educandos de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo, onde determina que a instituição de ensino ou a entidade pública ou privada concedente da oportunidade de estágio curricular, diretamente ou através da atuação conjunta com agentes de integração, supracitados.

- Acesso ao Programa Bolsa Permanência do MEC

Em conformidade com o seu Manual de Gestão (2013), o Programa de Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a educandos matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em

situação de vulnerabilidade socioeconômica e para educandos indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos educandos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os educandos indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais educandos, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

Estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores (as) fazem jus, durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na IFES, a bolsa de permanência até o limite máximo de seis meses.

Uma grande vantagem da Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre outros. Além disso, a Bolsa Permanência do Governo Federal também é acumulável com outros auxílios pagos com recursos próprios das Instituições Federais de Ensino Superior ou do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como os auxílios de moradia estudantil, alimentação, transporte e creche. Seus objetivos são:

- I. Viabilizar a permanência de educandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II. Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III. Promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Poderá receber a Bolsa Permanência o educando que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. Possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio;
- II. Estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias;
- III. Não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
- IV. Ter assinado Termo de Compromisso;
- V. Ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Além disso, o Programa prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso.

A base de funcionamento do Programa de Bolsa Permanência está no cadastro dos beneficiários que é validado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Toda instituição deve manter no sistema de gestão do programa a relação de todos os educandos que cumprem os requisitos mínimos para fazerem jus ao recebimento da Bolsa Permanência. Mensalmente, a relação dos educandos beneficiários será encaminhada pela IFES ao Ministério da Educação (MEC), que homologará os nomes e os repassará para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) providenciar os pagamentos, diretamente aos educandos beneficiários. Antes de iniciar esse procedimento, é necessário, no entanto, que a IFES assine um Termo de Adesão ao Programa de Bolsa Permanência, disponível no sistema de gestão do programa.

Os agentes de implementação do programa de bolsa permanência são: 1. Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC); 2. Secretaria de educação profissional e tecnológica do ministério da educação (SETEC/MEC); 3. Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE), autarquia vinculada ao ministério da educação; 4. Instituições federais de ensino superior (IFs) que firmarem termos de adesão ao programa de bolsa permanência.

A implementação e a execução do programa de bolsas permanência nas universidades federais são supervisionadas pela secretaria de educação superior (SESU) e, nos institutos federais, pela secretaria de educação profissional e tecnológica (SETEC) do ministério da educação. E o Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao ministério da educação, é o órgão responsável pelo pagamento da bolsa permanência.

Para que o FNDE/MEC proceda ao pagamento da bolsa é indispensável que:

- I. O educando tenha assinado Termo de Compromisso;
- II. O Pró-Reitor responsável pelo Programa no âmbito da IFES tenha homologado a cada mês as informações do educando no sistema de informação;
- III. A SESU/SETEC/MEC envie ao FNDE, por meio do sistema de informação, a solicitação de pagamento do bolsista, em lotes mensais devidamente atestados por certificação digital.

É autorizada a suspensão ou cancelamento do pagamento da bolsa ao aluno quando:

- I. Houver o cancelamento de sua participação no Programa ou término do curso de graduação;
- II. Forem constatadas incorreções nas informações cadastrais do bolsista;
- III. For constatado desempenho acadêmico inferior ao estabelecido pelo Programa ou acúmulo indevido de benefícios.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo o fornecimento de alimentação escolar àqueles matriculados em escolas públicas e filantrópicas de toda a educação básica, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos, bem como a educação integral. O Programa atende assim à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PNAE vigora desde 1955, atendendo às necessidades nutricionais dos educandos ao longo de todo o ano letivo, visando a sua permanência e êxito escolar. Conforme a Cartilha Nacional da Alimentação Escolar (2014, p. 10):

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

No que tange à assistência aos educandos, os Institutos Federais, enquanto ofertantes da educação básica, devem assegurar o fornecimento da alimentação

nutritiva aos seus educandos, amparados pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

3.3.9 Políticas de Acesso, Permanência e Êxito

A criação deste capítulo dedicado à Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFAM representa um significativo progresso para o IFAM. Ao centralizar diretrizes sobre o Acesso, Permanência e Êxito, no bojo do PPPI, estabelecemos um marco organizacional e de governança para o tema, fortalecendo o cumprimento das estratégias para promoção do acesso, permanência e êxito dos educandos.

Nesse contexto, destaca-se a Resolução nº 12-CONSUP/IFAM, de 2017, que aprovou o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Educandos (PAPE-IFAM), e tem sido um documento crucial para orientar ações de combate à evasão e à retenção no IFAM. Este plano, que diagnosticou o cenário institucional entre 2016 e 2018 e propôs medidas para promover a permanência e o êxito, está em processo de revisão e serve de base para os diagnósticos dos períodos de 2019-2021, 2022-2024 e para o ano de 2025. Após revisado e aprovado pelo CONSUP continuará sendo referência para as ações permanentes de combate à evasão e retenção no âmbito do IFAM.

3.3.9.1 Fundamentação

Evasão e retenção escolar são problemas frequentes na educação brasileira que atingem todos os níveis e todas as instituições de ensino. Diversos fatores contribuem para esse problema, incluindo questões socioeconômicas, dificuldades de aprendizagem, e a falta de acompanhamento personalizado.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na conquista de direitos sociais. Reforçando-a, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e a alteração proposta pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, asseguram a educação básica como direito público subjetivo, contemplando a obrigatoriedade da mesma dos 04 aos 17 anos de idade. Por outro lado, a luta inicial por mais vagas de nada adianta se esse direito não for garantido com qualidade (MONTEIRO, 2003; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

No que tange ao Ensino Superior, no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) alavancou a oferta de vagas no ensino superior, tônica mantida no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2010). Sendo assim, pode-se afirmar que os governos eleitos via sistema democrático representativo configuram o grande marco da sua expansão, independentemente de seus fundamentos políticos-discursivos (GOMES; MORAES, 2012).

Conforme Marques (2013, p. 72) sintetiza: A partir de 2002, começa-se a perceber notável mudança na política para a educação superior com forte investimento nas universidades públicas federais: criação de novas universidades, ampliação das existentes, criação de novos cursos, contratação de professores e criação de novos campi.

Nesse processo de expansão e fortalecimento da educação básica e superior, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Em 2010, foi celebrado o Termo de Acordo e Metas (TAM) entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação e os Institutos Federais, inclusive o Instituto Federal do Amazonas. De acordo com o TAM, a atuação dos Institutos federais é “[...] pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos [...]”, o que implica tanto na ampliação da oferta quanto na redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e também na ocupação das vagas em todos os turnos.

Todas as Metas e Compromissos firmados por meio do TAM possuem relação direta ou indireta com o acesso, a permanência e o êxito dos educandos dos Institutos Federais. Citamos algumas: eficiência acadêmica, eficácia acadêmica, oferta de vagas prioritariamente a cursos técnicos de nível médio, oferta de vagas PROEJA e vagas para formação de professores e Licenciaturas, dentre outros.

Realizada a ampliação da oferta de cursos básicos e superiores federais, o Brasil se deparou com a necessidade de fortalecer a democratização do acesso, de forma a alcançar as parcelas minorizadas da sociedade brasileira. Sendo assim, em 2012, foi publicada a LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Por meio dessa Lei, conhecida como Lei de

Cotas, foram iniciadas as reservas de vagas para egressos de escolas públicas, com sub-reservas para candidatos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, as quais foram aplicadas no Instituto Federal do Amazonas já no Processo Seletivo 2013.

Diversos foram os mecanismos adotados para a expansão e democratização do acesso à educação básica e superior no Brasil. Contudo, o acesso deve caminhar sempre em estreita relação com a permanência e êxito. Em 2015, por conseguinte, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou um levantamento de informações nacionais sobre a evasão e a retenção, e detectou fragilidades no processo educacional. Dessa maneira fez recomendações à Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) para elaboração de estratégias para solucionar o problema de evasão na Rede Federal. Ainda, o TCU realizou uma auditoria operacional para avaliar a eficiência da conclusão dos cursos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). O objetivo geral foi avaliar o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pelas instituições de ensino integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no período de 2017 a 2022, em relação à Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024). Especificamente, buscou-se avaliar as estratégias adotadas para o enfrentamento da evasão de educandos, em relação às diretrizes de governança pública estabelecidas no Decreto 9.203/2017.

Desde então, foram fortalecidos os estudos e a aplicação de diversas estratégias nas Instituições Federais visando ao aumento quanti-qualitativo da permanência e do êxito de seus educandos, por meio de Planos de Ação Estratégicos de Acesso, Permanência e Êxito dos Educandos, programas de assistência ao educandos, fortalecimento das Bibliotecas, estruturação das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas dentre outras ações.

No que se refere aos educandos cotistas, em 2023, foi instituído que “Art. 7º-A. Os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino.”. Essa definição encontra-se na LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para

dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de educandos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Em continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da permanência e do êxito, em 2024, o TCU emitiu o Acórdão nº 986/2024, determinando ao Ministério da Educação (MEC) que regulamentasse a estratégia de permanência e êxito, estabelecendo metas graduais de conclusão alinhadas ao PNE, além de atualizar e monitorar os planos estratégicos das instituições. Recomendou-se ainda aprimorar a coleta de dados na PNP, sobre educandos com deficiência e quilombolas, incluindo informações socioeconômicas, e priorizar ações baseadas em diagnósticos atualizados.

As instituições da Rede Federal EPCT foram orientadas a atualizar sistemas de gestão acadêmica, coletar dados de cor/raça e renda, e priorizar intervenções com base em fatores críticos de evasão. Foi recomendada também a priorização das ações de intervenção com base no ranqueamento das principais causas e fatores associados à evasão. As medidas recomendadas visam garantir a equidade no acesso e na permanência dos educandos, especialmente aqueles pertencentes a grupos vulneráveis, além de aprimorar o monitoramento e a avaliação das ações implementadas.

A partir dessas constatações e seguindo as instruções da Nota Informativa 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC e por conseguinte tendo como direcionamento a Portaria Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2025, que instituiu e regulamentou o Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CAPE), o IFAM instituiu e manteve a Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Educandos, no âmbito sistêmico, com grupos de trabalho em cada campus, com objetivo principal de, a partir do diagnóstico qualitativo por Campus e por curso, propor, por meio de um Plano Estratégico, medidas para superar a evasão e a retenção/reprovação dos educandos.

É neste contexto que destaca-se a proposta da Rede Federal voltada para uma formação integral comprometida com o desenvolvimento social, produtivo e cultural local, articulado com um novo projeto social emancipador, que transforma vidas e

realidade social. Assim, ao propor uma educação técnica de formação integral não fragmentada, bem como, ao ofertar uma verticalização com a finalidade de proporcionar uma formação continuada, oportuniza-se maior democratização de acesso à educação nas mais diversas modalidades e níveis de ensino. No entanto, para o cumprimento de seus objetivos institucionais, faz-se necessária não apenas a democratização de acesso, mas também a permanência e o êxito dos educandos que ingressam na Instituição.

Portanto, com a missão de promover uma educação de excelência através do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, o IFAM busca adotar estratégias para o embate aos vários fatores que contribuem para a desistência do educando à vida acadêmica. Assim, destaca-se a importância do estabelecimento e manutenção do sistema de governança adequado para o funcionamento da Política de Acesso, Permanência e Êxito no âmbito do IFAM.

3.3.9.2 Bases conceituais

A Política de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE) do IFAM visa estabelecer estrutura de governança promovendo condições para que os educandos ingressem, permaneçam e concluam sua formação com êxito. Para tanto, envolve várias ações e diretrizes orientadas para assegurar o acesso à educação de qualidade, a permanência dos alunos no sistema educacional, e o êxito acadêmico, o que implica no enfrentamento da evasão e retenção, possibilitando mais qualidade na conclusão e aproveitamento das aprendizagens. Refere-se ao alcance de bons resultados educacionais, significando que o educando concluiu sua formação e adquiriu o conhecimento e as habilidades esperadas.

Acesso: Refere-se às políticas e estratégias para garantir que um número maior de educandos tenha a oportunidade de ingressar no ambiente educacional, preferencialmente antes do início das aulas e com o devido acolhimento institucional, e para garantir que as reservas de vagas, conhecidas como cotas, sejam preenchidas por seus indivíduos de direito. Isso inclui processos de seleção inclusivos, programas de bolsas e ações afirmativas, como cotas e incentivos para grupos socialmente

vulneráveis. A ideia central é democratizar o acesso ao ensino, promovendo a igualdade de oportunidades.

Permanência: Envolve todas as ações que assegurem que os educandos que ingressam permaneçam na instituição, evitando a evasão. Para isso, é importante oferecer suporte pedagógico, psicológico, social e financeiro, dentre outros. Esse suporte pode incluir programas de assistência estudantil, como alimentação, moradia e transporte, além de estratégias pedagógicas, psicologia escolar, ambientes de integração, dentre outros, que atendam às necessidades dos alunos, incentivando seu desenvolvimento.

Êxito: Refere-se ao alcance de bons resultados educacionais, significando que o educando concluiu sua formação e adquire o conhecimento e as habilidades esperadas. A avaliação desse sucesso considera não só a conclusão dos cursos, mas também o desenvolvimento integral do estudante, que deve ser capaz de aplicar o que aprendeu em contextos reais e profissionais.

O acesso inicial de educando no IFAM é realizado por meio de processos seletivos pautados na democratização, na inclusão e na diversidade e que devem ser planejados, executados e acompanhados de forma que sejam garantidos os fatores a seguir:

- a) a isonomia entre os(as) candidatos(as) nos processos seletivos do IFAM de qualquer natureza;
- b) a influência positiva do Acesso na Permanência e Êxito dos educandos, por meio da articulação contínua intersetorial e de estudos contínuos visando às intervenções necessárias, principalmente com o PAPE;
- c) o respeito e o aprofundamento contínuos do IFAM no atendimento ao programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de educandos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública ou, no caso de acesso a cursos de graduação, em escolas comunitárias do campo conveniadas com o Poder Públicos, conforme estabelecido pela Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pelas Leis n.º 14.723/2023 e 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024, regulamentada pelo Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 11.781, de

2023, e de acordo com a Portaria nº 18/2012 alterada pela Portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023, e suas futuras alterações.

d) a reserva de vagas em modalidades adicionais destinadas a populações minorizadas, como produtores rurais, mulheres, população LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, dentre outros, observadas as necessidades e especificidades sociais apresentadas nos contextos sistêmico e locais;

e) a reserva adicional de até 5% para pessoas com deficiência, independentemente de serem egressas de escolas públicas, calculada sobre o total de vagas ofertadas, nos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação, estando a reserva condicionada a parecer pedagógico e de viabilidade financeira;

f) a destinação das vagas para aqueles que de fato possuem direito a elas, por meio da comprovação de atendimento às regras antes da efetivação da matrícula, que deverá envolver mecanismos de verificação de ser egresso de escola pública ou de escolas comunitárias, de possuir baixa renda familiar bruta mensal per capita, de ser PcD, de ser quilombola, de ser indígena e de possuir as características fenotípicas da população preta ou parda, além dos critérios definidos para modalidades adicionais de reservas de vagas;

g) a realização de procedimento de heteroidentificação com todos(as) candidatos(as) convocados(as) por cotas para pretos e pardos, considerando-se tão somente as características fenotípicas dos(as) candidatos(as);

h) a ampliação das formas de acesso, conforme necessidades dos cursos e da comunidade, priorizando-se a ampliação para o acesso a cursos EJA e cursos de Licenciaturas;

i) o respeito ao nome social;

j) a gratuidade de todos os processos seletivos de ingresso para cursos da modalidade EJA;

k) o respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição e 2º da Lei nº 9.784/1999;

l) a simplicidade dos editais, no que for possível, visando à acessibilidade da informação;

m) a divulgação dos editais e suas erratas em versões acessíveis à população surda;

As estratégias para permanência e êxito de educandos no IFAM são realizadas por meio das diretrizes na Resolução nº 12-CONSUP/IFAM, de 2017 tendo os seguintes objetivos:

I. Diagnosticar as causas da evasão e retenção acadêmica, subsidiando ações afirmativas e desencadeadoras da elevação dos índices de permanência e êxito em todos os campi do IFAM;

II. Propor e orientar ações interventivas que contribuam para a permanência e êxito nos campi, aprimorando a qualidade do ensino no Instituto;

III. Monitorar a implementação das ações relacionadas à permanência e êxito nos campi, viabilizando, quando necessário, intervenções sistêmicas;

IV. Integrar as equipes multiprofissionais, bem como os profissionais envolvidos nas ações pedagógicas referentes ao enfrentamento dos índices elevados de retenção e evasão dos cursos ofertados pelo IFAM;

V. Fortalecer a intervenção das equipes multiprofissionais, bem como dos demais profissionais envolvidos nas ações do ensino, da pesquisa e da extensão, que contribuam direta ou indiretamente para a redução dos índices de retenção e evasão nos cursos ofertados pelo IFAM;

VI. Colaborar para promoção da inclusão social, redução dos efeitos das desigualdades sociais e regionais nos diferentes contextos da Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo os educandos enquanto cidadãos sujeitos críticos e autônomos;

VII. Enfatizar a importância do trabalho colaborativo na perspectiva da permanência e o êxito estudantil, na construção de sujeitos sociais comprometidos com a formação de uma sociedade tecnológica comprometida com a classe trabalhadora;

VIII. Compreender a evasão e a retenção/reprovação como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade do IFAM no cumprimento da sua função social.

3.3.9.3 Diretrizes

I. Expandir a divulgação e implementar processos seletivos inclusivos para alcançar todos os públicos, garantindo a acessibilidade física e comunicacional.

II. Oferecer programas de acolhimento, apoio psicopedagógico e assistência estudantil, fortalecendo o ensino e a aprendizagem

III. Acompanhar o desempenho acadêmico, preparar para o mundo do trabalho, incentivar a formação cidadã e atender às necessidades de educandos com deficiência.

IV. Definir indicadores, realizar avaliações periódicas e divulgar resultados para garantir a efetividade e transparência da política.

3.3.9.4 Princípios

I. Equidade: A política visa garantir oportunidades iguais para todos, combatendo desigualdades históricas e oferecendo apoio individualizado.

II. Inclusão: O IFAM se compromete a promover a participação plena de todos, eliminando barreiras e visando o respeito à diversidade.

III. Integralidade: O desenvolvimento dos educandos é prioridade, integrando ensino, pesquisa, extensão e apoio socioemocional.

IV. Participação: A política valoriza a participação ativa da comunidade acadêmica na sua construção e avaliação.

V. Qualidade: A oferta de educação de excelência é um compromisso, incentivando a inovação pedagógica e a produção de conhecimento.

VI. Transparência: Informações claras e acessíveis garantem a prestação de contas à comunidade, promovendo a confiança e o acesso à informação.

3.3.10 Políticas Afirmativas para Inclusão e Diversidade

3.3.10.1 Concepção

A Política de Diversidade e Inclusão no IFAM pauta-se na necessidade de inclusão e promoção de ações afirmativas com o respeito às diferenças e a promoção da equidade. A formulação de políticas afirmativas para promoção da inclusão e diversidade se fundamenta em diversos dispositivos legais e normativos, tanto

nacionais quanto internacionais, a saber: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990); Declaração de Salamanca (1994); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015); Constituição Federal do Brasil (1988); Lei nº 14.532/2023: altera a Lei nº 7.716/1989; Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2025); Guia Lilás (Controladoria-Geral da União, 2023).

A Política de Diversidade e Inclusão no IFAM, orientada para ações de inclusão de Ensino, Pesquisa e Extensão, busca ainda a promoção do respeito à diversidade cultural, étnico-racial, linguística, socioeconômica e a diversidade de gênero, sexualidade e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Pauta-se especialmente na Resolução 52 de 02 de junho de 2022, que aprova o Regulamento das Políticas de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

3.3.10.2 Princípios

A Política para Inclusão e Diversidade no IFAM, pauta-se nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições e de equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo;
- II. Reconhecimento e inserção de epistemologias (saberes), cosmovisões, ontologias, pensamentos e culturas nas estratégias de ensino e aprendizagem;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. Avaliação educacional justa e apropriada a cada especificidade;
- V. Articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- VI. Convívio e respeito às diferenças e às diversidades étnicas, culturais, sociais, de crenças, sexuais e outras;
- VII. Promoção e efetivação de uma cultura organizacional inclusiva, reforçando o dever de contribuição individual e coletiva para a vivência em um ambiente inclusivo;
- VIII. Acessibilidade, com a eliminação de barreiras que obstaculizem o acesso, a realização e o progresso acadêmico e profissional;

IX. Igualdade de oportunidades a todos e todas, em conformidade com a justiça social e igualdade perante a lei;

X. Reconhecimento da estética da diversidade, valorizando os diferentes modos de vida, para a transformação social no combate às diversas formas de preconceito, respeitando e valorizando as pluralidades.

Estes princípios basilares orientam as práticas institucionais do IFAM para que este possa ser um ambiente em que se inclua e respeite a diversidade e a defesa dos direitos humanos e das políticas afirmativas.

3.3.10.3 Diretrizes

A Política para Inclusão e Diversidade no IFAM, pauta-se nas seguintes Diretrizes:

I. Desenvolver parcerias e cooperações técnicas com Instituições de ensino e órgãos governamentais a fim de ampliar as possibilidades de acesso e permanência dos educandos oriundos dos grupos de direito das ações afirmativas;

II. Fortalecer os Núcleos ligados à Inclusão e Diversidade nos campi, a fim de garantir a participação efetiva nas discussões e ações institucionais;

III. Garantir que o processo de construção de instrumentos normativos no IFAM, nas diversas modalidades e níveis de ensino, vise tornar a Educação Escolar Inclusiva um projeto articulado, garantindo assim as especificidades dos processos educativos dos grupos minorizados socialmente;

IV. Educação Escolar Indígena: reconhecimento das línguas indígenas como línguas de instrução e valorização dos conhecimentos tradicionais, CF de 1988 e na Resolução CNE/CEB nº 3/1999. Respeitando a dinâmica linguística de cada comunidade e direito ao uso e preservação das línguas maternas, às formas de organização social, política e cultural dos povos indígenas, assegurando sua participação na gestão escolar e na definição dos currículos. Integração dos saberes indígenas e não indígenas no processo educativo, valorizando a pluralidade epistemológica.

V. Especificidade Linguística: Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), conforme estabelecido pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentado pelo

Decreto nº 5.626/2005. Bilingues: Promoção de práticas pedagógicas que garantam o desenvolvimento pleno em Libras e o letramento em Língua Portuguesa, respeitando as particularidades da aquisição linguística da pessoa surda.

VI. Possibilitar formas de ingresso/acesso que garantam o atendimento às necessidades específicas dos variados grupos das ações afirmativas;

VII. Adequar os currículos, práticas pedagógicas, avaliações e espaço físico para a inserção dos educandos no ambiente escolar, visando a sua permanência e êxito;

VIII. Propor e acompanhar o aprimoramento do currículo dos cursos técnicos e superiores e a adoção de metodologias de ensino que valorizem a riqueza de conhecimentos e experiências dos vários grupos das ações afirmativas.

IX. Incentivar e promover o desenvolvimento de atividades e ações pautadas na diversidade e inclusão entre educandos, servidores, colaboradores, de modo a criar uma cultura de trabalho, aprendizado e atendimento que seja inclusivo, ético e baseado no respeito às diferenças.

3.3.10.4 Ações Estruturantes para Inclusão e Diversidade com base nas Políticas Afirmativas.

- Políticas de Acesso com base nas Ações Afirmativas.

Toda a Política de Acesso do IFAM, apresentada no tópico sobre Acesso, Permanência e Êxito, coaduna com a democratização, a inclusão e a diversidade. Porém, repetimos a seguir os fatores da Política de Acesso que possuem relação direta, intrínseca e permanente com as Políticas de Inclusão e Diversidade do IFAM:

a) o respeito e o aprofundamento contínuos do IFAM no atendimento ao programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de educandos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública ou, no caso de acesso a cursos de graduação, em escolas comunitárias do campo conveniadas com o Poder Públicos, conforme estabelecido pela Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pelas Leis n.º 14.723/2023 e 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024, regulamentada pelo Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 11.781, de

2023, e de acordo com a Portaria nº 18/2012 alterada pela Portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023

b) a reserva de vagas em modalidade adicionais destinadas a populações minorizadas, como agricultores familiares, mulheres, população LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, dentre outros, observadas as necessidades e especificidades sociais apresentadas nos contextos sistêmico e locais;

c) a reserva adicional de até 5% para pessoas com deficiência, independentemente de serem egressas de escolas públicas, calculada sobre o total de vagas ofertadas, nos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação, estando a reserva condicionada a parecer pedagógico e de viabilidade financeira;

d) a destinação das vagas para aqueles que de fato possuem direito a elas, por meio da comprovação de atendimento às regras antes da efetivação da matrícula, que deverá envolver mecanismos de verificação de ser egresso de escola pública ou de escolas comunitárias, de possuir baixa renda familiar bruta mensal per capita, de ser PcD, de ser quilombola, de ser indígena e de possuir as características fenotípicas da população preta ou parda, além dos critérios definidos para modalidades adicionais de reservas de vagas;

e) a realização de procedimento de heteroidentificação com todos(as) candidatos(as) convocados(as) por cotas para pretos e pardos, considerando-se tão somente as características fenotípicas dos(as) candidatos(as);

f) o respeito ao nome social;

g) a gratuidade de todos os processos seletivos de ingresso para cursos da modalidade EJA;

h) a simplicidade dos editais, no que for possível, visando à acessibilidade da informação;

i) a divulgação dos editais e suas erratas em versões acessíveis à população surda.

- Educação Inclusiva com foco na diversidade de gênero, diversidade sexual e suas interseccionalidades.

As políticas de ação afirmativa para educação inclusiva com foco na diversidade sexual e de gênero no IFAM, estão pautadas em princípios e diretrizes

que visam contribuir para a inclusão social, por meio do enfrentamento a práticas discriminatórias de gênero, raça e orientação sexual, estando em conformidade com o Artº 3º, Inciso IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que nos esclarece que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

As ações voltadas para inclusão da diversidade racial, sexual e de gênero buscam garantir o desenvolvimento de práticas político-pedagógicas alinhadas à Declaração Universal do Direitos Humanos, assim como ao atendimento às Leis 10.639/2003 e 11.645/08. Dessa forma, tais ações estão pautadas no enfrentamento ao racismo, sexismo, homofobia e formas correlatas de preconceito.

As diretrizes para educação inclusiva com foco na diversidade sexual, racial e de gênero apontam para o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos que perpassem todo o currículo em todos os níveis de ensino, orientando também para a construção de um trabalho coletivo e articulado entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada. Nesse sentido, a educação para a inclusão racial, sexual e de gênero no IFAM, busca-se assegurar o respeito à diversidade e a valorização das diferenças.

- Educação Inclusiva com foco na educação do campo, das águas e das florestas.

A oferta de uma educação voltada à Educação do campo, das águas e das florestas no âmbito do IFAM busca a garantia desta modalidade desde a educação básica ao ensino superior para as populações do campo, em colaboração com os municípios, e, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e de acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Vale destacar que o reconhecimento dos saberes locais tem sido o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades nessas comunidades, possibilitando uma educação contextualizada e significativa. Nessa perspectiva é o território da pessoa do campo, das águas e das florestas a sala de aula primeira, onde o saber popular, a cultura e a vida em sociedade são a base primeira da construção do

conhecimento, sobrepondo-se desse modo a um modelo tecnocrático, engessado e que não valoriza os saberes social e culturalmente produzidos.

A formação de professores para a educação do campo, das águas, e das florestas no âmbito do IFAM observará a Política de Educação do Campo e os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto n. 8752 de 09 de maio de 2016 e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

As ações voltadas para a educação do campo devem ainda considerar a Pedagogia da Alternância A Pedagogia da alternância, conforme previsto na LEI Nº 14.767, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, a proposta orientadora da organização e da práxis do processo educacional que desenvolve, considerando dessa forma a realidade dos jovens e adultos trabalhadores, que têm o campo, as florestas e as águas como espaço de vida, trabalho e produção cultural.

O IFAM considera a Pedagogia da Alternância, conforme a LEI Nº 14.767, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, a proposta orientadora da organização e da práxis do processo educacional que desenvolve, considerando dessa forma a realidade dos jovens e adultos trabalhadores, que têm o campo, as florestas e as águas como espaço de vida, trabalho e produção cultural. Entende-se por Pedagogia da Alternância a organização do processo educacional por meio de princípios e instrumentos pedagógicos que se alternam e se articulam integrando escola, família e comunidade, contemplando a necessidade de interação entre conhecimento científico e o saber do homem do campo, das águas e das florestas.

- Educação Inclusiva com foco na educação escolar indígena

A Educação Escolar Indígena no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) se estrutura com base em princípios e diretrizes que visam garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos indígenas na educação profissional e tecnológica, respeitando sua diversidade cultural e seus processos próprios de aprendizagem. Alinhada à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa modalidade de ensino se destaca por seu caráter diferenciado, intercultural e bilíngue, reconhecendo a importância da valorização das línguas e culturas indígenas.

As diretrizes para a Educação Escolar Indígena no IFAM orientam a construção de projetos pedagógicos específicos, que considerem as necessidades e especificidades dos povos indígenas. A questão da língua materna/paterna é central, com a oferta de cursos bilíngues. Os componentes curriculares devem dialogar com a realidade do povo indígena a que se destina o curso, e a produção de material didático precisa respeitar a diversidade e as tradições de cada comunidade.

A formação de profissionais indígenas é um eixo fundamental nesse processo. A organização curricular dos cursos é continuamente avaliada, considerando a formação de profissionais para a vida social presente e futura de suas comunidades. Há, ainda, investimento na formação de servidores, especialmente professores, por meio de cursos de pós-graduação, congressos, minicursos, oficinas e parcerias interinstitucionais, incentivando a formação continuada de professores indígenas. A articulação entre os povos indígenas e/ou suas representações e o IFAM se dá com a mediação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) de cada campus e do Núcleo Geral de Educação Escolar Indígena (NUGEEI) vinculado ao DAA/DBS/PROEN/Reitoria, assegurando a participação e o diálogo intercultural na construção e implementação da educação escolar indígena.

- Educação Inclusiva com foco na educação para imigrantes e refugiados

Outro aspecto da educação inclusiva no IFAM é o reconhecimento da diversidade cultural e na promoção da equidade no acesso, permanência e sucesso escolar para educandos imigrantes e refugiados. Reconhecendo os desafios enfrentados por essas populações, como barreiras linguísticas, culturais e sociais, o IFAM adota como princípio a construção de um ambiente acolhedor e respeitoso, que valorize os diferentes saberes e experiências trazidos por esses grupos. As diretrizes institucionais incluem o fortalecimento de políticas afirmativas que assegurem condições igualitárias de ingresso e permanência nos cursos, priorizando a criação de estratégias que minimizem as desigualdades de oportunidades e promovam a inclusão plena desses educandos na comunidade acadêmica.

Nesse sentido, o IFAM busca implementar ações interdisciplinares e interculturais, que conectem o currículo pedagógico às realidades sociais dos imigrantes e refugiados. Um dos eixos fundamentais é a oferta de programas específicos de ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, considerando as

particularidades de cada grupo linguístico e cultural, para promover a comunicação e integração dos educandos. Além disso, o IFAM busca articular parcerias com organizações sociais, instituições públicas e organismos internacionais que atuem no apoio a migrantes, visando não apenas atender às necessidades educacionais, mas também às demandas psicossociais e econômicas que garantam uma formação integral e inclusiva.

Por fim, as políticas afirmativas no IFAM buscam a criação de espaços de diálogo e participação ativa de imigrantes e refugiados na construção das práticas pedagógicas da instituição. Esses espaços permitem a escuta das necessidades e demandas desses educandos, assegurando que as políticas sejam continuamente aprimoradas e alinhadas aos princípios de justiça social e direitos humanos.

- Educação inclusiva com foco na educação prisional.

Outro aspecto contemplado na educação inclusiva no IFAM é a educação prisional, que deve ser norteadas pelos princípios da dignidade humana, justiça social e equidade, assegurando às pessoas privadas de liberdade o direito à educação como ferramenta de transformação pessoal e reintegração social. Reconhecendo as particularidades desse público, o IFAM assume o compromisso de promover um ensino inclusivo e qualificado, que atenda às especificidades do contexto prisional e respeite as diretrizes da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). A inclusão educacional dos privados de liberdade e egressos do sistema penal deve garantir acesso a programas de qualificação profissional, além de fomentar uma formação cidadã que contribua para sua ressocialização.

A oferta de educação prisional no IFAM deve ser estruturada de maneira a superar os desafios específicos do ambiente prisional, como a restrição de recursos tecnológicos e a rotatividade dos internos, por meio de metodologias flexíveis e adequadas ao contexto. Nesse sentido, as diretrizes incluem o desenvolvimento de currículos adaptados que contemplem não apenas conteúdos acadêmicos e profissionais, mas também habilidades socioemocionais, contribuindo para a construção de um projeto de vida digno e autônomo para os educandos em privação de liberdade. É fundamental, ainda, priorizar a formação continuada de docentes e técnicos, capacitando-os para atuar com sensibilidade e competência nesse cenário

desafiador e garantindo que a prática pedagógica seja respeitosa, ética e transformadora.

Além disso, o IFAM deve buscar parcerias estratégicas com o sistema de justiça, organizações da sociedade civil e órgãos de gestão prisional para assegurar a implementação de ações efetivas e integradas. Essas parcerias podem viabilizar o fornecimento de materiais didáticos, a ampliação do acesso às tecnologias educacionais e o fortalecimento de políticas afirmativas específicas para a educação prisional. Por fim, é essencial monitorar e avaliar continuamente as iniciativas no âmbito da educação prisional, identificando oportunidades de melhoria e garantindo que o IFAM contribua para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a educação seja reconhecida como um direito universal e uma ferramenta de transformação social.

- Educação inclusiva com foco na educação de jovens e adultos integrada à EPT.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 208, que assegura a educação básica gratuita para todos aqueles que precisaram conciliar estudos com outras circunstâncias da vida. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, no artigo 37, “[a] Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade adequada e servirá como instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996).

Além da oferta, o Estado deve assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos da EJA na escola por meio de ações integradas e complementares, adaptadas às necessidades dos educandos. A Lei 11.892/2008 estabelece que a EJA deve ser interligada à Educação Profissional. Dois decretos fundamentais apoiam a implementação dessas diretrizes: o Decreto nº 5.154/2004, que promove a articulação dos cursos de EJA visando à qualificação para o trabalho e ao aumento do nível de escolaridade do trabalhador; e o Decreto nº 5.840/2006, que determina que as Instituições Federais de Educação Profissional devem reservar, no mínimo, 10% das vagas disponíveis para cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade EJA – PROEJA.

Conforme esse último decreto, o PROEJA abrange tanto a formação inicial e continuada quanto a formação profissional técnica. No primeiro caso, pode ser integrada ou concomitante ao ensino fundamental ou médio, visando a elevação de escolaridade; no segundo caso, pode ser integrada ou concomitante apenas ao ensino médio. De acordo com a Lei nº 11.892, em seu artigo 7º, a educação profissional técnica de nível médio deve ser oferecida, prioritariamente, na forma de cursos integrados, tanto para concluintes do ensino fundamental quanto para o público da EJA. Outro documento relevante é a Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (2014-2024), que, em sua Meta 10, estabelece que pelo menos 25% das matrículas da EJA nos Ensinos Fundamental e Médio devem ser integradas à Educação Profissional (Brasil, 2014). Com base no arcabouço legal previamente descrito, a oferta da EJA-EPT (PROEJA) deve se alicerçar nos seguintes princípios:

- Superação das desigualdades sociais, manifestada por uma educação que respeite a dignidade humana em todas as suas dimensões, observando as diferenças expressas por marcadores sociais como territorialidade, gênero, etnicidade, orientação sexual, entre outros.
- A Educação Básica como um direito de todos, devendo ser garantida por meio da oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade social, que promova a elevação da escolaridade, entendendo-a como um exercício de cidadania para jovens, adultos e idosos.
- Formação humana integral, que se baseia na indissociabilidade entre educação e prática social, promovendo o desenvolvimento dos indivíduos em todas as dimensões de sua existência sócio-histórica, ético-política, estética e afetiva.
- Integração Curricular entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica, culminando em um Currículo Integrado que operacionaliza o projeto pedagógico de formação humana integral. Este currículo é formado pela seleção, organização, recontextualização e tradução didático-pedagógica de conhecimentos que possibilitam uma compreensão crítica, criativa e solidária da realidade, superando a fragmentação dos saberes e a separação entre teoria e prática, trabalho intelectual e manual, e entre formação geral e profissional.
- Trabalho como princípio educativo, entendido como a primeira mediação entre os seres humanos e a realidade material e social, além de um fundamento estruturante do currículo. Isso permite ao educando enxergar, no trabalho, seu sentido

ontológico e histórico, como uma fonte de conhecimento sobre si e sobre o mundo, promovendo a transformação da realidade através da integração entre ciência, tecnologia e cultura, que são dimensões inseparáveis da formação humana integral.

- Incorporação dos saberes e experiências dos educandos nos currículos, considerando jovens, adultos e idosos como sujeitos históricos, a partir da pluralidade de conhecimentos previamente construídos além dos espaços formais de aprendizagem. Esses conhecimentos devem ser sistematizados e socializados nos currículos, conectando-se com os saberes da formação básica e profissional.

Dessa forma, a EJA-EPT (PROEJA) se estabelece dentro de uma relação mais ampla que abrange a luta pelo direito à educação, o reconhecimento legal como uma modalidade de ensino, e a necessidade de sua efetiva inclusão e manutenção no contexto das ofertas da rede federal, além da consolidação de projetos pedagógicos e institucionais que considerem os tempos, espaços e realidades concretas dos sujeitos da EJA.

- Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades educacionais específicas.

A educação inclusiva, alicerçada em legislações e diretrizes como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, busca garantir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas, incluindo aquelas com necessidades específicas. No âmbito do IFAM, essa concepção norteia ações que visam assegurar igualdade de condições no acesso, permanência e êxito dos educandos, promovendo a transversalidade da educação especial desde a educação básica até o ensino superior objetivando promover, acessibilidade, formação docente especializada e estratégias pedagógicas que respeitem as necessidades educacionais específicas – NEE de cada educando.

Podemos afiançar que a visão da educação inclusiva no IFAM se fundamenta em uma educação de qualidade para todos, com ênfase no reconhecimento e na valorização das diferenças, sendo assim requer um olhar reflexivo sobre as práticas educativas e políticas de atendimento ao educando visando desenvolver ações que melhorem as condições de aprendizagem e, por conseguinte, contribuam com a

inclusão de todos(as) no processo educativo, seguindo os termos das legislações vigentes, a saber:

- Lei nº. 10.048 de 08 de novembro de 2000;
- Decreto nº. 5.296 de 02 dezembro de 2004;
- ABNT NBR 9050/2015 e na ABNT NBR 16537/2016 - Estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias, espaços e serviços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, com prazos determinados para seu cumprimento e implementação;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394/1996 - Garante igualdade de acesso e permanência no ensino para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - 2008 - Orienta a integração de alunos com deficiência ao ambiente escolar regular, com as adaptações necessárias.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008 - Prevê a inclusão da Educação Infantil ao Ensino Superior.
- Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Reconhecem como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados;
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 - Assegura direitos e garantias aos alunos com deficiência, promovendo inclusão educacional e respeito à dignidade.
- Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
- Resolução Nº 052/CONSUP/IFAM (2022) - Aprova o Regulamento das Políticas de Ações Afirmativas, promovendo equidade e inclusão.
- Resolução Nº 31 - CONSUP/IFAM (2018) - Estabelece o Regulamento do Procedimento para Atendimento de Alunos com Deficiência, detalhando processos para um atendimento adequado.

- Resolução No 017/CONSUP/IFAM (2024): Reformula o Regimento Interno da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A concepção de políticas para promoção da inclusão e diversidade se fundamenta em dispositivos norteadores, como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990);
- Constituição Federal de 1988, Art. 208, Inciso III;
- Decreto nº 914 de 06/09/93;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, Art. 59, Incisos IV e V;
- Decreto nº 3298 de 20/12/99;
- Lei de Libras 10.436 de 24 de abril de 2002;
- Decreto nº 5296 de 02/12/2004;
- Decreto nº 5626 de 22/12/2005;
- Parecer CNE/CEB nº 7/2010 (DCN);
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011;
- Lei nº 13.005/2014 (PNE);
- Lei nº 13.146/2015;
- Nota Técnica nº 35/2016/DPEE/SECADI/SECADI.

Faz-se necessário observar também a Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial, devendo haver ações de construção de políticas de atendimento específicos alcançando crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem; bem como no atendimento às crianças que vivem nas ruas, em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os educandos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à

educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores (as) para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, em 2002 foram criados no IFAM os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Atualmente, através da Portaria nº 44, de 21 de Janeiro de 2022, tornou-se Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE).

Desta forma, todos os campi do IFAM contam com o apoio da CAPNE tendo como base as orientações que estão na Resolução Nº 017/CONSUP/IFAM, de 28 de fevereiro de 2024 - Regimento Interno da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – CAPNE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Os princípios norteadores da Política da Diversidade e Inclusão do IFAM estão em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva:

- Direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- Igualdade de condições e de equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo;
- Identidade cultural e linguística específica reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais, cultura surda, indígenas e afro-brasileira;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as culturas, os pensamentos, os saberes, as artes, os esportes e as práticas do lazer;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Avaliação educacional justa e apropriada a cada especificidade;

- Redução de barreiras atitudinais e conceituais;
- Respeito à liberdade.
- Universalização da educação inclusiva.
- Garantia dos valores éticos e humanísticos;
- Articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Convívio e respeito às diferenças e às diversidades étnicas, culturais, sociais, de crenças, sexuais e outras.

As políticas para inclusão e diversidade do IFAM têm como diretrizes:

- A aplicabilidade dos recursos financeiros garantidos no orçamento de custeio anual de cada campus do IFAM;
- A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;
- O fortalecimento e reconhecimento das CAPNEs nos campi com investimentos e estrutura institucionalizada, para a realização do acompanhamento dos educandos.
- O desenvolvimento de estratégias de parceria entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não governamental;
- A articulação e mediação entre a sala de aula e o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, adaptações pedagógicas a rede de assistência e a família;
- Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no âmbito do IFAM;
- Capacitação de professores (as) em todos os campi com especialização adequada em nível técnico ou superior, para atendimento especializado, bem como professores (as) do ensino regular capacitados para realizar a inclusão desses educandos nas classes regulares;
- Fortalecimento dos Núcleos de Inclusão e Diversidade dos campi, garantindo a participação efetiva nas discussões e ações institucionais voltadas às políticas de inclusão e diversidade.
- Implementação da acessibilidade arquitetônica, metodológica e instrumental;

- Oferta de disciplina optativa “Acessibilidade” que abrange (diversidade, desenho universal, educação inclusiva) para os cursos de tecnologia e bacharelados;
- Requisição de recursos assistivos que atendam às diversas especificidades dos educandos para uso nas diversas áreas do conhecimento na instituição;
- Instituição do Componente Curricular “Libras” no Ensino Médio, assim como o espanhol, visualizando-se uma possível educação bilíngue no Instituto e promoção de acessibilidade comunicacional;
- Adoção de mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua por parte de surdos e indígenas, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- Orientação para que o processo de construção de instrumentos normativos do IFAM nas diversas modalidades e níveis de ensino vise tornar a Educação Escolar Indígena, um projeto articulado, garantindo assim as especificidades dos processos educativos indígenas;
- Garantia de que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das ofertas de ensino à comunidade surda com a língua de sinais e aos povos indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- Promoção de cursos de formação de professores (as) para: Ensino e uso da Libras; Tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; Ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- Garantia das formas de ingresso diferenciadas para educandos com necessidades educacionais especiais;
- Incentivo a pesquisas por meio de editais, linhas e bolsas com o foco em acessibilidade e novas tecnologias de informação e comunicação, recursos didáticos para apoiar a educação de educandos surdos ou com deficiência auditiva e tecnologia assistiva;
- Apoio ao uso e a difusão de Libras entre professores (as), educandos, servidores, direção e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;
- Mediação do estágio curricular dos educandos integrantes da categoria com as respectivas empresas do mercado de trabalho.

- Adequação dos currículos, práticas pedagógicas, avaliações e espaço físico para a inserção dos educandos no ambiente escolar, visando a sua permanência e êxito.

Ações da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE)

A CAPNE é responsável por oferecer suporte às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. As Necessidades Educacionais Específicas são condições/situações temporárias ou permanentes que dificultam a aprendizagem de determinado aluno. Sob esse prisma vem desenvolvendo diversas ações que venham fortalecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas de cada campus;

- Realização de formação para servidores de acordo com as demandas apresentadas pelos campi;
- Ofertas de cursos de libras;
- Palestras sobre o PEI (Plano Educacional Individualizado);
- Palestras e oficinas mostrando os desafios dos deficientes visuais no âmbito escolar;
- Palestra sobre inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação;
- Curso de capacitação para os coordenadores da CAPNE de 180 horas, onde os mesmos têm a oportunidade de participar com questões teóricas e práticas, com profissionais qualificados, compartilhando suas experiências no atendimento educacional especializado;
- Aquisição de materiais para tecnologias assistivas;
- Contratações de profissionais capacitados através de empresas terceirizadas;
- Reuniões periódicas com os coordenadores locais;
- Reuniões com os coordenadores de cursos quando necessário, para tratar de assuntos relacionados à inclusão e/ou acessibilidade;
- Boletim informativo aos coordenadores de curso sobre o ingresso de educandos com deficiência ou que estejam em acompanhamento.

O IFAM almeja consolidar um sistema educacional inclusivo que articule educação, trabalho e práticas sociais, garantindo que todos os educandos tenham acesso a oportunidades equitativas. Para tanto, busca-se não apenas a eliminação de barreiras físicas e atitudinais, mas também o fortalecimento de uma cultura institucional que respeite as diferenças, promova a inclusão e valorize a identidade cultural e linguística de seus educandos. Com isso, o IFAM reafirma sua missão de formar cidadãos críticos e autônomos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.3.11 Políticas do Sistema Integrado de Bibliotecas

3.3.11.1 Sistema Integrado de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação do Amazonas (SIBi-IFAM) foi instituído pela Resolução nº 31 CONSUP/IFAM, em 23 de junho de 2017, com a missão de fortalecer, padronizar e modernizar os serviços bibliotecários em todos os campi do IFAM. Assim, ao unificar diretrizes e incentivar o compartilhamento de recursos, o SIBi-IFAM potencializa o suporte à comunidade acadêmica e amplia o acesso à informação científica e tecnológica.

A estrutura do SIBi-IFAM compreende o Comitê de Bibliotecas, a Coordenação Geral do SIBi, as bibliotecas dos campi e as Comissões de Estudos e Trabalhos Temáticos (CETTs), que atuam estrategicamente na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do sistema.

Cada campus possui uma biblioteca voltada ao atendimento de servidores, educandos e pesquisadores, além da comunidade externa, sempre que possível.

Bibliotecas do SIBi-IFAM:

1. Biblioteca Amélia de Souza Leal – Campus Manaus Zona Leste
2. Biblioteca Doroti Alice Muller Schwade – Campus Presidente Figueiredo
3. Biblioteca Paulo Sarmento – Campus Manaus Centro
4. Biblioteca Prof. Manoel Correia Lima – Campus São Gabriel da Cachoeira
5. Biblioteca Prof. Frederico Wilhelm Kempter Filho – Campus Manaus Distrito Industrial

6. Biblioteca Profa. Francisca Vera de Matos – Campus Manacapuru

7. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro – Campus Tabatinga
8. Biblioteca Moacir de Andrade – Campus Itacoatiara
9. Biblioteca do Campus Coari
10. Biblioteca do Campus Maués
11. Biblioteca do Campus Lábrea
12. Biblioteca do Campus Parintins
13. Biblioteca do Campus Tefé
14. Biblioteca do Campus Humaitá
15. Biblioteca do Campus Eirunepé
16. Biblioteca do Campus Iranduba
17. Biblioteca do Campus Avançado de Boca do Acre

As diretrizes que norteiam o funcionamento do SIBi-IFAM estão formalizadas em documentos institucionais, como o Regimento do SIBi-IFAM e a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, garantindo a atualização permanente dos serviços para atender as crescentes demandas acadêmicas e científicas.

São documentos norteadores no SIBi:

- Resolução Nº 034/CONSUP/IFAM, DE 10 DE MAIO DE 2024, que aprova a revisão do Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Resolução Nº 033/CONSUP/IFAM, DE 10 DE MAIO DE 2024. Aprova a revisão do Regulamento Interno das Bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, instituída pela Nota Técnica Nº 01 PROEN/IFAM, de 13/12/2018;
- Política de Informação Técnica e Científica do Repositório Institucional, aprovada pela Resolução N º 62 CONSUP/IFAM, de 13/11/2017;
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu, aprovado pela Resolução Nº 43 CONSUP/IFAM, de 22/08/2017.
- Manual do Trabalhos de Conclusão de Curso.

A estrutura organizacional das Bibliotecas do IFAM, acolhidas no regimento do SIBi, comportam seis seções:

1. Seção de Seleção e Aquisição

2. Seção de Processamento Técnico
3. Seção de Referência e Circulação
4. Seção de Repositório Institucional
5. Seção de Acervos Digitais e Periódicos

3.3.11.2 Acervo Físico e Virtual

As bibliotecas do SIBi-IFAM desempenham um papel estratégico no suporte ao ensino, pesquisa e extensão, oferecendo um vasto acervo físico e digital. A gestão dessas coleções segue padrões rigorosos, assegurando sua adequação às necessidades acadêmicas e à evolução dos cursos e programas do IFAM.

É importante citar que, conforme capítulo V, art. 20 do regimento interno das bibliotecas, a formação e desenvolvimento dos acervos são estabelecidas por um documento norteador, a Nota Técnica nº 01 – PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018. É indicado ainda neste documento, § 1º, que cada Campus do IFAM deve destinar anualmente à(s) biblioteca(s), dotação orçamentária para fins de ampliação do acervo e melhoramento de mobiliário, conforme previsão no PDI.

No que se refere ao acervo físico e virtual das bibliotecas do SIBi-IFAM, eles estão descritos no item 10.1 do Plano de Desenvolvimento Institucional.

3.3.11.3 Estrutura e serviços oferecidos

As bibliotecas do IFAM e servidores que nelas atuam, visam servir como instrumento pedagógico e organismo social presente no processo educativo, para tanto são planejadas para atender os usuários desde a pesquisa de cunho escolar à pesquisa técnica e científica, além de procurar acolher os desejos de lazer e ampliação cultural de seus usuários. Recursos multimídia e de acessibilidade estão sendo implantados gradativamente nas bibliotecas. Processos de automação e segurança do acervo estão sendo realizados conforme disponibilização de recursos.

Conforme previsto no capítulo IV, Art.17º do Regulamento Interno das Bibliotecas, os serviços oferecidos são:

I. acesso a fontes de informação diversificadas que respaldem as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e de lazer;

- II. empréstimo/devolução e renovação de recursos informacionais;
- III. consulta ao acervo, reserva de obras e solicitação de empréstimo entre bibliotecas do IFAM de forma online com acesso disponível no site da biblioteca;
- IV. acesso individualizado online ao usuário cadastrado para realização de renovações, reservas, consultas referentes a seus empréstimos e débitos;
- V. computadores para consulta ao acervo e para pesquisa na Internet;
- VI. acesso à Internet via Wi-Fi (wireless);
- VII. orientação para o acesso e o uso dos recursos informacionais disponíveis;
- VIII. orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT;
- IX. treinamentos para capacitação de usuários para o uso de recursos informacionais;
- X. levantamento bibliográfico;
- XI. visitas orientadas (com prévio agendamento na biblioteca);
- XII. elaboração de ficha catalográfica de produtos editoriais do IFAM e da Produção acadêmica via online;
- XIII. guarda-volumes para a instituição que adota esse tipo de serviço;
- XIV. serviço de alerta sobre novas aquisições;
- XV. disseminação seletiva da informação; e
- XVI. disponibilização de espaço físico para a realização de exposições e eventos culturais, quando possível.
- XVII. orientações sobre normas de comportamento no âmbito da biblioteca.

Dentro desta panorâmica, o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFAM investe no aprimoramento de diretrizes e ações, visando promover o desenvolvimento das bibliotecas e colaborar para a consolidação da missão da Instituição de promover educação de excelência, viabilizando a ciência e a tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Capítulo 4

ESTRUTURA E OFERTA DE CURSOS

4 ESTRUTURA E OFERTA DE CURSOS

Cronograma de implantação e desenvolvimento da IES e de cada um de seus cursos, com especificação dos formatos de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de Polos EaD (Art. 21, Inciso III, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017, redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

4.1 PLANEJAMENTO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, conforme o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

O IFAM planeja e seleciona os cursos a serem ofertados, com base nos arranjos produtivos locais, sociais e culturais dos municípios. Assim, são oferecidos à sociedade os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas: Integrada, Concomitante e Subsequente e Especializações Técnicas de Nível Médio, cursos de Graduação envolvendo as Tecnologias, Licenciaturas e Bacharelados e Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Estima-se para os próximos 05 (cinco) anos a oferta dos cursos, conforme a projeção no ANEXO II.

4.2 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

4.2.1 Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os Estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior. O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

Quadro 74 - Ofertas de Cursos – PARFOR

Licenciatura	para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula.
Segunda Licenciatura	para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica.
Formação pedagógica	para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

Fonte: elaborado pelo Comitê do PDI, com base nas informações da PROEN (2025)

O objetivo do PARFOR é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Capítulo 5

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-
PEDAGÓGICA

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Organização didático-pedagógica da IES, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para a oferta de cursos presenciais, Polos EaD, articulação entre os formatos de oferta presencial, semipresencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos (Art. 21, Inciso IV, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017, redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

5.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

O IFAM, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica e tem como sede para fins da legislação educacional (Artigo 1º Portaria do IFAM Nº 373/2009).

O IFAM é uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e com 17 campi distribuídos pelo Estado do Amazonas e mais 02 em processo de implantação, sendo 03 unidades localizadas na capital e as demais distribuídas pelo interior do estado. As ofertas educacionais do IFAM são desenvolvidas por meio da formação inicial e continuada de jovens, adultos e trabalhadores no âmbito da Educação Básica, da Educação Profissional e Tecnológica, do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação e nas diversas modalidades da Educação vigentes (Artigo 9º Resolução nº 94/2015).

Os Projetos Pedagógicos de Cursos da Educação Profissional são elaborados atendendo a todos os requisitos da legislação vigente e submetido ao CONSEPE, e posteriormente, ao Conselho Superior para a aprovação. Estes projetos são compostos dos seguintes elementos (Resolução CNE/CEB nº 01/2021).

- a) Identificação do Curso;
- b) Justificativas e Objetivos;

- c) Requisitos de Acesso;
- d) Perfil profissional de conclusão e perfil profissional de saídas intermediárias e de especializações técnicas, quando previstas;
- e) Organização curricular;
- f) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, mediante avaliação e reconhecimento de competências profissionais constituídas;
- g) Critérios e procedimentos de avaliação de aprendizagem;
- h) infraestrutura física e tecnológica, identificando biblioteca, laboratórios, instalações e equipamentos;
- i) perfil de qualificação dos professores, instrutores e técnico-administrativos;
- j) certificados e diplomas a serem emitidos;
- k) prazo máximo para a integralização do curso; e,
- l) identificação das atividades de estágio supervisionado obrigatório, quando couber.

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores no IFAM incluem a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade e serão ofertados segundo itinerários formativos, com o objetivo de promover desenvolvimento para a vida social e produtiva e em atendimento à demanda do mundo do trabalho.

Articulam-se preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos integrado a à EPT, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, seguindo regulamentação específica sobre a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada.

5.2 CURSOS OFERTADOS

A organização didático-pedagógica do IFAM reflete seu compromisso com a democratização do Ensino, garantindo acesso à educação gratuita e de qualidade para diferentes perfis de alunos; formação profissional alinhada às demandas amazônicas, promovendo desenvolvimento econômico local; inclusão social, proporcionando oportunidades para comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas. Com essa estrutura, o IFAM se destaca como

uma instituição educacional estratégica para o Amazonas, consolidando sua atuação na formação de cidadãos e profissionais qualificados.

Os *Campi* do IFAM oferecem formação em diferentes níveis e modalidades: Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas Integrada, Concomitante, Subsequente e Especialização Técnica de Nível Médio; Cursos Superiores, como Licenciaturas, Tecnólogos e Bacharelados; Pós-Graduação, abrangendo Especializações, Mestrados e Doutorado; Cursos de Extensão e Formação Continuada, destinados à capacitação profissional. Cada curso é estruturado para atender aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o avanço educacional e tecnológico da região amazônica.

5.2.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM

Os cursos de EPTNM são desenvolvidos em articulação com o Ensino Médio, nos termos da legislação em vigor, sendo organizados nas formas descritas no quadro 76:

Quadro 75 - Formas de oferta dos cursos da EPTNM

Integrada	Oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o discente à habilitação profissional técnica de nível médio, com matrícula única para cada discente.
Concomitante	Oferecida paralelamente ao Ensino Médio cursado em outra instituição de ensino pelo mesmo discente, com matrícula distinta daquela realizada no Ensino Médio.
Subsequente	Oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
Especialização Técnica de Nível Médio	Oferecida aos profissionais que já possuem uma formação técnica de nível médio e desejam aprofundar seus conhecimentos em uma área específica.

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI, com base nas informações fornecidas pela PROEN (2025)

5.2.2 Cursos de Formação Inicial e Continuada

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), também denominados Cursos de Qualificação Profissional, representam um conjunto articulado de atividades pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejado para atender demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais,

articulando-se, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho. Esses cursos podem se apresentar de duas formas:

a) *Formação Inicial* – voltado para estudantes que buscam qualificação, possuem carga horária igual ou superior a 160 horas;

b) *Formação Continuada* – voltado para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área, e buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos, possuindo carga horária mínima de 40 horas.

Os FIC no IFAM, por terem uma natureza mais dinâmica, possui seu planejamento de forma anual, realizado pela PROEX em parceria com os campi.

Os FIC podem ser ofertados com recursos próprios, com ou sem parcerias interinstitucionais, como também pode ser ofertado por meio de fomento externo, por meio de políticas públicas, que são fomentadas por meio de convênios, termos de execução descentralizadas, entre outros.

Para além de uma qualificação profissional, os cursos FIC no IFAM são elaborados em parcerias com a comunidade externa, buscando alinhar a formação com as reais necessidades da comunidade buscando uma formação humana integral.

5.2.3 Educação de Jovens e Adultos

O IFAM desenvolve ações educacionais voltadas para a qualificação profissional e elevação da escolaridade de jovens e adultos, buscando promover inclusão social e oportunidades de desenvolvimento, alinhando o currículo do Ensino fundamental, do Ensino Médio à educação profissional técnica de nível médio com as necessidades do mundo do trabalho. Tais ações têm sido desenvolvidas de forma institucional, no âmbito dos programas: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada) e Programa de Bolsa Formação EJA-EPT.

Os cursos têm sido ofertados nas seguintes modalidades:

- Formação Inicial e Continuada - FIC (articulada com o Ensino Fundamental que tem como objetivo principal capacitar jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho e ao mesmo tempo contribuindo para sua formação acadêmica); e,
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio para Jovens e Adultos (currículo integrado, articulando o Ensino Médio e formação técnica e tecnológica).

5.2.4 Educação Indígena

A Educação Escolar e Intercultural Indígena é destinada às comunidades indígenas localizadas nos territórios etnoeducacionais das mesorregiões dos campi do IFAM, respeita as especificidades etnoculturais e visa à valorização plena das diferentes culturas e à afirmação das diversidades étnicas, possuindo regulamentação própria.

A Educação Escolar e Intercultural Indígena no IFAM é um compromisso institucional e fundamental que visa garantir o acesso das comunidades indígenas à educação profissional e tecnológica de qualidade, respeitando suas especificidades etnoculturais e promovendo a valorização das diversidades étnicas presentes nos territórios amazônicos.

O IFAM atua nos territórios etnoeducacionais das mesorregiões, por meio de seus Campi, criando um espaço de diálogo intercultural entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos. Todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos na perspectiva da Educação Escolar Indígena respeitam os princípios de interculturalidade, reconhecendo a pluralidade cultural, linguística e histórica das comunidades indígenas, tendo como objetivo a autonomia educacional, garantia da identidade cultural, inclusão e respeito as especificidades etnoculturais.

5.2.5 Educação do campo, das águas e das Florestas

O IFAM oferta cursos na perspectiva da Educação Profissional do Campo, das Águas e das Florestas, voltados para populações rurais localizadas nas mesorregiões em que se situam os campi do IFAM. Os cursos buscam atender às demandas educacionais à realidade rural, considerando os modos de vida e trabalho no campo,

possibilitando as práticas agroecológicas, a gestão rural e as tecnologias sustentáveis, sendo estes organizados com foco no desenvolvimento sustentável, garantindo que os princípios de preservação ambiental sejam integrados à formação profissional fortalecendo as economias locais. Essa modalidade reafirma o compromisso do IFAM em atender diferentes públicos, promovendo a integração entre educação, trabalho e desenvolvimento sustentável.

5.2.6 Educação Escolar Quilombola

A Educação Escolar Quilombola no IFAM reafirma seu compromisso institucional com a oferta inclusiva e qualificada de EPT, sendo desenvolvida por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), fortalecendo o direito à educação das comunidades quilombolas e promovendo a valorização de suas identidades culturais. Essa iniciativa busca garantir a formação adequada, inclusiva e contextualizada para quilombolas, respeitando seus saberes tradicionais e suas necessidades educacionais específicas.

5.2.7 Educação a Distância

A Educação a Distância caracteriza-se como uma modalidade de atendimento na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de tecnologias da informação e comunicação, em que discentes e docentes desenvolvem atividades educativas em lugares ou tempos diversos entre si, podendo ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação

Todos os seus cursos e programas são organizados mediante metodologias, gestão e avaliação peculiares, com previsão obrigatória de momentos presenciais para: avaliação de discentes; estágios obrigatórios, quando previstos nos Projetos Pedagógicos de Curso; defesa de trabalho de conclusão de curso, quando prevista nos Projetos Pedagógicos de Curso; atividades complementares relacionadas a laboratórios de ensino ou visitas técnicas, quando for o caso.

Na modalidade EaD, a avaliação da aprendizagem do discente para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, mediante: cumprimento das atividades programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); e, realização de exames presenciais e defesa de projeto de conclusão de curso. Sendo os mesmos condicionados à mesma forma de certificação que seus equivalentes na modalidade presencial.

5.2.8 Educação Superior: Graduação e Pós-Graduação

A Educação Superior envolve cursos de Graduação e Pós-Graduação, em níveis e modalidades adequadas aos perfis de atendimento dos campi e segundo os princípios de verticalização e horizontalização do ensino.

5.2.8.1 Cursos de Graduação

Os cursos de graduação consolidam e aprofundam conhecimentos da Educação Básica, insere conteúdo específicos da formação em curso, prepara e aprimora o egresso para estudos avançados em nível de pós-graduação, visando a sua inserção no mundo do trabalho. As principais formas de oferta de cursos de graduação estão descritas no quadro 77.

Quadro 76 - Principais Formas de oferta dos Cursos da Educação Superior

Cursos Superiores de Tecnologia	Possuem graduações de menor duração, de abrangência específica das grandes áreas de formação, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais dos Cursos Tecnológicos.
Licenciatura	Formam profissionais para atuação na Educação Básica — especificamente para o atendimento nas disciplinas que integram o currículo dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, envolvendo, além do exercício da docência, a pesquisa e a extensão.
Bacharelado	Formam profissionais fundamentados na competência teórico-prática, de acordo com o perfil do formando em diferentes áreas de conhecimento e aptos para inserção e atuação em setores profissionais, atendendo às demandas da sociedade.

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI.

Atualmente, o IFAM oferta os cursos de Graduação descritos no quadro 79, os quais são abertos a candidatos que tenham concluído a última etapa da Educação Básica e classificados em processo seletivo.

Quadro 77 - Cursos de Graduação ofertados pelo IFAM

Tecnologia	Licenciatura	Bacharelado
Alimentos	Ciências Biológicas	Engenharia Civil
Agroecologia	Física	Engenharia Mecânica
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Matemática	Engenharia de Controle e Automação
Logística	Química	Engenharia de Software
Mecatrônica Industrial	Pedagogia	Engenharia de Aquicultura
Processos Químicos	Ciências Agrárias	Engenharia da Computação
Produção Publicitária		Ciência da Computação
Sistema de Telecomunicações		Medicina Veterinária
Eletrônica Industrial		Administração
Processos Gerenciais		
Gestão Comercial		

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI, com base nas Informações fornecidas pela PROEN (2025).

Os cursos de graduação do IFAM atendem a política nacional e prevê em seus cursos que, no mínimo 10% da carga horária total dos cursos, sejam desenvolvidos na forma extensão. A inserção curricular da extensão representa uma maior interação dialógica entre instituições e comunidade possibilitando o diálogo entre saberes e conhecimentos, uma formação humana integral e omnilateral, o que reforça uma formação que transcende os espaços formais de ensino, focado não apenas para o ensino de técnicas, mas também para o seu compromisso social e inserção do estudante nos diversos territórios.

5.2.8.2 Pós-graduação

A Pós-graduação no IFAM tem como objetivo formar profissionais altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento, promovendo a produção científica, a inovação tecnológica, a disseminação de saberes, o desenvolvimento de pesquisa e a docência no ensino superior. Para isso, está estruturada em programas Lato Sensu (Especialização) e Stricto Sensu (Mestrados Acadêmicos, Mestrados Profissionais e Doutorado profissionais), organizados em áreas de concentração e

linhas de pesquisa específicas. A gestão da Pós-Graduação segue regulamentações definidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI).

5.3 PERFIL DO EGRESSO

A missão do IFAM e a finalidade de seus cursos tem como objetivo formar profissionais competentes tecnicamente para o domínio teórico-prático, em conformidade com a legislação educacional, de modo a oportunizar a construção de saberes e tecnologias necessários à sociedade, integrando trabalho, ciência, cultura e tecnologia, projetando-se o seguinte perfil profissional para o egresso de seus cursos:

Quadro 78 - Descrição do Perfil do Egresso

Formação Humanística	Formação de cunho humanístico, interdisciplinar e crítico, unindo ao conhecimento de cunho generalista o conhecimento científico e técnico com o aprofundamento necessário à boa formação geral e à potencialização para o exercício futuro de atividades acadêmicas ou da carreira.
Visão Sistêmica	Atitude de compreensão dos fatos sociais, dos contextos e das conjunturas, em decorrência de uma pedagogia que se estrutura a partir da visão universalizada dos fenômenos e da atualização de informações, bem como a convicção de que, na sua hierarquia, domina o referencial da dignidade humana; ou seja, alia o senso ético-profissional à responsabilidade social.
Conhecimento Técnico	Preparação técnica que capacite o aluno a conhecer os fundamentos históricos e a evolução do conhecimento sócio-político e cultural; capacidade de selecionar, com coerência e efetividade, os meios, os processos e recursos inerentes à sua habilitação profissional, para aplicar solução eficaz e justa aos casos que lhe sejam submetidos.
Capacidade de Comunicar	Capacidade de atuar com desenvoltura na comunicação com profissionais de áreas conexas e afins, contribuindo para a solução de problemas, comportamentos participativos na vida social, que contribuam à melhoria da vida em geral.
Criatividade	Criatividade na busca de alternativas para situações problemáticas, de forma preventiva ou quando os problemas demandam interveniência, conquistando espaços nos quais possa concorrer à melhoria das condições vigentes na vida social.
Conhecimento de Tecnologias	Saber buscar as mais modernas tecnologias de informação e de comunicação e do uso de ferramentas de alta tecnologia para acesso e disseminação de informações de última geração e exercício ágil da profissão.
Conhecimento Interdisciplinares e Transdisciplinares	Compreensão do caráter interdisciplinar e/ou transdisciplinar que integra as diversas atividades do Curso e do exercício multiprofissional, cada vez mais presente no encaminhamento de soluções de problemas concretos, especialmente aquela voltada para a gestão do desenvolvimento sustentável urbano e rural.
Pesquisador	Abertura para a promoção de investigações permanentes em todas as suas aplicações no âmbito das políticas sociais, ambientais, tecnológicas e inovação dos conceitos em geral, capacidade de dar encaminhamento prático e de permanentemente ser capaz de teorizar essa prática, dando-lhe um conteúdo crítico e transformador.

Capacidade de Gerir o aprendizado continuamente	Disposição para a capacitação e qualificação continuada, com a consciência de que uma carreira profissional é sempre uma trajetória social e, por isso, deverá acompanhar as constantes transformações das sociedades global, regional e local.
Comprometido com a realidade social	o IFAM, têm como objetivo formar profissionais comprometidos com a realidade social. Através do ensino, da pesquisa e da extensão articulados com os desafios concretos dos territórios onde atuam, busca-se desenvolver uma formação que transcenda o domínio técnico e promova uma visão crítica e transformadora. Dessa forma, o egresso será capaz de utilizar suas habilidades técnicas, científicas e humanas para provocar mudanças positivas na sociedade. A formação está pautada no compromisso com a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade, contribuindo ativamente para a construção de um mundo mais inclusivo, democrático e equitativo. O profissional formado pelo IFAM será, portanto, um agente de transformação, preparado para enfrentar os desafios contemporâneos, respeitando os saberes locais e interagindo com as demandas sociais e econômicas da sua comunidade.

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI.

O IFAM, enquanto instituição pública de ensino, deve atender ao princípio da supremacia do interesse público o que significa que é dever do Instituto valorizar o ser humano, oferecendo educação de excelência, capaz de formar profissionais qualificados e capacitados a atuarem em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Desta forma, o acompanhamento do Egresso, quanto a sua inserção e permanência no mercado é utilizado como mecanismo de avaliação dos processos do IFAM e das necessidades do Mundo de Trabalho, bem como das necessidades do Egresso.

Capítulo 6

PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6 A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso (Art. 21, Inciso V do Decreto nº 9.235/2017).

6.1 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

As políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica do IFAM se constituem como parte de um processo educativo e de uma atividade indissociável, juntamente com o ensino e a extensão, para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, e têm sua aplicação na extensão tecnológica e na sociedade de maneira geral, visando ao desenvolvimento social, ao incentivo e à promoção do desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento, com a iniciativa privada e com demais Instituições de Ciência e Tecnologia.

A pesquisa científica e a inovação tecnológica são realizadas por todas as unidades do IFAM, utilizando um quadro profissional composto por graduados, especialistas, mestres e doutores. Além disso, envolvem a iniciação na pesquisa de estudantes de diversas modalidades de ensino, configurando-se como o caminho para a geração de conhecimento e soluções tecnológicas. O IFAM atua tanto na pesquisa básica quanto na aplicada, com prioridade para esta última, levando em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade e do setor produtivo, articulando as pesquisas com os arranjos produtivos locais.

As diretrizes de pesquisa e inovação tecnológica do IFAM têm como objetivos:

a. Estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, agregando valor a conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade.

b. Promover a difusão de conhecimentos e tecnologias por meio dos cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação, fortalecendo a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

c. Melhorar continuamente os fluxos dos projetos de pesquisa e fortalecer as coordenações específicas de pesquisa e pós-graduação, especialmente nos campi mais novos.

d. Incentivar a criação e consolidação de novos grupos de pesquisa e a interação com a iniciativa privada para pesquisa, desenvolvimento e geração de tecnologia.

Os grupos de pesquisa são a base estrutural e institucional onde servidores, estudantes e colaboradores se organizam e engajam em atividades de pesquisa, sob a liderança de um servidor pesquisador. Eles têm um papel estratégico ao explorar as especificidades regionais, como a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados, a biotecnologia, a sustentabilidade ambiental e a valorização dos recursos naturais da Amazônia. Por meio dos grupos de pesquisa do IFAM, estimula-se a otimização dos recursos humanos, laboratórios, instalações e equipamentos disponíveis na instituição. Esses grupos desempenham um papel central na consolidação da produção científica, na formação de recursos humanos qualificados e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendem às demandas socioeconômicas e ambientais da região, reforçando o compromisso da instituição com o avanço científico e o impacto social sustentável.

Para alavancar a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica, é essencial a capacidade de articulação do IFAM com outras organizações, instituições de ensino e empresas. Em parceria, é possível somar esforços e revelar novas potencialidades. Assim, torna-se imperativo:

a) Consolidar a pesquisa e a inovação tecnológica como prática permanente e fonte de retroalimentação curricular;

b) Atrelar as atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais onde o IFAM atua: tecnológico, cultural, político e educacional;

c) Utilizar a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica como mecanismos para cumprir a função social do IFAM;

d) Realizar atividades de pesquisa e pós-graduação demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como pesquisa em educação e inovações tecnológicas;

e) Ampliar as ações do Instituto para atender às carências de qualificação profissional, oferecendo cursos Lato e Stricto Sensu;

f) Incentivar ações permanentes voltadas à pós-graduação, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e a iniciativa privada.

6.2 DIRETRIZES PARA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6.2.1 Pesquisa

1. Integração das Funções Institucionais:

Estabelecer políticas que articulem pesquisa, ensino técnico, graduação, pós-graduação e extensão de forma indissociada, assegurando a produção de conhecimento alinhada às demandas da sociedade.

2. Captação e Gestão de Recursos:

Buscar incentivos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais, por meio de editais, convênios e parcerias, para financiar e expandir os ambientes, programas e projetos de pesquisa da instituição.

3. Mobilização e Conscientização da Comunidade:

Promover debates permanentes e ações formativas em todos os campi para sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da pesquisa científica e tecnológica e fortalecer sua atuação.

4. Políticas de Gestão da Pesquisa:

Atualizar e regulamentar os trâmites da gestão de pesquisa, assegurando instrumentos, estrutura e mecanismos eficazes que expressem uma política de pesquisa institucional sólida e eficiente.

5. Interdisciplinaridade e Inovação do Conhecimento:

Estimular a produção de conhecimento interdisciplinar, promovendo a interlocução entre diferentes áreas para desenvolver soluções inovadoras e ampliar os saberes acadêmicos.

6. Pesquisa Voltada às Demandas Regionais:

Priorizar projetos de pesquisa aplicados às especificidades do estado do Amazonas, como biotecnologia, biodiversidade, valorização dos conhecimentos tradicionais e preservação ambiental.

7. Fomento à Iniciação Científica e Tecnológica:

Fortalecer os Programas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Tecnológica (IT), assegurando suporte para estudantes e novos pesquisadores em projetos estratégicos.

8. Ética na Pesquisa:

Manter o funcionamento regular do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e o Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), garantindo conformidade com normas éticas e legais.

9. Otimização de Recursos e Infraestrutura:

Otimizar o uso de laboratórios, instalações, equipamentos e recursos humanos disponíveis na instituição, promovendo a eficiência e o fortalecimento dos grupos de pesquisa.

10. Incentivo e Consolidação dos Grupos de Pesquisa:

Fortalecer os grupos de pesquisa como estruturas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo sua atuação interdisciplinar e integrada às demandas regionais, nacionais e internacionais.

6.2.2 Inovação Tecnológica

O NIT, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, desempenha um papel crucial na promoção de políticas de propriedade intelectual harmonizadas e atuantes.

A inovação tecnológica é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e competitivo do Instituto Federal do Amazonas. O objetivo é apoiar os pesquisadores na proteção de suas criações, a disseminação da cultura da inovação, o zelo do cumprimento das políticas de inovação da instituição, a parceria com o setor público e privado e a transferência de tecnologia. Para tanto, propõe as seguintes diretrizes:

1. Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);

- Consolidar o NIT em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, especialmente com a incubadora AYTI.

- Promover políticas de propriedade intelectual harmonizadas e atuantes.
- Facilitar a criação de startups e spin-offs a partir de projetos de pesquisa e inovação.

2. Buscar Captação de Recursos para Inovação

- Obter incentivos financeiros junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais.
- Focar em projetos de inovação tecnológica que promovam o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

3. Difundir a Cultura de Propriedade Intelectual

- Incentivar o registro, licenciamento e comercialização de produtos oriundos da pesquisa científica e tecnológica.

4. Facilitar Processos de Proteção Intelectual

- Simplificar os trâmites institucionais relacionados à proteção do conhecimento científico, tecnológico e cultural.
- Assegurar agilidade em processos de patenteamento e licenciamento.

5. Promover Sustentabilidade e Inovação Regional

- Criar tecnologias e soluções sustentáveis.
- Focar em áreas como preservação ambiental, energia renovável, bioeconomia, bioinovação e aproveitamento da biodiversidade

6.2.3 Pós-graduação

A pós-graduação no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) tem como objetivo principal a formação de recursos humanos altamente qualificados, alinhados às demandas das diferentes áreas do conhecimento, com foco no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Nesse contexto, busca consolidar programas de pós-graduação integrados a grupos de pesquisa e às demandas educacionais, contemplando qualificações nas modalidades Lato Sensu e Stricto Sensu, em conformidade com as necessidades do mundo do trabalho e o cenário educacional

tecnológico local, regional e nacional. Para alcançar esses objetivos, o IFAM propõe as seguintes diretrizes estratégicas:

a) Consolidação e Expansão de Cursos

Implantar e fortalecer novos cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, considerando demandas locais, infraestrutura existente e qualificação do corpo docente dos campi envolvidos.

b) Intercâmbios Acadêmicos

Promover parcerias com instituições credenciadas pela CAPES para subsidiar a qualificação de servidores por meio de Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER), ampliando o número de pesquisadores no IFAM.

c) Fomento à Pós-Graduação

Expandir o acesso a bolsas de estudos em programas de pós-graduação por meio de agências financiadoras, iniciativas institucionais ou recursos descentralizados.

d) Valorização de Eventos Científicos

Incentivar a realização de eventos acadêmicos da pós-graduação, disponibilizando editais específicos ou ações similares, com vistas à divulgação da produção técnico-científica de discentes e docentes.

e) Acompanhamento e Regulação

Atualizar e regulamentar os trâmites relacionados à pós-graduação, estabelecendo instrumentos eficazes para monitoramento e avaliação dos programas no âmbito do IFAM.

f) Eficiência Administrativa

Otimizar os processos de acompanhamento de servidores em programas de Mestrado, Doutorado e Estágio Pós-Doutoral, tornando-os menos burocráticos e mais ágeis.

g) Fortalecimento do CONSEPE

Contribuir para a consolidação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), especialmente no que tange à avaliação, aprovação e acompanhamento de programas de pós-graduação.

h) Desenvolvimento Editorial

Fortalecer a Coordenação Editorial, visando melhorar a qualificação da Revista Técnica Científica Igapó junto ao sistema Qualis/CAPES e assegurar a periodicidade e qualidade de outras revistas científicas, como a EDUCITEC e NEXUS.

6.3 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

6.3.1 Pós-Graduação Lato Sensu

Os cursos de especialização oferecidos pelo IFAM têm como objetivo qualificar profissionais em diferentes áreas do conhecimento. Atualmente, os seguintes programas presenciais estão autorizados e/ou em andamento:

- Investigações Educacionais
- Gestão em Segurança do Trabalho
- Gestão Ambiental
- Ensino de Ciências e Tecnologias
- Sistemas Fotovoltaicos
- Engenharia de Software com Ênfase em Teste de Software
- Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia
- Aprendizado de Máquina
- Internet das Coisas (IoT)
- Meio Ambiente e suas Tecnologias
- Automação Industrial e Transformação Digital
- Meio Ambiente

6.3.2 Pós-Graduação Stricto Sensu

Os programas de pós-graduação Stricto Sensu visam à formação de pesquisadores e profissionais altamente qualificados, com ênfase em inovação e desenvolvimento de soluções para desafios locais e regionais. Entre os programas oferecidos estão:

- Mestrado Acadêmico em Ciências Veterinárias (PPGCVET) - (CMZL);
- Mestrado Profissional em Antropologia Rural e Tecnologias Sociais - (CMZL);
- Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico (PPGET) – Mestrado e Doutorado – (CMC);
- Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) - (CMC);
- Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF) - (CMC);
- Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (PROFQUI) - (CMC);
- Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) - (CMC);
- Mestrado em Biodiversidade e Ensino de Ciências Naturais na Amazônia - (CMC).

6.3.3 Educação à Distância

Na modalidade a distância, os seguintes cursos de especialização estão autorizados e/ou sendo ofertados pelo IFAM, com foco na formação continuada e na ampliação do acesso à educação em diversas áreas do conhecimento:

- Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica;
- Especialização em Educação Profissional e Tecnológica;
- Especialização em Gestão para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Especialização em Educação à Distância para Educação Profissional e Tecnológica;
- Especialização em Ensino de Ciências (Anos Finais do Ensino Fundamental) - Ciência é 10;
- Especialização em Filosofia da Educação;
- Especialização em História, Cultura Africana e Afro-Brasileira;
- Especialização em Educação Musical;
- Especialização em Educação do Campo;
- Especialização em Gestão em Saúde;
- Especialização em Gestão Pública;
- Especialização em Gestão Pública Estratégica;

- Especialização em Informática na Educação.

A pós-graduação no IFAM objetiva promover educação de excelência, consolidando programas de pós-graduação, articulados e retroalimentados tanto a grupos de pesquisa quanto a processos de formação em nível de qualificação, Lato e Stricto Sensu, tomando-se como alvo as tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional e para isto, propõe as seguintes diretrizes:

Quadro 79 - Diretrizes para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação

DIMENSÕES	AÇÃO
Foco no ambiente externo	Implantar Cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu, tendo em vista a tendência do mundo do trabalho, do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional como também a demanda, quadro de docentes e infraestrutura;
Recursos Humanos & Qualificação	Realizar intercâmbios com instituições credenciadas pela CAPES para a implantação de Mestrado e Doutorado Interinstitucional, objetivando ampliar o número de mestres e doutores do IFAM;
Fomento a Pesquisa	Ampliar junto às agências financiadoras o número de bolsas de pós-graduação;
	Organização de calendário de eventos, para efeito de socialização do catálogo de cursos e das produções técnico-científicas dos estudantes e docentes dos cursos de Pós-graduação;

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI.

Capítulo 7

GESTÃO DE PESSOAS

7 GESTÃO DE PESSOAS

Perfil do corpo docente e de mediadores pedagógicos, observadas as especificidades previstas para a oferta de educação a distância, com a indicação dos requisitos de titulação, de experiência no magistério superior e de experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho e dos procedimentos para a substituição eventual dos professores (Art. 21 do Decreto nº 9.235/2017, redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

7.1 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

O artigo 2º da lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, autarquias e fundações, define servidor público como “a pessoa legalmente investida em cargo público” sendo o cargo definido no artigo 3º como “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor” (BRASIL, 1990).

A Gestão de Pessoas está fundamentada no processo de Planejamento, Supervisão, Execução e Avaliação das políticas de Gestão de Pessoas do IFAM conforme art. 87 do Regimento Geral do IFAM (Resolução nº 02 – CONSUP/IFAM, 2011), envolvendo os processos de recrutamento e seleção realizados por meio de Concursos Públicos e/ou Processos Seletivos (IX, art. 90, Resolução nº 02 – CONSUP/IFAM, 2011), bem como as etapas de cadastramento, pagamento, planos de capacitação e qualificação, benefícios, pensão e aposentadoria (I e IV, art. 90, Resolução nº 02 – CONSUP/IFAM, 2011), todos regidos pela Lei 8.112/90 (BRASIL, 1990).

7.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A definição de um perfil profissional alinhado com os objetivos estratégicos do IFAM para o atendimento da Missão, Visão e das Demandas Sociais é o fator orientador dos processos de contratação, por meio de concursos públicos e/ou seleção pública. Além da definição do Perfil Profissional, o IFAM está comprometido

em atender aos requisitos legais exigidos pela legislação vigente, relativos ao processo de investidura em cargo público, segundo o Regimento interno do IFAM, além da Instrução Normativa nº 30/2025 e a lei nº 8.112/90.

A investidura nos cargos de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT será mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, conforme normas para realização de Concurso Público para Docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme Legislação Vigente e de acordo com as Resoluções vigentes do IFAM.

A contratação de professor substituto é regida pela Lei Nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências” e pelo Decreto Nº 7.312, de 22 de setembro de 2010 que, “dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências”. Tal contratação poderá ser realizada apenas nos seguintes casos (BRASIL, 1993):

- I. Vacância;
- II. Licença por motivo de afastamento do cônjuge;
- III. Licença para o serviço militar;
- IV. Licença para o desempenho de mandato classista;
- V. Afastamento para estudo ou missão no exterior;
- VI. Afastamento para servir em organismo internacional;
- VII. Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país;
- VIII. Licença à servidora gestante;
- IX. Licença para tratar de interesses particulares;
- X. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade;
- XI. Afastamento para exercício em mandato eletivo;
- XII. Licença para tratamento de saúde;
- XIII. Nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de campus.

Vale destacar que, segundo o artigo 2º da lei Nº 8.745/1993, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra observado pelo IFAM.

7.3 GARANTIA DA AMPLA CONCORRÊNCIA E A DESTINAÇÃO DE VAGAS

7.3.1 Candidato com deficiência

As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004 e do Decreto nº 9.508/2018, no §1º do Art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (Visão Monocular), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram (BRASIL, 1999; 2004; 2009; 2012; 2018).

7.3.2 Candidato autodeclarado Negros, Pardos, Indígenas e Quilombolas

Do total de vagas existentes para cada cargo e das que vierem a ser criadas, mediante autorização do Ministério de Gestão e Inovação, durante o prazo de validade do Concurso Público, 30% (trinta por cento) serão providas na forma do art. 1º da Lei n. 1.5142/2025.

As vagas reservadas a candidatos negros, pardos, indígenas e quilombolas, exige que o candidato se autodeclare, conforme previsto art.3º da Lei n. 15142/2025 concorrendo, concomitantemente, às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, prevalecendo o que lhe for mais favorável, de acordo com a sua classificação no concurso.

7.4 PERFIL DO CORPO DOCENTE DO IFAM

7.4.1 Composição do Corpo Docente

O corpo docente do IFAM, conforme dados extraídos no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), em janeiro de 2025, possui 1.012 professores distribuídos em 17 unidades do IFAM, conforme demonstrado no quadro 81:

Quadro 80 - Quantitativo de docentes por campus do IFAM

LOTAÇÃO (Campi)	TOTAL
Manaus Centro (CMC)	239
Zona Leste (CMZL)	125
Distrito Industrial (CMDI)	105
São Gabriel da Cachoeira (CSGC)	54
Coari (CCO)	32
Lábrea (CLB)	36
Maués (CMA)	34
Parintins (CPIN)	57
Tabatinga (CTB)	35
Presidente Figueiredo (CPRF)	54
Itacoatiara (CITA)	29
Humaitá (CHUM)	44
Iranduba (CIRA)	27
Boca do Acre (CBDA)	10
Manacapuru (CMN)	32
Eirunepé (CEIRU)	29
Tefé (CTEFE)	35
Reitoria	-
TOTAL	1.012

Fonte: SIAPE, janeiro 2025.

Atualmente, do total de docentes do IFAM, 244 possuem o título de Doutor, dos quais 77% estão alocados nas unidades da Capital (Reitoria, Campi Manaus Centro, Campi Manaus Zona Leste e Campi Manaus Distrito Industrial) e 23% nas demais unidades do interior; 530 docentes possuem o Título de Mestre, representando 52%

do total de docentes, sendo que, desse total, 62% encontram-se na Capital e 38% estão lotados nas diversas unidades do interior. De modo geral, aproximadamente, 76% dos docentes do IFAM são Doutores ou Mestres, indicador da qualidade e compromisso com a educação de excelência.

Ainda analisando o quadro de docentes do IFAM, 166 do total de professores estão no nível de Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização ou outras formações. Esse quantitativo representa 24% do total de professores, sendo 15% graduados ou aperfeiçoados, 85% são especialistas e 12% não tem titulação registrada no sistema.

Quanto ao Regime de Trabalho, os docentes estão submetidos a um dos seguintes regimes, conforme a Lei Federal Nº 12.772/2012 e Resolução Nº 66 – CONSUP/IFAM, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2012; Resolução CONSUP/IFAM N. 66º, 2017):

I – Tempo Parcial de regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais;

II – Tempo Integral de regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais divididas em dois turnos diários completos;

III – Tempo Integral de regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com dedicação exclusiva (DE), dividido em dois turnos diários completos e estando vedado o exercício de outra atividade remunerada, pública e/ou privada, respeitando-se as exceções legais.

Conforme parágrafo único, do artigo 6º, a critério da Instituição, os docentes em regime de trabalho de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas, sem dedicação exclusiva, após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, mediante observância do Art. 20, § 3º da Lei Federal Nº 12.772/2012, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva nas seguintes hipóteses (BRASIL, 2012; Resolução CONSUP/IFAM N. 66º, 2017):

I – Ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II – Participação em outras ações de interesse institucional definidas em normatizações aprovadas pelo Conselho Superior do IFAM.

Na atualidade, 89% do quadro de professores do IFAM está classificado no Regime de Trabalho em Dedicação Exclusiva e 11% está como 40 horas ou 20 horas semanais.

O exercício da atividade docente, conforme o art. 4º da Resolução 66 CONSUP/IFAM, deverá embasar-se pelos seguintes princípios éticos, cabendo ao IFAM prover os meios necessários para o desenvolvimento das atividades docentes, tais como condições estruturais e formação inicial e continuada (Resolução CONSUP/IFAM nº 66, 2017):

I – Construção, produção e socialização do conhecimento, caracterizado pelas ciências e pelas artes, por meio das diferentes linguagens;

II – Promoção do processo de humanização, considerando os aspectos éticos, democráticos e da diversidade humana;

III – busca permanente pela afirmação de direitos, por condições materiais e de organização do trabalho que permitam a eficácia do processo de ensino aprendizagem técnica, política e humana;

IV – Compromisso com a formação ético-humanística, com o processo político pedagógico, com a diversidade em todas as suas formas, com a inclusão, com a convivência solidária, com a pesquisa, extensão e inovação.

7.4.2 Especificidades da Carreira Docente no IFAM

Art. 3º. São consideradas atividades docentes investidos na carreira de Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT aquelas relativas ao Ensino, à Pesquisa, à Extensão e as de Gestão e Representação Institucional, especificamente nas seguintes atribuições (Resolução CONSUP/IFAM nº 66, 2017):

I – Ministrar aulas, em todos os níveis, formas de ofertas e modalidades de ensino ofertados pelo IFAM;

II – Cumprir a carga horária exigida de acordo com seu regime de trabalho, conforme as orientações constantes neste Regulamento;

III – cumprir os dias letivos de acordo com o Calendário Acadêmico de referência;

IV – Participar da elaboração, execução, avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Estratégico Institucional (PEI) vigentes;

V – Participar da elaboração, implantação e avaliação dos currículos dos cursos ofertados pela Instituição;

VI – Elaborar e executar o Plano Individual de Trabalho (PIT), de acordo com as determinações desta normatização;

VII – elaborar e cumprir os planos de ensino;

VIII – manter atualizado o Sistema de Informações Acadêmicas a partir dos registros realizados nos diários de classe em cumprimento aos prazos previstos no Calendário Acadêmico de referência;

IX – Providenciar permutas de aulas, por meio de registro em formulário próprio com aquiescência da Coordenação do Curso;

X – Elaborar calendário de reposição de aulas não ministradas, em comum acordo com os discentes e com a anuência da coordenação do curso a ser cumprido em até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia de retorno do docente;

XI – participar das reuniões pedagógicas e/ou administrativas;

XII – zelar pela aprendizagem dos discentes;

XIII – elaborar estratégias de acompanhamento e avaliação contínua do processo de ensino e aprendizagem, de forma a possibilitar a recuperação dos estudos a discentes que apresentem menor rendimento, com apoio do Setor Pedagógico;

XIV – colaborar com as atividades de articulação Instituição-Família-Comunidade;

XV – Ocupar cargos de direção e funções gratificadas no âmbito da gestão educacional e administrativa;

XVI – representar a Instituição em comissões, conselhos, comitês, colegiados, fóruns, grupos de trabalho e similares no âmbito intra e interinstitucional;

XVII – promover o Ensino, a Extensão, a Pesquisa e a Inovação com ênfase no desenvolvimento regional, observando-se os arranjos produtivos, os arranjos culturais e os arranjos político-social-econômicos locais;

XVIII – criar e manter atualizado o Currículo Lattes semestralmente;

XIX – apresentar à chefia imediata o Relatório Individual de Trabalho (RIT), de acordo com as determinações desta normatização, que será gerado a partir do Plano Individual de Trabalho (PIT), disponível no sistema de Tecnologia da Informação da Instituição.

Quanto ao Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado no § 3º do art. 1º da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e é composto de quatro classes, são elas: A, B, C e Titular.

Ainda conforme a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a classe “A”, tem apenas um nível e a “B” e “C”, cada uma, quatro níveis e a classe titular compreende apenas um nível.

7.5 CORPO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

O quadro do IFAM é composto por 896 servidores Técnicos-Administrativos, atuando em atividades de suporte, com diferentes níveis de escolaridade, desde o ensino fundamental até o Doutorado, como descrito no quadro 82:

Quadro 81 - Total de servidores Técnicos-Administrativos por escolaridade

Nível de educação formal	Nº técnicos administrativos	
Ensino fundamental incompleto	2	0,22%
Ensino fundamental	7	0,75%
Ensino médio	82	8,84%
Técnico (nível médio completo)	29	3,13%
Graduação	235	25,32%
Especialização	416	44,83%
Mestrado	145	15,63%
Doutorado	12	1,29%
TOTAL	928	100%

Fonte: Siape janeiro 2025.

Ressalta-se que, no IFAM, os servidores são divididos em nível auxiliar (25), nível intermediário (553) e nível superior (321).

Destaca-se que, dos 928 servidores, apenas 12,93% não possuem a graduação, tendo um capital intelectual de 87,07 de servidores que possuem no

mínimo a graduação, formando uma mão de obra qualificada e preparada para enfrentar os desafios presentes.

O IFAM, por meio dos Docentes e Técnicos Administrativos, está capacitado e qualificado para realizar a missão institucional, garantindo o pleno atendimento do Princípio basilar da Administração Pública que é a Supremacia do Interesse Público. As políticas de incentivo à qualificação têm garantido uma melhora constante nos processos internos, na profissionalização da Gestão, no desenvolvimento de um senso crítico, bem como vem garantindo o atendimento das necessidades da população do IFAM.

O IFAM tem, como política, garantir a constante melhoria da eficiência, eficácia e qualidade do serviço prestado ao cidadão e para alcançar esse objetivo passa a motivar seus servidores a estabelecerem metas de avanço profissional e pessoal, o que resultará em desenvolvimento constante deste servidor e gestão administrativa, conforme descrito na Resolução Nº 44 – CONSUP/IFAM de 2022.

Vale ressaltar que, o Plano de Desenvolvimento de Pessoa – PDP, arraigado na lei nº 9.991/2019, trouxe um novo cenário em âmbito nacional para as ações desenvolvimento. Tendo como diretrizes:

- contribuir para o desenvolvimento de competências, na ampliação da capacidade de atuação profissional, da qualificação, da motivação e do comprometimento do profissional, bem como para a percepção de valorização do servidor, o fortalecimento do índice de proficiência e melhoria na qualidade do serviço prestado à sociedade;
- fortalecer a formação dos servidores da instituição, na perspectiva primeira de assegurar ao IFAM condições para cumprir seu papel social de intervenção na realidade e devolver à sociedade o conhecimento produzido;
- referendar o compromisso institucional com a produção de conhecimento e com desenvolvimento de permanente indagação diante da realidade;
- estimular o desenvolvimento profissional do servidor entendido como aprimoramento ao longo da vida profissional visando ao fortalecimento da missão e do compromisso institucional com os estudantes e com a sociedade;
- garantir o direito dos profissionais da educação previsto no art. 206, inciso V da Constituição Federal, de 1988 e no art. 67, incisos II e V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



Capítulo 8

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

8 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS DE GESTÃO

Organização administrativa da IES e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, dos mediadores pedagógicos e dos estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da IES e das eventuais parcerias, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados (Inciso VIII, do Art. 21 do Decreto 9.235/2017, com redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

8.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, regido pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Resoluções; e, Atos da Reitoria.

Em sua Organização Geral, o IFAM possui a seguinte estrutura administrativa:

I - Colegiados:

- a) Conselho Superior - CONSUP;
- b) Colégio de Dirigentes - COLDI.

II - Reitoria:

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração;
 - v) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- c) Diretorias Sistêmicas;

- d) Auditoria Interna;
- e) Procuradoria Federal; e
- f) Polo de Inovação.

III – Campi

Os campi, para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

8.2 POLÍTICAS DE GESTÃO

8.2.1 Órgãos Colegiados

a) Conselho Superior - CONSUP

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFAM, tendo a seguinte composição:

I - O Reitor, como presidente;

II - Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 7 (sete) representantes e igual número de suplente, eleitos por seus pares, na forma regimental;

III - Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 7 (sete) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV - Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 7 (sete) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V - 2 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VI – 5 (cinco) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 2 (dois) indicados por entidades patronais, 2 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 1 (um) representante do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VII - 1 (um) representante e 1 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII - representação de 1/3 (um terço) do COLDI, sendo o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 7 (sete) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

Compete ao Conselho Superior:

I- Zelar pelo cumprimento do disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

II- Aprovar as diretrizes para atuação do IFAM e zelar pela execução de sua política educacional;

III- Submeter ao Ministério da Educação o Estatuto do IFAM, assim como aprovar os seus regulamentos.

IV- Aprovar as normas e homologar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFAM e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008.

V- Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual.

VI- Aprovar o projeto político pedagógico institucional, a organização didática, internos e normas disciplinares.

VII- Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

VIII- Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico.

IX- Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

X- Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFAM.

XI- Autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da lei.

XII- Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFAM, bem como o registro de diplomas.

XIII- Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFAM, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica.

XIV- Deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFAM levados a sua apreciação pelo Reitor.

XV- Aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Raint.

b) Colégio de Dirigentes - COLDI

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da reitoria do IFAM. Observa, na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, possuindo a seguinte composição: O Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; os Diretores Gerais dos Campi; e, o Diretor do Polo de Inovação.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

I - Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;

II - Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFAM;

III - Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

IV - Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e

V- Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFAM aos quais lhe forem submetidos.

8.2.2 Reitoria

A Reitoria é o órgão executivo do IFAM, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

O IFAM é dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 4 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Ao Reitor compete representar o IFAM, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

a) Gabinete

O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

b) Pró-Reitorias

As Pró-Reitorias são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões:

I – Pró-Reitoria de Ensino: dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas do Ensino, nas suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio ao desenvolvimento do ensino e ao estudante do IFAM.

II – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Pós-Graduação e Pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

III – Pró-Reitoria de Extensão: dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao IFAM.

IV – Pró-Reitoria de Administração: dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFAM.

V – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Gestão de Pessoas do IFAM.

c) Diretorias Sistêmicas

O IFAM possui, atualmente, quatro diretorias sistêmicas, a saber:

I – Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DPDI;

II – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação - DGTI;

III – Diretoria de Educação à Distância - DEAD; e,

IV – Polo de Inovação.

As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

O Polo de Inovação, dirigido por um Diretor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que tem por finalidade promover a pesquisa aplicada, o desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de inovação.

d) Auditoria Interna

A Auditoria Interna é órgão de controle interno, responsável por fortalecer, assessorar, acompanhar e avaliar os atos da gestão financeira, administrativa, contábil, patrimonial, de material e de pessoal, buscando verificar se os recursos da organização são utilizados de maneira eficiente e eficaz, bem como, verificar a efetividade do cumprimento da legislação pertinente.

e) Procuradoria-Geral

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos,

de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

8.2.3 Campi

Os Campi do IFAM são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral. O Diretor-Geral é escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeados com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008, para um mandato de 4 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

A Diretoria-Geral é o órgão executivo do IFAM, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades do Campus. Os Diretores-Gerais dos Campi respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

8.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 2004).

Segundo o artigo 3º da referida lei, as Instituições de Ensino são obrigadas a realizarem periodicamente avaliações de Desempenho de suas atividades, também chamada de Autoavaliação, utilizando o resultado dessas avaliações como matéria-prima de planejamento, visando garantir uma cultura de melhoria contínua dos processos e da qualidade de ensino (BRASIL, 2004).

Para a realização da avaliação interna, a Lei nº 10.861/2004 trouxe a obrigatoriedade de constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em todas as instituições de ensino superior, com as atribuições de condução dos processos de autoavaliação institucional, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior." (Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências) (BRASIL, 2004).

Em atendimento ao que determina a lei, após sua criação, o IFAM estabeleceu sua Comissão Própria de Avaliação Sistêmica (CPA Central) e, no ano 2017, a CPA do IFAM teve seu Regimento Interno aprovado pela RESOLUÇÃO N° 61-CONSUP/IFAM, de 13 de novembro de 2017.

De acordo com seu regimento, a CPA é responsável por coordenar a autoavaliação institucional (avaliação interna), desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório de Avaliação Institucional (RAI), que subsidia os Planejamentos Administrativo e Pedagógico da Instituição e é usado pelo INEP/MEC para o credenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

Ainda de acordo com a RESOLUÇÃO N° 61, a CPA do IFAM é única, porém dividida em duas: Comissão Central, constituída por ato legal do Reitor, e Comissão Local, constituída pelos Diretores Gerais dos Campi que ofertam Ensino Superior, as quais devem ser compostas conforme definido no Regimento da comissão e descrito no quadro 83.

Quadro 82 – Estrutura e funcionamento da CPA do IFAM

I – Estrutura	Organização	A CPA divide-se em Central que responde a Reitoria e Local que responde ao Diretor Geral de Campus sendo composta por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário além dos demais membros.
	Composição	A CPA, Central ou Local, será composta de: 03 Docentes, 03 Discentes, 03 Técnicos Administrativos e 02 representantes da Sociedade Civil Organizada e no mínimo 1 suplente para cada cargo.
II – Funcionamento	Mandato	Os membros da CPA serão eleitos para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução.
	Categoria dos Membros	Os membros da CPA são o Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Assembleia formada pelos demais membros.
	Exercício das Atividades	Para o exercício da Presidência e da Vice-Presidência será de 10h no mínimo. Para o Secretário de 8h no mínimo e para os demais membros de 2h no mínimo. A carga horária semanal é equivalente para CPA Central e para CPA Local. Os membros discentes e da Sociedade Civil irão adequar sua disponibilidade de forma a atender as demandas da CPA.
III – Execução	Execução do Processo de Avaliação Interna	A CPA Central e a Local devem receber apoio institucional, técnico e logístico dos setores existentes na estrutura organizacional do IFAM, para o desenvolvimento das atividades e projetos relacionados à avaliação interna ou autoavaliação, visando ao pleno cumprimento das atividades para a qual foi instituída. O IFAM - a reitoria e o campus - deve fornecer às respectivas CPA as condições materiais, de infraestrutura e de recursos humanos necessários à condução e à execução de suas atividades. A CPA Central e Local devem ter acesso aos dados institucionais e poderão requerer informações sistematizadas dos setores da instituição, quando necessário. As informações solicitadas devem ser fornecidas, impreterivelmente, dentro do prazo estabelecido pelas respectivas Comissões.

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI, com base na Resolução Nº 61 – CONSUP/IFAM de 13 de novembro de 2017.

No IFAM, a Avaliação Interna deve ser realizada por meio de dois processos:

1) Autoavaliação Institucional – a qual compreende a avaliação da gestão do instituto como um todo, fundamentada nos 5 Eixos e nas 10 dimensões definidas pelo SINAES, dispostas no quadro 84.

Quadro 83 - Descrição dos Eixo e Dimensões do SINAES utilizados na autoavaliação do IFAM

EIXOS		DIMENSÕES PARA AVALIAÇÃO
EIXO 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação Institucional
EIXO 2	Desenvolvimento Institucional	Missão e PDI
		Responsabilidade Social
EIXO 3	Políticas Acadêmicas	Ensino, Pesquisa e Extensão
		Comunicação com a Sociedade
		Atendimento ao Discente
		Políticas de Pessoal

EIXO 4	Políticas e Gestão	Organização e Gestão
		Sustentabilidade Financeira
EIXO 5	Infraestrutura Física	Infraestrutura

Fonte: Organizado pela comissão de elaboração do PDI, com base na Lei nº 10.861/04

2) Autoavaliação dos Cursos - a qual visa subsidiar o planejamento das coordenações dos cursos e a qualidade da educação ofertada.

Os resultados obtidos por meio das autoavaliações realizadas, juntamente com as avaliações externas, deverão ser instrumentos de diagnóstico e autoconhecimento da situação presente da instituição, servindo como ferramenta para o planejamento das ações da gestão, identificando os recursos e os meios necessários para que se efetue o Desenvolvimento Institucional.

Ademais, os resultados obtidos por meio da Autoavaliação Institucional, deverão ser apresentadas por meio de um Relatório de Avaliação Institucional (RAI), a ser elaborado anualmente pela CPA e inserido no sistema e-MEC, impreterivelmente até o dia 31 de março de cada ano.

O RAI, elaborado pela CPA, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e recomendações de ações com base nessa análise, conforme o que determina a Nota Técnica do INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014.

Capítulo 9

ACERVO ACADÊMICO

9 ACERVO ACADÊMICO

Observada a organização acadêmica da IES, o PDI conterà, no mínimo, os seguintes elementos: projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais e a especificação do processo de emissão e registro de diploma digital (Inciso VIII, do Art. 21 do Decreto 9.235/2017, com redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

9.1 ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM), alinhado às diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e à legislação vigente, em especial o Decreto nº 9.235/2017 e suas atualizações posteriores, reconhece a importância da institucionalização do Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital como instrumento fundamental para assegurar a autenticidade, integridade, preservação e acessibilidade dos documentos relacionados à trajetória acadêmica dos estudantes.

A concepção de acervo acadêmico no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) emerge a partir de normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). A primeira menção ao termo ocorre na Portaria MEC nº 1.224/2013, que estabelece que o acervo acadêmico é composto por documentos e informações definidos no Código de Classificação de Documentos de Arquivo (CCDA) e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo (TTDDA) das IFES (CARVALHO, 2023).

O acervo acadêmico é definido, para fins de padronização interna e atendimento às normativas do MEC, como o conjunto de documentos, independentemente do suporte, relacionados ao vínculo acadêmico dos discentes, desde o ingresso até a conclusão do curso, organizados na forma de dossiê do aluno e complementados por registros acadêmicos essenciais à gestão educacional. Esta definição busca superar lacunas conceituais presentes na legislação e adotar uma abordagem funcional e arquivística.

A conversão do acervo acadêmico em meio físico para o meio digital não é mera digitalização de documentos. Trata-se de um processo técnico e normativo que

requer planejamento institucional, definição de fluxos, aplicação de critérios arquivísticos e adesão a parâmetros técnicos estabelecidos pelo Decreto nº 10.278/2020, Resolução CONARQ nº 48/2021, modelo e-ARQ Brasil, entre outros dispositivos regulatórios.

O processo de digitalização deve utilizar métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais e deve ser controlado por Sistema Especializado de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos que possua, minimamente, as seguintes características:

- capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;
- forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;
- método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação;
- utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo.

Para tanto, o IFAM propõe as seguintes estratégias estruturantes:

- **Constituição de um Grupo de Trabalho Multidisciplinar**, composto por representantes das áreas de gestão documental, tecnologia da informação, segurança da informação, registro acadêmico, coordenações de curso e setores correlatos, com o objetivo de planejar, normatizar e coordenar a implantação da digitalização do acervo acadêmico em todas as unidades da instituição;
- **Adequação das Unidades de Registro Acadêmico (URA)**, com a criação de ambientes físicos apropriados para o tratamento arquivístico (organização, higienização, classificação e digitalização de documentos), contemplando mobiliário específico, equipamentos tecnológicos, materiais de expediente, e adoção de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) além da previsão de recursos humanos qualificados, como arquivistas e técnicos em arquivo;
- **Aplicação efetiva dos instrumentos de gestão documental**, como o Código de Classificação de Documentos de Arquivo (CCDA) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo (TTDDA), com ênfase na

avaliação, higienização, organização e correta identificação dos documentos antes do processo de digitalização;

- **Definição do modelo operacional de digitalização**, considerando a possibilidade de execução direta pelas URAs ou por meio de contratação de empresas especializadas, desde que estas garantam padrões elevados de qualidade, produtividade, confidencialidade e segurança;

- **Escolha ou adaptação de sistema informatizado de gestão arquivística de documentos digitais**, garantindo a integração com o Sistema de Gestão Integrada de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o controle eficiente dos representantes digitais, por meio da adoção de metadados obrigatórios, mecanismos de indexação, certificação digital padrão ICP-Brasil e ferramentas de preservação digital a longo prazo;

- **Adoção de padrões técnicos de digitalização**, conforme estabelece o Anexo I do Decreto nº 10.278/2020, como resolução mínima de 300 dpi, uso do formato PDF/A, compressão sem perdas, e implementação de OCR (reconhecimento óptico de caracteres) para garantir a pesquisa e recuperação de informações.

Este conjunto de medidas tem como objetivo assegurar que o processo de conversão do acervo acadêmico ocorra de forma padronizada, segura, legalmente válida e tecnicamente qualificada, contribuindo para a modernização da gestão de documentos do IFAM, a melhoria da prestação de serviços educacionais e o fortalecimento da memória institucional.

O Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital, fundamentado em estudo técnico desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos pela servidora, Klissiathaila D'Ávila de Carvalho, arquivista atuante na Coordenação Geral de Registro Acadêmico da Pró-Reitoria de Ensino do IFAM, representa um passo estratégico para a consolidação de uma cultura institucional de gestão e preservação de documentos.

Ressalta-se a importância de integrar essas recomendações a um programa de gestão arquivística, que deve estar inserida em uma política de arquivos, pois, ambas desenham os recursos necessários, a designação de responsabilidades, de forma alinhada com a missão institucional.

Legislação:

- Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017;

- Portaria do MEC n.º 315, de 4 abril de 2018;
- Portaria do MEC n.º 360, de 18 de maio de 2022;
- Portaria do MEC n.º 613, de 18 de agosto de 2022.

Normas Arquivísticas:

- e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD);
 - Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-arq);
 - Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto n.º 10.278/2020;
 - Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais;
 - Recomendações para os procedimentos de eliminação decorrentes da digitalização de documentos de arquivo pelos órgãos e entidades do poder executivo federal, em razão do Decreto n.º 10.278, de 18 de março de 2020.

Capítulo 10

INFRAESTRUTURA FÍSICA E
INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

10 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: 1. Acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas (Art. 21, Inciso IX, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017).

10.1 COM RELAÇÃO À BIBLIOTECA

10.1.1 Sistema Integrado de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação do Amazonas (SIBi-IFAM) foi instituído pela Resolução nº 31 CONSUP/IFAM, em 23 de junho de 2017, com a missão de fortalecer, padronizar e modernizar os serviços bibliotecários em todos os campi do IFAM. Assim, ao unificar diretrizes e incentivar o compartilhamento de recursos, o SIBi-IFAM potencializa o suporte à comunidade acadêmica e amplia o acesso à informação científica e tecnológica.

A estrutura do SIBi-IFAM compreende o Comitê de Bibliotecas, a Coordenação Geral do SIBi, as bibliotecas dos campi e as Comissões de Estudos e Trabalhos Temáticos (CETTs), que atuam estrategicamente na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do sistema.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DO IFAM



Comitê de Bibliotecas
– COB

Coordenação Geral do SIBi-IFAM

- Bibliotecas dos *campi* do IFAM
- Comissões de Estudos e Trabalhos Temáticos – CETT

Cada campus possui uma biblioteca voltada ao atendimento de servidores, estudantes e pesquisadores, além da comunidade externa, sempre que possível.

- Bibliotecas do SIBi-IFAM

1. Biblioteca Amélia de Souza Leal – Campus Manaus Zona Leste
2. Biblioteca Doroti Alice Muller Schwade – Campus Presidente Figueiredo
3. Biblioteca Paulo Sarmento – Campus Manaus Centro
4. Biblioteca Prof. Manoel Correia Lima – Campus São Gabriel da Cachoeira
5. Biblioteca Prof. Frederico Wilhelm Kempter Filho – Campus Manaus Distrito Industrial.
6. Biblioteca Profa. Francisca Vera de Matos – Campus Avançado de Manacapuru.
7. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro – Campus Tabatinga
8. Biblioteca Moacir de Andrade – Campus Itacoatiara
9. Biblioteca do Campus Coari
10. Biblioteca do Campus Maués
11. Biblioteca do Campus Lábrea
12. Biblioteca do Campus Parintins
13. Biblioteca do Campus Tefé
14. Biblioteca do Campus Humaitá
15. Biblioteca do Campus Eirunepé
16. Biblioteca do Campus Iranduba

17. Biblioteca do Campus Boca do Acre

As diretrizes que norteiam o funcionamento do SIBi-IFAM estão formalizadas em documentos institucionais, como o Regimento do SIBi-IFAM e a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, garantindo a atualização permanente dos serviços para atender as crescentes demandas acadêmicas e científicas.

São documentos norteadores no SIBi:

- Resolução Nº 034/CONSUP/IFAM, DE 10 DE MAIO DE 2024, que aprova a revisão do Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Resolução Nº 033/CONSUP/IFAM, DE 10 DE MAIO DE 2024. Aprova revisão do Regulamento Interno das Bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;
- Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, instituída pela Nota Técnica Nº 01 PROEN/IFAM, de 13/12/2018;
- Política de Informação Técnica e Científica do Repositório Institucional, aprovada pela Resolução N º 62 CONSUP/IFAM, de 13/11/2017;
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu, aprovado pela Resolução Nº 43 CONSUP/IFAM, de 22/08/2017.
- Manual do Trabalhos de Conclusão de Curso.

A estrutura organizacional das Bibliotecas do IFAM, acolhidas no regimento do SIBi, comportam seis seções:

1. Seção de Seleção e Aquisição
2. Seção de Processamento Técnico
3. Seção de Referência e Circulação
4. Seção de Repositório Institucional
5. Seção de Acervos Digitais e Periódicos

10.1.2 Acervo Físico e Virtual

As bibliotecas do SIBi-IFAM desempenham um papel estratégico no suporte ao ensino, pesquisa e extensão, oferecendo um vasto acervo físico e digital. A gestão

dessas coleções segue padrões rigorosos, assegurando sua adequação às necessidades acadêmicas e à evolução dos cursos e programas do IFAM.

É importante citar que, conforme capítulo V, art. 20 do regimento interno das bibliotecas, a formação e desenvolvimento dos acervos são estabelecidas por um documento norteador, a Nota Técnica nº 01 – PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018. É indicado ainda neste documento, § 1º, que cada Campus^{1º} Cada Campus do IFAM deve destinar anualmente à(s) biblioteca(s), dotação orçamentária para fins de ampliação do acervo e melhoramento de mobiliário, conforme previsão no PDI.

a) Acervo Físico

O acervo físico das bibliotecas é composto por livros, folhetos, dissertações, teses, periódicos, materiais audiovisuais, documentos técnicos e obras de referência. A organização segue a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Tabela de Cutter, enquanto o processamento técnico adota o formato MARC 21, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a ABNT NBR 6023. Esse rigor técnico permite um acesso eficiente e padronizado aos materiais.

Quadro 84 - Acervo físico das bibliotecas do IFAM

Campus	Títulos	Exemplares
Manacapuru	2.504	4.559
Manaus Centro	11.000	39.000
Manaus Distrito Industrial	5.298	16.052
Manaus Zona Leste	5.307	14.724
Coari	1.498	6.450
Parintins	5.008	13.570
Presidente Figueiredo	4.272	10.850
Lábrea	2.331	7.000
Eirunepé	993	9.178
São Gabriel da Cachoeira	4.784	12.486
Maués	2.383	6.195
Total	45.378	140.064

Fonte: Relatório SIBI - Estatística de acervos/ exemplares até 28 de março de 2025

As bibliotecas estão em processo de automatização para utilização de um sistema único, afim de que sejam integradas e geridas a partir da utilização de um mesmo software.

b) Acervo Virtual

Para expandir o acesso à informação científica, o IFAM disponibiliza o Portal de Periódicos da CAPES e o acesso pode ser feito presencialmente nos campi ou de forma remota via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Além disso, o IFAM investe na assinatura de bases de livros eletrônicos e normas técnicas da ABNT, buscando garantir que pelo menos 70% da bibliografia complementar dos cursos esteja disponível digitalmente. O Repositório Institucional, gerenciado pelo DSpace, tem um papel fundamental na preservação e disseminação da produção científica do IFAM, promovendo visibilidade e acesso aberto ao conhecimento.

10.1.3 Estrutura e serviços oferecidos

As bibliotecas do IFAM e servidores que nelas atuam, visam servir como instrumento pedagógico e organismo social presente no processo educativo, para tanto são planejadas para atender os usuários desde a pesquisa de cunho escolar à pesquisa técnica e científica, além de procurar acolher os desejos de lazer e ampliação cultural de seus usuários. Recursos multimídia e de acessibilidade estão sendo implantadas gradativamente nas bibliotecas. Processos de automação e segurança do acervo estão sendo realizados conforme disponibilização de recursos.

Conforme previsto no capítulo IV, Art.17º do Regulamento Interno das Bibliotecas, os serviços oferecidos são:

I - acesso a fontes de informação diversificadas que respaldem as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e de lazer;

II – empréstimo, devolução e renovação de recursos informacionais;

III - consulta ao acervo, reserva de obras e solicitação de empréstimo entre bibliotecas do IFAM de forma online com acesso disponível no site da biblioteca;

IV - acesso individualizado online ao usuário cadastrado para realização de renovações, reservas, consultas referentes a seus empréstimos e débitos;

- V - computadores para consulta ao acervo e para pesquisa na Internet;
- VI - acesso à Internet via Wi-Fi (wireless);
- VII - orientação para o acesso e o uso dos recursos informacionais disponíveis;
- VIII - orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT;
- IX - treinamentos para capacitação de usuários para o uso de recursos informacionais;
- X - levantamento bibliográfico;
- XI - visitas orientadas (com prévio agendamento na biblioteca);
- XII - elaboração de ficha catalográfica de produtos editoriais do IFAM e da Produção acadêmica via online;
- XIII - guarda-volumes para a instituição que adota esse tipo de serviço;
- XIV - serviço de alerta sobre novas aquisições;
- XV - disseminação seletiva da informação;
- XVI - disponibilização de espaço físico para a realização de exposições e eventos culturais, quando possível.
- XVII - orientações sobre normas de comportamento no âmbito da biblioteca.

Dentro desta panorâmica, o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFAM investe no aprimoramento de diretrizes e ações, visando promover o desenvolvimento das bibliotecas e colaborar para a consolidação da missão da Instituição de promover educação de excelência, viabilizando a ciência e a tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Quadro 85 - Histórico do sistema de bibliotecas do IFAM

Campus	Descrição da Biblioteca
Manacapuru	O layout da Biblioteca do IFAM- Manacapuru é compostos de 4 pavimentos: administração da biblioteca, área de estudos, área de informática e área do acervo. A biblioteca possui uma área de 100.71m ² , um espaço proporcional para uma efetividade de 500 a 600 alunos matriculados nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Amazonas-Campus/CAM. Faço uma ressalva no Layout, que deveria ter separações para as cabines de computadores, pois, assim sendo, evitaria a aglomeração de alunos em torno daquele usuário, que no momento está realizando a pesquisa, e no presente momento, é este o entrave, pois as conversas são sempre rotineiras e sempre cessando a nossa intervenção. Também a porta de entrada, a mesma é de vidro e transparente, dificultando a concentração dos estudantes, com as passagens de pessoas pelo corredor, em direção a vários

	setores da instituição. A biblioteca do IFAM-Manacapuru, está situada em seu próprio Campus no K77 da Estrada Manuel Urbano s/nº, Bairro Morada do Sol, responde diretamente ao DEPEX (Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão). Tem como finalidade planejar, coordenar, controlar as atividades de informação vinculadas ao acervo bibliográfico e promover e apoiar atividades e pesquisa de fomento a leitura bem como a ação cultural. O horário de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira das 08:00h às 21:00h. As principais atividades e serviços são: Seleção e aquisição de material de informação nacional, por compra, doação e permuta; Catalogação, classificação e preparo físico do material de informação; Serviço de disseminação; Orientação aos usuários quanto ao uso da biblioteca; Orientação ao usuário sobre o acesso a internet Controle e agendamento; Empréstimo; Atendimento e orientação a comunidade interna e externa; Orientação quanto ao uso dos catálogos e localização de material de informação nos acervos; Manutenção e organização dos acervos; Exposição de recentes aquisições; Apoio a projetos A biblioteca possui um auxiliar de biblioteca e um bibliotecário, sendo necessário a composição de pelo menos duas pessoas para compor o quadro, devido os inúmeros afazeres que o setor necessita para a aceleração das informações solicitadas pelos usufrutuários. Os Recursos Humanos encontrados na Biblioteca foram: 1- Rita de Cássia - Auxiliar Administrativo Hoje: 1- Roberta Bruna- Auxiliar de Biblioteca 2- Carlos Brito- Bibliotecário- Documentalista.
Campus	Descrição da Biblioteca
Manaus Centro	A Biblioteca do Campus Manaus Centro Professor Paulo Sarmento, parte integrante do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal do Amazonas (SIBI-IFAM), tem como finalidades proporcionar à comunidade acadêmico-escolar o acesso organizado à informação registrada em seus diversos suportes e que atendam às ações e atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Localizada no primeiro pavimento do Centro de Documentação e Informação (CDI). Na Biblioteca do CMC o acesso ao acervo é livre e os usuários têm a sua disposição coleções de diversas áreas do conhecimento relacionadas aos cursos oferecidos pelo Campus Manaus Centro. A Biblioteca procura, também, atender à comunidade externa, observando as possibilidades regimentais. A Biblioteca do CMC, em observância ao Regimento das Bibliotecas do SIBI IFAM, aprovado pelo Consup-IFAM em 23 de Junho de 2017 e revisado em 10 de maio de 2024, implantou seções para adequar os serviços de tratamento das informações para melhor atender seu público-alvo. Instalada em uma área de aproximadamente de 2.563,64 m² - No 1º piso do prédio do Centro de Documentação e Informação (CDI), possui em sua estrutura atual: 3 sala de estudos em grupo, 1 balcão de atendimento, 1 salão de estudo, 30 cabines de estudo individual, 1 espaço para jogo de xadrez, 28 computadores com acesso à Internet, 1 área de acervo bibliográfico, 1 sala administrativa que comporta a coordenação e as seções de: de processamento técnico; seleção e aquisição; referência; biblioteca digital; repositório. A biblioteca é subordinada a Direção Geral (DG). Atualmente conta com 10 servidores atuantes na biblioteca, e 1 servidor terceirizado, funciona de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 21h.

Campus	Descrição da Biblioteca
Manaus Distrito Industrial	A Biblioteca do IFAM-CMDI iniciou suas atividades em 1990, época em que a então Unidade de Ensino Descentralizada de Manaus (UNED) da Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) estava sob responsabilidade da Fundação Centro de Análise e Produção Industrial (FUCAPI) que instalou e mantinha no prédio, o Centro Amazonense de Educação Tecnológica Lindolfo Collor de Mello (CAEST). Em 1992, a FUCAPI devolveu o prédio a ETFAM, mantendo mobiliários e equipamentos. Por meio da Portaria MEC nº. 1241 de 27/08/1992, a UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE MANAUS – UNED Manaus foi autorizada a funcionar, tendo a ETFAM como mantenedora. Em 1994, o então Diretor Prof. José Carlos Nunes de Mello, expediu portaria denominando o espaço para Biblioteca prof. Frederico Wilhelm Kempter Filho, homenagem a um Professor muito estimado por seus alunos e de reconhecida notoriedade do curso de eletrônica, que tinha falecido recentemente. Está instalada em uma área de aproximadamente 489,02m², possui duas salas de estudos individuais com 22 cabines no total, três salas de estudos em grupo com mesa de 8 lugares cada. Setor periódico com uma mesa com 4 lugares para atendimento e orientações. Seis terminais para a pesquisa com acesso à internet. Salão com 21 cabines para estudos individuais e 18 mesas com 4 lugares cada. São 04 servidores atuantes e funciona de Segunda a Sexta, das 08h às 21h.
Campus	Descrição da Biblioteca
Manaus Zona Leste	A Biblioteca Professora Amélia de Souza Leal (Campus Manaus Zona Leste) teve a sua fundação oriunda da proposta do antigo Colégio Agrícola do Amazonas e, posteriormente, Escola Agrotécnica Federal de Manaus, até tornar-se Instituto Federal do Amazonas por meio da Lei nº 11. 892 de 29 de dezembro de 2008. A sua tipologia inicial era de Biblioteca Comunitária, tendo então alterado o seu perfil para uma Biblioteca Escolar e Universitária, porém ainda com atendimento ao público externo. Instalada em uma área de aproximadamente 978,04 m², possui em sua estrutura atual: 02 sala de estudos em grupo, (01) sala de estudo individual (01) balcão de atendimento, (01) Terminal de Busca, (01) sala de pesquisa online com (12) computadores com acesso à internet, (01) área de acervo, (01) sala de processamento técnico e (01) sala de coordenação/chefia de setor. A biblioteca tem por característica o envolvimento com atividades e projetos ligados às áreas de extensão por meio da interação com os alunos e parceiros de outras instituições. Ela está localizada no Prédio da Coordenação de Documentação e Informação (CDI), subordinada a Coordenação Geral de Ensino (CGE). São 7 servidores atuantes na biblioteca, funciona de Segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 7:30h às 21h.

Campus	Descrição da Biblioteca
Coari	O IFAM Campus Coari foi criado no ano de 2006 e começou a funcionar no ano de 2007, quando ainda era denominado Unidade Descentralizada de Coari (UNED-Coari). Após a sanção da Lei 11.892 de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o campus adquiriu novas instalações, sendo nesse período em que foi criada a Biblioteca do IFAM Campus Coari. Ela sempre foi da tipologia biblioteca escolar, atendendo aos alunos do ensino médio, ganhando aspectos de biblioteca universitária, após a implantação da primeira graduação do campus (Bacharel em Administração), em que foram adquiridos mais de 600 exemplares de livros para atender a este curso, em 2024. Possui uma área de 124,82 m², tendo em sua estrutura: sala de leitura com 6 mesas com 4 cadeiras cada, 8 terminais de acesso à internet, 10 cabines de estudo e leitura individual, acervo com aproximadamente 6.450 exemplares de livros, balcão de atendimento e área administrativa. A biblioteca está subordinada ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. Possuindo 2 servidores: 1 Auxiliar de Biblioteca e 1 Bibliotecário-Documentalista. O atendimento ao público é das 08:00h às 12:00 e 13:00 às 20:00.
Campus	Descrição da Biblioteca
Tefé	A Biblioteca (Campus Tefé) teve sua área (sala) entre 2016 e 2017, localizada no colégio que foi cedido pela prefeitura municipal de Tefé - onde funcionava a universidade aberta UAB - inaugurada em 2012, e desde 2014 quando foi cedida para o IFAM e que até o momento está funcionando como o campus Tefé. Sua área (sala) e aproximadamente e 44,46 m², só tem uma(01) sala onde é realizado os atendimentos e onde fica os computadores para estudos, que são um total de (05) desktop, e que no momento está sem Bibliotecário e este setor está subordinado ao Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE), no momento conta com apenas um servidor (auxiliar de biblioteca) que está respondendo pelo setor, o horário de funcionamento, terça, quarta e sexta 07:30 as 17:30 e na segunda e quinta 13:30 as 21:30 para atender os alunos do noturno.
Campus	Descrição da Biblioteca
Parintins	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Parintins – CPA, foi fundado em 2010, assim bem como a sua Biblioteca. A sua tipologia é uma Biblioteca Escolar e Universitária, com atendimento ao público externo. O prédio da Biblioteca possui uma área total de 155 m² (cento e cinquenta e cinco), 70% (setenta por cento) desse espaço destinado às estantes, 5 (cinco) mesas com 6 (seis) cadeiras cada, 8 (oito) cabines individuais de estudo e 5 (cinco) cabines de computadores, enquanto que os 30% (trinta por cento) estão destinados à bancada de atendimento aos usuários e à sala de processamento técnico. A Biblioteca conta com 5 (cinco) computadores ligados à Internet para consulta dos usuários. Os computadores do Campus estão configurados (utilizando o endereço proxy) apenas para fins de pesquisas, não permitindo acesso a Redes Sociais e sites de entretenimento, incluindo notícias desimportantes. A partir desses computadores é possível ter acesso ao Minha Biblioteca

	(Biblioteca Virtual) e a periódicos através do Portal da CAPES. Ela está localizada no Prédio Principal, subordinada a Coordenação Geral de Ensino (CGE). São 3 servidores atuantes na biblioteca, funciona de Segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 12h e 14h às 22h".
Campus	Descrição da Biblioteca
Presidente Figueiredo	A biblioteca Doroti Alice Muller Schwade do IFAM Campus Presidente Figueiredo iniciou suas atividades juntamente com a inauguração do campus em 2010, mas foi sendo equipada e organizada no decorrer dos anos. Instalada em uma área de aproximadamente 124,62 m², possui em sua estrutura atual: (01) balcão de atendimento, (08) computadores com acesso à Internet, (01) área de acervo e (01) sala de processamento técnico. Todos fazem parte de um único salão sem divisórias, com exceção da parte de processamento técnico e onde fica a coordenação da biblioteca. A biblioteca está subordinada ao Departamento de Ensino, pesquisa e extensão (DEPE). São dois servidores atuantes na biblioteca, um auxiliar de biblioteca e uma bibliotecária, a anualmente alunos de Administração realizam estágio supervisionado no setor. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 17h.
Campus	Descrição da Biblioteca
Lábrea	A Biblioteca do IFAM Campus Lábrea teve seu início com a inauguração do campus no dia 1º de fevereiro de 2010. Sua tipologia é biblioteca escolar e universitária. Instalada em uma área de aproximadamente 133,50 m², conta com a seguinte estrutura: duas mesas de atendimento ao público, uma TV, 12 cabines individuais de estudo, seis mesas para estudo em grupo, oito computadores com acesso à internet, dois computadores com acesso à internet para uso da equipe da biblioteca, quatro armários guarda-volumes e uma área de acervo. A biblioteca é subordinada ao Departamento de Ensino (DEPE) e conta com apenas uma bibliotecária e uma funcionária terceirizada. Seu funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 7h às 22h.
Campus	Descrição da Biblioteca
Eirunepé	A Biblioteca - Campus Eirunepé teve a sua instalação em 2016 e funcionou dentro de um prédio provisório até 2024. Atualmente, ela está instalada no novo prédio do Campus e sua tipologia é Biblioteca escolar, com atendimento ao público externo. Instalada em uma área de aproximadamente 100,38 m², possui em sua estrutura atual: (01) balcão de atendimento, (01) espaço de leitura, (06) computadores com acesso à internet, (01) área de acervo, (01) espaço para processamento técnico. A biblioteca tem por característica o envolvimento com atividades e projetos ligados às áreas de extensão por meio da interação com os alunos e parceiros de outras instituições. Ela é subordinada a Departamento de Ensino (DEPE). Conta com 01 servidor, funciona de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h.

Campus	Descrição da Biblioteca
Humaitá	A biblioteca Raimundo Neves de Almeida (Campus Humaitá), possui uma área de 79,4 m². composta de uma única sala, possui um balcão de atendimento, (10) computadores para acesso a internet. Subordinada ao Departamento de ensino, conta apenas com uma servidora, funciona de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08 as 12:30 e 13:30 as 17. Uma vez na semana as terças feiras conta com o apoio de uma assistente de aluno que abre a biblioteca no período noturno no período de 19:30 as 21:30
Campus	Descrição da Biblioteca
São Gabriel da Cachoeira	A Biblioteca Professor Manoel Correia de Lima, do Campus São Gabriel da Cachoeira, foi criada junto à Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAF/SGC), instituída pela Lei nº 8.670, de 1993. Inicialmente comunitária, passou a atuar como biblioteca escolar, acompanhando a evolução da instituição, que se tornou autarquia no mesmo ano e iniciou suas atividades em 1995. Com a transformação da escola em Instituto Federal do Amazonas (IFAM) em 2008, a biblioteca passou a atender estudantes do ensino médio e dos cursos técnicos, além da comunidade externa. Instalada em uma área de aproximadamente 277 m², a biblioteca conta com um espaço dividido entre balcão de atendimento e atividades administrativas, acervo de acesso aberto e um salão destinado a estudos e acesso à internet. Atualmente, dispõe de 7 computadores para uso dos usuários. Diferente de algumas bibliotecas da rede, não há salas individuais ou específicas para estudo em grupo, sendo o salão coletivo o espaço disponível para essas atividades. A biblioteca está subordinada ao Departamento de Ensino e conta com 3 servidores em sua equipe. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta- feira, das 07h30 às 11h30, das 13h30 às 17h30 e das 19h00 às 22h00.
Campus	Descrição da Biblioteca
Maués	A Biblioteca do campus Maués começou a funcionar em abril de 2011, na gestão da professora Leonor Ferreira Neta Toro. Atende à comunidade escolar interna e externa do IFAM. Está instalada num espaço físico de 155 m², dividida em espaços reservados aos serviços técnicos administrativos, área destinada ao acervo físico e salão de estudos com acesso à Internet, cabine de estudo individual, bancadas com microcomputadores conectados à internet, balcão de atendimento, e área para guarda-volumes. Possui 11 cabines de estudo individual, 4 bancadas com microcomputadores conectados à internet, 6 mesas redondas com 4 cadeiras cada para estudo em grupo, 1 balcão de atendimento, e área para guarda – volumes. O horário de funcionamento abrange os turnos matutino, vespertino e noturno de segunda-feira a sexta-feira, exceto recessos e feriados nacionais ou locais. A Biblioteca encontra-se subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE). O corpo administrativo da biblioteca é composto por: 01 bibliotecário e 01 auxiliar de biblioteca.

Fonte: Organizado pela comissão do PDI, a partir de informações fornecidas pela PROEN

10.2 COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

As instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes no IFAM, assim como sua estrutura física, são pensados visando a qualidade da educação ofertada nos cursos e programas previstos pelo instituto, proporcionando aos alunos e servidores, os meios necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, com relação às instalações acadêmicas, equipamentos e recursos tecnológicos, de modo geral, o IFAM possui a infraestrutura descrita no quadro 86, a seguir:

Quadro 86 - Características Gerais da infraestrutura acadêmica do IFAM

TIPO	QUANTIDADE
Unidade Administrativa (Reitoria)	1
Unidades Acadêmicas (Campus)	17
Salas de Aula	264
Laboratórios	214
Biblioteca	17
Auditório	20
Quadras de Esporte	14
Piscinas	9
Ginásio Coberto	7
Refeitório	14
Unidades de Ensino Prático	51

Fonte: Elaborado pela comissão do PDI, com base em informações do setor de Infraestrutura/PROAD

Cada unidade possui suas instalações e equipamentos, variando de acordo com as suas especificidades e expansão. O quadro abaixo apresenta o quantitativo das instalações físicas acadêmicas, equipamentos e recursos tecnológicos existentes em cada campus, com vistas ao atendimento com qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos cursos e programas ofertados pelo IFAM.

Quadro 87 - Quantitativo de instalações e equipamentos por campus

CMC	Quantidade
Salas de Aula	45
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	49
Biblioteca	1
Auditório	3
Quadras de Esporte	4
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático	0
CMDI	Quantidade
Salas de Aula	16
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	21
Biblioteca	1
Auditório	2
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático	0
CMZL	Quantidade
Salas de Aula	45
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	40
Biblioteca	1
Auditório	3
Quadras de Esporte	2
Piscinas	1
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	24
ITACOATIARA	Quantidade
Salas de Aula	11
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	7
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	0
Unidades de Ensino Prático (UEP)	2
EIRUNEPÉ	Quantidade
Salas de Aula	15
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	6

Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	0
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1
COARI	Quantidade
Salas de Aula	10
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	11
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1
PARINTINS	Quantidade
Salas de Aula	12
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	15
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático	2
MAUÉS	Quantidade
Salas de Aula	12
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	8
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	0
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	6
TABATINGA	Quantidade
Salas de Aula	12
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	10
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1

Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Quantidade
Salas de Aula	15
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	14
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	5
LÁBREA	Quantidade
Salas de Aula	16
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	5
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	1
Ginásio Coberto	1
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	3
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Quantidade
Salas de Aula	16
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	7
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	3
IRANDUBA	Quantidade
Salas de Aula	10
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	3
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	0
MANACAPURU	Quantidade

Salas de Aula	4
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	3
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1
HUMAITÁ	Quantidade
Salas de Aula	10
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	7
Biblioteca	1
Auditório	1
Quadras de Esporte	1
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1
BOCA DO ACRE	Quantidade
Salas de Aula	8
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	2
Biblioteca	0
Auditório	0
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	1
Unidades de Ensino Prático (UEP)	0
TEFÉ	Quantidade
Salas de Aula	7
Laboratórios (informática, Ciências e Maker)	2
Biblioteca	1
Auditório	0
Quadras de Esporte	0
Piscinas	0
Ginásio Coberto	0
Refeitório	0
Unidades de Ensino Prático (UEP)	1

Fonte: Setor de Infraestrutura/PROAD

Capítulo 11

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

(Art. 21, Inciso X, Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017).

11.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM), enquanto instituição pública federal de ensino, tem sua estrutura orçamentária e financeira majoritariamente sustentada por repasses da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), com distribuição centralizada pelo Ministério da Educação (MEC). A gestão desses recursos observa as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) e demais normativos vigentes.

O orçamento institucional destina-se ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, custeio das atividades acadêmicas e administrativas, e investimentos voltados à manutenção e expansão da infraestrutura física e tecnológica. Complementarmente, o IFAM vem ampliando a captação de recursos via emendas parlamentares e projetos de fomento, embora essas fontes representem percentual reduzido no orçamento total.

O IFAM, enquanto autarquia federal vinculada ao MEC, tem sua execução orçamentária fundamentada na LOA, com predominância de recursos oriundos do Tesouro Nacional. A gestão desses recursos segue rigorosamente os normativos federais, com destaque para os instrumentos de planejamento, execução, controle e avaliação orçamentária.

A estrutura orçamentária do IFAM é composta por três grandes categorias: Pessoal e Encargos Sociais, Custeio e Investimentos. Cada uma dessas categorias é operacionalizada por meio de ações orçamentárias específicas, previstas na Programação Orçamentária da União.

11.2 ESTRUTURA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O IFAM organiza suas despesas segundo as seguintes ações orçamentárias:

20TP – Ativos Cíveis: Abrange a folha de pagamento de servidores ativos, incluindo vencimentos e vantagens fixas.

09HB – Contribuição da União: Refere-se às contribuições previdenciárias patronais.

0181 – Aposentadorias e Pensões: Cobre os benefícios previdenciários concedidos a inativos e pensionistas.

00S6 – Benefício Especial: Destinado ao pagamento de benefícios decorrentes de regimes jurídicos anteriores.

20RL – Funcionamento das Instituições: Foca na manutenção das atividades administrativas e acadêmicas, abrangendo despesas como água, energia, serviços terceirizados e materiais de consumo.

2994 – Assistência Estudantil: Inclui programas de apoio direto aos estudantes, como bolsas, auxílios financeiros, transporte e alimentação.

20RG – Reestruturação e Modernização: Abrange investimentos em obras, reformas, aquisição de equipamentos e modernização da infraestrutura institucional.

4572 – Capacitação de Servidores: Prevê recursos para formação continuada, participação em eventos, cursos e treinamentos.

21B3 – Fomento às Ações de Ensino: Inclui iniciativas voltadas à melhoria da qualidade da educação, com projetos específicos de apoio pedagógico.

212B – Benefícios Obrigatórios: Compreende benefícios fixos de servidores, como auxílio transporte, auxílio-alimentação e assistência pré-escolar.

216H – Auxílio Moradia: Refere-se ao pagamento de auxílio-moradia aos servidores que atendem aos critérios legais.

2004 – Assistência Médica: Contempla os serviços de assistência médica prestados aos servidores ativos e inativos.

00PW – Contribuições a Entidades: Abrange o pagamento de anuidades e contribuições a organizações nacionais.

Essas ações, em conjunto, permitem o funcionamento contínuo da instituição, a manutenção da qualidade dos serviços prestados e o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

11.3 EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECENTE

Em 2024, a dotação orçamentária final do IFAM alcançou o montante de R\$ 496.194.844,00, considerando suplementações e cancelamentos, conforme

demonstrado no Relatório de Gestão (IFAM, 2025). As despesas foram distribuídas entre os seguintes grupos de despesa: Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 390,487 milhões), Custeio (R\$ 100,603 milhões) e Investimentos (R\$ 5,104 milhões).

Ao longo dos últimos cinco anos, a execução orçamentária da instituição apresentou variações, refletindo oscilações macroeconômicas e restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal. Apesar desses desafios, o IFAM manteve elevados índices de execução, com percentual médio de 98,6% da dotação empenhada em 2024, demonstrando sua capacidade de gestão financeira.

11.4 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Para o exercício de 2025, a previsão orçamentária consolidada das 18 Unidades Gestoras (UGs) do IFAM soma R\$ 69.407.578,00 nas categorias de custeio, inclusive recursos próprios, e investimento. Com base na média de variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (4,5% ao ano), realizou-se a projeção orçamentária até 2029, considerando a manutenção do mesmo perfil de distribuição das ações orçamentárias, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Projeção das Despesas Discricionárias por Ação (2025–2029) – Valores em R\$

Grupo de Despesa	Ação	Dotação 2025	Projeção 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
Outras Despesas Correntes	00PW – Contribuições a Entidades	105.000,00	109.725,00	114.663,00	119.822,00	125.215,00
Outras Despesas Correntes	20RL – Funcionamento das Instituições	53.378.674,00	55.780.710,00	58.290.850,00	60.913.930,00	63.655.060,00
Outras Despesas Correntes	216H – Auxílio-Moradia	64.800,00	67.716,00	70.763,00	73.947,00	77.275,00
Outras Despesas Correntes	2994 – Assistência Estudantil	14.133.101,00	14.769.090,00	15.433.700,00	16.128.220,00	16.853.990,00
Outras Despesas Correntes	4572 – Capacitação de Servidores	300.000,00	313.500,00	327.608,00	342.350,00	357.756,00
Investimentos	20RG – Reestruturação e Modernização	1.426.003,00	1.490.173,00	1.557.681,00	1.628.257,00	1.701.823,00

Fonte: Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento (2025)

11.5 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DOS RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES (PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA)

As emendas parlamentares, sejam de iniciativa individual ou de bancada, representam um importante instrumento de suplementação orçamentária para o IFAM, especialmente para atendimento de demandas não cobertas pelo orçamento regular.

No exercício de 2023, o IFAM recebeu um total de R\$ 25.698.680,00 em recursos oriundos de emendas parlamentares. Já em 2024, o montante destinado caiu para R\$ 5.445.111,00, refletindo a oscilação natural deste tipo de receita, que depende de articulação política e da capacidade de interlocução institucional junto ao apoio político da bancada federal do Amazonas.

Para 2025, até o presente momento, o IFAM dispõe de R\$ 1.000.000,00, oriundos de emenda parlamentar individual, com a distribuição por grupo de despesa conforme mostrado na tabela 2:

Tabela 2 - Dotação Atual de Emendas Parlamentares – Exercício 2025

Grupo de Despesa	Ação	Valor Dotado (R\$)
Outras Despesas Correntes	20RL – Funcionamento das Instituições	786.000,00
Investimentos	20RL – Funcionamento das Instituições	214.000,00
Total Geral		1.000.000,00

Fonte: Sistema de Acompanhamento Orçamentário do IFAM (2025)

A projeção para os exercícios de 2026 a 2029 será condicionada ao resultado das articulações institucionais junto aos parlamentares da bancada do Amazonas, bem como à manutenção da política de destinação de recursos discricionários por meio das Leis Orçamentárias Anuais subsequentes.

Em função dessa imprevisibilidade, para fins de sustentabilidade financeira projetada no presente PDI, considerou-se apenas a dotação efetivamente disponível para 2025, com menção expressa de que os valores para os exercícios seguintes dependerão de negociações futuras e da aprovação no Congresso Nacional.

11.6 EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025–2029 DOS RECURSOS DO PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO E FINANCEIRO (FOLHA DE PAGAMENTO)

A execução do Primário Obrigatório, composto pelas despesas com pessoal ativo, inativos, encargos sociais e benefícios legais, representa a maior parcela do orçamento institucional do IFAM.

11.6.1 Evolução Histórica (2020–2024)

A tabela a seguir apresenta a evolução da dotação atualizada da folha de pagamento do IFAM nos últimos cinco exercícios, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão e do sistema Tesouro Gerencial:

Tabela 3 - Evolução Dotação da Folha do IFAM

Ano	Dotação Atualizada (R\$)	Variação Nominal em relação ao ano anterior (%)
2020	325.419.953,00	-
2021	337.940.905,00	3,71%
2022	343.470.099,00	+1,61%
2023	382.962.866,00	+10,31%
2024	418.002.690,00	+8,38%

Fonte: PROAD/FAM (2025)

Observa-se que, entre 2020 e 2022, a variação anual foi modesta, refletindo apenas progressões funcionais. Em 2023, verificou-se um aumento expressivo em razão da recomposição salarial de 9%, autorizada pelo Governo Federal, após quase oito anos de congelamento salarial. Esse crescimento teve reflexo direto na LOA de 2024.

11.6.2 LOA 2025 e Projeção 2026–2029

Considerando o contexto de recomposição salarial recente, a LOA para 2025 incorpora um acréscimo de 10,66% sobre a dotação de 2024, contemplando o impacto da política de reajuste.

Para os anos subsequentes (2026 a 2029), a projeção foi realizada com base na média geométrica de crescimento histórico da folha nos últimos cinco anos,

correspondente a 6% ao ano, já considerando o crescimento natural decorrente de progressões funcionais.

Tabela 4 - Projeção Revisada do Primário Obrigatório e Financeiro (2025–2029)

Ano	Projeção de Dotação (R\$)
2025	462.579.539,00
2026	490.334.311,34
2027	519.754.370,02
2028	550.939.632,22
2029	583.996.010,15

Fonte: IFAM (2025); projeção calculada com base em média geométrica de crescimento da folha no período 2020–2024

O crescimento projetado reflete tendências observadas nos últimos exercícios, considerando os impactos de progressões funcionais e eventuais recomposições salariais futuras. A continuidade da sustentabilidade financeira da folha dependerá do acompanhamento das políticas de pessoal da Administração Pública Federal e da efetiva alocação de recursos orçamentários pela União.

11.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS VIA TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TEDS)

Entre os instrumentos estratégicos utilizados pelo IFAM para ampliar sua capacidade financeira e viabilizar projetos de infraestrutura, capacitação, assistência estudantil e programas institucionais, destaca-se a captação de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), celebrados junto a diversos órgãos da administração pública federal.

11.7.1 Evolução da Captação de Recursos por TED (2020–2025)

A análise do período de 2020 a 2025 evidencia um esforço contínuo do IFAM na articulação institucional para obtenção de recursos adicionais. O valor global captado no período alcançou R\$ 90.970.965,43, distribuídos entre diversos ministérios e fundos governamentais.

Tabela 5 - Evolução Formalização de TED

Ano	Total Captado via TED (R\$)
2020	1.277.956,52
2021	4.826.522,80
2022	6.661.805,24
2023	16.174.015,88
2024	51.148.521,17
2025*	10.882.143,82
Total Geral	90.970.965,43

Fonte: IFAM (2025). *Dados de 2025 correspondem à execução parcial até Jun/2025.

11.7.2 Órgãos Concedentes

Os principais parceiros institucionais para transferência de recursos via TED no período analisado foram:

- Ministério da Educação (MEC) – Incluindo programas de expansão e infraestrutura.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Financiando ações voltadas à educação básica e profissional.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) – Apoio a projetos de desenvolvimento regional.
- Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério dos Direitos Humanos, entre outros.

Destaca-se, ainda, a diversificação das fontes a partir de 2023, com captações junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Fundo Nacional Antidrogas, Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

11.7.3 Impacto Institucional

A crescente capacidade de captação de recursos por TED demonstra a competência técnica e administrativa do IFAM em apresentar projetos aderentes às políticas públicas federais, ampliar parcerias institucionais e responder de forma proativa às oportunidades de financiamento externo.

Os recursos provenientes desses TEDs foram fundamentais para:

- Reestruturação e ampliação da infraestrutura física dos Campi.
- Desenvolvimento de ações de assistência estudantil e inclusão social.
- Execução de projetos voltados à segurança, agricultura, direitos humanos e desenvolvimento regional.
- Apoio à implementação de políticas públicas específicas em parceria com ministérios setoriais.

11.7.4 Perspectivas Futuras

Para o ciclo do PDI 2025–2029, o IFAM manterá a estratégia de ampliar o portfólio de projetos e intensificar as articulações junto a ministérios e órgãos financiadores, visando fortalecer a sustentabilidade institucional e expandir as condições para o cumprimento de sua missão educacional e social.

11.8 RECURSOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) também conta com a execução de recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esses recursos são essenciais para garantir a oferta de alimentação saudável e adequada aos estudantes da instituição, contribuindo para a permanência e o desempenho escolar.

11.8.1 Evolução dos Recursos do PNAE (2020–2025)

A tabela 6, a seguir, apresenta o montante anual de recursos repassados ao IFAM pelo FNDE, destinados exclusivamente ao custeio do PNAE, no período de 2020 a 2025:

Tabela 6 - Evolução Recursos PNAE

Ano	Valor Recebido (R\$)
2020	1.479.841,32
2021	1.564.769,80
2022	1.220.463,76
2023	1.777.734,69
2024	1.878.482,45
2025	1.893.508,00
Total Geral	9.814.800,02

Fonte: IFAM (2025), Execução Orçamentária do FNDE.

11.8.2 Análise e Evolução para o PDI

Observa-se um crescimento gradual dos repasses, com destaque para os exercícios de 2023 a 2025, que apresentaram os maiores volumes de recursos no período analisado. Esse aumento reflete tanto o crescimento da demanda estudantil quanto os reajustes nos valores per capita definidos pelo FNDE.

O comportamento das transferências demonstra o esforço contínuo do Governo Federal em fortalecer a política de alimentação escolar nos Institutos Federais, assegurando o direito à alimentação adequada aos estudantes.

Os recursos do PNAE são utilizados de forma descentralizada nos diversos Campi do IFAM, respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar e as exigências legais de prestação de contas. A manutenção desses repasses e a busca por incremento nos valores per capita permanecerão como pontos estratégicos de gestão no período de vigência do PDI 2025–2029.

11.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CAPACIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PDI 2025–2029

Evidenciou-se, com base em dados oficiais e projeções fundamentadas, a capacidade orçamentária e financeira do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) para a execução das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2029.

As análises consideraram as principais fontes de financiamento da instituição, abrangendo:

- Dotação Orçamentária da LOA 2025, já aprovada, com projeções para os exercícios subsequentes, considerando a variação histórica e a inflação oficial (IPCA).
- Primário Obrigatório e Financeiro, com destaque para a evolução da folha de pagamento e encargos sociais, que historicamente representam o maior volume de despesas do IFAM.
- Despesas discricionárias, distribuídas entre custeio, assistência estudantil, investimentos e ações estratégicas como reestruturação e capacitação de servidores.
- Execução de emendas parlamentares, que mesmo apresentando comportamento variável, têm representado importante complemento orçamentário para investimentos e custeio de projetos específicos.
- Captação de recursos via Termos de Execução Descentralizada (TEDs), evidenciando a capacidade institucional do IFAM em mobilizar parcerias com diversos órgãos da Administração Pública Federal.
- Recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm apresentado crescimento contínuo nos últimos anos, assegurando condições para a oferta de alimentação escolar de qualidade aos estudantes.

A projeção das receitas e despesas foi realizada com base em critérios técnicos, utilizando índices oficiais e parâmetros históricos, garantindo uma visão realista da capacidade financeira da instituição para os próximos anos.

Ressalta-se que, apesar das incertezas relacionadas a fatores externos como políticas econômicas e disponibilidade orçamentária federal, o IFAM mantém um histórico de gestão responsável, com elevada taxa de execução orçamentária e rigor nos processos de planejamento e controle.

Por fim, o IFAM reafirma seu compromisso com a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, mantendo a responsabilidade fiscal e a busca constante por melhorias nos processos de planejamento, execução e controle orçamentário. As projeções apresentadas reforçam a viabilidade financeira para o cumprimento das metas institucionais estabelecidas no PDI 2025–2029, assegurando a continuidade das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, em alinhamento com a missão institucional de promover a educação pública e de qualidade no estado do Amazonas.

Capítulo 12

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

12 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Art. 21. [...] XI - oferta de cursos nos formatos semipresenciais e a distância, especificadas: a) sua abrangência geográfica; b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI; c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo (ART. 21, Redação dada pelo Decreto nº 12.456, de 2025).

12.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

12.1.1 Sobre o conceito de Educação a Distância

A Educação, enquanto direito fundamental dos sujeitos, conforme previsto no Artigo 6º da Constituição Brasileira, é entendida como uma prática social desenvolvida em espaços formais e não formais. No âmbito escolar, ela se realiza em espaços institucionais de educação básica ou superior, de forma intencional, planejada e estruturada, com infraestrutura e gestão adequadas, conduzidas por profissionais com formação específica. Seguindo essa lógica, a Educação a Distância (EaD) é compreendida pelo IFAM como parte integrante desse princípio educacional (Lima; Alonso; Moreira, 2024), apresentando especificidades em sua estrutura de oferta educacional. Essa compreensão diferencia os conceitos de Educação e Ensino, assegurando que cada um mantenha suas características fundamentais.

No contexto da Educação formal, que ocorre por meio do processo de ensino e aprendizagem, o ensino pressupõe a atuação de profissionais capacitados, com conhecimentos técnicos e didáticos específicos, que desenvolvem práticas pedagógicas intencionais. Essas práticas têm como objetivo a construção e apropriação de novos conhecimentos em tempos e espaços historicamente contextualizados, promovendo a transformação dos sujeitos aprendentes (Pimenta; Fusari; Almeida; Franco, 2013).

Dessa forma, distingue-se a Educação, como conceito mais amplo que abarca os processos de ensino, da prática pedagógica. Tal distinção se faz necessária, uma vez que os dois conceitos são frequentemente utilizados como sinônimos, gerando confusões. A Educação a Distância, prevista como modalidade educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), em seu artigo 80, caracteriza-se por formas de ensino específicas e diferenciadas da modalidade presencial.

A conceitualização da EaD representa um norte, um propósito a ser trilhado pela Instituição – no caso, o IFAM – no que tange à modalidade a distância. Esse conceito deve ser materializado nas práticas pedagógicas institucionais, respeitando as identidades dos profissionais que nela atuam e promovendo uma compreensão identitária da modalidade em seus diferentes campi.

Estudos de Moreira e Schlemmer (2020) definem a EaD como:

[...] um processo que enfatiza a construção e a socialização do conhecimento; a operacionalização dos princípios e fins da educação, de forma que qualquer pessoa, independentemente do tempo e do espaço, possa tornar-se agente de sua aprendizagem, devido ao uso de materiais diferenciados e meios de comunicação, que permitam a interatividade (síncrona ou assíncrona) e o trabalho colaborativo/cooperativo (2020, p.14).

Ainda sobre o conceito de EaD, para os pesquisadores da Rede Pesquisa EaD Brasil, América Latina e Moçambique (2021–2024), a EaD é definida como:

[...] uma modalidade educativa inclusiva, que objetiva se desenvolver como uma prática social democrática, almejando a emancipação humana e cidadã. Essa modalidade pode ser flexível e se efetiva a partir das especificidades do processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias de informação e comunicação, predominantemente digitais. Suas ações têm amparo em um ambiente digital planejado e estruturado de forma coletiva por docentes e equipe multidisciplinar, respeitando a premissa de uma prática docente autoral e reflexiva.

Além disso, a EaD se constitui como um campo de pesquisa, promovendo o estudo de suas potencialidades, diversidades de linguagens e possibilidades de inclusão. Ela visa oferecer uma educação mediada por tecnologias que seja colaborativa, interativa, dialógica, de base humanista e socialmente referenciada (Rede Pesquisa EaD Brasil, América Latina e Moçambique, 2023).

De acordo com a legislação brasileira, a definição da EaD está consolidada na LDBEN, em seu artigo 80 como sendo:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por educandos estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017).

Essa modalidade abrange todos os níveis do sistema educacional brasileiro, desde a educação básica até a superior, podendo ser integrada a outras modalidades de ensino.

As bases legais da EaD foram estabelecidas pela LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Atualmente, o marco regulatório da EaD no Brasil é definido pelo Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

De acordo com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 altera compreensões do Decreto anterior definindo em seu Art. 3º que:

Quadro 88 - Art. 3º Decreto nº 12.456/2025

I - educação a distância - processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos;
II - atividade presencial - atividade formativa realizada com a participação do estudante e do docente ou de outro responsável pela atividade formativa em lugar e tempo coincidentes; 22/05/2025, 09:11 DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 - DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 - DOU - Imprensa Nacional https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639 1/11
III - atividade síncrona - atividade de educação a distância realizada com recursos de áudio e vídeo, na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares diversos e tempo coincidente;
IV - atividade síncrona mediada - atividade síncrona realizada com participação de grupo de, no máximo, setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico e controle de frequência dos estudantes;

V - atividade assíncrona - atividade de educação a distância na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares e tempos diversos;

VI - Polo de Educação a Distância - Polo EaD - unidade descentralizada da Instituição de Educação Superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades formativas; e

VII - unidade curricular - componente curricular definido no Projeto Pedagógico do Curso, com o objetivo de desenvolvimento e avaliação de conhecimentos e competências, sob a responsabilidade de docente e que compõe a carga horária do curso.

Fonte: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025>

Nesse contexto, a promulgação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que atualiza as diretrizes da EaD no Brasil, representa uma inflexão normativa significativa quando comparado ao Decreto nº 9.157/2017, especialmente no que tange à concepção, à organização e ao controle de qualidade dessa modalidade, agora compreendida como um formato de processo ensino e aprendizagem.

Contudo, a nova compreensão dada pelo Decreto à EaD não compromete os compromissos do IFAM no desenvolvimento da modalidade, assim compreendida institucionalmente e por meio de um suporte teórico da área, sendo, para o IFAM uma modalidade que smere buscará desenvolver seus processos de ensino e aprendizagem de forma interativa e colaborativa, superando práticas instrucionistas baseadas na transmissão de informações.

Por fim, destaca-se que a EaD deve priorizar o compromisso com a formação cidadã e emancipatória, exigindo uma oferta educacional de qualidade social, com uma arquitetura pedagógica robusta, infraestrutura adequada e formação contínua de profissionais e educandos. Essa modalidade reafirma seu papel essencial na democratização do ensino, especialmente em contextos regionais tão específicos, como a Amazônia.

Assim, a Educação a Distância (EaD) se configura como um complexo processo de ensino e aprendizagem que deve ser, essencialmente, interativo e colaborativo, com foco na construção do conhecimento. Esse processo supera a abordagem instrucionista, que se baseia unicamente na aquisição de instruções pré-elaboradas e em um aprendizado individual e solitário, onde o protagonismo recai mais sobre o conteúdo do que sobre o processo de ensino e aprendizagem em si. Na EaD, o protagonismo emerge por meio das interações entre sujeitos que mutuamente

aprendem e ensinam, promovendo socializações enriquecedoras com a utilização de tecnologias, digitais ou não, que otimizem esse processo.

Considerando a necessidade de uma formação cidadã e emancipatória dos sujeitos na contemporaneidade, percebe-se que a abordagem instrucionista e tecnocêntrica, anteriormente praticada em algumas experiências da EaD, não é mais adequada. Torna-se indispensável priorizar a qualidade social da oferta educacional, com ênfase nas relações entre professor, saber e educandos. A oferta de cursos EaD em seus diferentes formatos requer, igualmente, um compromisso institucional com a qualidade social de suas condições, materializado em uma arquitetura pedagógica, educacional e tecnológica. Essa arquitetura deve incluir condições infraestruturais adequadas, um sólido arcabouço regulatório interno e processos contínuos de formação tanto para os profissionais quanto para os educandos da EaD. Essa modalidade deve ser valorizada em um patamar de relevância equivalente ao da modalidade presencial, respeitando, entretanto, suas especificidades de oferta.

Com base nessa compreensão e de forma coerente com as legislações que fundamentam a EaD, além de alinhada aos propósitos institucionais, o IFAM adota o seguinte conceito institucional de EaD, que deve ser incorporado às práticas pedagógicas de seus 17 campi e estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade educacional inclusiva na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos por meio da utilização, prioritária, das tecnologias digitais. A EaD se desenvolve por meio de um processo de ensino e aprendizagem dialógico, reflexivo, interativo e colaborativo, visando a construção, socialização e apropriação do conhecimento por meio de um trabalho comprometido com a formação humana, técnico-científica e cidadã dos sujeitos e subsidiado por um currículo inclusivo e um desenho educacional colaborativo e cooperativo que respeite e atenda à regionalidade amazônica.

Dessa forma, a implementação de um curso ou de disciplinas a distância em cursos presenciais ou semipresenciais, independentemente de seu nível e modalidade de oferta, deve ser precedida por uma análise cuidadosa para verificar se a escolha por essa modalidade atenderá, de fato, às necessidades dos educandos. Essa avaliação deve considerar as condições institucionais de cada campus, especialmente no que se refere aos aspectos infraestruturais e à formação do corpo

técnico, pedagógico e docente envolvido. Esse processo de análise e planejamento reforça o compromisso do IFAM com a qualidade social da oferta educacional, característica que tem sido uma marca da Instituição desde sua criação, e reafirma, da mesma forma, seu compromisso com a democratização do ensino por meio de uma modalidade educacional que é tão específica e indispensável para o desenvolvimento do estado e da região.

12.1.2 Concepções

O IFAM compreende que a Educação a Distância (EaD), enquanto modalidade educacional, não pode ser limitada a uma simples metodologia de ensino. Ao contrário, ela se materializa no cotidiano institucional por meio de metodologias de ensino específicas, desempenhando um papel fundamental na democratização do acesso à educação básica e superior na Amazônia, especialmente no estado do Amazonas.

As vastas dimensões geográficas do Brasil, a diversidade socioantropológica presente na região amazônica e a elevada demanda de sujeitos excluídos dos processos de formação básica, superior e continuada encontram na EaD, oferecida pelo IFAM, uma alternativa viável para a promoção de uma educação pautada na qualidade social e no compromisso político-acadêmico.

A relevância e a expansão da EaD no Brasil, especialmente nas últimas décadas, estão diretamente relacionadas à modernização dos meios e recursos utilizados na disseminação de informação e comunicação, viabilizados pela internet. Essa evolução tecnológica tem otimizado o uso das Tecnologias Digitais (TD), que desempenham papel central no desenvolvimento de práticas pedagógicas a distância. Nesse contexto, o IFAM reforça a necessidade de otimizar os ciberespaços, por meio da criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), visando promover a construção do conhecimento. Esses espaços necessitam ser sustentados por desenhos curriculares planejados para fomentar práticas pedagógicas colaborativas, interativas e emancipatórias, reduzindo as desigualdades socioeducacionais na região. Assim, busca-se formar sujeitos de maneira humana, cidadã e emancipatória, com vistas ao desenvolvimento regional, considerando que educação e desenvolvimento são conceitos profundamente interligados.

Os AVAs permitem a organização de conteúdos, o gerenciamento das salas de aula virtuais e a gestão de cursos ou disciplinas ofertadas a distância em cursos presenciais. Tais ferramentas viabilizam o acompanhamento do processo de aprendizagem, além de facilitar o gerenciamento de materiais didáticos, conteúdos e o acesso ao sistema. Esse amadurecimento no uso da EaD possibilita a integração de fatores pedagógicos e tecnológicos, promovendo ações inclusivas, interativas e colaborativas que fortalecem a formação cidadã e dialógica.

O uso dos AVAs, com suas atividades síncronas e assíncronas exige a reconstrução do conceito de presencialidade. Isso implica superar a ideia de presencialidade física, ampliando-a para o uso do presencial virtual por meio dos ciberespaços. Como destaca Preti (2003, p.19):

[...] a aprendizagem pode "transpor a distância temporal ou espacial" fazendo recursos às tecnologias "unidirecionais" (um-a-um, um-em-muitos), como o livro, o telefone ou à tecnologia digital que é "multidirecional" (todos-todos), eliminando a distância ou construindo interações diferentes daquelas presenciais. Mas, muito mais do que recorrendo à mediação tecnológica, é a relação humana, o encontro com o(s) outro(s) que possibilita ambiência de aprendizagem. Aprendizagem e educação são processos "presenciais", exigem o encontro, a troca, a cooperação, a colaboração, e podem ocorrer mesmo os sujeitos estando "a distância".

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de projetar espaços virtuais que superem modelos ultrapassados de EaD, como aqueles centrados exclusivamente no tecnocentrismo, na autoinstrução e no isolamento do educando. Em seu lugar, é preciso promover ciberespaços reflexivos, interativos e colaborativos, onde educandos e professores possam exercer protagonismo, efetivando uma aprendizagem significativa.

Assim, os AVAs devem ser planejados para assegurar o cumprimento do disposto nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), priorizando práticas pedagógicas emancipatórias e de base reflexiva, colaborativa e interativa. Esse objetivo requer condições infra estruturais adequadas para acesso à internet, profissionais qualificados para a preparação e gestão dos ambientes virtuais, desenvolvimento das aulas e formação específica dos educandos para atuar na modalidade a distância.

O IFAM entende que a EaD não deve ser reduzida a uma metodologia rígida ou à substituição da presencialidade de sala de aula física por encontros síncronos

mediados por tecnologias digitais nos AVAs. O desenvolvimento de cursos ou disciplinas na modalidade a distância deve considerar as especificidades de cada área e as estratégias dos profissionais envolvidos, garantindo o atendimento às necessidades dos educandos. Esse compromisso reforça a democratização do acesso à educação, um dos pilares fundamentais da EaD.

Por fim, cabe lembrar o conceito de EaD adotado pelo IFAM, assegurando que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às políticas institucionais, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), às Diretrizes Curriculares Nacionais, aos PPCs e a outros regulamentos institucionais pertinentes.

12.1.3 Princípios

A organização dos currículos da EaD está pautada na Lei 9394/96 em seu art. 2º: “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, que têm por “finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Vale lembrar também que os propósitos da EaD devem ser os mesmos da educação presencial, ou seja, vinculados ao contexto histórico, social e político enquanto prática social de natureza cultural.

Objetiva-se, assim, ampliar o processo de democratização da Educação Profissional Tecnológica (EP), observando os requisitos de qualidade e acessibilidade, proporcionando também a inclusão digital através da fomentação no uso das tecnologias de informação e comunicação dentro do processo de ensino e aprendizagem.

12.2 OFERTA E ATENDIMENTO DO PÚBLICO-ALVO

12.2.1 Diretrizes

A Educação a Distância, no âmbito do IFAM, de acordo com a Resolução Nº 94/2015, poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - Educação Básica:

- a) Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes; e
- b) Educação Especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes.

II - Educação Profissional:

- a) Técnica de Nível Médio; e
- b) Especialização Técnica de Nível Médio.

III - Educação Superior:

- a) Graduação;
- b) Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Aperfeiçoamento;
- c) Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização; e
- d) Pós-Graduação Stricto Sensu.

IV Especial:

- e) Formação Pedagógica de Docentes.

V Extensão:

- a) Idiomas;
- b) Formação Inicial e Continuada; e
- c) Cursos Livres.

Considerando o Art. 12. do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, os cursos de graduação a distância deverão ofertar, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e ato do Ministro de Estado da Educação, no mínimo:

- I - 10% (dez por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e
 - II - 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.
- § 1º Alcançados os limites mínimos de que trata o caput, caberá às Instituições de Educação Superior definirem o formato de oferta das demais atividades.

§ 2º A composição da carga horária dos cursos de graduação a distância não poderá atingir ou superar os limites mínimos estabelecidos para os cursos semipresenciais, nos termos do disposto no art. 11, caput. (Brasil, 2025).

A Política de EaD no IFAM é efetivada como modalidade educacional em cursos e programas, em conformidade com a legislação vigente. Ela abrange também ações de pesquisa e extensão e está interligada aos diferentes níveis e modalidades educacionais. A implementação da EaD exige a organização de currículos, metodologias de ensino e aprendizagem, materiais didáticos, orientação acadêmica, sistemas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem, além da formação contínua de servidores e processos de gestão e avaliação institucional.

Além disso, a EaD no IFAM é fortalecida por meio do desenvolvimento de pesquisas voltadas ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), bem como do suporte a eventos científicos e culturais realizados nesta modalidade ou no formato híbrido.

Os cursos e disciplinas ofertados na modalidade EaD receberão a mesma diplomação e/ou certificação que seus equivalentes presenciais ou semipresenciais. Esses cursos seguirão os critérios de matrícula e demais procedimentos institucionais e terão regulamentação própria definida pela Diretoria de Educação a Distância (DEaD).

Para garantir a qualidade da oferta, todas as formas de adesão à EaD no IFAM devem ser estruturadas com base nos seguintes aspectos:

1. Políticas de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão de grupos como indígenas, ribeirinhos, camponeses, povos das águas e florestas, e quilombolas;
2. Pessoal qualificado e multidisciplinar para planejar, atuar nos cursos e apoiar educandos e professores;
3. Infraestrutura física, incluindo espaços administrativos, laboratórios, bibliotecas (físicas e virtuais), e outros recursos necessários, definidos para cada área de avaliação;
4. Propostas curriculares detalhadas, com acompanhamento pedagógico, metodologias adequadas e avaliações compatíveis com a modalidade EaD;
5. Participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo todos os atores educacionais;

6. Formação continuada de profissionais e educandos para atuar na modalidade EaD;

7. Equipes de apoio para implementar e manter tecnologias de informação e comunicação, como ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas de comunicação e produção de material didático, além de tecnologias assistivas e ações inclusivas;

8. A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) como responsável pela organização e gestão da EaD no IFAM, contando com equipe e equipamentos adequados para suas funções.

Os cursos e programas ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) serão organizados com base em metodologias, estratégias de gestão e processos avaliativos específicos, observando-se a obrigatoriedade de momentos presenciais, conforme previsto na legislação vigente e nas particularidades de cada componente curricular e curso.

Os cursos desenvolvidos na modalidade EaD receberão a mesma diplomação e/ou certificação conferida aos cursos presenciais equivalentes, devendo seguir os mesmos critérios de matrícula e demais procedimentos institucionais adotados pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

12.3 CORPO DOCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD: DIRETRIZES E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, o IFAM, por meio de seu PPPI, reafirma a centralidade do corpo docente para assegurar a qualidade dos cursos de graduação ofertados por meio da EaD. Atendendo aos artigos 17 a 22, o IFAM prima pela composição, qualificação, dedicação e atribuições dos docentes, alinhadas a uma concepção de qualidade socialmente referenciada e ao compromisso com a formação humana integral da Rede Federal de EPT.

Assim, o IFAM estabelece que os cursos EaD devem contar com corpo docente que possua formação compatível com a área/curso de atuação, privilegiando sempre a formação específica para a Educação a Distância — seja por meio de curso de formação pedagógica específica, especialmente em nível de pós-graduação lato sensu, seja por meio de formações continuadas, inclusive fomentadas pela Diretoria

de EaD do IFAM, por meio de seu Programa de Formação Permanente para Atuação na EaD – PFPEaD.

O corpo docente dos cursos EaD do IFAM será responsável pelo planejamento, pela efetivação, pelo acompanhamento e pela avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, devendo ser formado pelas seguintes categorias: coordenador de curso (um para cada curso ofertado), professor regente e professor conteudista.

Para fins de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos cursos EaD do IFAM, as atribuições do professor conteudista poderão ser assumidas pelo professor regente, desde que assegurado o cumprimento integral de todas as funções previstas e que não represente prejuízo à qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Entende-se como atribuições de cada categoria mencionada:

a. Coordenador de Curso

1. Planejar, implementar e acompanhar a execução pedagógica e administrativa do curso de graduação EaD, garantindo a articulação entre os polos, professores e estudantes.

2. Assegurar a qualidade do curso por meio da supervisão contínua das atividades acadêmicas, monitorando indicadores de desempenho, evasão e permanência.

3. Promover a formação continuada da equipe docente e técnica, com foco em metodologias ativas e uso pedagógico das tecnologias digitais, em consonância com as Diretrizes de EaD do IFAM e com o modelo pedagógico estabelecido pela DEaD.

4. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais, dos marcos regulatórios da EaD e da coerência entre os componentes curriculares e a prática pedagógica.

5. Estabelecer diálogo permanente com os polos de apoio presencial, articulando ações que integrem os territórios e ampliem a presença institucional.

b. Professor Regente

1. Planejar e conduzir as atividades pedagógicas dos componentes curriculares sob sua responsabilidade, respeitando a proposta curricular e o modelo pedagógico institucional.

2. Acompanhar e avaliar a aprendizagem dos estudantes por meio de instrumentos formativos e somativos, com feedback qualificado e em tempo adequado.

3. Participar dos momentos presenciais obrigatórios, como avaliações presenciais e práticas supervisionadas.

4. Utilizar recursos tecnológicos de forma crítica e pedagógica, promovendo a interação, o engajamento e a autonomia dos estudantes.

5. Registrar e reportar dados de frequência, desempenho e participação dos estudantes, colaborando para o monitoramento institucional da qualidade do curso.

Em casos específicos, o corpo docente poderá ser auxiliado por mediadores pedagógicos, com formação acadêmica compatível, que exercerão atividade educacional de mediação pedagógica em processos de ensino e aprendizagem.

Também é possível que o corpo docente seja auxiliado por tutores com atribuições administrativas, distintas das funções de mediação pedagógica, desde que haja disponibilidade em cada campus ofertante.

c. Professor Conteudista

1. Elaborar materiais didáticos, preferencialmente autorais ou adaptados, alinhados ao projeto pedagógico do curso, às diretrizes curriculares nacionais, à linguagem acessível para EaD e ao modelo pedagógico estabelecido pela DEaD.

2. Organizar os conteúdos de forma didática, favorecendo a aprendizagem autônoma, sem perder de foco a aprendizagem colaborativa e interativa, o uso de múltiplas mídias e a articulação com situações reais e contextuais.

3. Atualizar os conteúdos periodicamente, considerando novas legislações, pesquisas acadêmicas e demandas sociais, conforme previsto nos referenciais de qualidade.

4. Trabalhar em colaboração com o professor regente e a equipe multidisciplinar, garantindo coesão pedagógica e coerência entre conteúdo e avaliação.

5. Participar de formações sobre produção de materiais para EaD, especialmente as promovidas pelo Núcleo de Tecnologia e Produção de Materiais Didáticos para EaD – NTPMD-EaD, promovendo a inovação didática e a melhoria contínua dos recursos educacionais.

Ainda sobre o corpo docente, ressalta-se que sua composição, bem como a dos mediadores pedagógicos, deverá ser compatível com o número de estudantes matriculados na unidade curricular.

Todos os professores do corpo docente e todos os mediadores pedagógicos deverão ser informados no Censo da Educação Superior.

12.4 DOS MATERIAIS DIDÁTICOS, DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No contexto da Educação a Distância no IFAM, os materiais didáticos e os processos de avaliação da aprendizagem ocupam lugar de destaque como elementos estruturantes do projeto pedagógico dos cursos, devendo estar comprometidos com a formação integral, cidadã e emancipatória dos sujeitos, em consonância com os princípios da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Conforme estabelece o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, os materiais didáticos utilizados na EaD devem garantir acessibilidade, atualidade e alinhamento com os objetivos formativos do curso, promovendo a autonomia do estudante e respeitando as especificidades dos territórios em que estão inseridos. Assim, os cursos de EaD do IFAM devem contar com materiais pedagógicos que dialoguem com práticas educativas críticas, contextualizadas e que favoreçam o protagonismo discente, integrando diferentes mídias, linguagens e formatos.

Nesse sentido, é fundamental que os materiais didáticos estejam em conformidade com os parâmetros definidos pelo Núcleo de Tecnologia e Produção de Materiais Didáticos para EaD (NTPMD-EaD), responsável por normatizar, apoiar tecnicamente e assegurar a qualidade pedagógica e tecnológica dos recursos educacionais digitais produzidos no âmbito institucional. Tais materiais devem ser elaborados, preferencialmente, por docentes da instituição, a partir de critérios que garantam sua relevância científica, pertinência social, acessibilidade e aderência ao modelo pedagógico adotado pela Diretoria de EaD do IFAM.

Do mesmo modo, as plataformas digitais adotadas como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) devem ser concebidas como espaços formativos e interativos, não apenas repositórios de conteúdo. Devem promover a comunicação dialógica, o acompanhamento individualizado e a colaboração entre estudantes, professores e

tutores, assegurando experiências de aprendizagem significativas e comprometidas com os princípios da inclusão e da equidade.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, o IFAM reforça sua importância como instrumento formativo e emancipador, devendo ocorrer de forma processual, contínua e alinhada às especificidades da EaD. A avaliação não deve restringir-se a momentos pontuais ou de caráter classificatório, mas constituir-se como processo reflexivo e dialógico, capaz de integrar os saberes dos estudantes e de contribuir para sua autonomia intelectual, política e profissional.

Dessa forma, o IFAM orienta que os cursos de EaD adotem práticas avaliativas que valorizem os percursos formativos, as produções colaborativas e os contextos territoriais, respeitando o ritmo de aprendizagem dos sujeitos e reconhecendo a diversidade de saberes e experiências dos estudantes.

Os cursos de Educação Superior deverão adotar medidas que promovam a identidade institucional nas plataformas digitais utilizadas na educação a distância.

As Instituições de Educação Superior devem aplicar avaliações presenciais em todas as unidades curriculares oferecidas parcial ou totalmente na modalidade EaD, podendo ocorrer na sede, em campi fora de sede ou nos polos. Essas avaliações devem ser periódicas, ter peso majoritário na nota final, e conter, no mínimo, 1/3 de elementos que desenvolvam habilidades discursivas de análise e síntese, salvo quando se tratar de atividades práticas, caso em que essa exigência pode ser dispensada.

Conforme o Artigo 24 do Decreto nº 12.456/2025, “as Instituições de Educação Superior serão responsáveis por assegurar a identificação do estudante nas avaliações de aprendizagem presenciais e a distância”, assegurando, desta maneira, que as avaliações sejam realizadas pelo estudante matriculado.

Assim, a integração entre materiais didáticos qualificados, plataformas digitais acessíveis e avaliação formativa e emancipatória constitui elemento central para a construção de uma Educação a Distância que seja, de fato, instrumento de democratização do conhecimento e de transformação social, conforme os fundamentos pedagógicos e legais que orientam a atuação do IFAM no estado e nacionalmente, visto o alcance de cursos EaD.

12.5 DA INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL E DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL NA EAD

A oferta de cursos em Educação a Distância (EaD) no âmbito da Rede Federal exige a garantia de condições materiais e estruturais que assegurem o direito à educação com qualidade socialmente referenciada. Conforme determina o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, é responsabilidade das Instituições de Educação Superior (IES) ofertantes de cursos EaD prover infraestrutura adequada em suas sedes e campi fora de sede, bem como nos polos de apoio presencial, para assegurar o pleno desenvolvimento dos processos formativos.

De acordo com o decreto, a infraestrutura das instituições e dos polos deve possibilitar condições de interação efetiva entre estudantes, professores e demais profissionais, superando a lógica da EaD como modalidade isolada ou autônoma em excesso. Essa estrutura deve permitir o acesso a ambientes físicos e digitais acessíveis, seguros, conectados e adequados às práticas pedagógicas propostas, inclusive nos momentos presenciais obrigatórios previstos na legislação.

Os polos de apoio presencial assumem papel estratégico na mediação entre o estudante e a instituição, sendo espaços que devem dispor, no mínimo, de salas para estudo individual e coletivo, laboratórios de informática com acesso à internet, bibliotecas físicas ou digitais, salas para avaliação presencial, além de equipamentos e recursos de acessibilidade, conforme o perfil do público atendido. A presença de profissionais qualificados para o suporte acadêmico e tecnológico também é uma exigência legal e ética para o bom funcionamento desses polos.

É fundamental que tanto a infraestrutura institucional quanto a dos polos esteja alinhada aos princípios da formação integral, cidadã e emancipatória, permitindo que os sujeitos da EaD não apenas acessem conteúdos, mas vivenciem processos formativos significativos, críticos e socialmente enraizados. Isso implica reconhecer que a infraestrutura não é um elemento neutro ou apenas técnico, mas parte constitutiva de um projeto educativo comprometido com a inclusão, a justiça social e a transformação das realidades locais.

Nesse sentido, o IFAM, como integrante da Rede Federal, assume o compromisso de garantir condições materiais e pedagógicas que qualifiquem a presença institucional nos territórios, respeitando as diversidades regionais e culturais,

e assegurando que a EaD seja, de fato, instrumento de democratização do conhecimento e de formação humana integral.

Diante do exposto, o IFAM possui diversos polos de apoio presencial, conforme descrito no quadro 90.

Quadro 89 – Polos de apoio presencial

POLOS UAB – IFAM	TIPO DE CURSO
CARAUARI-AM NOVA REPÚBLICA	Especialização
COARI-AM UNIÃO	Licenciatura
IRACEMA-RR CENTRO	Especialização
ITACOATIARA-AM CENTRO	Especialização
ITACOATIARA-AM CENTRO	Licenciatura
LÁBREA-AM CENTRO	Especialização
MANACAPURU-AM CORRENTEZA	Licenciatura
MANACAPURU-AM CORRENTEZA	Especialização
MAUÉS-AM SANTA LUZIA	Licenciatura
MAUÉS-AM SANTA LUZIA	Especialização
PARINTINS-AM ANINGA/ASSOCIADO	Especialização
PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM GALO, DA SERRA/ASSOCIADO	Licenciatura
TABATINGA-AM VILA VERDE/ASSOCIADO	Licenciatura
TABATINGA-AM VILA VERDE/ASSOCIADO	Especialização
TEFÉ-AM CENTRO	Especialização
TEFÉ-AM CENTRO	Licenciatura
Polo IFAM – INSTITUCIONAL	Tipo de Curso
CAMPUS MANAUS CENTRO	Especialização
CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Especialização
CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	Especialização
CAMPUS COARI	Especialização
CAMPUS EIRUNEPÉ	Especialização
CAMPUS HUMAITÁ	Especialização
CAMPUS ITACOATIARA	Especialização
CAMPUS LÁBREA	Especialização
CAMPUS MANACAPURU (AVANÇADO)	Especialização
CAMPUS MAUÉS	Especialização
CAMPUS PARINTINS	Especialização
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO	Especialização
CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Especialização
CAMPUS TABATINGA	Especialização
CAMPUS TEFÉ	Especialização
CAMPUS IRANDUBA (AVANÇADO)	Especialização
CAMPUS BOCA DO ACRE (AVANÇADO)	Especialização

Fonte: DEAD/IFAM, 2025

12.6 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFAM – ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA

No IFAM, foi instituída, no âmbito de sua estrutura organizacional, a Diretoria Sistêmica de Educação a Distância (DeaD), vinculada diretamente ao Reitor. Essa diretoria tem como prerrogativa regimental conduzir a política macrossistêmica e as diretrizes voltadas para a implantação, fortalecimento, expansão e institucionalização das ofertas de cursos nos diferentes níveis de ensino. Além disso, contempla programas de capacitação, qualificação e atualização profissional de servidores, na modalidade a distância e em formatos semipresencial ou híbrido. A DeaD busca criar condições de acessibilidade às diversas plataformas virtuais, além de estabelecer critérios e parâmetros para a validação, monitoramento e avaliação dos cursos ofertados, dos ambientes virtuais e físico-presenciais, dos sistemas e instrumentos de ensino e aprendizagem, e dos sujeitos envolvidos nessa modalidade educacional.

Os sistemas computacionais desempenham um papel crucial ao organizar informações de forma acessível e oportuna, promovendo interações e a elaboração de produções. Esses sistemas são denominados ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, constituídos por grupos de pessoas que utilizam softwares específicos para a comunicação a distância mediada pelas tecnologias do conhecimento.

As interações entre pessoas e objetos de conhecimento são viabilizadas pela mediação das tecnologias e pelo trabalho de uma equipe multidisciplinar. Essa equipe é composta por coordenadores, pedagogos, designers instrucionais, técnicos em tecnologia da informação, técnicos em áudio e vídeo, tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (TILSP), professores(as) e tutores. Todos atuam de maneira coletiva, alinhados aos fundamentos da EaD estabelecidos pelo IFAM.

As atividades desenvolvidas na EaD seguem o tempo, ritmo de trabalho e localização de cada participante, fundamentando-se em uma intencionalidade pedagógica explícita e em um planejamento que constitui a espinha dorsal das ações realizadas. Esse planejamento é continuamente revisto e reelaborado no decorrer das interações. Os recursos disponibilizados nos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem incluem ferramentas amplamente utilizadas nas Redes de Comunicação Mundiais (Internet), como correios eletrônicos, fóruns, chats, web conferências e bancos de recursos.

Esses ambientes apresentam a vantagem de possibilitar a gestão da informação com base em critérios predefinidos, organizados de acordo com as características de cada software. Eles também incluem bancos de dados compostos por diferentes mídias, interligados por meio de conexões (links internos ou externos ao sistema).

O gerenciamento dos ambientes virtuais envolve diversos aspectos, incluindo:

1. Estratégias de comunicação e mobilização dos participantes;
2. Registro e acompanhamento das produções, interações e trajetórias dos educandos ou cursistas;
3. Apoio e orientação pedagógica fornecidos pelos formadores aos educandos ou cursistas;
4. Gestão do processo avaliativo, com informações selecionadas, organizadas e contextualizadas de acordo com as expectativas do grupo.

Essa abordagem permite estabelecer múltiplas e mútuas relações e recursos, atribuindo novos significados que transcendem a compreensão individual.

A Educação a Distância, nesse contexto, está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma cultura tecnológica que valorize e promova a atuação dos diversos sujeitos envolvidos nos ambientes virtuais. Um dos grandes desafios enfrentados é a formulação de uma política concreta que contemple:

- A adequação e o aperfeiçoamento contínuo e permanente dos instrumentos de monitoramento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem na EaD;
- A constituição, ampliação e capacitação de equipes multidisciplinares com competências para o gerenciamento e o uso eficiente desses ambientes.

A Educação a Distância (EaD) constitui-se como uma estratégia fundamental para a ampliação do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente em contextos geográficos desafiadores como o do estado do Amazonas. Com uma extensão territorial de dimensões continentais e uma diversidade sociocultural marcante, o Amazonas impõe barreiras logísticas e estruturais à oferta educacional presencial, o que torna a EaD uma alternativa viável, inclusiva e estratégica para a interiorização do ensino.

No âmbito do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), a EaD tem se consolidado como política institucional de democratização do ensino, promovendo a equidade no acesso à formação técnica, tecnológica e superior. Através da articulação entre os

campi do IFAM e os polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a instituição tem ampliado significativamente sua presença em regiões remotas, ribeirinhas e de difícil acesso, assegurando a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades.

Atualmente, o IFAM conta com Núcleos de EaD implantados em todos os seus campi, que atuam como centros de apoio acadêmico, tecnológico e administrativo para a oferta de cursos a distância. Além disso, a instituição mantém parceria com os polos UAB, fortalecendo a capilaridade da EaD e garantindo a realização de atividades presenciais obrigatórias, conforme exigido pela legislação vigente.

A EaD no IFAM não apenas amplia o alcance territorial da instituição, mas também promove a inclusão social, ao atender populações historicamente excluídas dos processos educacionais formais. Por meio do uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), da formação continuada de docentes e da oferta de cursos alinhados às demandas locais e regionais, a EaD contribui para o desenvolvimento sustentável, a valorização das identidades locais e a formação de profissionais qualificados para atuar nas diversas realidades amazônicas.

Nesse sentido, a consolidação da EaD como política institucional no IFAM representa um compromisso com a democratização do conhecimento, a inovação pedagógica e a superação das desigualdades educacionais no estado do Amazonas.

12.7 PROJEÇÃO DE OFERTA

PROJEÇÃO DA EaD EM CURSOS COM FOMENTO EXTERNO						
EIXO TECNOLÓGICO	NATUREZA DO CURSO	PROJEÇÃO DE CURSO / VAGAS				
		2025	2026	2027	2028	2029
Ciências humanas, exatas e biológicas	Licenciaturas	2 cursos 200 vagas	2 cursos 200 vagas	2 cursos 200 vagas	2 cursos 200 vagas	2 cursos 200 vagas
	Formação pedagógica	-	1 curso 100 vagas	1 curso 100 vagas	1 curso 100 vagas	1 curso 100 vagas
Ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências da informação, ciências da saúde, áreas multidisciplinares, linguística, letras e artes	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	5 cursos 800 vagas	-	7 cursos 1100 vagas	-	7 cursos 1100 vagas
-	FIC	-	2 cursos 200 vagas	5 cursos 300 vagas	8 cursos 500 vagas	10 cursos 750 vagas
PROJEÇÃO DA EaD EM CURSOS SEM FOMENTO						
ÁREAS DIVERSAS	MOOC	30 cursos	50 cursos	80 cursos	100 cursos	150 cursos



Capítulo 13

GESTÃO DE RISCOS DO PDI

13 GESTÃO DE RISCOS DO PDI

De acordo com o Referencial Básico de Gestão de Riscos (TCU, 2018) o COSO II - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada é um modelo predominante no cenário corporativo internacional utilizado para avaliar e melhorar a gestão de riscos.

O modelo foi utilizado para a criação da Política de Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança do IFAM, disposto na Resolução nº 32/2016, com vistas ao cumprimento da Instrução Normativa MPOG/CGU nº 01/2016. O documento pode ser obtido no link <https://www2.ifam.edu.br/diretorias-sistemicas/institucional/menu-dpdi/coordenacao-de-planejamento-1/gestao-de-riscos-do-ifam-1> clicando em política de gestão de riscos.

Além da Política de Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança, o IFAM criou o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles, por meio da Portaria nº 1841-GR-IFAM/2016.

13.1 JUSTIFICATIVA

A justificativa para implementação da gestão de riscos no IFAM é decorrente da própria necessidade de gerenciamento de riscos que possam afetar os objetivos e a missão do órgão. Visa ainda facilitar o processo de tomada de decisões e tornar mais ágil a resposta a eventos não desejados.

13.2 RISCOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDI

A gestão de riscos do IFAM é compatível com a missão institucional e os objetivos estratégicos, observadas a Política de gestão de riscos atualizada e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10 de maio de 2016. Além dos documentos citados, a identificação de potenciais eventos ou situações de riscos na execução deste PDI 2025-2029 e a elaboração de um plano de ação para mitigá-los, levarão em consideração os dispostos nos seguintes documentos: Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020; Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino; Política de

Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade (PGRCI); e, Metodologia de Gestão de Riscos (MGR).

A partir dessas normativas, para identificação das áreas de riscos deste PDI, uma técnica utilizada foi a de priorização de processos, que envolve três fatores. O primeiro envolve a relevância estratégica do processo, o mesmo “inclui definir quais áreas, funções ou atividades são relevantes para a realização dos seus objetivos-chave da organização”. O segundo prevê a materialidade, “que indica a representatividade dos recursos financeiros alocados ao processo”, e por fim, a maturidade do processo, envolvendo:

A consistência das práticas de gestão de processos empregadas e o atendimento dos produtos e serviços a padrões de entrega estabelecidos. Como fontes de informação para estimar este fator, estão os relatórios de desempenho dos processos; gerentes e servidores responsáveis pelo processo; pesquisas de satisfação com clientes internos e externos do processo; reclamações recebidas pela Ouvidoria; e trabalhos da auditoria interna da organização, da CGU (no âmbito do Poder Executivo) e do TCU (TCU, 2018, p. 41).

Nesse sentido, serão priorizados processos que envolvem esses três fatores, tais como: 1. Relevância estratégica do processo – área fim - ensino; 2. Materialidade – projetos/ações executadas pelo IFAM que envolve vultoso volume de recursos; e por fim, 3. Reclamações críticas acolhidas pela Ouvidoria e trabalhos de auditoria da CGU e TCU.

Considerando o disposto nas normativas, os riscos identificados foram qualificados quanto a sua probabilidade e impacto da ameaça, e priorizados conforme a sua relevância. Para a classificação desses riscos, baseou-se nas escalas detalhadas na MGR, sendo:

- Probabilidade: 5-Altamente provável, 4-Muito provável, 3-Provável, 2-Pouco provável e 1-Improável; e
- Impacto da ameaça: 5-Crítico, 4-Sério, 3-Moderado, 2-Menor e 1-irrelevante.

Para a definição da ordem de priorização dos riscos, utilizou-se a matriz presente na MGR que categoriza os riscos entre: crítico, alto, moderado e baixo. Os riscos mais críticos requerem maior atenção quanto às ações mitigadoras.

Os potenciais riscos existentes durante a execução deste PDI estão detalhados no quadro 91, a seguir.

Quadro 90 - Mapeamento dos riscos para execução do PDI 2025 - 2029

ANÁLISE DOS RISCOS								
ID	DESCRIÇÃO DO RISCO	CONSEQUÊNCIA	P	I	PxI	NÍVEL	AÇÃO DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
1	Restrição orçamentária e financeira.	Execução parcial do planejamento.	4	3	12	Moderado	Buscar opções de captação de recursos via emendas parlamentares e outras fontes.	Proad/Reitor
2	Insuficiência de recursos humanos para execução das ações estratégicas.	Atraso ou demora da entrega das ações estratégicas.	3	4	12	Sério	Priorizar as ações com maior impacto para os estudantes.	Unidades gestoras/Reitor
3	Resistência de servidores na atualização das ações no sistema, no prazo determinado.	Não utilização de sistemas informatizados e a consequente falta de controles internos.	4	3	12	Moderado	Realizar sensibilização dos envolvidos.	DPDI
4	Baixa efetividade na execução das ações estratégicas.	Atrasos ou inexecução das ações estratégicas.	2	4	8	Sério	Apresentar trimestralmente o monitoramento das ações estratégicas do PDI ao CGGC.	DPDI/COLDI
5	Mudanças nas normativas relacionadas aos objetivos estratégicos.	Impossibilidade ou retrabalho na execução das iniciativas estratégicas.	2	3	6	Moderado	Monitorar as normativas relacionadas.	Unidades gestoras

Fonte: Elaborado pela equipe técnica de organização do PDI 2025-2029

Legenda:

P - Probabilidade;

I - Impacto;

DPDI - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;

CG - Comitê de Governança; e

CGGC - Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (Portaria nº 1841-GR-IFAM/2016).

13.3 PLANO DE INTEGRIDADE

De acordo com a Resolução CONSUP nº 74/2018, o Plano de Integridade objetiva o tratamento de fraudes e atos de corrupção com vistas ao atendimento do Decreto nº 9.203/2017 e Portaria nº 1.089/2018.

Entre as medidas discutidas nesses normativos estão o comprometimento e apoio da alta administração; a existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade; a análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e o monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

Nesse sentido, o plano está alinhado com as atividades de gestão de riscos, relativo a temas de fraude e corrupção. Os documentos do Programa de Integridade podem ser visualizados na Íntegra no link abaixo:

<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/programa-de-integridade>

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BEDIN, Everton; DEL PINO, José. Formação docente na politecnia: a interdisciplinaridade nos projetos de vida. **Revista Signos**, Lajeado, ano 37, n. 1, 2016. p. 19-34. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas>> Acesso em: 30 mar. 2019.

BJORKLUND, D. F.; PELLEGRINE, A. D. **Child Development and Evolutionary Psychology**. Child Development, v. 71, n. 6, p. 1687–1708, 2000.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, Vozes, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Estabelece normas sobre a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância por instituições de educação superior. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025>- Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. MEC/SETEC. **Acordo de Metas entre o Ministério da Educação e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM**. Brasília: DF, 2010.

_____. MEC/SETEC. **Acordo de Metas entre o Ministério da Educação e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/Acordo%20de%20Metas.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. Ed. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. MEC/SETEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. MEC/SETEC. **Concepção e diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. MEC/SETEC. **Concepção e diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 mai. 2019.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-rescne-ces--001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 24 jan. 2025.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 564/2015, aprovado em 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Brasília, 2016. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN5642015.pdf?query=par%C3%A2metros%20para%20a%20oferta. Acesso em: 24 jan. 2025.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Ementa: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

_____. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Estabelece normas sobre a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância por instituições de educação

superior. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025>- Acesso em: 23 jun. 2025.

_____. **Decreto-Lei de 26 de março de 2001**. Ementa: Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9158.htm Acesso em: 03 ago. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Ementa: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm Acesso em: 14 set. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Ementa: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/2208-97.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Ementa: Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. MEC/SETEC. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2007.

_____. MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio - Documento Base**, Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Disponível em: <https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> Acesso em: 01 jul. 2018.

_____. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/presidente-figueiredo/panorama> Acesso em: 24 out. 2018.

_____. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/panorama> Acesso: 20 mar. 2019.

_____. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Ementa: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Ementa: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. **Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Ementa: Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109758/lei-8948-94> Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Lei da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Institui a Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Diário oficial da união - seção 1 -30/12/2008, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 06 mai. 2018.

_____. **Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 05 ago. 2018.

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Ementa: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 03 abr. 2018.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394,** dezembro de 1996.

_____. MEC. **Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <181 <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. MEC. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência.** Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/manual_sisbp.pdf> Acesso em: 24 ago. 2018.

_____. **Parecer CNE/CP nº 3/2024, aprovado em 23 de janeiro de 2024.** Atualiza o Parecer CNE/CP nº 19, de 11 de abril de 2023, que reexaminou o Parecer CNE/CP nº 30, de 8 de novembro de 2022, que tratou da proposta de estruturação dos Catálogos Nacionais de cursos de Educação Profissional e Tecnológica em áreas tecnológicas, Eixos Tecnológicos e as Áreas Tecnológicas Organizadoras do

Catálogo de Cursos Técnicos e Tecnológicos. Brasília, DF: Presidência da República Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/>. Acesso em 12 de maio de 2024.

_____. **Plano Nacional de Educação. Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. **Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, cap. III, art. 205-206. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 4 de abril de 2024. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 4ª Edição. Brasília, 2024. Disponível em: <https://cncst.mec.gov.br/cncst-api/catalogopdf> Acesso em: 25 mar. 2025.

_____. **Resolução nº 4 de 08 de dezembro de 1999**, MEC/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012**, MEC/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2012.

_____. MEC. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE**. 2007.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Ementa: Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf> Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. MEC/SETEC. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF, 2010. 44 p.

BUSSAB, V. S. R.; RIBEIRO, F.L., **Biologicamente cultural**. In: Souza L, Freitas, M. F. Q., Rodrigues, M. M. P. (Orgs.). Psicologia: Reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1998. p. 175-193.

CIAMPA, Antonio da Costa. **Políticas de identidade e identidades políticas**. In: Dunker, C. L. I. Passos, M. C. (Orgs.). São Paulo: Edicon, 1987.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação. Construindo um sistema nacional articulado de educação:** plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília: MEC - Doc Base documento final, 2010.

CONIF, **Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Extensão Tecnológica:** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá – MT: CONIF/IFMT, 2013.

CRUZ, Claudete Robalos da; BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gumerindo. **A pesquisa como princípio educativo na prática pedagógica Freireana.** Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME v. 8, n. 3, p.986-997, set./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n3p986-997> Acesso em: 05 fev. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 07-10 jun. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2008.

DORE, R.; LÜCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cad. Pesquisa, vl.41, nº 144, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. **Políticas públicas & educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001.

FIGUEIREDO F.A.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de professores da educação profissional e tecnológica: uma construção necessária. **Revista Humanidades & Inovação**, v.8, nº 55. Palmas: UNITINS, 2021, pp. 263-276.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 29, 2009, 35-51.

_____, Maria Clara Bueno; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. **Trabalho, Educação e Emancipação Humana:** a afirmação da EJA como direito. Arquivos analíticos de políticas educativas. Revista acadêmica, avaliada por pares, independente, de acesso aberto, e multilíngue. Volume 22 Número 65, 30 de junho de 2014, 1-25.

FREIRE, Paulo Freire. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, v.6, n.68, p.28-29, mar. 2001. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ensino-medio-e-tecnico-profissional-disputa-de-concepcoes-e-precariedade/> Acesso em: 05 mar. 2019.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GHEDIN, Evandro, FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pesquisa na escola: o conhecimento em construção**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, A.M.; MORAES, K. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

GRABOWSKI, Gabriel. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. In: **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Ministério da Educação. Boletim 07. Maio/Jun. de 2006.

IFAM. **Mapa dos campi - Imagem**. Disponível em: http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/mapa_ifam.jpg. Acessado em: 04 jun. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM– Manaus, 2014.

_____. Portaria nº. 1.000 — **Gabinete da Reitoria/IFAM** de 07 de outubro de 2011

_____. **Resolução nº 35 – CONSUP de 17/12/2012**. CONSUP/IFAM. Regulamento das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. 2012.

_____. **Resolução nº 001/CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024**, estabelece a revisão da Política de Assistência Estudantil (PAES) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

_____. IFAM. **Resolução nº 47 – CONSUP de 14/10/2016**. CONSUP/IFAM. Normas e Procedimentos para a oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 2016.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira de.; BANDEIRA, Wagner (org.). **Diretrizes da EaD: subsídios e reflexões para a institucionalização da educação à distância na UFG**. Goiânia: Ciar UFG, 2023.

KUENZER, Acácia Z. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. **De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. Manaus: Editora, 2009.

MELO NETO, José Francisco. Extensão universitária: bases ontológicas. In: PRADO, Ernande Valentin et al (orgs.). **Caderno de Extensão Popular: Textos de referência para a extensão universitária**, p. 153, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Hermes/Downloads/Caderno-de-Extenso-Popular-textos-de-referencia-para-a-Extenso-Universitria-Ed-CCTA-2017.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. O pão do direito à educação... **Educ. Soc. [online]**. **2003**, vol.24, n.84, pp. 763-789. ISSN 1678-4626. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000300003>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

MORAN, Jose Manuel. **O que é educação a distância**, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/moran/textos.htm>.

MOREIRA, Antonio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, p. 63438, 2020.

MORGADO, Ana Cristina. **As múltiplas concepções da cultura**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 4, n.1, mar. 2014.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização da Educação Superior: uma análise crítica e reflexiva**. Educação Unisinos, v. 15, n. 3, p. 234-245, 2011.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63 out.-dez, 2015, p. 1057- 1080.

_____, Dante Henrique. **Algumas Possibilidades de organização do Ensino Médio a partir de uma Base Unitária: trabalho, ciência, Tecnologia e Cultura**. Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010.

NETA, Olivia Moraes Medeiros; ASSIS, Sandra Maria; LIMA, Aline Cristina Silva. O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade

educacional no Ensino Médio Integrado. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 2, nº. 05, Julho/2016 UERN, Mossoró, RN. p. 106-120.

OLIMPIO, Ana Cláudia Ferreira. **Autoavaliação e uso dos seus resultados como forma de planejamento da gestão**: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, no período de 2015 a 2024.

OLIVEIRA, Edna Castro de. **EJA e Educação Profissional**: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA / Edna Castro de Oliveira; Antonio Henrique Pinto; Maria José de Resende Ferreira – Brasília: Liber Livro, 2012.

OLIVEIRA, R.P.; ARAUJO, G.C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Abr, 2005. 24p.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; SOBRINHO, Moisés Domingos. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**: limites e possibilidades. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896 [impresso].

_____, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>>.

_____. SETEC/MEC: **Bases para uma Política Nacional de EPT, 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_bases.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. 67 p.

PAIXÃO et al. Transição escola - trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. IN: Araújo, Adilson César de, Mendes, Josué de Sousa, 24 Heijmans, Rosemary Dore (orgs). **Evasão na educação: estudos políticos e propostas de enfrentamento**. Brasília: Editora do IFB: RIMEPES, 2014.

PDI. Instituto Federal do Amazonas – IFAM. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoto. A construção da didática no GT Didática – análise de seus referenciais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 1-19, jan./mar. 2013.

PRETI, O. O estado da arte sobre a “tutoria”: modelos e teorias em construção. In: PRETI, O.; OLIVEIRA, G. M. S. **O sistema de orientação acadêmica no curso de pedagogia a distância da Universidade Federal de Mato Grosso**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2003. Relatório de pesquisa, p. 1-30.

Disponível em: https://setec.ufmt.br/uploads/files/pcientifica/tutoria_estado_arte.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

RAUSKY, Eliane; CORDAZZO, Taciana. **Estágio Supervisionado: seus desafios e contribuições enquanto estratégia educacional do curso de bacharelado em Administração Pública – EaD da UEPG**. Disponível em <https://www.academia.edu/12396869/EST%C3%81GIO_SUPERVISIONADO_SEUS_DESAFIOS_E_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_ENQUANTO_ESTRAT%C3%89GIA_EDUCACIONAL_DO_CURSO_DE_BACHARELADO_EM_ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_P%C3%9ABLICA_EAD_DA_UEPG>. Acesso em: 03 jun. 2019.

Relatório de Auditoria TCU- **Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**, 2012.

RIBEIRO, Ricardo. **O trabalho como princípio educativo: algumas reflexões. Saúde e Sociedade**, v.18, supl.2, 2016, p. 48-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/07.pdf> Acesso em: 03 abr. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; SILVA, Maria Paula Meneses (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politécnica**. Trabalho, Educação & Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SCHWARTZ, Yves A. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2003.

SILVA, Alvatir Carolino e GAMA, Elder de Castro. **História e Memória do “Paredão” (Escola Agrícola do Amazonas) ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia IFAM – Zona Leste**. Arquivo do campus – Manaus Zona Leste – Projeto de Pesquisa, 2012.

SILVA, C. J. R.; PACHECO, E.M.; A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. e13658, Fev. 2021. ISSN 2447-1801.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no Ensino Superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set.-dez. 2007.

SILVA, Maria de Fátima da; FIORI, Ana Paula Santos de Melo. A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica. **Revista de Educação Profissional e Tecnológica**, 2021, pp. 163-178.

SILVA, Rosângela Santos. **Projetos Pedagógicos do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Integrada do IFAM: do escrito ao vivido pelos diferentes sujeitos**. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2017.

SILVA, Sara Carneiro da. **O PROEJA nos campi do IFAM da cidade de Manaus: um olhar sobre a trajetória da formação profissional** / Sara Carneiro da Silva – 2013. 272 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Edição 2. Ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Ana Claudia R. de. **Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas: Os caminhos de sua implantação e consolidação, em 1909-1942**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

TARDIF, Maurice. **O Ofício de Professor: História, perspectivas e desafios internacionais**. In: LESSARD, Claude (Orgs). 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO, 2010. **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**.

_____, 2015. **Educação para todos: 2010-2015. Progressos e Desafios**. Relatório conciso.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos da Liberdade, 1998.

YAMAMOTO, M. E.; VALENTOVA, J. V. **Manual de Psicologia Evolucionista**. Tradução: Monique Bezerra Paz Leitão e Wallisen Tadashi Hattori. Natal: EDUFRN, 2018.

ZENHA, Leonardo; LOPES, Lopes. **Entre rios, veredas e florestas: educação a distância e acesso à formação superior na Amazônia**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 45, e284669, 2024.

ANEXOS

ANEXO I

**Mapa de Objetivos e Metas Estratégicas projetadas para o período
de 2025 a 2029 a ser executada pelo IFAM**

COD	PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	2025	2026	2027	2028	2029
ENSINO										
EN-01	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Revisar e/ou elaborar 15 normativos do Ensino, considerando as competências dos setores sistêmicos	Mede o progresso percentual da revisão ou elaboração de normativos, dividindo a quantidade de documentos reformulados pelo total levantado e multiplicando por 100.	Taxa de RN = (Quantidade de normativos reformulados/Quantidade de normativos levantados) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EN-02	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Implantar fluxo processual para garantir pelo menos 15 mapeamentos de processos gerenciais do Ensino	Calcula o percentual de conclusão da implantação do fluxo de mapeamento, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 4 etapas previstas.	Percentual de Implementação do Fluxo de Mapeamento (Número de etapas da criação do fluxo concluídas / 4) x 100	20%	40%	40%	100%	-

EN-03	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Criar sistema de coleta e gestão de dados dos alunos, contemplando as informações necessárias à alimentação dos sistemas nacionais, como PNP e SISPNAES	Apura o avanço percentual na implementação do sistema de gestão de dados, com base na divisão do número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	Percentual de Implementação do Sistema de Gestão de Dados = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 5) x 100	0%	100%	-	-	-
EN-04	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Elaborar e executar plano de operacionalização do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal do Amazonas (SIBI)	Mede o percentual de conclusão do plano de operacionalização do SIBI, dividindo o número de etapas finalizadas pelo total de 4 etapas previstas.	Percentual de Elaboração do Plano do SIBI = (Número de etapas da elaboração do plano concluídas / 4) x 100	0%	100%	-	-	-
EN-05	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Ampliar em 40% a oferta de cursos, junto às comunidades Indígenas, Quilombolas, do Campo e Afrodescendentes, visando a inclusão social e desenvolvimento sustentável destas localidades	Calcula a proporção de cursos ofertados para comunidades IQCA em relação à demanda total de cursos para essas mesmas comunidades.	(Quantidade de Cursos Ofertados a IQCA / Quantidade de Cursos demandado para IQCA) x 100	20%	80%	100%	60%	100%

EN-06	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Ampliar em 20% as ações das políticas afirmativas do IFAM	Calcula o crescimento percentual do número de ações afirmativas, comparando o período atual com um período base.	$\text{Crescimento Percentual das Ações} = \frac{((\text{Número de Ações no Período Atual} - \text{Número de Ações no Período Base}) / \text{Número de Ações no Período Base}) \times 100}{100}$	10%	30%	40%	-	-
EN-07	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Instituir em cada campus do IFAM, 01 Núcleo de Gênero e Diversidade	Mede o percentual de campi que possuem um Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) ativo em relação ao número total de campi do IFAM.	$\text{Percentual de Campi com NUGED Implantado} = \frac{(\text{Número de campi com o Núcleo de Gênero e Diversidade instituído e ativo} / \text{Número Total de Campi do IFAM}) \times 100}{100}$	30%	70%	100%	-	-
EN-08	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Regulamentar Política Indigenista do IFAM	Acompanha o progresso percentual da regulamentação da política, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 6 etapas do projeto.	$\text{Percentual de Conclusão da Regulamentação da Política} = \frac{(\text{Número de etapas do projeto de regulamentação concluídas} / 6) \times 100}{100}$	0%	100%	-	-	-

EN-09	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Regulamentar Diretriz Institucional da Educação do Campo do IFAM	Acompanha o progresso percentual da regulamentação da diretriz, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 6 etapas do projeto.	Percentual de Conclusão da Regulamentação da Diretriz = (Número de etapas do projeto de regulamentação concluídas/ 6)x100	0%	100%	-	-	-
EN-10	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Elaborar e executar plano de ação para que cada um dos campi do IFAM promova medidas de contratação de, no mínimo, 1 (um) profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) efetivo em seu quadro de pessoal, via concurso público	Mede o percentual de campi que já contrataram ao menos um profissional de AEE efetivo.	Percentual de Campi com Profissional de AEE Contratado = (Número de campi com pelo menos 1 profissional de AEE efetivo contratado/17) x 100	0%	30%	100%	-	-
EN-11	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Elaborar normativos para fortalecer o atendimento dos discentes PCDS	Calcula o percentual da meta atingida, dividindo o número de normativos para PCDs elaborados e aprovados pela meta de 3 normativos.	Percentual da Meta de Normativos Atingido = (Número de normativos para PCDs elaborados e aprovados / 3) x 100	0%	30%	30%	100%	-

EN-12	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Criar política de acesso a cursos de graduação do IFAM, visando a verticalização dos discentes de cursos técnicos de nível médio	Mede o percentual de vagas de graduação preenchidas por egressos de cursos técnicos do IFAM por meio de acesso especial, em relação ao total de vagas de graduação ofertadas.	Percentual de Vagas para Verticalização = $(\text{Número de vagas preenchidas por egressos de cursos técnicos do IFAM via formas de acesso especiais} / \text{Número Total de Vagas de Graduação ofertadas no ano}) \times 100$	0%	20%	30%	70%	100%
EN-13	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Regulamentar programa de Nivelamento para os estudantes da EPTNM e da Graduação do IFAM	Apura o progresso percentual da regulamentação do programa, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	Percentual de Conclusão da Regulamentação do Programa = $(\text{Número de etapas do projeto de regulamentação concluídas} / 5) \times 100$	0%	100%	-	-	-
EN-14	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Elaborar e executar plano de ação para estruturar a equipe multiprofissional dos 19 campi do IFAM	Mede o avanço percentual na elaboração do plano de ação, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 4 etapas previstas.	Percentual de Elaboração do Plano de Ação = $(\text{Número de etapas da elaboração do plano concluídas} / 4) \times 100$	0%	0%	100%	-	-

EN-15	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Ampliar em 12% a eficiência acadêmica do IFAM	Calcula a taxa de sucesso dos estudantes, dividindo o número de alunos diplomados pelo número de ingressantes da mesma turma (coorte).	Taxa de Sucesso = (Número de Alunos Diplomados/Número de Alunos Ingressantes da Coorte Correspondente) x 100	10%	30%	40%	80%	100%
EN-16	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Realizar campanha interna anual de enfrentamento ao Racismo, Bullying, Gravidez Precoce, Xenofobia, Homofobia nos campi do IFAM	Mede a abrangência da campanha, calculando o percentual de campi que realizaram as ações anuais em relação ao número total de campi do IFAM.	Percentual de Campi com Campanha Realizada (Número de campi que executaram ações da campanha anual/ Número Total de Campi do IFAM) x 100.	100%	100%	100%	100%	100%
EN-17	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Criar regulamento de acesso e acolhimento de estudantes, normatizando-se inclusive as formas ingressos no âmbito dos Cursos EPTNM	Apura o avanço percentual na criação do regulamento, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	Percentual de Conclusão do Regulamento = (Número de etapas do projeto de regulamentação concluídas / 5) x 100	0%	100%	-	-	-

EN-18	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Planejar, organizar e desenvolver no mínimo 08 processos de acesso de estudantes e processos formativos das Comissões de Processo Seletivo	Calcula o percentual de processos seletivos desenvolvidos em relação à meta total de 8 processos.	Percentual de Processos de Acesso Desenvolvidos = (Número total de processos de acesso de estudantes desenvolvidos e concluídos/8) x 100	12%	25%	37%	62%	100%
EN-19	Processos Internos	► Inovar nos processos de ensino-aprendizagem por meio da transformação digital e da consolidação de modalidades educacionais flexíveis.	Promover no mínimo 04 ações na informatização, amigabilidade e comunicação com a comunidade interna e externa no âmbito do processo de acesso aos cursos EPTNM e de Graduação presenciais do IFAM	Mede o progresso na implementação de melhorias, dividindo o número de novos avanços implementados pela meta total de 4 ações.	Percentual da Meta de Avanços Atingido = (Número de novos avanços efetivamente implementados/4) x 100	0%	25%	50%	75%	100%
EN-20	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Promover políticas visando à manutenção da garantia e ao contínuo fortalecimento da política de reserva de vagas dispostas na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012	Apura o avanço na implementação de melhorias nas políticas de cotas, dividindo o número de novos avanços implementados pela meta total de 4.	Percentual das políticas nas Políticas de Cotas Atingido = (Número de novos avanços implementados/4) x 100	0%	25%	50%	75%	100%

EN-21	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Ampliar em 20% a oferta de vagas para os projetos relacionados à permanência e êxito dos cursos da EPTNM e cursos de graduação	Calcula o crescimento percentual do número de vagas ofertadas, comparando o período atual com um período base.	$\text{Crescimento Percentual de Vagas} = \frac{(\text{Número de Vagas Ofertadas no Período Atual} - \text{Número de Vagas no Período Base})}{\text{Número de Vagas no Período Base}} \times 100$	20%	30%	50%	75%	100%
EN-22	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Implementar Política de Acesso Permanência e êxito do IFAM	Mede o avanço percentual na implementação da política, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 6 etapas planejadas.	$\text{Percentual de Implementação da Política} = \frac{(\text{Número de etapas do projeto de implementação concluídas})}{6} \times 100$	0%	100%	-	-	-
EN-23	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Revisar Plano Estratégico de Acesso, Permanência e êxito do IFAM	Apura o progresso percentual da revisão do plano, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	$\text{Percentual de Conclusão da Revisão do Plano} = \frac{(\text{Número de etapas do projeto de revisão concluídas})}{5} \times 100$	0%	100%	-	-	-

EN-24	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Revisar Política de Assistência Estudantil	Mede o avanço percentual na revisão da política, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	Percentual de Conclusão da Revisão da Política (Número de etapas do projeto de revisão concluídas / 5) x 100	0%	100%	-	-	-
EN-25	Processos Internos	► Fortalecer a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, consolidando o impacto de suas ações na sociedade.	Implementar em 60% dos cursos a realização de Projetos Integradores de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	Mede o percentual de cursos que implementaram Projetos Integradores em relação ao total de cursos ativos do IFAM.	Percentual de Cursos com Projetos Integradores = (Número de cursos que implementaram a realização de Projetos Integradores / Número Total de Cursos Ativos do IFAM) x 100	10%	20%	30%	80%	100%
EN-26	Sustentabilidade Orçamentária	► Otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade econômica da instituição.	Ampliar em 20% a adesão a programas institucionais como forma de captação de recursos extraorçamentários para desenvolvimento das ações de ensino	Calcula o crescimento percentual do valor captado para o ensino, comparando o período atual com um período base.	Crescimento Percentual de Captação = $\frac{(\text{Valor Captado para o Ensino no Período Atual} - \text{Valor Captado no Período Base})}{\text{Valor Captado no Período Base}} \times 100$	10%	20%	40%	60%	100%

EN-27	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Manter no mínimo 50% da oferta de vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)	Mede o percentual de vagas ofertadas para cursos EPTNM em relação ao total de vagas ofertadas em todos os níveis no ano.	Percentual de Vagas para EPTNM = $(\text{Número total de vagas ofertadas para cursos EPTNM no ano} / \text{Número Total de Vagas Ofertadas em todos os níveis no ano}) \times 100$	100%	100%	100%	100%	100%
EN-28	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Ampliar para 10% a oferta de vagas destinadas ao Cursos da EPTNM na forma integrada à modalidade de Educação de Jovens e Adultos	Mede o percentual de vagas ofertadas para cursos EPTNM em relação ao total de vagas ofertadas em todos os níveis no ano.	Percentual de Vagas para EPTNM = $(\text{Número total de vagas ofertadas para cursos EPTNM no ano} / \text{Número Total de Vagas Ofertadas em todos os níveis no ano}) \times 100$	0%	10%	30%	60%	60%
EN-29	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Ampliar para 10% a oferta de vagas destinadas aos Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados	Calcula o percentual de vagas para Bacharelados e Tecnólogos somados, em relação ao total de vagas de graduação ofertadas no ano.	Percentual de Vagas em Bacharelados e Tecnólogos = $((\text{Total de vagas de Bacharelado} + \text{Total de vagas de Tecnólogo}) / \text{Número Total de Vagas de Graduação ofertadas no ano}) \times 100$	0%	20%	20%	30%	40%
EN-30	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais	Ampliar para 5% a oferta de Cursos da EPTNM na área da saúde	Mede o percentual de cursos de EPTNM da área da saúde em relação ao total de cursos de EPTNM do IFAM.	Percentual de Cursos de EPTNM da Saúde = $(\text{Número total de cursos de EPTNM da área da saúde ofertados} / \text{Número Total de Cursos de EPTNM do IFAM}) \times 100$	0%	0%	10%	40%	60%

		e às novas economias.								
EN-31	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Realizar a digitalização de 20% do Acervo Acadêmico dos cursos de graduação do IFAM	Calcula o percentual do acervo digitalizado, dividindo o total de itens digitalizados pelo total de documentos em uma amostra.	Percentual do Acervo Digitalizado (Número total de itens do acervo que foram digitalizados/total de documentos na amostra) x 100	0%	80%	80%	90%	90%
EN-32	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Avaliar e atualizar 60% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da EPTNM	Mede o percentual de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de EPTNM atualizados em relação ao total de cursos ativos.	Percentual de PPCs Atualizados = (Número de PPCs de EPTNM com processo de avaliação e atualização concluído / Número Total de Cursos de EPTNM Ativos) x 100	5%	10%	40%	40%	60%

EN-33	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Avaliar e atualizar 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Graduação, com foco na curricularização da extensão	Calcula o percentual de PPCs de Graduação atualizados em relação ao total de cursos de graduação ativos.	Percentual de PPCs Atualizados = $(\text{Número de PPCs de Graduação com processo de avaliação e atualização concluído} / \text{Número Total de Cursos de Graduação Ativos}) \times 100$	30%	40%	60%	80%	90%
EN-34	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Ampliar para 20% a oferta de vagas destinadas à Formação de Professores e Licenciaturas	Calcula o percentual de vagas para cursos de Licenciatura em relação ao total de vagas de graduação ofertadas no ano.	Percentual de Vagas em Licenciaturas = $(\text{Número total de vagas ofertadas para cursos de Licenciatura no ano} / \text{Número Total de Vagas de Graduação ofertadas no ano}) \times 100$	0%	30%	40%	60%	60%
EXTENSÃO										
EX-01	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Fomentar a realização de 14 ações de arte e cultura que envolvam a comunidade acadêmica e a comunidade externa ao IFAM, promovendo o diálogo, a	Mede o percentual de ações realizadas em relação à meta de 14 ações.	Percentual de Ações Realizadas = $(\text{Quantidade de ações de arte e cultura realizadas} / 4) \times 100$	20%	35%	60%	75%	100%

			valorização da diversidade cultural e o fortalecimento dos vínculos institucionais com a sociedade							
EX-02	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Incentivar a realização de 125 eventos de extensão nos diversos campi do IFAM, visando fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ampliar o impacto social das ações institucionais e promover o envolvimento da comunidade acadêmica com os territórios.	Calcula o percentual de eventos de extensão realizados em relação à meta total de 125 eventos.	Percentual de Eventos de Extensão Realizados (Quantidade de eventos de extensão efetivamente realizados/125) x 100	15%	25%	40%	60%	85%
EX-03	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo	Fomentar a realização de 600 projetos de extensão, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o envolvimento ativo	Mede o percentual de projetos de extensão concluídos em relação à meta total de 600 projetos.	Percentual de Execução de Projetos (Quantidade de projetos de extensão realizados e concluídos/600) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

		e a economia solidária.	da comunidade acadêmica e o atendimento às demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais dos territórios em que o IFAM está inserido							
EX-04	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Fomentar a concessão de 800 bolsas de extensão destinadas a servidores, estudantes e colaboradores externos, com o objetivo de fortalecer a participação nas ações extensionistas, ampliar o alcance social dos projetos e valorizar o compromisso institucional com a formação cidadã e o desenvolvimento dos territórios	Calcula o percentual de bolsas de extensão concedidas em relação à meta total de 800 bolsas.	Percentual de Concessão de Bolsas (Quantidade total de bolsas de extensão concedidas /800) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-05	Processos Internos	► Fortalecer a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, consolidando o impacto de suas ações na sociedade.	Garantir, até 2029, que 100% dos cursos de graduação do IFAM destinem no mínimo 10% da carga horária total à extensão, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, assegurando a integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica	Mede o progresso anual da adequação dos cursos, dividindo o número de cursos adequados no ano pelo total de cursos de graduação.	Taxa de Progresso Anual=(Nº de cursos adequados no ano/ Nº total de cursos de graduação) x 100	5%	13%	45%	88%	100%
EX-06	Impacto na Sociedade	► Fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos.	Capacitar, por meio dos campi do IFAM, 7.500 pessoas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), contribuindo para a qualificação profissional, a inclusão social e o desenvolvimento dos territórios atendidos pela instituição	Calcula o percentual de pessoas certificadas em cursos FIC em relação à meta total de 7.500 pessoas.	Percentual de Pessoas Capacitadas (Número total de pessoas certificadas nos cursos FI C/7500) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-07	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Incentivar a realização de 75 ações de extensão voltadas às temáticas da diversidade, das relações étnico-raciais e da promoção da equidade, contribuindo para a valorização das identidades, o enfrentamento às desigualdades e o fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva no IFAM	Mede o percentual de ações sobre diversidade e equidade realizadas em relação à meta total de 75 ações.	Percentual de Ações Realizadas = (Quantidade de ações sobre diversidade e equidade efetivamente realizadas/75) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-08	Impacto na Sociedade	► Consolidar a imagem do IFAM como instituição de excelência e relevância social.	Incentivar a realização de 25 ações de extensão voltadas às temáticas das florestas, das águas e do meio ambiente, com foco na conservação dos ecossistemas, no uso sustentável dos recursos naturais e na conscientização socioambiental das comunidades	Calcula o percentual de ações socioambientais realizadas em relação à meta total de 25 ações.	Percentual de Ações Socioambientais Realizadas = (Número total de ações socioambientais realizadas /25) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-09	Impacto na Sociedade	► Fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos.	Incentivar a realização de 75 ações de extensão voltadas às temáticas da pesca e aquicultura, promovendo a sustentabilidade, o uso responsável dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades tradicionais e ribeirinhas atendidas pelo IFAM	Mede o percentual de ações de pesca e aquicultura realizadas em relação à meta total de 75 ações.	Percentual de Ações de Pesca e Aquicultura Realizadas (Número total de ações de pesca e aquicultura realizadas / 75) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-10	Impacto na Sociedade	► Ampliar a oferta de vagas e a inclusão de públicos específicos	Capacitar, por meio dos campi do IFAM, 2.000 mulheres em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), visando à promoção da autonomia econômica, social e profissional, e ao fortalecimento da inclusão e igualdade de gênero	Calcula o percentual de mulheres certificadas em cursos FIC em relação à meta total de 2.000 mulheres.	Percentual de Mulheres Capacitadas = (Número total de mulheres certificadas nos cursos FIC/2.000) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-11	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Publicar 10 edições da Nexus, revista de extensão do IFAM, promovendo a disseminação de conhecimentos e experiências, e fortalecendo o diálogo entre a comunidade acadêmica e os territórios atendidos pela instituição	Mede o percentual de edições da revista publicadas em relação à meta total de 10 edições.	Percentual de Edições Publicadas = $(\text{Número total de edições da revista Nexus publicadas} / 10) \times 100$	20%	40%	60%	80%	100%
EX-12	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Promover 20 ações voltadas à melhoria da gestão da extensão no âmbito do IFAM, com o objetivo de aprimorar processos, fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e garantir maior alcance social das iniciativas extensionistas	Calcula o percentual de ações de melhoria da gestão implementadas em relação à meta total de 20 ações.	Percentual de Ações de Melhoria da Gestão Realizadas $(\text{Número total de ações de melhoria da gestão implementadas} / 20) \times 100$	20%	40%	60%	80%	100%

EX-13	Processos Internos	► Expandir a cooperação e a mobilidade internacional, consolidando a inserção global do Instituto.	Fomentar 25 ações voltadas à internacionalização envolvendo estudantes e servidores do IFAM, com o objetivo de promover a integração acadêmica, cultural e científica no contexto da educação profissional, científica e tecnológica	Mede o percentual de ações de internacionalização realizadas em relação à meta total de 25 ações.	Percentual de Ações de Internacionalização Realizadas (Número total de ações de internacionalização realizadas/25) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-14	Processos Internos	► Expandir a cooperação e a mobilidade internacional, consolidando a inserção global do Instituto.	Capacitar 2.200 pessoas da comunidade interna e externa em cursos de línguas estrangeiras, indígenas e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Calcula o percentual de pessoas certificadas em cursos de línguas em relação à meta total de 2.200 pessoas.	Percentual de Pessoas Capacitadas em Línguas (Número total de pessoas certificadas nos cursos de línguas / 2.200) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-15	Processos Internos	► Expandir a cooperação e a mobilidade internacional, consolidando a inserção global do Instituto.	Apoiar e formalizar 40 acordos nacionais e internacionais priorizando áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e inovação	Mede o percentual de acordos formalizados em relação à meta total de 40 acordos.	Percentual de Acordos Formalizados (Número total de acordos nacionais e internacionais formalizados / 40) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-16	Processos Internos	► Estreitar o diálogo e a parceria com a sociedade, fortalecendo a extensão, a cultura, o empreendedorismo e a economia solidária.	Apoiar e formalizar 15 parcerias institucionais com empresas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, visando a oferta ampliada de vagas de estágio ou vagas como Jovem Aprendiz para estudantes do IFAM, fortalecendo a integração entre a formação acadêmica e o mundo de trabalho	Calcula o percentual de parcerias para estágio/aprendiz formalizadas em relação à meta total de 15 parcerias.	Percentual de Parcerias para Estágio/Aprendiz Formalizadas (Número total de parcerias para estágio/aprendiz formalizadas/15) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-17	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Incentivar 100 ações voltadas para a temática empreendedorismo, inovação e desenvolvimento social, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais	Mede o percentual de ações de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento social realizadas em relação à meta total de 100 ações.	Percentual de Ações de Empreendedorismo e Inovação Realizadas (Número total de ações de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento social realizadas / 100) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

EX-18	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Promover, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI), o Polo de Inovação e os campi, até o ano de 2029, a capacitação de 300 servidores e estudantes do IFAM e comunidade externa em temáticas voltadas para o empreendedorismo e inovação	Calcula o percentual de pessoas capacitadas em empreendedorismo e inovação em relação à meta total de 300 pessoas.	Percentual de Pessoas Capacitadas em Empreendedorismo e Inovação (Número total de pessoas capacitadas nas temáticas/ 300) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-19	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Implementar, até 2029, um sistema institucional de acompanhamento profissional de egressos, visando monitorar sua trajetória acadêmica e profissional, avaliar a eficácia dos cursos ofertados e fortalecer a articulação entre o IFAM, o mundo de trabalho e a comunidade,	Apura o avanço percentual na implementação do sistema de egressos, com base na divisão do número de etapas do projeto concluídas pelo total de etapas planejadas.	Percentual de Implementação do Sistema de Egressos (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / Número total de etapas planejadas) x 100	20%	20%	20%	20%	20%

			contribuindo para a melhoria continua da formação oferecida							
EX-20	Impacto na Sociedade	► Consolidar a imagem do IFAM como instituição de excelência e relevância social.	Apoiar a realização das Práticas Profissionais de 1300 estudantes do IFAM, por meio do fortalecimento de parcerias, orientações acadêmicas e suporte institucional, visando à formação técnica e cidadã no âmbito da educação profissional	A fórmula apresentada no documento corresponde à implementação do sistema de egressos, medindo o progresso com base nas etapas do projeto concluídas.	Percentual de Implementação do Sistema de Egressos = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas/Número total de etapas planejadas) x 100	20%	40%	60%	80%	100%
EX-21	Impacto na Sociedade	► Fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos.	Apoiar a realização de 100 visitas técnicas, no âmbito dos campi do IFAM	Mede o percentual de visitas técnicas realizadas em relação à meta total de 100 visitas.	Percentual de Visitas Técnicas Realizadas = (Número total de visitas técnicas realizadas / 100) x 100	20%	40%	60%	80%	100%

PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO										
PI-01	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Criar Ambiente de PODCAST, EAD e RADIO voltado para divulgação das ações de pesquisa e inovação no âmbito do IFAM	Apura o avanço percentual na implementação do ambiente de mídia, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de etapas planejadas.	Percentual de Implementação do Ambiente de Mídia (Número de etapas do projeto concluídas / Número total de etapas planejadas) x 100	0%	33%	67%	100%	-
PI-02	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Mapear os fluxos processuais de pesquisa, pós-graduação e inovação visando otimizar recursos humanos, recursos financeiros e editais	Mede o avanço percentual do mapeamento de fluxos, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas planejadas.	Percentual de Conclusão do Mapeamento de Fluxos (Número de etapas do projeto de mapeamento concluídas / 5) x 100	0%	22%	43%	65%	87%
PI-03	Impacto na Sociedade	► Fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos.	Fomentar a participação dos discentes em eventos acadêmicos, culturais e científicos	Calcula o percentual da meta de participação discente atingida, dividindo o número total de participações fomentadas pelo total esperado.	Percentual da Meta de Participação Discente Atingido (Número total de participações de discentes em eventos / No total de participações que se espera fomentar) x 100	5%	13%	45%	88%	100%

PI-04	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Promover aquisição dos materiais de consumo, equipamentos e insumos para as atividades os laboratórios de pesquisa e inovação do IFAM	Mede o percentual de itens para laboratórios adquiridos, dividindo o total de itens/lotos recebidos pelo número de itens solicitados no ano.	Percentual de Itens para Laboratórios Adquiridos = (Número total de itens/lotos recebidos / N° de itens solicitados no ano) x 100	0%	38%	50%	75%	100%
PI-05	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Atualizar o parque tecnológico dos laboratórios de pesquisa das unidades do IFAM	Calcula o percentual de equipamentos de pesquisa atualizados, dividindo o total de equipamentos atualizados pelo número total a ser adquirido/atualizado no ano.	(Número total de equipamentos atualizados e instalados / N° total de equipamentos a serem adquiridos/atualizados no ano) x 100	5%	13%	45%	88%	100%
PI-06	Processos Internos	► Fortalecer a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, consolidando o impacto de suas ações na sociedade.	Implantar comitê de pesquisa e extensão nos campi do IFAM	Mede o percentual de campi com comitê de pesquisa e extensão ativo em relação ao total de campi do IFAM.	Percentual de Campi com Comitê Implantado (Número de campi com comitê de pesquisa e extensão implantado e ativo / Número Total de Campi do IFAM) x 100	80%	90%	100%	-	-

PI-07	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Fomentar a criação do Parque Tecnológico	Acompanha o progresso percentual da criação do Parque Tecnológico, dividindo o número de marcos do projeto concluídos pelo total de 5 marcos.	Percentual de Conclusão do Projeto do Parque Tecnológico = (Número de marcos do projeto concluídos / 5) x 100	5%	13%	45%	88%	100%
PI-08	Sustentabilidade Orçamentária	► Otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade econômica da instituição.	Fazer adesões a programas institucionais como forma de captação de recursos extraorçamentários para compra de materiais de consumo e oferta de bolsas	Calcula o percentual de atingimento da meta de captação, dividindo o valor total de recursos extraorçamentários captados pela meta monetária total.	Percentual da Meta de Captação Atingido = (Valor total de recursos extraorçamentários captados/meta monetária total que o IFAM pretende captar via adesão a programas) x 100	40%	68%	75%	100%	-
PI-09	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Ampliar em 30% grupos institucionais de pesquisas	Mede o crescimento percentual de grupos de pesquisa, comparando o número atual com o número inicial.	Crescimento Percentual de Grupos ((Número Atual de Grupos de Pesquisa Número Inicial de Grupos) / Número Inicial de Grupos) x 100	0%	25%	38%	63%	88%

PI-10	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Apoiar na construção do plano de capacitação de pós-graduação strictu sensu para os servidores do IFAM	Acompanha o progresso percentual da construção do plano, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão do Plano de Capacitação (Número de etapas do projeto de construção do plano concluídas/ 5) x 100	0%	50%	100%	-	-
PI-11	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Criar Edital Interno para fomento de eventos voltados para pesquisa básica e aplicadas	Mede o avanço percentual na criação do edital, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão do Projeto do Edital = (Número de etapas do projeto de criação do edital concluídas / 5) x 100	0%	100%	-	-	-
PI-12	Processos Internos	► Expandir a cooperação e a mobilidade internacional, consolidando a inserção global do Instituto.	Apoiar a prospecção de convênios internacionais para a pesquisa e pós-graduação do IFAM	Calcula o percentual da meta de convênios atingida, dividindo o número de novos convênios formalizados pela estimativa total esperada para o ano.	(Número de novos convênios internacionais para pesquisa e pós-graduação formalizados / N° estimativa total de convênios que se espera assinar no ano) x 100	75%	75%	75%	75%	75%

PI-13	Processos Internos	► Garantir a relevância e a excelência dos currículos, alinhando a oferta de cursos às demandas sociais e às novas economias.	Implantar Política de acompanhamento, acompanhamento dos egressos da pós-graduação do IFAM	Acompanha o progresso percentual da implantação da política, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implantação da Política de Egressos = $(\text{Número de etapas do projeto de implantação concluídas} / 5) \times 100$	0%	50%	100%	-	-
PI-14	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Implantar o PMO e PMBOK para gerir os projetos de PD&I	Mede o avanço percentual na implementação do PMO (Escritório de Gerenciamento de Projetos), dividindo as etapas concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do PMO = $(\text{Número de etapas do projeto de implantação concluídas} / 5) \times 100$	0%	50%	100%	-	-
PI-15	Processos Internos	► Fomentar um ecossistema de pesquisa, pós-graduação e inovação, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico de impacto.	Possuir 10 empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação até 2029	Calcula o percentual da meta atingida, dividindo o número total de empreendimentos beneficiados pela meta de 10 empreendimentos.	Percentual da Meta de Empreendimentos Beneficiados Atingido = $(\text{Número total de empreendimentos beneficiados} / 10) \times 100$	20%	40%	60%	80%	100%

PI-16	Impacto na Sociedade	► Fortalecer a relação com o mundo do trabalho e os setores produtivos.	Fomentar projeto de pesquisa e capacitação nas tecnologias de Inteligência Artificial, Robótica Avançada e Transformação Digital	Mede o percentual de projetos fomentados nas áreas temáticas específicas (IA, Robótica, etc.) em relação ao total de projetos de pesquisa fomentados no ano.	Percentual da Meta de Projetos de Pesquisa Atingido (Número de novos projetos de pesquisa fomentados nas áreas temáticas / Total de Projetos de Pesquisa Fomentados no ano) x 100	40%	40%	40%	40%	40%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO										
TI-01	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Modernizar 20% por ano OS computadores e notebooks	Mede o percentual de execução da meta anual, dividindo o número de equipamentos modernizados pela meta definida para o ano.	Percentual de Execução da Meta Anual = (Número de equipamentos modernizados no ano / Meta Anual de Modernização) x 100	75%	75%	75%	75%	75%
TI-02	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades	Ampliar 20% o quantitativo de computadores e notebooks	Calcula o crescimento percentual do parque tecnológico, comparando o número atual de equipamentos com o número inicial.	Crescimento Percentual do Parque Tecnológico ((Número Atual de Equipamentos - Número Inicial de Equipamentos) / Número Inicial de Equipamentos) x 100	75%	75%	75%	75%	75%

		acadêmicas e administrativas.								
TI-03	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Modernizar 20% por ano a infraestrutura de redes e do datacenter	Mede o percentual de execução da meta anual de investimento, dividindo o valor total investido na modernização pela meta anual de investimento.	(Valor total investido na modernização de redes e datacenter no ano / Meta Anual de Investimento) x 100	75%	75%	75%	75%	75%
TI-04	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Manter 60% dos sistemas em nuvem	Calcula o percentual de sistemas institucionais hospedados em nuvem em relação ao número total de sistemas.	Percentual de Sistemas em Nuvem = (Número total de sistemas hospedados em nuvem / Número Total de Sistemas Institucionais) x 100	100%	100%	100%	100%	100%

TI-05	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Renovar 70% das licenças do antivírus por ano	Mede o percentual de execução da meta anual de renovação, dividindo o número de licenças renovadas pela meta definida para o ano.	Percentual de Execução da Meta Anual = (Número de licenças efetivamente renovadas no ano / Meta Anual de Renovação) x 100	100%	100%	100%	100%	100%
TI-06	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Alinhamento da Lei Geral de Proteção a Dados Pessoais em conjunto com a Política de Segurança da Informação	Acompanha o progresso percentual do projeto de alinhamento, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 6 etapas.	Percentual de Conclusão do Projeto de Alinhamento LGPD-PSI = (Número de etapas do projeto de alinhamento concluídas/ (6)x100)	100%	100%	100%	100%	100%
TI-07	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Manter o Parque computacional do IFAM catalogado e atualizado	Mede a precisão do inventário, dividindo o número de equipamentos localizados e com dados corretos pelo total de equipamentos registrados no sistema.	Índice de Acuracidade do Inventário = (Número de equipamentos físicos localizados e com dados corretos no sistema / Número total de equipamentos registrados no sistema de inventário) x 100	75%	100%	100%	100%	100%

INFRAESTRUTURA										
IF-01	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção, reforma e manutenção de 09 espaços desportivos (ginásio, piscinas, quadras poliesportivas)	Calcula o percentual de projetos de infraestrutura esportiva concluídos em relação à meta total de 9 projetos.	Percentual de Projetos de Infraestrutura Esportiva Concluídos (Número total de projetos de espaços desportivos concluídos/9) x 100	13%	63%	75%	88%	100%
IF-02	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção, reformas e ampliação de 11 espaços destinados à alimentação, refeição e convivência	Mede o percentual de projetos de alimentação e convivência concluídos em relação à meta total de 11 projetos.	Percentual de Projetos de Alimentação e Convivência Concluídos (Número total de projetos de construção, reforma e ampliação concluídos/11) x 100	40%	68%	75%	100%	-
IF-03	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção e reforma de 04 áreas de vestiário e banheiros nos campi	Calcula o percentual de projetos de vestiários e banheiros concluídos em relação à meta total de 4 projetos.	Percentual de Projetos de Vestiários e Banheiros Concluídos (Número total de projetos de vestiários e banheiros concluídos (4)x100)	0%	33%	67%	100%	-

IF-04	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Adequação e adaptação de acessibilidade para 02 campi e reitoria	Mede o percentual de locais com acessibilidade adaptada, dividindo o número de locais com projetos concluídos pela meta de 3 locais.	Percentual de Locais com Acessibilidade Adaptada (Número de locais com projetos de acessibilidade concluídos / 3) x 100	0%	33%	67%	100%	-
IF-05	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Contratação de apoio técnico para 14 projetos básicos e fiscalização dos prédios públicos	Calcula o percentual de processos de contratação de apoio técnico concluídos em relação à meta total de 14 processos.	Percentual de Contratações de Apoio Técnico Realizadas (Número total de processos de contratação de apoio técnico concluídos/14) x 100	0%	50%	100%	-	-
IF-06	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção, ampliação e reforma de 24 áreas de ensino, pesquisa e extensão (laboratórios, UEPSbiblioteca, , bloco de salas de aula)	Mede o percentual de projetos de áreas acadêmicas concluídos (construção, ampliação e reforma) em relação à meta total de 24 projetos.	Percentual de Projetos de Áreas Acadêmicas Concluídos = (Número total de projetos de construção, ampliação e reforma concluídos/24) x 100	13%	63%	75%	88%	100%

IF-07	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Aquisição de 05 novos campi modulares	Calcula o percentual de campi modulares com instalação concluída em relação à meta total de 5 campi.	Percentual de Campi Modulares Adquiridos = $(\text{Número de novos campi modulares com instalação concluída} / 5) \times 100$	33%	67%	100%	-	-
IF-08	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção e revitalização de muro para delimitação de área de 02 campi por ano	Mede o percentual de projetos de muro concluídos em relação à meta anual de 2 projetos.	Percentual de Projetos de Muro Concluídos = $(\text{Número de projetos de construção/revitalização de muro concluídos} / 2) \times 100$	50%	50%	50%	50%	50%
IF-09	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Reforma e revitalização de 05 campi (vias, calçadas, pinturas, telhados e estruturas)	Calcula o percentual de projetos de revitalização de campi concluídos em relação à meta total de 5 projetos.	Percentual de Revitalizações de Campi Concluídas = $(\text{Número de projetos de revitalização de campi concluídos} / 5) \times 100$	40%	40%	40%	40%	40%

IF-10	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Apoio técnico de 03 projetos básicos, fiscalização e reforma de infraestrutura de rede elétrica por ano	Mede o progresso na conclusão de 3 projetos anuais de infraestrutura de rede elétrica.	Apoiar e concluir 3 projetos de infraestrutura de rede elétrica (incluindo a elaboração do projeto básico, a reforma e a fiscalização).	33%	33%	33%	33%	33%
IF-11	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Adaptação e melhorias de Espaços de Convivência para Alunos para os campi	Mede o percentual de espaços de convivência que tiveram melhorias concluídas em relação à quantidade total de espaços de convivência.	Percentual de Espaços de Convivência Melhorados (Número total de espaços com melhorias concluídas / Quantidade de espaços de Convivência) x 100	13%	63%	75%	88%	100%
IF-12	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Dotar todas as unidades acadêmicas do IFAM de refeitório acadêmico	Calcula o percentual de unidades acadêmicas com refeitório funcional em relação ao total de unidades do IFAM.	Percentual de Unidades com Refeitório = (Número de unidades acadêmicas com refeitório funcional/Número total de unidades acadêmicas do IFAM) x 100	40%	68%	75%	100%	-

IF-13	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Construção de espaço com copa, área de convivência e descanso para os servidores em todas as unidades do IFAM	Mede o percentual de unidades com espaço do servidor funcional em relação ao total de unidades do IFAM.	Percentual de Unidades com Espaço do Servidor Implantado (Número de unidades com o espaço do servidor funcional/Número Total de Unidades do IFAM) x 100	33%	40%	68%	75%	100%
ADMINISTRAÇÃO										
AD-01	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Apoiar na aquisição de equipamentos para o laboratório multidisciplinar para atender as demandas dos campi	Mede o percentual de equipamentos adquiridos e instalados em relação à quantidade total de equipamentos inseridos no Plano de Contratações Anual (PGC).	Percentual de Equipamentos para Laboratórios Adquiridos = (Número total de equipamentos recebidos e instalados / Quantidade de Equipamentos inseridos no PGC) x 100	40%	40%	40%	40%	40%
AD-02	Sustentabilidade Orçamentária	► Otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade econômica da instituição.	Implantar modelo de Cessão Onerosa de Espaço Físico para Prestação de Serviços atendimento das demandas dos campi	Acompanha o progresso percentual da implantação do modelo, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Modelo = (Número de etapas do projeto de implantação concluídas/5) x 100	80%	90%	100%	-	-

AD-03	Sustentabilidade Orçamentária	► Otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade econômica da instituição.	Captar 3 milhões anuais de emenda parlamentar	Calcula o percentual da meta anual de captação atingida, dividindo o valor total de emendas captadas no ano pela meta de 3 milhões.	Percentual da Meta Anual de Captação Atingido (Valor total de emendas parlamentares efetivamente captadas no ano/3.000.000) x 100	75%	75%	75%	75%	75%
AD-04	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Dotar por meio de licitação uniformes e EPIs anualmente para atendimento das unidades do IFAM	Mede o percentual de atendimento da demanda anual, dividindo o número de pessoas que receberam os itens pelo total de pessoas com demanda identificada.	Percentual de Atendimento da Demanda Anual (Número de pessoas que receberam os uniformes/EPIs necessários no ano / Número total de pessoas com demanda identificada no ano) x 100	50%	50%	50%	50%	50%
AD-05	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Criar programa de transparência financeira e orçamentária institucional	Acompanha o progresso percentual da implementação do programa, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Programa de Transparência = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas/ 5) x 100	95%	100%	-	-	-

AD-06	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Instruir processo licitatório para aquisição de equipamentos diversos para equipar os Setores Administrativos, Salas de Aulas e Laboratórios dos campi	Mede o avanço percentual na instrução do processo licitatório, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão da instrução do Processo Licitatório (Número de etapas da instrução do processo concluídas / 5) x 100	40%	40%	40%	40%	40%
AD-07	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Criar Comissão para gerenciar ações com foco na implementação, aperfeiçoamento e padronização de ferramentas e mecanismos de gestão com foco no aumento de eficiência e promoção de mudanças reais e positivas na Gestão	Mede o avanço percentual na criação da comissão, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão da Criação da Comissão (Número de etapas do projeto de criação da comissão concluídas / 5) x 100	75%	75%	75%	75%	75%
AD-08	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Realizar o acompanhamento do planejamento estratégico, ações de governança, transparência e compliance	Acompanha o progresso percentual da criação da comissão, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão da Criação da Comissão = (Número de etapas do projeto de criação da comissão concluídas / 5) x 100	80%	100%	100%	100%	100%

AD-09	Processos Internos	► Fortalecer e ampliar as políticas de inclusão, assistência e bem-estar estudantil, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso de todos os discentes.	Melhora do transporte escolar nas unidades acadêmicas, provendo meio transporte e contratos para suporte ao transporte escolar	Calcula o percentual de alunos atendidos pelo serviço completo de transporte em relação ao total de alunos que necessitam do serviço.	Percentual da Meta de Atendimento com Transporte Atingido = (Número de alunos que passaram a ser atendidos pelo serviço completo de transporte / N° total de alunos que precisam ser atendidos com o transporte escolar) x 100	75%	75%	75%	75%	75%
AD-10	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Apoiar na Aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo para equipar as unidades do IFAM	Mede o percentual de aquisição, dividindo o total de equipamentos de áudio e vídeo recebidos e instalados pelo número de unidades.	Percentual de Equipamentos de A/V Adquiridos = (Número total de equipamentos de áudio e vídeo recebidos e instalados/N° de unidades) x 100	40%	68%	75%	100%	40%
AD-11	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Padronizar os fluxos de processos e procedimentos administrativos do IFAM	Calcula o percentual de processos administrativos padronizados em relação ao total de processos a serem padronizados no ano.	Percentual de Processos Administrativos Padronizados = (Número de processos administrativos padronizados / N° número total de processos a serem padronizados no ano) x 100	80%	80%	90%	90%	90%

AD-12	Processos Internos	► Modernizar a governança institucional, otimizando processos com base na transparência, integridade e gestão orientada por dados.	Implantar o Programa de Integridade Institucional	Acompanha o progresso percentual do projeto, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 6 etapas.	Percentual de Implementação do Programa de Integridade = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 6) x 100	80%	100%	-	-	-
AD-13	Impacto na Sociedade	► Consolidar a imagem do IFAM como instituição de excelência e relevância social	Implantar o Programa A3P no IFAM	Acompanha o progresso percentual do projeto, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 6 etapas.	Percentual de Implementação do Programa A3P = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 6) x 100	0%	50%	100%	-	-
AD-14	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para modernização dos ambientes do Almoxarifado e Patrimônio das unidades	Mede o percentual de itens adquiridos, dividindo o total de itens de mobiliário e equipamentos recebidos por um número "N" não especificado.	Percentual de Itens para o Almoxarifado Adquiridos = (Número total de itens de mobiliário e equipamentos recebidos/N) x 100	40%	68%	75%	100%	-
AD-15	Pessoas e Infraestrutura	► Assegurar uma infraestrutura física e tecnológica moderna, sustentável e acessível, que suporte a	Aquisição de Câmara Frigoríficas com capacidade de 5.000 Kg para suporte aos refeitórios acadêmicos	Acompanha o progresso percentual do projeto, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 4 etapas.	Percentual de Conclusão do Projeto da Câmara Frigorífica = (Número de etapas do projeto concluídas / 4) x 100	5%	13%	45%	88%	100%

		excelência nas atividades acadêmicas e administrativas.								
AD-16	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Consolidar uma cultura organizacional alinhada com a missão, visão e valores institucionais	Mede o alinhamento cultural por meio do percentual de servidores que respondem positivamente a questões-chave sobre cultura organizacional.	Índice de Alinhamento Cultural = (Percentual de servidores que respondem positivamente a questões-chave sobre cultura)	40%	68%	75%	100%	
GESTÃO DE PESSOAS										
GP-01	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Atualização das normativas institucionais referente a Gestão de Pessoas	Calcula o percentual de normativas atualizadas em relação ao total de normativos de gestão de pessoas existentes.	Percentual de Normativas de Gestão de Pessoas Atualizadas = (Número de normativas com processo de atualização concluído/Nº de normativos de gestão de pessoas existentes) x 100	33%	67%	100%		

GP-02	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Capacitar 50% dos servidores do IFAM, com equidade de Gênero na oferta	Mede o percentual de servidores que concluíram a capacitação em relação ao número total de servidores.	Percentual de Servidores Capacitados = (Número total de servidores que concluíram a capacitação / Número Total de Servidores) x 100	40%	40%	40%	40%	40%
GP-03	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Implementar e consolidar um sistema de avaliação de desempenho	Acompanha o progresso percentual da implementação do sistema, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Sistema de Avaliação (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 5) x 100	-	40%	68%	75%	100%
GP-04	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Implantar um programa de promoção à saúde dos servidores	Mede o avanço percentual na implementação do programa, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Programa de Saúde = (Número de etapas. do projeto de implementação concluídas/ 5)x100	33%	67%	100%	-	-
GP-05	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a	Realizar, analisar e propor ações com base em pesquisa de clima organizacional realizada a cada dois anos	Mede a conclusão do ciclo bienal da pesquisa de clima, dividindo o número de etapas concluídas (realização, análise, proposição) pelo total de 3 etapas.	Percentual de Conclusão do Ciclo Bienal = (Número de etapas do ciclo concluídas/3) x 100	0%	100%	100%	100%	100%

		excelência profissional.								
GP-06	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Implementar O modelo de Gestão por Competências	Acompanha o progresso percentual da implementação da gestão por competências, dividindo as etapas concluídas pelo total de 6 etapas do projeto.	Percentual de Implementação da Gestão por Competências = (Número de etapas do projeto concluídas / 6) x 100	0%	100%	100%	100%	100%
GP-07	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Estabelecer um plano de dimensionamento e reposição da força de trabalho	Mede o avanço percentual na criação do plano, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 5 etapas do projeto.	Percentual de Conclusão do Plano de Dimensionamento = (Número de etapas do projeto de criação do plano concluídas / 5) x 100	0%	100%	100%	100%	100%
GP-08	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a	Formar 30% dos Gestores em Liderança e Estratégia	Calcula o percentual de gestores que concluíram a formação em Liderança e Estratégia em	Percentual de Gestores Capacitados = (Número total de gestores que concluíram a formação em Liderança e Estratégia / Número Total de Gestores) x 100	50%	100%	-	-	-

		excelência profissional.		relação ao total de gestores.						
GP-09	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Institucionalizar programa de reconhecimento e valorização com premiações	Acompanha o progresso percentual da implementação do programa, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Programa de Reconhecimento = $(\text{Número de etapas do projeto de implementação concluídas} / 5) \times 100$	0%	100%	-	-	-
GP-10	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Reduzir em 30% OS afastamentos para tratamento da própria saúde por motivo de doenças ocupacionais	Calcula a redução percentual de afastamentos por doenças ocupacionais, comparando o número de afastamentos do período atual com um período base.	Redução Percentual de Afastamentos = $((\text{Número de Afastamentos no Período Base} - \text{Número de Afastamentos no Período Atual}) / \text{Número de Afastamentos no Período Base}) \times 100$	0%	50%	50%	50%	50%
GP-11	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Implantar programa de qualidade de vida do servidor	Mede o avanço percentual na implementação do programa, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Programa de Qualidade de Vida = $(\text{Número de etapas do projeto de implementação concluídas} / 5) \times 100$	0%	100%	-	-	-

GP-12	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Recompor a Equipe Multiprofissional nas unidades do IFAM	Calcula o percentual de unidades com a equipe multiprofissional completa em relação ao total de unidades que devem ter a equipe.	Percentual de Unidades com Equipe Recompota (Número de unidades com a equipe multiprofissional completa / Número total de unidades que devem ter a equipe) x 100	0%	40%	68%	75%	100%
GP-13	Pessoas e Infraestrutura	► Implementar uma política de qualidade de vida, saúde e bem-estar para toda a comunidade acadêmica (servidores e discentes).	Instituir Comissão Local de Atenção à Saúde do Servidor	Mede o percentual de unidades com a comissão local de saúde ativa em relação ao total de unidades do IFAM.	Percentual de Unidades com Comissão de Saúde Instituída = (Número de unidades com a comissão local instituída e ativa / Número Total de Unidades do IFAM) x 100	0%	100%	-	-	-
GP-14	Pessoas e Infraestrutura	► Promover o desenvolvimento contínuo e a valorização integral dos servidores, estimulando o engajamento e a excelência profissional.	Fazer a contratação de servidores visando a composição da força de trabalho e atendimento aos atos normativos do Ministério da Educação	Calcula o percentual de atingimento da meta de contratação, dividindo o número de novos servidores contratados pelo número previsto em atos normativos.	Percentual da Meta de Contratação Atingido (Número de novos servidores contratados e empossados/ N° de servidores previstos nos atos normativos do Ministério da Educação) x 100	75%	75%	75%	75%	75%

COMUNICAÇÃO										
CM-01	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Implantar um novo Portal Institucional com foco em acessibilidade, transparência e experiência do usuário	Acompanha o progresso percentual da implementação do novo portal, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Novo Portal (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 5) x 100	33%	80%	100%	-	-
CM-02	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Atualizar e divulgar a Política de Comunicação do IFAM	Mede o avanço percentual na atualização da política, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão do Projeto = (Número de etapas do projeto concluídas / 5) x 100	0%	100%	-	-	-
CM-03	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Produzir e lançar pelo menos um novo produto audiovisual estratégico por ano	Mede o cumprimento da meta anual de lançamento, dividindo o número de novos produtos audiovisuais lançados pela meta de 1.	Percentual de Execução da Meta Anual = (Número de novos produtos audiovisuais estratégicos lançados no ano / 1) x 100	100%	100%	100%	100%	100%
CM-04	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a	Ampliar o engajamento nas redes sociais institucionais em 60% até 2029	Calcula o crescimento percentual do engajamento total, comparando o período atual com o engajamento inicial.	Crescimento Percentual do Engajamento = ((Engajamento Total no Período Atual - Engajamento Inicial) / Engajamento Inicial) x 100	5%	13%	45%	88%	-

		imagem e a marca institucional.								
CM-05	Sustentabilidade Orçamentária	► Otimizar a gestão orçamentária e financeira, ampliando a captação de recursos e assegurando a sustentabilidade econômica da instituição.	Pleitear e garantir orçamento próprio anual para o setor de Comunicação	Acompanha o progresso percentual do projeto de orçamento próprio, dividindo o número de etapas concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Conclusão do Projeto de Orçamento Próprio = (Número de etapas do projeto concluídas / 5) x 100	0%	100%	100%	100%	100%
CM-06	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Implantar sistema de indicadores de desempenho e avaliação da comunicação institucional	Mede o avanço percentual na implementação do sistema de indicadores, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Sistema de Indicadores = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 5) x 100	0%	50%	100%	-	-

CM-07	Processos Internos	► Qualificar a comunicação estratégica com todos os públicos de interesse, fortalecendo a imagem e a marca institucional.	Fortalecer a identidade visual institucional e padronizar a comunicação em todas as unidades	Acompanha o progresso percentual da implementação da padronização, dividindo o número de etapas do projeto concluídas pelo total de 5 etapas.	Percentual de Implementação do Sistema de Indicadores = (Número de etapas do projeto de implementação concluídas / 5) x 100	80%	90%	100%	-	-

ANEXO II – OFERTA DE CURSO

Cronograma de Cursos de Nível Técnico, Superior e de Pós-Graduação ofertados pelo IFAM no período de 2025 a 2029

CAMPUS AVANÇADO BOCA DO ACRE – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	-	40	40

CAMPUS COARI – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Comunicação & Informação	Informática para Internet	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	-	-	40
Comunicação & Informação	Manutenção e Suporte	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	-	40	-
Comunicação & Informação	Informática para Internet	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	-	40	40	-
Comunicação & Informação	Manutenção e Suporte	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	-	-	-
Infraestrutura	Desenho de Construção Civil (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	-	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária (novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	40	40	40

CAMPUS COARI – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão e Negócios	Administração	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Ciências Humanas	Ciências Naturais (novo)	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40
Ciências Humanas	Informática (novo)	Graduação - Licenciatura	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS EIRUNEPÉ – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão e Negócio	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Administração	PROEJA - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Vendas	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agroecologia	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40

CAMPUS EIRUNEPÉ – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Ciências Humanas	Licenciatura Intercultural - PROLIND (Novo)	Graduação - Licenciatura Indígena	Presencial	4 anos	40	-	-	-	-

CAMPUS HUMAITÁ – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos naturais	Aquicultura (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Recursos naturais	Florestas	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Recursos naturais	Recursos pesqueiros	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e negócio	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e negócio	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e negócio	Administração	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e comunicação	Informática para internet	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e comunicação	Manutenção e suporte em Informática	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas (Novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	-	40	-	40
Recursos Naturais	Aquicultura (Novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS HUMAITÁ – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e comunicação	Computação	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	35	35	35
Informação e Comunicação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	2,5 anos	-	-	35	35	35
Recursos Naturais	Engenharia de Aquicultura (Novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	-	-	35	35	35
Recursos Naturais	Zootecnia (Novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	-	-	35	35	35
Recursos naturais	Engenharia Florestal (Novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	-	-	35	35	35

CAMPUS HUMAITÁ – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão Ambiental (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	-	-	40
Recuperação de Áreas Degradadas (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	-	40	-
Georeferenciamento (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	40	-	-
Educação ambiental (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	-	40	-
Sistemas Sustentáveis para o Bioma Amazônicos (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	40	-	-	40
Educação Antirracista e Estudos Étnico-raciais (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	40	-	40
Ensino de Matemática e Física (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-
Língua portuguesa e Estudos Literários (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	40	-	40
Educação Especial e Inclusiva (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-

Formação Pedagógica para Docência na EPT (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	120	-	40	-	40
Gestão Pública e Estratégica (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	120	-	40	-	40

CAMPUS IRANDUBA – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Secretariado	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Aquicultura (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Gestão e Negócios	Logística (novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	-	40	40	-
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática (novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-
Gestão e Negócios	Administração (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40

CAMPUS IRANDUBA – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	-	-	40

CAMPUS ITACOATIARA – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Comunicação e Informação	Manutenção e Suporte em Informática	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Curso Técnico em Agropecuária (Novo)	EPTNM - Concomitante	Presencial	1 ano	40	40	40	40	40
Comunicação e Informação	Curso Técnico em Informática (Novo)	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40

CAMPUS ITACOATIARA – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Ciências Humanas	Ciências Agrárias	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	40	-	-
Gestão e Negócios	Gestão Comercial (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40

CAMPUS ITACOATIARA – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1 ano	-	40	40	40	40
Educação do campo, das águas e	Aperfeiçoamento	Aperfeiçoamento	Presencial	1 ano	-	40	40	40	40

das Florestas - Escola da Terra									
Educação do Campo (novos)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 ano	-	40	40	40	40
Informática da Educação (novos)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1 ano	-		40	40	40

CAMPUS LÁBREA – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Informação e Comunicação	Informática para internet	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Florestas	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Secretariado	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Vendas	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Ciências Humanas	Magistério indígena – Povo Paumarí (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	-	-	-

CAMPUS LÁBREA – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Tecnologia da Informação (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	-	-	40
Gestão e Negócios	Tecnologia em Processos Gerenciais (novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40

CAMPUS LÁBREA – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informática para a Docência	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	-	-
Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	-	-

CAMPUS MANAUS CENTRO – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Controle e Processos Industriais	Mecânica	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	80	80
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	Mecânica	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	35	35	35	35	35
Controle e Processos Industriais	Mecânica	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	35	35	35	35	35
Controle e Processos Industriais	Química	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Controle e Processos Industriais	Química	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Meio ambiente	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Infraestrutura	Edificações	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Infraestrutura	Edificações	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	70	70	70	70	70
Informação e Comunicação	Segurança do trabalho	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática para internet	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	-	40	40

CAMPUS MANAUS CENTRO – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Tecnologia	Produção Publicitária	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Produção Cultural e Design	Design de Interiores	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Produção Industrial	Processos Químicos	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Tecnologia	Alimentos	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Ciências Exatas e Tecnológicas	Engenharia Ambiental e Sanitária	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	-	-	40	40	40
Ensino de Ciências e Matemática	Matemática	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Ensino de Ciências e Matemática	Química	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Ensino de Ciências e Matemática	Ciências Biológicas	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Ensino de Ciências e Matemática	Física	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Ciências Exatas e da Natureza	Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40
Ciências Exatas e da Natureza	Engenharia mecânica	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40
Ciências Exatas e da Terra	Ciência da Computação (novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40

CAMPUS MANAUS CENTRO – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Energia Solar Fotovoltaica	EPTNM – Especialização Técnica	Especialização Técnica	Presencial	6 meses	25	-	25	-	25
Ensino de Ciências e Tecnologia	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	30	30	30	30	30
Gestão em Segurança do Trabalho	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Investigações Educacionais	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	30	30	30	30	30
Matemática Aplicada e Computação Científica (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Gestão Ambiental (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Ensino de Física (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Ensino da Matemática (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Bioinformática (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Ciência de Dados (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Mestrado em Ensino de Física	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Mestrado em Ensino Tecnológico	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Mestrado em Educação Inclusiva	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Mestrado em Química	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Mestrado em Tecnologia e Inovação (novo)	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional	Presencial	2 anos	-	20	20	20	20
Mestrado em Biodiversidade e Ensino de Ciências Naturais na Amazônia (novo)	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Acadêmico	Presencial	2 anos	-	20	20	20	20
Doutorado em Ensino Tecnológico	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Doutorado Profissional	Presencial	4 anos	-	15	15	15	15

CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Controle e Processos industriais	Eletrônica	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	80	80	80	80	80
Controle e Processos industriais	Mecatrônica	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	120	120	120	120	120
Controle e Processos industriais	Eletrônica	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos industriais	Automação Industrial	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Logística	PROEJA - Integrada	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40

CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Controle e Processos industriais	Engenharia de Controle e Automação	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos industriais	Eletrônica Industrial	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos industriais	Mecatrônica Industrial	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos industriais	Sistemas de Telecomunicações	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Logística	Graduação - Tecnólogo	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Ciências Exatas e da Terra	Engenharia de Computação	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40

CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Internet das Coisas	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Meio Ambiente e suas Tecnologias	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30
Automação Industrial e Transformação Digital	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	-	30	30	30	30

CAMPUS MANAUS ZONA LESTE – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Secretariado	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	-	-	40	40
Produção Cultural e Design	Paisagismo	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Aquicultura	EPTNM -Subsequente	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	80	80	80	80	80
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agroecologia	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Florestas	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Turismo Hospitalidade e Lazer	Eventos (Novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Turismo Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo (Novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Programação de Jogos Digitais (Novo)	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS MANAUS ZONA LESTE – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Engenharia de Software	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Medicina Veterinária	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agroecologia	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Ciências Humanas	Licenciatura em Pedagogia	Graduação - Licenciatura	EaD	4 anos	40	40	40	40	40
Ciências Humanas	Letras (Novo)	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração (Novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40
Produção Industrial	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS MANAUS ZONA LESTE – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Aprendizado de Máquina	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	30	30	30	30	30
Desenvolvimento, Etnicidade e Política Pública no Amazonas	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1,5 ano	30	30	30	30	30
Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	30	30
Informática na Educação	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	30	30

Educação do Campo	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	30	30
Educação a Distância para Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1,5 ano	30	30	30	30	30
Antropologia Rural e Tecnologias Sociais	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Acadêmico	Presencial	2 anos	-	15	15	15	15
Ciências Veterinárias	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Acadêmico	Presencial	2 anos	15	15	15	15	15

CAMPUS MANACAPURU – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Recursos Pesqueiros	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Recursos Pesqueiros	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Aquicultura	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Programação de Jogos Digitais	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática para Internet	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Vendas	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40

CAMPUS MAUÉS – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Aquicultura	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Manutenção em Suporte em Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Pós-médio de Aquicultura com habilitação em Cultura do Guaraná (novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	40	40	40

CAMPUS MAUÉS – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agroecologia	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	40	-	40	-
Gestão e Negócios	Administração (novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	-	-	40		40

CAMPUS MAUÉS – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Agroecologia (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1 ano	-	-	30	-	30
Gestão Pública	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD	1 ano	-	30	-	30	-
Docência na Educação	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD/UAB	1 ano	30	30	30	30	30
Informática na Educação	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD/UAB	1 ano	30	30	30	30	30

CAMPUS MANICORÉ – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Gestão e Negócios	Logística (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Gestão e Negócios	Administração (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	80	40	-	40	-
Gestão e Negócios	Serviço Público (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-
Recursos Naturais	Agropecuária (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Recursos Naturais	Agroindústria (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Desenvolvimento Educacional e Social	Desenvolvimento Comunitário (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-

CAMPUS PARINTINS – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Comunicação e Informação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Comunicação e Informação	Informática	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Recursos Naturais	Recursos Pesqueiros	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração (novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Florestas (Novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	40	40	40

CAMPUS PARINTINS – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão e Negócio	Gestão Comercial	Graduação - Tecnólogo	Presencial	2,5 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Engenharia de Software	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	40	40	40	40	40

CAMPUS PARINTINS – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão Pública estratégica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	30	-	30	-	30
Gestão Ambiental (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM -Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Produção Alimentício	Agroindústria	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Guia de Turismo (Novo)	EPTNM -Subsequente	Presencial	1 ano	-	40	40	40	40

CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Engenharia de Aquicultura	Graduação - Bacharelado	Presencial	5 anos	30	30	30	30	30
Informação e Comunicação	Engenharia de Software (novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	-	30	30	30	30

CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO – ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS E PÓS-GRADUAÇÕES LATU SENSU									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Eficiência Energética em Edificações (Novo)	EPTNM-Especialização Técnica	Especialização Técnica	Presencial	1 ano	-	-	40	40	40
Meio Ambiente e suas Tecnologias (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1 ano	-	40	40	-	40
Gestão em Saúde (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD/UAB	1 ano	-	30	30	30	-
Gestão de Empreendimentos Aquícolas (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1 ano	-	40	-	40	-
Gestão Pública e Estratégica (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	1 ano	80	-	80	-	80
Gestão Pública (novo)	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	EaD/UAB	1 ano	80	-	80	-	80

CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Administração	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócio	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Enfermagem	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	-	40	-	40
Ambiente e Saúde	Agende Comunitário	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos		40	40	40	40

CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agroecologia (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Informação e Comunicação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	2,5 anos	-	-	40	-	40

CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Saúde Pública (Novo)	EPTNM-Especialização Técnica	Especialização Técnica	Presencial	1 ano	-	30	30	30	30
Saúde Indígena (Novo)	EPTNM-Especialização Técnica	Especialização Técnica	Presencial	1 ano	30	30	30	30	30

CAMPUS SANTO ANTONIO DO IÇÁ – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Informação e Comunicação	Informática (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Informação e Comunicação	Informática (novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	40	-	40	-
Gestão e Negócios	Administração (novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente (Novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	-	40
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	-	40	-
Recursos Naturais	Agroecologia (novo)	PROEJA - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	-	40	40
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	-	40	-	40
Desenvolvimento Educacional e Social	Desenvolvimento Comunitário (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	-	-	40	-	40

CAMPUS TABATINGA – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	-	-
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	40	40	40	-	-
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	2 anos	40	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Programação de Jogos Digitais (Novo)	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS TABATINGA – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agroecologia (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	40	-	40	-
Ciências Humanas	Informática (Novo)	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40
Gestão e Negócios	Administração (novo)	Graduação - Bacharelado	Presencial	4 anos	40	40	40	-	40

CAMPUS TEFÉ – CURSOS TÉCNICOS									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão e Negócios	Administração	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Vendas	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	-	40	-
Recursos Naturais	Agropecuária	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Recursos Naturais	Agroecologia	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	-	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Integrada	Presencial	3 anos	-	40	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Desenvolvimento Educacional e Social	Desenvolvimento Comunitário	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40
Gestão e Negócios	Marketing (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	-	-
Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar (Novo)	EPTNM - Subsequente	Presencial	1,5 ano	-	40	40	40	40

CAMPUS TEFÉ – CURSOS SUPERIORES									
Eixo Tecnológico	Curso	Tipo/Forma de Oferta	Modalidade	Duração	Número de vagas a ofertar				
					2025	2026	2027	2028	2029
Recursos Naturais	Agroecologia (Novo)	Graduação - Tecnólogo	Presencial	3 anos	-	-	40	40	40
Informação e Comunicação	Informática (Novo)	Graduação - Licenciatura	Presencial	4 anos	-	-	40	40	40

CAMPUS TEFÉ – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS									
Curso	Tipo de Curso	Forma de oferta	Modalidade	Duração	Número de Vagas ofertadas				
					2025	2026	2027	2028	2029
Gestão Pública estratégica	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Presencial	2 anos	-	30	30	30	30